



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elio Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gílrene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrâao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edvaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] /
Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta
Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela
História; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-915-8
DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise.
II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades comprehensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista	
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak	
Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cesar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)
[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)
[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS

Data de aceite: 05/12/2019

Emerson Porto Ferreira

UNESP/ASSIS – Doutorando em História.

RESUMO: O presente artigo tem como foco mostrar como o samba enredo possui valores e recursos diversos dentro da narrativa da história a qual estamos inseridos, como um documento do cotidiano que por meio da música, exprime ações de tempos passados. Assim, o samba enredo possui um valor rico para a dimensão simbólica e imaginativa como recurso em sala de aula, em uma linguagem distinta do livro didático alcançando uma dimensão estética diferenciada. Dessa maneira analisaremos dois sambas de duas escolas de samba paulistanas: o samba de 1985 da Nenê de Vila Matilde, intitulado *O dia em que o cacique rodou a baiana ai ó!*, em que aborda a desigualdade social brasileira no período da década de 80 e o caso do cacique Juruna; e o samba da Vai-Vai, de 2000, *Vai-Vai Brasil*, em que conta a história do Brasil pós ditadura civil militar, com seus personagens e acontecimentos. Tais sambas em suas letras abordam com um olhar e uma linguagem crítica a História brasileira, e transformam a situação histórica vigente em uma sátira carnavalizada do Brasil Contemporâneo. Além disso, esse

artigo ver o samba enredo como um produtor de um conhecimento e de uma narrativa criada pelas escolas de samba para comunicar com o público os seus enredos, sendo uma linguagem peculiar e interessante de enxergar o passado, que complementa os aspectos visuais que um desfile de escola de samba compõe, possuindo valor dentro do campo dos estudos históricos e em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: samba enredo, ensino de história, escola de samba, carnaval.

“O DIA EM QUE O CACIQUE” SOUND “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: A SAMBA OF VAI-VAI AND NENÊ AS A DARK PROTEST LANGUAGE.

ABSTRACT: This article focuses on showing how samba enredo has different values and resources within the narrative of the story to which we are inserted, as a document of daily life that through music expresses actions of past times. The samba enredo has a rich value for the symbolic and imaginative dimension as a resource in the classroom, in a language distinct from the textbook discourse, reaching a differentiated aesthetic dimension. In this way we will analyze two sambas from two samba schools in São Paulo: Nenê de Vila Matilde 1985 samba, entitled *O dia em que o cacique rodou a baiana, ai ó!* the case of chief Juruna; and the Vai-Vai samba of 2000, *Vai-Vai Brasil*,

which tells the story of Brazil after the military civil dictatorship, with its characters and events. Such sambas in their lyrics approach the history of Brazil with a critical eye and language, and transform the current historical situation into a carnivalized satire of contemporary Brazil. Furthermore, this article sees samba enredo as a producer of knowledge and narrative created by samba schools to communicate their plots to the public, being a peculiar and interesting language to see the past, which complements the visual aspects that a samba school parade composes, possessing value within the field of historical studies and in the classroom

KEYWORDS: samba enredo, history teaching, samba school, carnival.

QUANDO O CACIQUE ENCONTRA UMA VOZ SOBERANA, NO NOSSO PRESENTE

No programa do Jô de 1992, o então membro da FUNAI, o Cacique Juruna, o primeiro parlamentar indígena eleito para o cargo de deputado federal, no ano de 1982, pelo PDT, levava para sua entrevista uma onça empalhada que havia sido caçada por criminosos em uma aldeia, no Mato Grosso. Por mais estranho que possa parecer, tal ato era uma medida de protesto uma vez que, para Juruna, infelizmente a onça em nosso ecossistema já era algo incomum de ser visto com vida, e que, portanto levou a onça morta pelos caçadores.

O convite de Juruna ao programa era um meio de coloca-lo em uma enrascada, uma vez que dentro das atividades da ECO-92, a primeira reunião sobre o clima realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro, almejava procurar estratégias para driblar a já preocupante realidade climática. Na entrada da ECO-92, Juruna colocou pendurada a tal da onça empalhada, gerando uma onda de fúria em ambientalistas, que o acusaram de ser um caçador, e assim Juruna responde: talvez os ambientalistas se preocupem mais com o clima, mesmo em um mundo capitalista, em que o progresso mata e destrói, e se preocupe menos com quem de fato gera preservação, o povo indígena, que dentro do mundo capitalista é visto como um problema do progresso, sendo a justificativa para sua morte, seu extermínio e a narrativa de atraso civilizacional.

Já no ano de 2000, vivia-se a esperança de um novo milênio que se projetava como uma nova perspectiva política e econômica ao país. Depois de uma década de 90 conturbada em que quatro presidentes governaram: um sem votação popular (José Sarney – PMDB); um presidente, que embora eleito pelo voto popular, sofreu processo de impeachment (Fernando Collor de Melo – PRN); seu sucessor que prometia reorganizar a “casa” (Itamar Franco – PSDB); o sucessor de Itamar, conhecido como o pai do Plano Real, que projetou sua reeleição (Fernando Henrique Cardoso (FHC) – PSDB), davam indícios que as coisas no novo milênio precisavam ser diferentes.

Mas o ano 2000 foi palco de ações contrárias: como o caso do então juiz do TRF, Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, que foi preso devido as irregularidades fiscais da construção do fórum de São Paulo; a privatização mais cara do governo FHC, com

a compra do Banespa pelo Santander, em “281,02% sobre o preço mínimo de R\$ 1,85 bilhão fixado pelo BC (Banco Central)” (FOLHA ONLINE, 2000); além da medida mais controversa, que foi a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que surgia para tentar conter os gastos da máquina publica, sendo assim, uma tentativa de um combate à corrupção, o que na verdade congelou gastos em ações de segurança social, e culpabilizou os municípios e estados, pelas cifras exorbitantes do governo; além é claro, da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve vitórias expressivas nas eleições municipais, em que venceu em 13 das 16 cidades que disputou o segundo turno, além de ter obtido as cadeiras do municípios de grande votação como a cidade de São Paulo, Recife e Porto Alegre.

No âmbito do carnaval, o ano de 1985 era marcado pelo fim da ditadura, um mês antes do carnaval daquele ano, o que deu as agremiações no geral um grito de liberdade dentro de anos de certo malabarismo em não abordar temas polêmicos. Porém, naquele ano a Nenê, então nove vezes campeã do carnaval tomou como enredo o protagonismo do cacique Juruna. Além disso, a Nenê colocava em discussão a inflação, a importância dos movimentos sociais dentro do Brasil como agentes de disputa política e a reivindicação do cacique Juruna pela ideia de reforma agrária e demarcação de terras indígenas.

Já no ano de 2000, o carnaval de São Paulo foi palco de um ano comemorativo, em que as 14 agremiações do grupo especial, em uma ordem cronológica, em dois dias de apresentação iriam contar a história do Brasil. Coube a então bicampeã Vai-Vai, a mais antiga entidade carnavalesca da cidade, na época com 70 anos, retratar o período de redemocratização até, a então, atualidade. Porém, o enredo se apresentou em um tom ácido que colocou Sarney como um louco cruzado, Collor de Melo como o presidente “collorido” e diferente. Itamar Franco foi representado como um topetudo mineiro e o governo FHC como (im)possibilidade de mudança. Além de destacar o movimento de oposição da esquerda e o surgimento de partidos de tal linha. Outro ponto do enredo eram os deboches a Lalau, as privatizações, a corrupção do período e ao “sepultamento” do governo militar.

Ambos os desfiles foram campeões: a Nenê em 1985, quebrando um jejum de 14 anos sem conquistas, o que lhe rendeu o convite de desfilar no desfile das campeãs no Rio de Janeiro. Já para a Vai-Vai, o desfile de 2000 foi o seu tricampeonato, dividindo o título com a X-9 Paulistana, igualando o número de títulos da Nenê, dez no total.

Mas o tal artigo tem como ponto principal o de mostrar como que o samba enredo, em sua musicalidade, sua letra e enquanto representação da identidade de uma escola de samba, pode ser um meio de interpretarmos as visualidades que cada agremiação e sua comunidade faziam do período histórico vigente, em uma história pública ou do cotidiano de seu tempo presente. Mais do que isso, como que a crítica pelo deboche e o riso carnavalesco, sempre foi um meio de as escolas de samba expressar aquilo que para elas é essencial, e acima de tudo, do que elas têm a dizer em um momento em que são as protagonistas do Brasil, em um espaço feito pelo povo para o povo, e

com o objetivo único de satirizar a ordem cotidiana.

Desta forma, iremos abordar a importância do samba enredo na composição identitária de uma escola de samba e como isso compõe a ideia de cultura escolar da escola de samba e do possível papel educativo que possui. Logo em seguida, analisaremos como o carnaval em sua estrutura nasceu para ser um deboche, e de como tais samba enredos escolhidos refletem em sua linguagem e em outros meios artísticos sua visualidade crítica do momento histórico presente.

O SAMBA ENREDO DENTRO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA ESCOLA DE SAMBA

O poder que os símbolos musicais despertam são os mais diversos. Para Maria de Lourdes Sekeff (2007, p. 18), o poder simbólico da música nos possibilita “pensar espaços ausentes, retomar tempos passados e planejar o futuro”, criando uma linguagem poética por meio do ritmo e letra. Esses símbolos se aproximam do imaginativo, a partir do momento que o samba cria uma paisagem imaginada de assuntos tratados dentro de cada letra, em que o discurso narrativo de cada enredo “expressa sempre mais do que dizem os sons” (SEKEFF, 2007, p. 19). Daí a ideia de ver o samba como um método, uma fonte musicalizada: uma fonte do conhecimento popular que se torna “uma ferramenta que lhe propicia o exercício da espontaneidade, do desenvolvimento e da formação dos vínculos sociais” (SEKEFF, 2007, p. 19).

Seria uma experiência estética diferenciada da historiografia escolar, um recurso importante que lança luz à produção dessas escolas de samba sobre nosso passado, nossa sociedade e nosso relacionamento com nossa memória. “Ao mudar a estrutura da atividade e inserir a música como objeto e fim do conhecimento, os alunos despertam para a necessidade de produção de um novo conhecimento sobre as músicas, um conhecimento histórico” (NEIVA, 2010, p. 93), fazendo uma nova mediação do que ocorre no ensino de história.

Talvez o produto mais original de cada escola de samba seja o samba enredo. Analisando sua narrativa, percebemos que, por mais que possua uma estrutura comum, ele apresenta singularidades de década a década, de escola para escola, e de cada discurso, que, no seu individual, possui valores dos mais diversos. A estrutura do samba enredo nos possibilita analisar as nuances discursivas que todas as obras apresentam, como um documento, uma fonte que deve sempre ser vista dentro de seu campo de ação, no seu feitio, e não inserida em um campo puramente estrutural, pois, “o que ela revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que tem, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados” (FOUCAULT, 2008, p. 186).

Tinhorão (2017) aponta que os indivíduos compõem quadros de criatividade de acordo com sua práxis, o que, de certa forma, aponta para visões e experimentações diferentes dentro de uma mesma sociedade, como ilhas de cultura. De certa maneira,

estamos falando de uma História Pública que essas comunidades desenvolvem sobre o passado, em que a “práxis constitui, no fundo, o emprego dinâmico de uma série de informações” (TINHORÃO, 2017, p. 11), formando experiências estéticas diferentes da história em cada escola de samba, em uma “realidade cultural estando, tão estreitamente ligada à realidade política a qual, em última análise, se reflete e inter-relaciona com a realidade econômica” (TINHORÃO, 2017, p. 13).

O samba enredo, enquanto gênero musical se diferencia dos demais estilos existentes. Aquino e Luis Sergio Dias (2009, p. 01) comentam que os sambas “possuem, como as próprias escolas de samba, uma história que se enriquece a cada ano”. Mais do que isso, o samba enredo faz parte de um dos quesitos dentro de uma competição, com certas regras para sua construção e julgamento, onde sua melodia e frases musicais devem estar de acordo com a letra do samba, esta que deve seguir a proposta do enredo. Por isso mesmo, os sambas enredo refletem e muito o que as agremiações pensam e defendem sobre determinado assunto, como um extrato do tempo histórico e da sociedade.

Assim, entendemos que o samba seja importante para compreender como se constitui a identidade de uma escola de samba. Pensar a ideia de cultura é, antes de tudo, pensar cada sociedade, grupo ou, até mesmo, cada instituição, que possui, em sua caracterização, aspectos em comum que os definem e os constroem. Como Peter Burke (2012, p. 257) exemplifica, nenhuma cultura se constrói ilhada ao que acontece ao seu redor, devemos “empregar o modelo de encontro para estudar a história de nossa própria cultura, ou culturas que devemos considerar variadas em vez de homogêneas, múltiplas em vez de singulares”, então, a formação de identidades culturais não acontece dentro de uma bolha.

Desse modo, o estudo da cultura recai nas interações entre diferentes culturas, inclusive aquelas de uma cultura aparentemente homogênea. “Cada grupo se define em contraste com os outros, mas cria o seu próprio estilo cultural pela apropriação de itens dos acervos comuns juntando-os em um sistema com um novo sentido” (BURKE, 2012, p. 259).

Por isso, o papel do historiador é revelar e mensurar como tais culturas se constroem e se desenvolvem em suas particularidades, e sendo assim, passaremos a entender como cada escola interpreta esse passado recente do Brasil.

O DEBOCHE CARNAVALESCO: O SAMBA DA NENÊ E DA VAI-VAI, EM TEMPOS SOMBRIOS

As festividades carnavalescas, seja nos blocos, nos salões ou nas escolas de samba, representam muito mais do que uma simples festa da comicidade, do riso ou até mesmo da inversão. O carnaval é uma festividade que conta outro tempo, outra possibilidade de ver a história, a partir de uma visão às vezes utópica, mas que nos projeta para outras sensações, para um estado de aprendizado de forma didática,

pelas alegorias, pelas danças e, principalmente, pelo samba enredo. O carnaval é, antes de tudo, uma festa didática, mas que não perde o lado do deboche, do cômico.

O carnaval é um organismo vivo dentro de cada cidade em que se desenvolve. No caso das escolas de samba, cada agremiação constrói uma identidade e escrita que lhe é própria, com resistências, sedimentações. É neste sentido que se pode afirmar que o carnaval é uma grande festa, em que o povo constrói sua própria visão da história e de si mesmo.

Roberto Da Matta (1997) nos coloca outra perspectiva do que é o carnaval, como um ritual do imaginado, do surreal ou do simbólico, que se origina dentro de uma reflexão do momento histórico que está inserido, o que explica as máscaras de carnaval, as marchinhas e os sambas enredos, na maioria das vezes evidenciando aquilo que cada grupo social vive no seu tempo presente. Acima de tudo, o carnaval é uma dramatização cômica do cotidiano, de um mundo real e oficial, é o algo natural (o que se encontra no dia a dia) em algo social (que se concretiza na representação), é essa lógica transformadora, aliada a diversos signos, musicalidades e simbolismos que formam o riso cômico e o deboche carnavalesco, que possibilita tratar de assuntos delicados e sérios, de uma forma leve e descontraída sem perder o tom satírico e de denúncia.

O desfile de escola de samba assim seria a “elevação de um dado infra estrutural a coisa social, é o que chamamos de ritual, ceremonial, festividade, etc.” (DAMATTA, 1997, pág. 35). Seria a ideia de repensar por meio de um enredo como mostrar o real de outra maneira, que se possibilite tornar carnavalizado o assunto, porém, com sentido de mensagem. É repensar o cotidiano e até a própria história através do carnaval, e assim tornar uma festa em tese da balbúrdia, em um espaço de riso, criatividade e denuncia.

Nesse ponto encontramos uma visão do carnaval que é a de ir além de uma simples festa e completando com Da Matta (1997), “são um modo de dialogar com as estruturas de relações sociais vigentes na realidade brasileira. É nisso que reside provavelmente sua autenticidade e permanência” (DAMATTA, 1997, pág. 127/128). E que nos faz chegar assim a formação da Nenê e da Vai-Vai.

A Nenê de Vila Matilde é uma escola de samba fundada em 1949, na região entre a Vila Esperança e Vila Matilde. A escola surgiu após a tradição das constantes rodas de tiririca, espécie de capoeira, onde, liderados por Alberto Alves da Silva, o Seu Nenê, iria ano após ano consolidar a marca da escola azul e branca da Zona Leste. A Nenê surge como escola de samba, e não como bloco ou cordão, o que faz a escola apresentar elementos que outras agremiações não tinham como baianas, alegorias, uma ordem dentro do enredo, o samba enredo e uma bateria quase profissional.

A Vai-Vai surgiu no dia um de janeiro de 1930 (inclusive tanto Nenê como Vai-Vai, nasceram na mesma data) como um cordão, seu nome sugestivo foi em alusão, ao fato que os seus integrantes eram assíduos penetrantes do cordão do Cai-Cai, que se apresentava em bailes e também um time de futebol. A Vai- Vai pode ser considerada

o mais antigo grupo carnavalesco da cidade de São Paulo, com 89 anos de existência ininterrupta.

O que marca a identidade de ambas as escolas é o discurso e a afirmação da negritude, como um fator preponderante de ambas as identidades. Podemos dizer que tanto a Nenê como a Vai-Vai, reconfiguraram a ideia do espaço urbano: a Nenê pelo simples fato de colocar um corpo negro, periférico da cidade em deslocamento em seus desfiles; e a Vai-Vai, de uma comunidade que mesmo sofrendo com o racismo endêmico da cidade de São Paulo nunca deixou de debochar da ordem, o que faz dela um reduto do samba brasileiro.

Como José Geraldo Vinci de Moraes (1997) define “ao hierarquizar seu espaço urbano e social, a cidade estabeleceu uma classificação e distinção física e social entre aqueles que poderiam usufruir e desfrutar das comodidades da vida urbana” (MORAES, 1997, pág. 44), e aqui pensando na lógica de rito e de carnavalização, o espaço da folia foi e ainda é um meio dessas comunidades escreverem outra retórica do cotidiano, e que explica o tom de deboche, de representação positiva do negro e acima de tudo, de questionar os variados aspectos que permeiam a sociedade brasileira.

O dia que o cacique... Rodou a baiana

Vai, Nenê/ Embalando a alegria/ E no canto da águia guerreira/ Toda altaneira/
Cai na folia/ Quando o Cacique rodou a baiana/ O Juruna vestiu a camisa, gravata
e paletó/ Mas o branco soberano/ Só explorando/ Até que o índio disse ó/ Ó Ó
Ó/ Até que o índio disse ó/ Macobeba/ No rádio e televisão/ Destroi a arte/ E a
imaginação// **Negro também quer/ Poder falar alto/ Rodar a baiana/ Chegar no**
planalto// Hoje, para orgulho de nossa nação/ Negros e brancos/ E índios são
irmãos/ Reivindicando seus direitos/ Se unindo em mutirão!// **Oh! meu senhor.../**
Devolva minhas terras/ Por favor// Nosso canto e dança/ Desponta nossa
alegria/ Driblando a inflação/ É o nosso dia-a-dia//. Compositores (Ala Jovem/
Paulinho da Matilde).

Mario Juruna, da etnia Xavante foi o primeiro deputado federal indígena, oriundo da aldeia Namunjurá, no Mato Grosso, onde já atuava na busca de apoio e representatividade de sua etnia, sendo inclusive convidado a ser a liderança indígena a ser o delegado de seus iguais, no IV Tribunal Bertrand Russel em Roterdã, na Holanda (CPDOC, s/d).

O ponto mais representativo de sua carreira, e de certa maneira, do movimento indígena na década de 80, foi a sua eleição ao congresso, sendo eleito representante pelo Estado do Rio de Janeiro, a convite do então presidente do PDT (Partido Democrático dos Trabalhadores), Leonel Brizola, e com a intenção de construir novas lideranças progressistas, no atual momento de reconstrução política.

Mas foi a primeira fala de Juruna no congresso, que ficou sendo um emblema de sua passagem como deputado. Anteriormente em suas reivindicações já apontava que o presidente da república, o militar Figueiredo, em pouco se interessava com o

direito indígena, assim como, a FUNAI em momento algum de sua existência estava interessada em defender o indígena. Desta forma, no dia 19 de abril de 1983, no dia do índio, em seu discurso ataca não só a política como o próprio presidente, em que “pediu a demissão de todo o ministério do governo do general João Batista Figueiredo, a quem considerava “bom, mas mal assessorado”. Sugeria também o retorno dos militares aos quartéis e afirmava a necessidade de a FUNAI ser administrada por índios, e não por militares” (CPDOC, s/d).

Em um trecho de sua fala dizia que “não vim aqui fuxicar com ninguém, eu vim aqui para trabalhar, para defender o povo, eu vim aqui para lutar” (JURUNA, Discurso no Congresso Nacional, 19/04/1983). Além de ser deputado, participou também de outras pautas e reivindicação, como um documento aberto pedindo a constitucionalidade “o decreto que submetia a demarcação de suas terras — antes atribuição da Funai — à autorização de um grupo formado por representantes do INCRA e dos governos estaduais” (CPDOC, s/d). Juruna foi deputado até 1987, quando não conseguiu a reeleição, muito em função do nulo apoio de seu partido. Integrou o Projeto Rondon logo em seguida, e foi assessor da FUNAI até 1994, morrendo em 2004.

E foi assim, que em 1985, a Nenê de Vila Matilde realizaria um desfile histórico exatamente por tratar de um assunto que ninguém esperava. O enredo da Nenê vinha de um rompimento de uma linha de raciocínio baseada em temas da negritude (entre 1980 à 1982, e 1984 se abordou o negro) e em 1985 decidiu arriscar um tema de crítica política e de maneira direta ao ponto. Se “deixa de lado os enredos tradicionais e mostra na avenida um enredo satírico, um misto de sátira política com a defesa da igualdade entre as raças” (FOLHA, 1985). Além disso, a proposta era a de mostrar uma liderança indígena e revelar a importância de Juruna para a luta social e da nossa história.

Desta forma a letra composta pela ala jovem da escola e pelo compositor tradicional da agremiação Paulinho da Matilde, retrata em seu samba um tom jocoso e debochado da realidade brasileira, mas que não conseguia ver no futuro grandes mudanças, o que faz do samba, um reflexo do que estava se vivendo em sociedade naquele período, o tempo presente.

O samba possui várias passagens preciosas, como a iniciativa de Juruna em assumir um cargo ao qual possuiria importância vital na luta indígena “*Quando o Cacique rodou a baiana/ O Juruna vestiu a camisa, gravata e paletó*”. Outra parte genial é a menção a Macobeba, personagem vilão da obra Manuscrito Holandês, de Cavalcanti Proença, livro este, que narra a história de Mitaraí, indígena que tentava acabar com Macobeba destruidor de tudo que havia. E aqui temos uma metáfora a Juruna e o homem branco e o que ele representa, que “*Destroi a arte/ E a imaginação*”, e uma alusão a própria mídia, que no rádio e televisão representam os interesses de uma classe empresarial e industrial.

Outros trechos mostram a busca de igualdade racial que a Nenê sempre pregou em seus sambas: a reivindicação de também existir uma maior representação negra na

política, no trecho “*Negro também quer/ Poder falar alto*” e assim “*chegar no planalto*”; na passagem de “*Devolva minhas terras/ Por favor*” em clara menção a política de Juruna de demarcação de terras indígenas e a sua efetiva realização. E ao fim o reflexo de uma sociedade que passava o seu cotidiano “*Driblando a inflação*” e no trecho mais carnavalizado, já que promove um deboche dessa situação, onde o povo não perde o canto e a alegria no dia a dia.

Assim tal obra é um documento do tempo de ação no momento presente do desfile, que mostra a saída do regime militar, e a esperança de ter um presidente, que mesmo não sendo eleito pelo povo “*Se unindo em mutirão*”, era o símbolo de um lampejo de mudança, o que não ocorreu, e indica Juruna como a representação de um país que poderia mudar e alcançar de fato uma representação popular, mesmo em um hipotético e ainda vigente regime militar. O que nos dar a perspectiva de como tal samba pode ser um instrumento de apoio didatizado ao período da transição da ditadura para a república, em uma crônica do momento.

Uma voz soberana no ar

//**Eu sou Bixiga, sou amor, amor/ Fazendo o samba amanhecer/ A saracura é a razão do meu viver//** Avante, meu Brasil/ Pátria amada idolatrada mãe gentil/ Uma voz soberana ecoa no ar/ É o povo na rua querendo votar/ Diretas Já/ A democracia é luz de uma nação/ Nasceu o cruzado no país congelado/ Ilusão// **Eu elegi o presidente/ Collorido e diferente, me dei mal/ Com garra e emoção pintei toda nação/ Aí eu cai no Real//** Brilhou no céu a esperança/ Nessa terra tropical/ 500 anos de progresso/ Sem justiça social/ Hoje nos braços desta poesia/ Um sonho de cidadania/ Vem do coração/ Vai acelera companheiro/ E mostra para o mundo inteiro/ O orgulho de ser brasileiro/ Vai-Vai pra ser feliz não tem idade/ A velha guarda é a verdade 70 anos de felicidade. Compositores (Zeca do Cavaco/ Zé Carlinhos/ Nei Denay).

Em oposto ao samba da Nenê, a proposta da Vai-Vai era de abordar o que aconteceu no Brasil entre 1985 até o ano 2000. O carnaval desse ano foi marcado pela obrigatoriedade de enredos sobre a história do Brasil, em homenagem aos 500 anos do “descobrimento”. Coube a Vai-Vai, última escola daquele ano a desfila, a abordar o período da chamada redemocratização.

Coincidemente, o samba da Vai-Vai complementa o que o samba da Nenê canta, uma vez que aborda os 15 anos depois do que estava ocorrendo, e do que aconteceu após a redemocratização. Assim, para contar a nova república, o desfile foi dividido em quatro pontos principais: o renascimento da democracia, a partir das “Diretas Já!”; a era dos cruzados, no país congelado; na sequência, a cascata da Dinda – a era *collorida*; e por fim o tempo de esperança. Na sinopse do enredo, o enredista Flávio Tavares (2000) coloca que “nós vivemos as trevas, nós vivemos o caos, mas com ele aprendemos e dele tiramos as lições que necessitávamos para evoluirmos e caminharmos com a firmeza de um povo que muito sofreu, mas que nunca se curvou” (TAVARES, 2000, s/p). Essa visão de uma nova sociedade que não se calou é uma

alusão a saída do regime militar, que no desfile é visto como um morcego, e aponta “*Uma voz soberana que ecoa no ar/ É o povo na rua querendo votar*”, e que indica o primeiro ponto de anseio popular, que após anos de silenciamento do voto, e de outros partidos que viviam na ilegalidade.

Assim o samba e a escola vêm a democracia como algo vital para o funcionamento de uma sociedade igualitária, como que se a representação popular fosse uma luz para afastar de vez as trevas da ditadura. Na segunda parte da cabeça do samba, temos assim a consequência direta do pós-ditadura que é a eleição e morte de Tancredo Neves, e a ascensão de José Sarney, que é retratado como um cavaleiro das cruzadas, apoiado pelas suas “fiscais” montadas em carrinhos de supermercado. Mas algo que o desfile e a sinopse pontuam muito bem é a presença da Constituição de 1988, a constituição cidadã, que para a escola era a garantia de direitos individuais e coletivos, os sindicatos são livres e soberanos. “O preconceito racial agora é crime. Novos e modernos direitos trabalhistas nos foram assegurados. Era o sonho de um novo tempo que ser realizava” (TAVARES, 2000, s/p). Talvez a falha do samba é a de não mencionar a constituição de forma direta, que fica somente de forma vaga no ar.

Já o primeiro presidente eleito pelo voto popular pós-ditadura é descrito como sendo “um mauricinho, um esportista, era o “Indiana Jones Tupiniquim”, e era um caçador de marajás” (TAVARES, 2000, s/p), e que o samba e os compositores bem chamam de collorido e diferente, e mostrava a antítese que a sociedade vivia, entre escolher um moço afeiçoado, “boa pinta”, ou um ex metalúrgico, com jeito “rude”, e ainda, de esquerda. A eleição de Collor de Melo, com o tempo, mostrava o seu despreparo que ficou marcado ainda mais no seu plano econômico baseado no “confisco monetário, congelamento temporário de preços e salários” (TAVARES, 2000, s/p). E a consequência posterior de escândalos de corrupção e dos altos gastos na sua casa em Brasília, marcada no escândalo da Cascata da Dinda e vários casos de corrupção fizeram o povo *Com garra e emoção pintar toda a nação*, em alusão ao movimento dos Caras Pintadas.

E assim *Caí no real*, que é um duplo sentido ao acordar da escolha errada, optando pelo novo, aparentemente certo com um discurso de acabar *com isso que tá aí* (qualquer semelhança com o hoje é uma coincidência!) do então impeachmado Collor, e uma alusão ao plano real. O então novo presidente é ironizado como o Topetudo Mineiro, que almejava a volta do fusca, satirizada pela ala de cadeirantes da escola. Já FHC é colocado como um político que nada mais fez ao povo, além do Plano Real. O governo FHC, como marca do presente, é vista muito mais pela ausência de futuro em *uma terra tropical que em 500 anos de progresso não avistou ainda a justiça social*.

O final da letra e do desfile é marcado pela esperança e o sonho de cidadania, que viria não pelo governo, e sim, pelo seu povo como Chico Mendes, Betinho e a citação de Ayrton Senna, onde sua morte gerou um trauma na geração da década de 90, em que seu espírito foi estereotipado como o do brasileiro nato, assim como no cinema com os filmes de projeção internacional como *O que é isso companheiro* e

Central do Brasil.

Mas era o povão que a escola acreditava na mudança de esperança que

Brilha em cada olhar de criança, em cada rosto marcado pelo trabalho duro, em cada cara suada, de cada sem terra, mora a esperança de quem um dia florescerá um novo tempo, se descortinará um novo momento de um novo Brasil. E teremos alegria e felicidade e teremos enfim um país de verdade" (TAVARES, 2000, s/p).

Desta forma por isso mesmo a escolha de tais obras pelo seu caráter complementar dentro da linha temporal histórica, de serem complementares dentro de suas letras, mas acima de tudo, de serem documentos poderosos a serem utilizados dentro de sala aula, em que o tom de deboche, jocoso, de alteração da realidade que eles provocam evidencia a luta dessas comunidades e do povo brasileiro contra as arbitrariedades de ontem e de hoje. Que ensinemos com esses sambas, e outras obras, nossos alunos se tornarem Jurunas em busca da esperança de novos tempos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos L. de; DIAS, Luis Sergio. O samba enredo visita a história do Brasil. O samba enredo e os movimentos sociais. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2009.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: Variedades de história cultural. 3. ed. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FGV – CPDOC. Mario Juruna. Disponível em <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/juruna-mario>.

FOLHA DE SÃO PAULO. O público vai sair ganhando, na passarela e na TV. Jornal Folha de S. Paulo, Edição 1º, p. 29, fevereiro, 1985.

_____. RETROSPECTIVA: Após três anos, Santander compra Banespa. Folha Online, 26/12/2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u12345.shtml>.

_____. RETROSPECTIVA: Nicolau passa o ano fugindo. Folha Online, 26/12/2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u12965.shtml>.

_____. RETROSPECTIVA: PT cresce e avança nas capitais. Folha Online, 26/12/2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u12967.shtml>.

FOUCAULT, Michel. A descrição arqueológica. In: A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MORAES, José Geraldo Vinci de. As sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo – final do século XIX ao início do século XX. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

NAISSE, José Pedro. O cacique Juruna no Jo Soares, durante a ECO 92. YouTube.

18 de março de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c0Dz9rHPk9Q&t=609s>, acessado em 11/05/2019.

NEIVA, Alexandre. Literatura dá samba. Cadernos do CNLF. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2010, p. 2817 – 2824.

SEKEFF, Maria de Lourdes. Da música: seus usos e sentidos. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

TAVARES, Flavio. Sinopse do Enredo: Vai-Vai Brasil! 2000. Disponível em http://www.carnavalpaulistano.com.br/a_escola_carnaval_dados.asp?rg_carnaval=233.

TINHORÃO, José Ramos. Música e cultura popular: vários escritos sobre um tema comum. São Paulo: Editora 34, 2017.

APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Data de aceite: 05/12/2019

capitalismo; Discurso Econômico; Economia Política. Crítica da Economia Política.

Danne Vieira Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri.
Teófilo Otoni - MG

HISTORICAL-PHILOSOPHICAL NOTES ON
THE ORIGINS AND IDEOLOGICAL DECAY IN
THE ECONOMIC SCIENCES

ABSTRACT: This paper presents some indicators about the historical and philosophical constraints that shape a bourgeois ideology in the economic discourse, based on Marxian and Marxist literature as an initial milestone or in the 16th century as a transition period that culminated in the present society. To this end, by shaking like feudal structures, a bourgeoisie imprinted a new worldview distinct from the previous one and imprinted a new understanding of the individual and his relation to nature. In this sense, the pressure parties on economic discourse were an important ally in the process of constituent struggle of their hegemony in seeking scientific answers to social transformations. However, as soon as what was created in its hegemony, abortion or the progressive discourse of its ascending phase replaces the mystifying and apologetic forms.

KEYWORDS: Ideology, Transition to capitalism; Economic speech; Political economy. Critique of Political Economy.

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns apontamentos sobre os condicionantes históricos e filosóficos que formataram a ideologia burguesa no discurso econômico, para isso, com base na literatura marxiana e marxista consideramos como marco inicial o século XVI como período de transição que culminou na atual sociedade. Para isso, ao abalar as estruturas feudais, a burguesia imprimiu uma nova visão de mundo distinta da visão anterior ao imprimir um novo entendimento de indivíduo e sua relação com a natureza. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o discurso econômico foi um importante aliado burguês no processo de luta na constituição de sua hegemonia ao buscar respostas científicas para as transformações sociais. Contudo, tão logo que foi constituída a sua hegemonia, abandona o discurso progressista de sua fase ascendente e substitui por formas mistificadoras e apologéticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia, Transição ao

INTRODUÇÃO

Elencar os condicionantes históricos e filosóficos que transformaram a mentalidade do indivíduo às formas ideológicas do capitalismo, por vezes, pode ser um processo longo e árduo pelo fato de cair no discurso ideológico dominante.

Dessa forma, acreditamos que esse caminho de transformações foi tortuoso, pelo fato de que a ideologia dominante de cada época ser conservador e reacionário à ideias contrárias a sua visão de mundo.

Concordamos com Rubin (2014) quando diz que as ideias econômicas não nascem no vácuo, elas são irmãs-siamesas das conturbações políticas, dos conflitos de classes, nestas circunstâncias é claro que aqueles que refletiram sobre a dinâmica econômica agiram ora como escudeiros da classe dominante, fornecendo armamento ideológico para defesa de interesses ou de grupos particulares ou indicando novas formas de se pensar nos problemas sob a perspectiva da classe que conduzirá o processo revolucionário para outra sociedade. E é justamente por essa razão que Rubin (op. cit.) vai afirmar que o discurso econômico é uma das mais importantes e influentes formas de propagação ideológica, uma vez que as preocupações e propostas assumidas na retórica dessa ciência estão umbilicalmente ligadas à luta de classes¹.

Apoiados metodologicamente na tradição marxista, consideramos que é impossível não desassociar os condicionantes históricos das condições históricas que modificaram a mentalidade do ser humano que erigiu as bases da atual sociedade².

Marx (2017), ao mencionar das formas antediluvianas do capital, e também em Rubin (2014), Heller (1982), Dobb (1983) partimos do entendimento de que as condições que culminaram na sociedade burguesa foram gestadas desde a segunda metade do século XVI. Nestes termos, situaremos no Renascimento³ como o berço de tais condições que movimentou a mentalidade do indivíduo medieval, uma vez que a partir daí que retomava-se os princípios que “estumaban los espectros de la Edad Media” (ENGELS, 1961, p. 03)

Dessa maneira, nos fica compreensível que a ascensão burguesa se deu mediante processo revolucionário que soterrou as bases ideológicas do feudalismo e tão logo que se estabeleceu sua hegemonia deu-se a conversão para classe conservadora e por vezes, reacionária. Assim, em nosso entendimento, o discurso econômico acompanhou a conversão burguesa⁴.

1 Marx e Engels (1986) já deixaram claro que a história de toda sociedade é a história da luta de classes.

2 Em diversas passagens Marx (2013; 1982) e Marx e Engels (2007) deixam claro que é o ideal é o material transposto e traduzido na cabeça do homem, uma vez que “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias, necessárias e independentes de sua vontade [...]” (MARX, 1982, p. 25),

3 Diz Marx (1982, p. 03) da “antecipação da sociedade que se preparava desde o século XVI, e no período XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade”, nesse sentido, entendemos ser o renascimento como o manifesto que engendrou uma série de condições favoráveis que rumaram ao capitalismo.

4 A exemplo disso podemos situar as formulações sobre a Teoria do Valor-Trabalho: em sua fase ascendente, desde as primeiras elaborações fisiocratas que consideravam o trabalho como fon-

Por essa razão, pretendemos apontar alguns elementos que consideramos basilares na formação da ascensão ideológica burguesa e na mudança da mentalidade do indivíduo que substituiu a ideologia do feudalismo pela do capitalismo, com isso, almejamos contribuir no debate do caráter transitório do capitalismo, sendo que da mesma forma que a burguesia assumiu a vanguarda no processo que erigiu as bases do capitalismo, os trabalhadores conduzirão a transição para a sociedade em que ela será a classe hegemônica e apontará para a extinção da luta de classes.

QUESTIONAMENTOS SOBRE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE INDIVÍDUO

O Renascimento constituiu a primeira onda do processo de transição feudal para o capitalismo, fato que se sustenta pelo motivo de que esse movimento ser o marco inicial das condições que sacudiram as bases ideológicas do *Ancién Regime*.

Ainda sobre a Renascença, diz Engels:

Era la más grandiosa transformación progresiva que la humanidad había vivido hasta entonces, una época que requería titanes y supo engendrarlos; titanes, por su vigor mental, sus pasiones y su carácter, por la universalidad de sus intereses y conocimientos y por su erudición. Los hombres que fundaron la moderna dominación de la burguesía eran todos menos gentes burguesamente limitadas. Lejos de ello, en todos dejó su huella más o menos marcada el carácter aventurero de la época en que les tocó vivir." (ENGELS, 1961 p. 04).

Dessa maneira, para além do Renascentismo, Revolução Copernicana⁵ e a Reforma Protestante⁶, também influenciaram de sobremaneira no processo de transição que aos poucos questionava a visão de mundo teocentrista, rompendo gradativamente

te da riqueza até as concepções de Smith (1988) e Ricardo (1988), entendemos que foi uma “arma” contra a nobreza feudal que municiou os burgueses em sua fase ascendente. Tão logo que assumiram a hegemonia classista, os postulados da Teoria Valor-Trabalho foram definitivamente abandonados e substituídas pela Teoria do Valor-Subjetiva elaborada pelos utilitaristas.

5 De acordo com Reali e Antisseri (2004) que a revolução científica iniciou em 1543 com a publicação de *De Revolutionibus Orbitum Coelestium* de Nicolau Copérnico e se estendeu até 1687 na ocasião da publicação de *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* por Isaac Newton. Essa revolução foi um marco no pensamento científico por romper com os princípios fundados em vase na filosofia grega antiga, especialmente a aristotélica, que serviu de bastião da ideologia cristã. Nesse sentido, a teoria copernicana mudou a forma de pensar do mundo e do próprio homem: a ideia teocêntrica foi aos poucos substituída pelo antropocentrismo pela afirmação de que o sol era o centro do sistema solar e não o planeta Terra, como era milenarmente acreditado. Da Revolução científica copernicana, continuam Reale e Antisseri (op. cit.) serviu de base para o empirismo inglês, que, como veremos, postulava que todo conhecimento, inclusive os da natureza eram passíveis de comprovações. Essa revolução promoveu uma reviravolta teórico e social no pensamento filosófico, o mundo como era conhecido estava gradualmente cedendo espaço à novas interpretações e visões de mundo.

6 A Reforma Protestante foi um conjunto de proposições contrárias aos dogmas católicos encabeçados por Martinho Lutero no primeiro quartil do século XVI. Do ponto de vista histórico, dizem Reale e Antisseri (2005, p. 71) com a reforma religiosa proposto por Lutero elementos sociais e políticos se entrelaçaram e mudaram a fisionomia da Europa, portanto, a ruptura não se deu apenas com a tradição religiosa, mas também cultural que constituía na centralidade daquela época, ao propor a tradução da Bíblia para o alemão e abolir o latim das celebrações católicas, foi de suma importância no desenvolvimento linguístico das chamadas línguas nacionais, que por sua vez, funcionou como elemento diferenciador nas comunidades nacionais que se transformariam nos Estados modernos, destaca Coggiola (2015).

aos poucos os laços que sustentavam a alienação medieval⁷, arvorando uma nova visão de mundo do qual se empenhou em potencializar a observação da natureza e direcionar a novas descobertas científicas. Nesse processo, uma ética de fins é paulatinamente substituída por uma ética de valores como defende Bianchi (1988).

Ainda assim, por mais que o Renascimento tenha imprimido uma nova interpretação antropológica, que em muitas das vezes contradizia os dogmas ideológicos medievais, não implicou em uma ruptura drástica com a filosofia católica. Heller (1982) diz que o declínio de uma tradição ideológica com muitos anos de existência é um processo extremamente demorado, e durante a Renascença, o interesse prático do mundo, não entrava em conflito direto com a sobrevivência das ideias religiosas⁸. A isso se deve pelo fato da ressignificação da Igreja Católica que orientou seus postulados pelo pragmatismo da interpretação dual: enquanto a ciência avançava, a interpretação e concepção de mundo ficariam por conta da Igreja (CHASIN, 1988). A igreja católica acompanha as mudanças e persiste até os dias atuais reconfigurada em comparação com sua fase medieval.

É fato incontestável que outras vozes se somaram provocando uma nova maneira de se perceber e sentir o mundo, o movimento humanista⁹ abrangeu o campo da estética e da filosofia literária, ora recorrendo à filosofia clássica greco-romana distinta das interpretações escolástica. Mostram Reale e Antisseri (2014) que o humanismo, promoveu um novo sentido do homem e de seus problemas que culmina nas celebrações teóricas da dignidade do homem e como ela deveria sublevar a sua condição com relação ao cosmo.

Concomitantemente, as bases produtivas da economia feudal já apresentavam sinais de gradativo esfacelamento já em fins do século XVI. A expansão marítima e

7 Na tradição marxista a alienação é um fenômeno que deve ser entendido considerando “a atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa.” (KONDER, 2009, p.40), portanto, a alienação é um processo não exclusivamente capitalista e sim das sociedades em que reinam as condições de propriedade privada, divisão social do trabalho e luta de classes. Nesse sentido, a alienação não é uma exclusividade do modo de produção capitalista.

8 Cabe aqui destacar um personagem que ilustra bem esse momento específico na pessoa do Cardeal Belarmino e sua proeminência no movimento contra-reformista em resposta a Reforma Protestante. Foi através de seu instrumentalismo que postulava, em linhas gerais, com base em Reale e Antisseri (2004), que a ciência poderia existir desde que não abalassem os fundamentos cristãos emanados pela igreja católica. Lukács (2012. p. 38) ilustra melhor o instrumentalismo do cardeal Belarmino ao citá-lo: “Vamos nos adequar aos tempos [...]. Quando novas cartas astronômicas, baseadas em novas hipóteses, facilitarem a navegação de nossos marinheiros, eles devem usá-las. A nós desagrada apenas as teorias que falsificam a Escritura.”.

9 O humanismo representou um movimento intelectual no renascimento que Reale e Antisseri (2004) dizem que representou a “metade” do fenômeno renascentista por integrar a esfera literária, embora não fosse exclusivamente filosófica, essa vertente possuía bases lastreadas no aristotelismo e na filosofia greco-romana. Ainda para os autores, os humanistas estavam preocupados com “a especulação não sistemática, problemática e pragmática” formalizando um novo modelo estético onde o saber crítico propunha maior conhecimento capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana. Deste momento pode-se destacar as obras do lusitano Gil Vicente, cuja obra *A Farsa de Inés Pereira* relatou comportamentos que eram considerados amorais e degradantes para a época, do catalão Miguel de Cervantes e seu *Dom Quixote de La Mancha* que travara intensas batalhas do cavaleiro errante com os moinhos de vento e também do italiano Dante Alighieri cuja *Divina Comédia* fez o homem transpor os portões do inferno em busca de autoconhecimento.

as novas rotas terrestres abriram possibilidades de escoar uma produção que aos poucos era destinada unicamente ao comércio no qual definitivamente refletia na vida cotidiana dos indivíduos. Dessa forma, o discurso científico buscava responder tais manifestações amparada no racionalismo, dessa maneira, vão surgindo novas formas de ser interpretar a realidade que estava em franco processo de transformação¹⁰.

AS LUZES E OS RASGOS COM A IDEOLOGIA FEUDAL

Desde as primeiras inquietações Renascentistas fomentaram todo uma efervescência científica e cultural que culminou no movimento Iluminista que por sua vez, mantém o sentido de transformação e revolução social. Assim, o achado do continente americano, a circunavegação, a filosofia, a estética, o avanço científico na química, física, biologia e matemática, impactaram de sobremaneira a forma de pensar do indivíduo. No último quartil do século XVIII, burguesia inglesa já havia realizado sua revolução e dava largos passos na construção da sociedade capitalista naquele país.

Portanto, em nosso entendimento do pensamento Renascentista para o Iluminismo deu-se um salto epistemológico que representou um avanço no deslocamento das crenças da ideologia medieval às leis particulares e individuais¹¹, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando afirma que houve um predomínio da razão como fator do próprio progresso humano.

É fato inquestionável que o Iluminismo, portanto, foi um dos acontecimentos históricos decisivos para o estabelecimento da modernidade¹², nesse sentido, Paulani (2005, p. 25), diz que foi a partir daí que o mundo divino transformou-se em “algo postulado por nós”, o livre-arbítrio funde-se com os interesses do Estado moderno em detrimento do direito histórico ou de nascença como postulado na Idade Média. A questão ética, portanto, é fundada na vontade do indivíduo e não mais como uma

10 Marx (2013) quando remonta a *Assim Chamada Acumulação Primitiva*, mostra que na Inglaterra já na segunda metade do século XVI a exploração do trabalho servil já não era predominante neste país, a maior parte da população consistia, portanto, em camponeses livres e economicamente autônomos. “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVII. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]” (*Ibid*, p. 789). Notadamente Marx (Op. cit.) refere-se à política de cercamentos inglesa no qual expropriou o camponês do campo transformando as terras de lavoura em pastagens de ovelhas para saciar a gana da velha nobreza feudal devido a alta do preço da lã pelo florescimento da manufatura inglesa.

11 Os Renascentistas com relação aos Iluministas enfrentaram obstáculos diferentes na divulgação de suas teses, a primeira, no qual consideramos a mais árdua, se deu no âmbito ideológico imposto pela igreja católica e das dificuldades de se romper com esse pensamento difundido pelo clero e da repressão aos que questionassem tal ideologia. Enquanto os Iluministas, pelo tempo histórico, encontraram palco favorável para exposição de suas ideias. No entanto, nota-se traços que são comuns aos dois movimentos: “1) a confiança na utilidade da razão para transformar o mundo; 2) a crença otimista no progresso da humanidade; 3) o desenvolvimento das ciências; 4) a mudança de atitude em relação à religião e seus dogmas; 5) a valorização da natureza, de leis e direitos naturais; 6) o individualismo, assente numa concepção antropocêntrica do universo, bem como na admissão da possibilidade de conciliar interesses pessoais com o interesse coletivo.” (BIANCHI, 1988, p. 75, grifos nossos).

12 Os outros acontecimentos que se somaram ao Iluminismo citados por Paulani (2005) foram, notadamente a Reforma Protestante e a Revolução Francesa.

predestinação divina, “os conceitos morais adaptam-se ao reconhecimento da liberdade subjetiva do homem, a Natureza perde sua magia por que a ciência objetivamente liberta o sujeito cognoscente.” (*Id. Ibidem*. p, 26).

A exemplo disso, a materialização do homem com a própria natureza, explícita na filosofia de Francis Bacon como apontam Vaisman (1989) e Coggiola (2015), refletiu decisivamente na filosofia cartesiana, nos enciclopedistas franceses do século XVII e na própria Revolução Francesa, ao derrotar a tradição filosófica da especulação escolástica através de um método de análise fundada na busca de elementos “ateóricos” e perturbadores do pensamento cognoscitivo daquela época.

Bacon pode testemunhar o desenvolvimento da manufatura e das novas propostas científicas que contribuíram no alvorecer industrial na Inglaterra de um ponto de vista privilegiado¹³ e sob o ponto de vista da corte e da aristocracia, por ter defendido abertamente a usura, no qual vaticinava os juros como uma “concessão à dureza do coração humano” (BIANCHI, 1988, p. 55), Bacon foi elo vital no processo de evolução das condições propícias para o surgimento da Economia Política Clássica. Reale e Antisseri (2004, p. 264) vão além e o consideram como “filósofo da era industrial”¹⁴.

Mesmo sem romper definitivamente com os dogmas eclesiásticos, Descartes (1996) por sua vez sustentou que a fé e a razão provêm de Deus, portanto, não poderiam se contrapor mutuamente, para ele, a razão humana não pode assumir a pretensão de razão absoluta, devendo aceitar o controle e os desígnios da fé. Por ser herdeiro direto do resgate da filosofia clássica Renascentista, no qual concebeu ao homem o direito de pensamento autônomo, Descartes (1996) desenvolve a partir da crítica aristotélica e Escolástica a noção de método e de universo infinito do qual contribuiu na formação do ao expressar o estímulo ao raciocínio analítico e dedutivo construído a partir de rigorosa lógica formal: o seu método localiza-se a incessante decomposição analítica do processo no qual a mente humana procura conhecer a verdade, como demonstra Bianchi (1988).

Assim, porque os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. E porque há

13 Bianchi (1988) destaca a proximidade de Bacon com a Monarquia Tudor na Inglaterra.

14 Acreditamos que é incomensurável a contribuição de Francis Bacon no discurso filosófico moderno que erigiu as bases da sociedade capitalista, no entanto, foge as pretensões desse trabalho aprofundar nos detalhes dessa contribuição, contudo, a nosso juízo é importante destacar que para ele, o fundamento da ciência humano consiste na descoberta da forma de uma natureza dada. Posto isso, ele sistematiza a teoria dos “*Idola*”, ou teoria dos ídolos, cuja primeira função é a de “tornar os homens conscientes das falsas noções que obscurecem sua mente e barram o caminho para a verdade” (REALE; ANTISSENI, 2004, p. 269). Essa formulação foi basilar na construção do arcabouço teórico da modernidade. Para essa teoria, os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano não apenas sitiam a mente dos indivíduos dificultando o conhecimento objetivo da verdade, mas também continuam a interferir durante o processo de construção e elaboração científica. Explica ainda Vaisman (1989) que Bacon objetivou na doutrina das *idola* uma maneira de se obter análise sistemática e universalmente válida dos fatores que estorvam o pensar, uma vez que seu objetivo principal era esclarecer quais os fatores que perturbam o acesso fiel à reprodução conceitual do mundo empírico. Completa ainda Bianchi (1988) que o empirismo baconiano exerce domínio metodológico até os dias atuais em vários ramos científicos, inclusive nas ciências humanas e sociais.

homens que se enganam ao raciocinar, mesmo sobre os mais simples temas de geometria, e neles cometem paralogismos, julgando que eu era tão sujeito ao erro quanto qualquer outro, rejeitei como falsas todas as razões que antes tomara como demonstrações. E, finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordado também nos podem ocorrer quando dormimos, resvolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava. (DESCARTES, 1996, p. 37-38, itálicos originais).

Entendemos que o reconhecimento da liberdade subjetiva do homem com relação à natureza foi basilar na construção do individualismo regido pela burguesia em sua fase progressista, ou seja, a capacidade humana de atingir o progresso mediante a livre concorrência entre os indivíduos e não da conduta determinista teológica. A individualização da sociedade, diz Coggiola (2015) serviu de base ao pensamento econômico liberal que desenvolveria no século XVIII¹⁵.

Nessa mesma perspectiva, Coutinho (1993) destaca que foi no Iluminismo que a filosofia política conciliou a abdicação ao estado de natureza com a liberdade, ou seja, a legitimidade individual no interior da sociedade política pactuada pelos homens. Nesse sentido, o debate Iluminista da formação da sociedade política reclama gradativamente a separação do Estado da igreja católica, que em nosso entendimento, separaria o Estado que no Iluminismo essencialmente burguês do organismo que foi o mais importante instrumento de disseminação ideológica feudal.

As ideias Iluministas consoante com a colonização e exploração do continente americano e expansão industrial, elevou ainda mais o debate na concepção da modernidade e do próprio papel do homem no mundo cujo ideal estava representado no homem europeu civilizado em contraposição ao autóctone considerado desprovido de cultura e, portanto, passível de escravidão¹⁶.

Se compararmos com o homem renascentista, as mudanças na mentalidade do

15 “A atomização (individualização) da sociedade era a base do pensamento liberal. O liberalismo político fundamentou-se na necessidade de equilibrar os sentimentos humanos guiados pela irracionalidade: superação do feudalismo e do jusnaturalismo auxiliou as primeiras declarações de direitos individuais; a “paixão liberal” se concentrou na formulação dos direitos fundamentais do indivíduo, isoladamente considerado. O surgimento de uma burguesia capitalista acompanhou a gênese dos “direitos individuais” (COGGIOLA, 2015, p. 53, destaque original).

16 Embora os Iluministas procurassem trazer luz ante as trevas da Idade Média, quando era benéfico à acumulação de capitais, o discurso racionalista era completamente despojado de todo sentido humanista e se agarrawam à dogmas católicos para justificar os interesses da acumulação. Montesquieu, um expoente do movimento Iluminista escreveu em 1748: “Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro [...] É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os consideramos homens, começariam a acreditar que não somos cristãos” (MONTESQUIEU, apud COGGIOLA, 2015, p. 229).

indivíduo, foram notórias, argumenta Bianchi (1988) que a ampla disseminação das descobertas científicas também foram fundamentais para que a própria natureza fosse percebida como uma força eminentemente passível de mensuração e controle e não atribuído à providência cujos desígnios são imponderáveis. Destarte, o paradigma da física newtoniana, no qual se aliou ao empirismo inglês se expandiu para outros campos da ciência gestando no indivíduo novas formas de se conceber o mundo.

A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans*. No devido tempo se tornaram os *slogans* da Revolução francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter consequências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam ser esperados [...] de um exercício irrestrito do talento individual em um mundo de razão. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias. (HOBBSAWM, 2016, p. 48).

Portanto, entendemos que as ideias iluministas possibilitaram a ascensão de uma ideologia que construiu uma nova concepção de homem e de seu papel no universo, ao apontar para uma sociedade progressista. É nesse momento específico, no marco do empirismo inglês e a influência do iluminismo francês – no qual firmaram a sociologia moderna – como inflexões iniciais do discurso que regimentaram a ideologia progressista burguesa, no qual, em largos passos, sepultou o *Ancien Régime* e definiu a sociedade moderna. Nestes termos, foi nesse mesmo momento em que consideramos a confirmação da fase progressista ideológica dessa classe, uma vez que, de acordo com Lukács (2010), a filosofia burguesa clássica desenvolveu uma ideologia universal e potente sintetizada sob o signo do progresso.

Outrossim, partimos do entendimento de que partir da ideia do progresso racional, da efervescência mundial originado do desenvolvimento da técnica naval e ferroviário que encurtou ainda mais as distâncias europeias com o restante do planeta impulsionando ainda mais o comércio e a indústria naquele continente, forneceram pano de fundo ideal na convicção do progresso do conhecimento humano, das ciências, do controle da natureza em benefício da classe burguesa cuja dominância política e econômica era predominante. Mostra ainda Hobsbawm (2016) que as ciências dedicavam-se fundamentalmente a soluções de problemas produtivos, os avanços tecnológicos mais significativos foram em benefício da Revolução Industrial¹⁷ que no século XIX já não era mais uma exclusividade inglesa¹⁸, evidentemente, tais forças por

17 Diz ainda Hobsbawm (2016, p. 47 - *passim*) que um dos mais surpreendentes avanços da década de 1780 foi na química, “que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria”. Mas no século XVIII a convicção Iluminista do progresso científico e tecnológico foi a força motriz que impulsionou o espírito científico.

18 Muito embora Hobsbawm (1969) deixe claro que a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico e sim uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social. É notadamente reconhecido o pioneirismo da industrialização na ilha britânica, “precedida por, pelo menos, 200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, que lançou seus alicerces [...]” (Ibid., p. 34). Também é reconhecido a proeminência da revolução burgue-

mais que defendessem o progresso social e humanístico, estavam a serviço de uma classe que estava na vanguarda desse processo.

É inegável desconsiderarmos o caráter humanístico e emancipatório do iluminismo em comparação com as forças produtivas e as ideológicas do *Ancién Regime*, a credulidade ilustrada de em sua capacidade de transformar o mundo, do qual, a nosso juízo, representou o ápice do movimento iniciado no Renascimento dois séculos antes. Por essa razão, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando salienta que a particularidade ilustrada, está no fato que fez da mente humana palco privilegiado de atuação sobre os condicionantes históricos.

Outrossim, Lukács (2010; 1959) e Netto (1978) demonstram a filosofia burguesa em sua fase revolucionária foi embasada em elevado nível de concepção de mundo, fermentaram as ciências norteadas pela razão.

Neste período, com a burguesia encarnando os ideais de progresso e toda sociedade, os seus pensadores sustentam a plena cognoscibilidade do mundo e mantêm uma grande independência face às exigências ideológicas da sua própria classe social, na medida em que o seu exercício intelectual se funda na admissão da imensa tarefa histórica a ser cumprida pela burguesia; isto possibilita-lhes a crítica, de dentro, das características mais deletérias do mundo burguês, e, além disso, faz com que os seus equívocos teóricos decorram da própria necessidade das ilusões heroicas despertadas com a preparação da Revolução Francesa. (NETTO, 1978, p. 17).

Paralelamente em que a burguesia progressista se debruçava sobre a realidade de sua época, explica Coggiola (2015, p. 38) que as revoluções econômica e social exigiam escopo teórico que fosse capaz de explicar à luz dos novíssimos tempos, a suas leis e sua dinâmica que rompessem com a mera especulação factual.

A sociedade erigida pela burguesia, cuja produção crescia assustadoramente em níveis elevadíssimos, foi imperioso a necessidade de compreensão e sistematização dessa dinâmica. Dessa maneira, a Economia Política, surge como a ciência que explicaria “a anatomia da sociedade burguesa” (MARX, 1982, p. 25).

Disto trata a nascente disciplina da Economia Política: das relações entre os homens, na reprodução da vida material. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do comércio, da agricultura e da manufatura revolucionara as estruturas produtiva e social. Uma fração crescente da população incorporava-se ao mundo da produção mercantil. O debate político e intelectual passa a refletir cada vez mais a temática dos negócios públicos e privados, cujo círculo de influências extravasa os até então restritos circuitos financeiros e comerciais. Categorias como juros, preços, taxas de câmbio, valor – todas elas expressões da sociabilidade mercantil – impregnam a vida social corrente, definindo o estado dos negócios e a propriedade dos povos. (COUTINHO, 1993, p. 19).

Ainda de acordo com Coutinho (1993,) alvoreceu novo corpo científico e sa desse país em meados do século XVII, cujos governos instaurados estavam firmemente comprometidos com políticas que favoreciam o lucro acima dos demais objetivos, estabelecendo, portanto, condicionantes propícios à Revolução Industrial nesse país. “Já na segunda metade do século XVIII, praticamente todos os governos da Europa desejavam a Industrialização”. (Id., Op. Cit., p. 36)

metodológico que passou a nortear a análise econômica à lógica disciplinar racionalista, para ele, os assuntos econômicos adquiriram o estatuto de investigação científica na busca de identificar os mecanismos de funcionamento dessa nova sociedade: a sociedade capitalista.

Desse caldo de efervescência ideológica do período revolucionário burguês que buscava demonstrar a realidade sem “temor das contradições que pudessem ser esclarecidas” (LUKÁCS, 2010, p. 53), a Economia Política Clássica, cujas figuras centrais são Adam Smith e David Ricardo, foi uma das mais importantes e influentes formas de propagação ideológica assumindo papel de destaque na retórica assumida pela burguesia revolucionária como aponta Rubin (2014).

Assim, não seria errado dizer que a burguesia foi uma classe revolucionária que buscou não apenas a compreensão da sociedade de seu tempo, mas também a transformou, colocando-se como classe dominante.

Dessa maneira, tão logo que a burguesia assume enquanto classe dominante, a luta de classes assume o aspecto estritamente capitalista: de um lado, a burguesia que não se porta mais como classe revolucionária e sim conservadora e de outro lado, os trabalhadores enquanto classe subjugada pela hegemonia burguesa. O discurso progressista burguês é esvaziado no que Lukács (2010) elenca como decadência ideológica.

Sobre o conceito lukáciano de decadência ideológica, Netto (1978) sintetiza ao dizer que o discurso filosófico burguês assume três estágios distintos: o primeiro que encerra até 1848 do qual foram férteis e de elevados níveis de abstração da realidade do qual construiu a sociedade capitalista. O segundo momento ocorrido após a consolidação do poder político com a entrada autônoma do proletariado na cena política, do qual o discurso filosófico assume a perspectiva conservadora e abandona os valores universais e passa a expressar “seus mesquinhos interesses particulares” (*op. Cit*, p. 17) e de profunda reação contra os operários. E, portanto, o terceiro momento é o da agudização das contradições da sociedade burguesa do qual ocorre o aprofundamento do segundo momento.

No entanto, tão logo que foi instituída a sua hegemonia de classe, ocorre a decadência ideológica da burguesia, ou seja, há o abandono o sentido progressista de sua fase revolucionária e assume o caráter conservador, mistificador e reacionário no contexto da luta de classes apresentada no modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES

Como já apontado até aqui, o desenvolvimento de novas bases produtivas, surgiu a necessidade de se compreender a sua dinâmica que diretamente refletia no cotidiano da sociedade.

Com os ideólogos progressistas do período de preparação da sociedade burguesa, os pensadores se propuseram a idealizar a sociedade burguesa através

de uma conduta humana norteada pelo egoísmo e individualismo, que muito divergia da concepção de homem observador imposta pela ideologia apregoada pela Igreja. Desse novo entendimento de homem, de seu papel no mundo e da maneira de como se relacionaria com a natureza, consideramos que foi o cerne no qual direcionou a ideologia do burguês que questionou os laços estamentais da sociedade que seria abolida.

Portanto, a nosso juízo, as especulações econômicas estiveram diretamente ligadas ao discurso filosófico tanto do entendimento do homem, quanto da própria concepção deste com a natureza.

Por essa razão, por entendermos a ideologia nos termos lukácsianos¹⁹de que ela é determinada pelas circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, por essa razão, ao considerarmos não o sentido unívoco de falsa consciência, mas também como uma elaboração ideal da realidade que norteia a práxis do ser social consciente e capaz de agir, estamos convencidos do caráter transitório do capitalismo e de que a transição para outra sociedade se dará pela práxis negadora da ideologia hegemônica.

Da mesma maneira que a burguesia muniu contra a classe hegemônica feudal ao imprimir um novo entendimento de indivíduo e de seu posicionamento com a natureza, responderam aos anseios e interesses de sua classe. Nesse sentido, entendemos que o discurso econômico esteve diretamente associado e foi um forte aliado nesse processo.

Assim como a burguesia cumpriu seu papel histórico em construir a sociedade capitalista, a nosso juízo, estamos convictos e lastreados em Lenin (1973) que somente a partir do método de análise da sociedade que parta da perspectiva dos trabalhadores, ou seja, em posse do método científico de investigação social inaugurado por Marx trabalhadores, por sua vez, assumirão seu papel histórico no direcionamento para uma outra sociedade verdadeiramente humana, onde inexista a exploração do homem pelo próprio homem.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria. **A pré-História da Economia**: De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

CHASIN, José. **A superação do Liberalismo**. Maceió, s/d., 1988. 246 p. Mimeografado.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo**: Das origens até a Primeira Guerra. São Paulo: s.n., 2015.

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DOBB. Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

19 Cf. Lukács (2013)

ENGELS, Friedrich. **Dialéctica de la naturaleza**. La Habana: Progresso, 1961.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: 1789 – 1848. 37ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de Alienação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir Illich. **Obras Escogidas**. Tomo V. Edição em Castelhano. Moscú: Progreso, 1973.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e Teoria da Literatura**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes**: A Economia Vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: De Spinoza a kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Do Humanismo a Descartes. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

RUBIN, Isaac Illich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

VAISMAN, Ester. A Ideologia e a sua determinação ontológica. São Paulo, **Revista Ensaio**. Nº. 17/18, 1989.

CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 05/12/2019

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Caxias – Maranhão

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Teresina – Piauí

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Teresina – Piauí

situação do litígio entre o Piauí e o Ceará no final do século XIX, influenciou na construção da Identidade das pessoas que moravam nestes espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Imprensa. Amarração. Piauí. Ceará.

**CEARENSES OR PIAUIENSES?
REFLECTIONS ON IDENTITY IN THE
VILLAGE OF AMARRAÇÃO IN PIAUÍ'S
COAST IN THE END OF THE NINETEENTH
CENTURY**

ABSTRACT: This study aimed to discuss how identity issues take shape on Amarração from the existing litigation situation between the province of Piauí and Ceará at the end of the nineteenth century. As methodological procedures, documentary analysis was used, based on hemerographic, cartographic and executive power sources, as well as bibliographical research, with contributions from Piauí historiography. It is important to clarify that the question of identity is present in the situation analyzed in view of the excerpts from the transcribed hemerographic sources, showing the relationship of the inhabitants of both Amarração and Vale do Crateús with the provinces of Piauí and Ceará, respectively. Thus, territorial disputes arising from the dispute between Piauí and Ceará in the late nineteenth century influenced the construction of the

RESUMO: Este estudo teve como objetivo discutir sobre como as questões referentes a Identidade em Amarração tomam forma a partir do litígio entre a província do Piauí e do Ceará no final do século XIX. Como metodologia empregou-se a análise documental, a partir de fontes hemerográficas, cartográficas e do poder executivo, e a pesquisa bibliográfica, tendo como apóteose expoentes da historiografia piauiense. Importa esclarecer que a questão da identidade se faz presente na situação analisada em face dos trechos das fontes hemerográficas transcritos evidenciarem a relação de pertencimento dos habitantes tanto de Amarração quanto do Vale do Crateús com as províncias do Piauí e Ceará, respectivamente. Assim, as disputas territoriais a partir da

identity of the people who lived in these spaces.

KEYWORDS: Identity. Press. Amarração. Piauí. Ceará.

1 | INTRODUÇÃO

Durante os meses de julho e agosto de 1880 o periódico “A Imprensa” publicou uma série de edições que traziam os embates protagonizados no senado imperial pelo senador da província do Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador e deputado com relevante participação política no Piauí durante os anos de 1850 e 1889 (CASTRO, 2015), e pelo senador da província do Ceará, Domingos José Nogueira Jaguaribe, político cearense que ocupou cargos de deputado provincial, deputado geral e também senador pela província do Ceará entre os anos de 1850 e 1889 (BRASIL, 2018) durante o mês de junho de 1880, acerca da importância e necessidade para a província do Piauí de uma permuta de territórios com a província vizinha.

Neste contexto, Território não deve ser entendido como um sinônimo de espaço geográfico, mas sim enquanto um espaço criado e delimitado através de relações de poder. O Estado-Nação do século XIX utilizava este vocábulo vinculando-o ao seu discurso político para delimitação do território nacional, vinculando ainda o espaço geográfico as relações de poderes ali construídas, fomentando assim este território, seja ele nacional ou provincial (SOUZA, 2013).

Notadamente a troca sugerida por João Lustosa da Cunha Paranaguá e efetivada ainda no mesmo ano pelo Decreto Nº 3.012, de 22 de outubro de 1880 (BRASIL, 1880) referia-se a passagem de Amarração (Atual cidade de Luís Correia / PI) para a província do Piauí e do Vale do Crateús para a província do Ceará.

Essa discussão protagonizada por Paranaguá e Jaguaribe nos chamaram a atenção por um fator singular no que se refere aos argumentos utilizados pelo senador piauiense para justificar a permuta territorial com a província vizinha, bem como para convencer o senador cearense dessa necessidade. Embora a defesa incisiva por parte do senador piauiense tenha se pautado, principalmente, a partir da necessidade vivenciada pelo Piauí em ter um porto marítimo, no caso, o porto de Amarração, para escoamento dos seus produtos, consequentemente o desenvolvimento da província, é interessante o destaque dado por Paranaguá aos sentimentos das populações que viviam em Amarração e no Vale do Crateús.

O senador piauiense se vale justamente de um sentimento de pertencimento, de Identidade, das povoações locais, percebido a partir de petições e abaixo-assinados em Amarração para seu retorno a província do Piauí e no Vale do Crateús para que este integrasse o território do Ceará, para ordenar o seu discurso e em conjunto com as necessidades econômicas justificar a importância da troca dos territórios entre a província do Ceará e do Piauí.

Dessa forma, a problemática da Identidade torna-se um aspecto relevante para fundamentar e amparar a permuta territorial entre a província do Piauí e do Ceará no

final do século XIX, tendo em vista o seu destaque durante as discussões sobre a questão litigiosa no senado imperial entre Paranaguá e Jaguaribe.

No entanto, é preciso indicar que a Identidade traz em si múltiplos conceitos e que, talvez, seja possível perceber mais de uma perspectiva ao considerar o que as fontes nos indicam sobre os sentimentos das populações de Amarração e do Vale do Crateús. Sendo assim, uma das formas de pensar a questão da identidade no ser humano parte da compreensão fundamental de que não se trata de algo que sempre existiu, mas sim de algo que está se transformando constantemente. Dessa forma, discutir sobre identidade resvala na necessidade de percepção-la enquanto múltipla, fragmentada e, muitas vezes, contraditória, no sentido de perceber que ao longo da vida nunca somos, mas sim sempre estamos.

Aqui o sujeito fragmenta-se. Descobre que nele existem outros “eus” e que estes não compõem um ser idêntico e que assim permanece do seu nascimento até a morte. Longe disso, a identidade perde seu caráter antes tido como estável e até mesmo estático, tornando-se instável e moldando-se de acordo com o tempo, com o espaço, com as experiências e grupos sociais no qual os sujeitos encontram-se. De certa forma, pode-se dizer que a metamorfose ambulante de Raul Seixas é tão exaltada por este manifesta-se nesta concepção de Identidade.

Essa percepção mais fluída da Identidade também serve para compreendermos a identidade nacional ou mesmo a identidade territorial não enquanto algo natural, mas sim historicamente construídas, no sentido de se ter a percepção que não se nasce com uma identidade nacional ou territorial, mas sim constrói-se esta a partir de uma série de representações e símbolos criados para produzir sentidos e garantir às pessoas o sentimento de pertencimento ou imersão a estas comunidades imaginadas.

Com relação a Identidade e Nação, Hobsbawm (2013) aponta que durante o século XIX e para a ideologia do Liberalismo uma nação só poderia ser considerada dessa forma se atendesse os seguintes critérios: Ter uma associação histórica com um Estado existente; Existir uma elite cultural historicamente estabelecida e que possuísse um vernáculo linguístico e administrativo; Ter a capacidade para realizar guerras e conquistar novos territórios. De acordo com o autor, este conceito de Nação que fundamenta a Identidade Nacional dos Estados-Nação do século XIX a partir da ideologia liberal se sustenta a partir de uma noção de evolucionismo histórico no qual o pequeno grupo seguiria até o grande, da família perpassando a tribo, a região, a nação e ao fim de tudo a unificação global. Essa compreensão se faz necessário para tentarmos compreender posteriormente os sentimentos de pertencimento apontados nas fontes analisadas para a construção de nossa narrativa

Além disso, deve-se compreender também a relação de dependência existente entre Identidade e Diferença, no sentido de que a fabricação da primeira é marcada pela segunda e que as afirmações realizadas acerca da Identidade só possuem sentido se entendidas juntamente as assertivas referentes a Diferença. Assim, pode-se dizer que você só se percebe enquanto pertencente a um grupo ou comunidade na medida que

você afirma que não faz parte de outro, estabelecendo assim uma oposição binária entre Identidade e Diferença.

Ao menos, essa é, de forma bastante resumida, a concepção que autores como Bauman (2005), Woodward (2014) e Hall (2015) nos trazem ao discutir sobre a Identidade no sujeito que experencia e vive a Pós-Modernidade/Modernidade Tardia/Modernidade Líquida. Tendo em vista essa compreensão sobre o conceito de Identidade seria possível pensar este aspecto a partir de uma questão litigiosa existente entre a província do Piauí e do Ceará no final do século XIX, no caso a devolução do território de Amarração em troca do Vale do Crateús, e os sentimentos de pertencimento que segundo os periódicos analisados eram expressados pelas populações?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi discutir de que maneira questões referentes a Identidade tomam forma a partir da situação de litígio existente entre a província do Piauí e do Ceará no final do período oitocentista.

A metodologia empregada utilizou análise documental, particularmente das edições de número 647, 650 e 653 do periódico “A Imprensa” publicadas entre julho e outubro de 1880 e das edições de número 260 e 290 do periódico “A Época” publicadas respectivamente em junho de 1883 e fevereiro de 1884. Além disso, empregou-se também pesquisa bibliográfica a partir de autores da historiografia piauiense que pudessem auxiliar na compreensão sobre o conflito territorial entre as duas províncias para que fosse possível a discussão sobre Identidade a luz das fontes já indicadas, sendo estes, Nunes (1975), Alencastre (1981) e Baptista (1986). E para sustentação a nível teórico no que tange o conceito de Identidade recorreu-se, principalmente, a Bauman (2005), Woodward (2014) e Hall (2015).

Sendo assim, este trabalho buscou discutir sobre a possibilidade da existência de um sentimento de pertencimento nas províncias do Piauí e do Ceará, tanto para uma suposta Identidade vinculada ao ser “piauiense” como ao ser “cearense”, no final do século XIX e como estes sentimentos se inseriram o litígio entre as duas províncias neste momento.

2 | TOMA LÁ, DÁ CÁ: A RETOMADA DE AMARRAÇÃO PELO PIAUÍ

Talvez a primeira pergunta que precisemos responder antes de apontar como a Identidade se insere na disputa litigiosa entre a província do Piauí e do Ceará seja indicar o que possibilitou que esse conflito ocorresse no final do período oitocentista. Para tanto é preciso inicialmente situar os dois espaços que se configuraram enquanto cerne do litígio: Amarração e o Vale do Crateús.

A ocupação do espaço que se constituiu enquanto Amarração se deu durante o início do século XIX, inicialmente por ação de pescadores que estabeleceram uma pequena vila na Barra de mesmo nome, pertencendo a província do Piauí neste primeiro momento. Pouco tempo depois é anexada pela província do Ceará em função da atuação de padres da freguesia de Granja em suas áreas adjacentes. Em função

das relações econômicas e políticas que passaram a existir com Granja naquele período Amarração deixa de ser um povoado e transforma-se em distrito pelo governo provincial do Ceará através da Lei nº 1.177 de 29 de agosto de 1865 e, passados nove anos, é elevada a categoria de Vila pela Lei nº 1.596 de 05 de agosto de 1874.

Com relação ao pertencimento de Amarração a província do Piauí a priori de sua anexação pela província do Ceará o “Mappa Geografico da Capitania do Piauhy” de Antonio Galúcio publicado em 1760 é a fonte histórica que melhor evidencia o espaço que viria a se tornar a Vila de Amarração ainda fazendo parte do território do Piauí, sendo este citado por Nunes (1975), Alencastre (1981) e Baptista (1986).

Com relação aos mapas produzidos no decorrer do século XIX estes já colocam Amarração pertencente a província do Ceará, como é o caso da “Carta Chorographica da Província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje (1861)” (Sic) de Pedro Théberge.

Somente em 1880 o Piauí consegue a retomada de Amarração através do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, que além de definir os limites entre as duas províncias, anexa à província do Ceará as Vilas de Príncipe Imperial (Atual Crateús / CE) e Independência, no caso, o Vale do Crateús, cedidas para garantir a posse de Amarração. Este decreto por resolução da Assembleia Geral foi sancionado a partir das arguições defendidas pelo Senador João Lustosa da Cunha Paranaguá como representante da província do Piauí.

O motivo que levou a província do Piauí a buscar a retomada do território de Amarração, anexado pelo Ceará, no século XIX, se deu em função da necessidade econômica de possuir um porto marítimo que garantisse o escoamento da produção pecuária e agrícola da província, visto que na época acreditava-se que isso possibilitaria o desenvolvimento e progresso piauiense.

De acordo com Queiroz (1998), Santana (2001) e Rego (2010) a segunda metade do século XIX até o começo do século seguinte marca no Piauí a instalação de um novo projeto econômico. Este teve seu início a partir da transferência da capital de Oeiras para Teresina e tinha como objetivo inserir a província do Piauí no mercado externo. Essa inserção só se tornaria viável a partir de três aspectos fundamentais: o desenvolvimento e exploração de suas vias fluviais, especialmente o rio Parnaíba, principal artéria fluvial da província; a construção de um porto marítimo que deveria ser realizado no território de Amarração após sua retomada; a implantação da estrada férrea conectando a província até o seu porto. Deve-se destacar também que durante este período a produção piauiense se concentrava na área da Pecuária e do Extrativismo Vegetal, principalmente com produtos como a cera de Carnaúba, borracha de Manicoba, Algodão, Coco Babaçu, além de outros, que seguiam do interior da província para o litoral a fim de serem exportados.

No entanto, a permuta realizada entre as duas províncias não foi de todo considerado benéfica para o Piauí, tendo em vista que já no embate entre o senador Paranaguá e Jaguaribe, o senador piauiense já apontava as vantagens que a província

do Ceará teria com a troca em detrimento da província do Piauí, como pode-se verificar a partir da edição de 10 de julho de 1880 de “A Imprensa” na qual tem-se transcreto o seguinte trecho da fala do senador Paranaguá no Senado Imperial:

[...] Consideramos muito a proposito e de utilidade publica e boa administração que da provincia do Ceará se desmembre para a do Piauhy todo o território e litoral que ficar para oeste por uma linha divisoria que se deve tirar da tromba da serra da Ibiapaba á barra do rio Timonha, encorporando-se ao termo e freguezia da Parnahyba: que do Piauhy se desmembre para o Ceará o sertão de Cratiús, que fica da cordilheira da Serra Grande para leste, encorporando-se ao termo e freguezia da villa de S. João do Principe, enquanto não se crear villa e freguezia na povoação de Piranhas, como convém. [...]

Nesse mesmo documento, como se vê, a deputação cearense pedia a desmembração do valle do Cratiús para a sua província, comprehendendo o territorio que hoje forma a comarca do Principe Imperial, composta dos dous termos – Principe Imperial e Independencia.

Isto que foi pretendido em 1827, para terminar semelhante controvérsia, achou sua consagração na camara actual pelo acordo a que poderam chegar as deputações do Ceará e Piauhy. [...]

Eu e meus honrados amigos, representantes do Piauhy, reconhecemos a dificuldade de nossa posição, porque tambem assumimos uma grande responsabilidade perante nossa província abrindo mão de um territorio tão extenso e importante, como é a comarca do Principe Imperial, recebendo em compensação um pequeno territorio, ainda pouco povoado, como é a freguesia de Amarração. (Sic) (A IMPRENSA, 1880)

No trecho em destaque o senador piauiense aponta que a troca a ser efetivada traria benefícios não apenas para as províncias, mas de maneira geral para o país, destacando ainda que a vontade existente para a realização da permuta não vinha apenas do Piauí, mas também do Ceará em anos anteriores, conforme documento por ele citado. Não obstante isso o senador também enfatiza que a situação seria mais vantajosa para a província do Ceará do que para a província do Piauí, considerando a extensão, importância econômica, características naturais e aspectos demográficos do Vale do Crateús em detrimento ao pequeno trecho de litoral que correspondia a Amarração reivindicado pelo Piauí.

A preocupação demonstrada por Paranaguá e utilizada para convencer o senador cearense a aceitar a resolução da questão não era sem fundamento, tendo em vista que este provavelmente tinha consciência das críticas existentes na própria província do Piauí contrárias a definição dos limites do Piauí e do Ceará através do sacrifício do Vale do Crateús, considerado mais relevante do que Amarração. Sobre isto, o Partido Conservador através da edição de 1 de fevereiro de 1884 do periódico “A Época”, mesmo quatro anos depois do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, ainda o contestava, como evidencia o trecho da citada edição transcreto a seguir:

[...] Vem de molde lembrar-se aqui a permuta ou troca leonina e vergonhosa da extensa, populosa e fértil comarca do Principe Imperial, com duas boas villas e um eleitorado que sobe a duzentos, por uma insignificante villa da Amarração, sem terreno habitável, cujo termo novíssimo, apenas conta uma pequena população

adventicia, encravada entre o mar, a serra do Timonha pelo lado do Ceará, mangaes, pantanos, restingas e areias para todas as partes, com 11 leguas de extensão ao máximo, sem largura alguma, e um eleitorado dez vezes menor ao daquelle comarca cedida! Foi um negocio ou arranjo de todo ponto prejudicial e attentatorio dos direitos mais palpitantes, e caros interesses do Piauhy, que quasi de mãos beijadas e como que violentado, cedeu o famoso valle dos Crateús, a mais creadora, fertil, e – talvez – salubre zona de ambas as provincias. (Sic) (A ÉPOCA, 1884)

É perceptível, então, que não existia um consenso entre os políticos piauienses no que se refere a recuperação de Amarração quanto para que isto ocorresse fosse necessário abrir mão do Vale do Crateús, região que na época se configurava como promissora para o desenvolvimento econômico e social da província. Mesmo as aspirações relativas a Amarração não seriam suficientes para justificar para todos um embate tão vigoroso para efetivar a troca dos territórios em questão entre as duas províncias através do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880.

Da mesma forma evidencia-se ainda que as disputas políticas existente entre o Partido Liberal e o Partido Conservador ao longo da década de 1880 na província do Piauí refletem-se nas páginas de seus periódicos oficiais, “A Imprensa” e “A Época” e ao se tratar da questão litigiosa do Piauí com o Ceará não foi diferente, com o Partido Liberal apoiando a permuta e o Partido Conservador criticando-a.

Por mais que a justificativa dada para a recuperação do território de Amarração pelo Piauí tenha se pautado, principalmente, nas possibilidades econômicas que aquele espaço geraria para a província, é interessante apontar que além destas tomam forma em meio as discussões estabelecidas em face a situação de litígio posta, aspectos que evidenciam questões de Identidade das populações locais. Estas terminam por refletir nos argumentos utilizados para garantir a retomada de Amarração ao território piauiense, bem como provocam conflitos posteriores a permuta efetivada entre as duas províncias.

3 | QUESTÕES DE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO A PARTIR DO LITÍGIO ENTRE O PIAUÍ E O CEARÁ

Decerto deve ser estranho ou até mesmo curioso manusear um texto que se propõe a refletir sobre uma fluidez da Identidade no período oitocentista no Brasil Imperial, momento histórico este que se buscava a construção e edificação de uma identidade nacional para o império brasileiro que naquele momento havia sido recém-criado. Segundo Reis (2006), no século XIX dá-se destaque a importância que Dom Pedro II deu a criação de uma identidade nacional a partir da História, tendo criado o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) em 1838 com essa finalidade, além de ter oferecido auxílio a historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen para que através da escrita histórica garantisse uma identidade coesa ao império brasileiro, capaz de promover sua longevidade e unidade no decorrer do tempo.

No entanto, nas fontes que tivemos acesso para a elaboração dessa narrativa é interessante perceber como as duas concepções de Identidade se materializam inseridas na questão litigiosa, principalmente acerca das pessoas que viviam no território de Amarração. A ideia de uma Identidade Nacional que busque o bem-estar da Nação, encarando esta aos moldes da ideologia liberal vigente naquele momento histórico, coaduna com uma Identidade fluída, mutável e que se molda de acordo com as experiências que o sujeito vai acumulando ao longo do tempo. Essa fluidez da Identidade pode ser percebida, por exemplo, na edição de 07 de agosto de 1880 no seguinte trecho que transcreve a fala do senador Paranaguá:

[...] E, pois, o Ceará não soffre o menor prejuizo com a cessão desse pequeno territorio, que, como bem demonstrou o nobre senador pelo Maranhão, a justo título não lhe pertence. O Ceará tem a posse, é verdade, mas o direito não está de seu lado, nem aquelle facto creou taes interesses que a conveniencia publica aconselhe a sua continuação por mais tempo.

Os habitantes do município do Príncipe Imperial e Independência reclamaram, usando do direito de petição, a sua passagem para o Ceará, e não serei eu que me oponha a isso. Trata-se de uma comarca importante de minha província com a população de cerca de trinta mil almas, sete ou oito vezes maior do que aquella de que abre mão o Ceará, porquanto a população da freguezia da Amarração não excede de três mil e quatrocentas e tantas almas. (Sic) (A IMPRENSA, 1880)

No fragmento em questão o senador piauiense discorre sobre os benefícios que a província do Ceará teria ao realizar a permuta solicitada, dando conta ainda de argumentar que o Ceará havia tomado posse ilegalmente do território. Contudo o que nos chama atenção é a referência a uma petição realizada pelos habitantes de Príncipe Imperial e Independência no Vale do Crateús para que fosse realizado sua transferência para a província do Ceará.

Embora nessa passagem não fique claro a relação de afetividade que sugere-se que existia entre a população local e a província do Ceará, visto que o requerimento poderia ser simplesmente por questões políticas e econômicas locais, considerando a maior proximidade geográfica com a província vizinha é, em outro momento da fala do senador Paranaguá, que pode-se conjecturar a existência desse sentimento de pertencimento, consequentemente de Identidade, com o Ceará. Na edição de 30 de agosto de 1880 do periódico “A Imprensa” tem-se o seguinte:

[...] E, pois, as mesmas razões que nos levam a concordar com a vontade dos povos do valle do Cratiús, devem persuadir o nobre senador pelo Ceará a concordar com o desejo dos povos da Amarração, compostos na sua grande maioria de naturaes do Piauhy, e ficam distantes da cidade da Parnahyba somente tres leguas, que se navegam a vapor.

Esses povos pedem, como disse o illustre Sr. Dr. Fernando Moreira a sua annexação ao Piauhy, mostrando repugnar aos seus desejos e interesses o estado actual das cousas. Porventura nos oppomos ao desejo revelado pelos habitantes de Cratiús, que reclamam pertencer ao Ceará? Não; concordamos, porque aqui estamos para satisfazer a vontade discreta e legitima dos povos, em vez de contraial-a.

Pelo mesmo princípio o nobre senador deveria attender as reiteradas manifestações

dos habitantes da Amarração; isto não deveria repugnar-lhe de modo algum, como não lhe repugna que se attenda ao pedido feito pelos de Principe Imperial e Independencia.

Esses povos, as municipalidades incumbidas dos seos interesses peculiares representaram, assim como os da Amarração. As suas petições foram presentes á commissão respectiva da camara dos deputados em 1875. Na discussão, que então houve, essas petições offereceram thema para largo debate; e uma se acha transcripta nos Annaes da camara dos deputados, pag. 73, do mez de setembro de 1875. No discurso do Sr. Moraes Rego se acha a integra desse documento.

Temos alem disto a representação que ha poucos dias apresentei ao senado por parte da camara municipal. O nobre senador impugnou-a, dizendo que ella nada significava, porque o primeiro signatario pelo nome parecia-lhe ser de um pernambucano, o Sr. Mavignier; mas este senhor é piauhyense e hoje reside em Amarração, onde é bastante estimado, assim como são os Srs. Brandão, José Rodrigues e outros, que exercem legitima influencia alli, todos muito relacionados no Piauhy; porque aquella população é quasi toda vinda do Piauhy, deseja pertencer à sua antiga província, á qual se acham ligados por vínculos de família e interesses commerciaes, civis e políticos.

Portanto, o projecto não faz mais do que consagrar uma legitima aspiração dos povos daquella localidade, de acordo com as mais preponderantes necessidades publicas á bem da prosperidade e da boa administração, tanto da justiça como do fisco. Nós aqui estamos para prover em casos semelhantes, removendo os embaraços que se oppõem, ás aspirações legitimadas d'aquellas localidades, decidindo esta antiquíssima questão, que hoje chegou ao ponto de ser resolvida, visto que os representes das duas províncias na outra camara concordam em deferir a vontade dos povos.

Só o nobre senador se mostra oposto: é singular! (Sic) (A IMPRENSA, 1880)

No trecho destacado o senador piauiense discorre mais claramente sobre esse sentimento de pertencimento das pessoas que vivem no Vale do Crateús com o Ceará ao apontar que estes “reclamam pertencer ao Ceará”, incorporando esta “vontade legítima” a sua argumentação para justificar a permuta entre os territórios. Da mesma maneira o senador se refere as populações que vivem no Piauí, assinalando que estes também desejavam retornar ao Piauí, visto que a grande maioria havia nascido no território da província do Piauí, sendo, portanto, “naturais” do Piauí, dando para tanto ênfase no nome de alguns cidadãos que, segundo ele, seguiriam esse critério.

Paranaguá em seu discurso acerca dos piauienses atrela o “ser piauiense”, ou seja, atrela a Identidade das pessoas que viviam em Amarração ao seu local de nascimento, enfatizando aqui uma percepção cristalizada de Identidade na qual você nasceria com esta ao invés de construí-la. Embora, muito provavelmente, o senador tenha se utilizado deste argumento para compor sua justificativa, juntamente as questões econômicas, o que nos interessa é como esta percepção termina sendo contestada, mesmo que não intencionalmente, através de um amarroçonense alguns anos depois, no caso no ano de 1883, quando Amarração já fazia parte novamente da província do Piauí. A citação em questão pode ser encontrada na edição de 09 de junho de 1883 do periódico “A Época” no qual foi publicado a seguinte narrativa:

Lemos o que disse a Enca sobre a matéria da representação dirigidas por alguns negociantes desta villa contra a praxe adoptada pela Alfandega da Parnahyba

no despacho e entrega dos gêneros vindos para aqui do Ceará e Maranhão nos vapores da companhia maranhense.

É uma verdade pura tudo quanto disse a illustrada redação daquelle folha, que comprehendeu e interpretou perfeitamente o justo desgosto que sentimos, vendo que contra toda nossa expectativa, perdemos em vez de lucrar com a annexação de nosso território á esta província.

Parece que somos considerados pelos poderes públicos, sob enja jurisdicção nos achamos, não como concidadãos, mas como intrusos ou hóspedes importunos, que por muito favor se toleram, mas que de modo nenhum podem suppor-se com direito a ser tratados em pé de igualdade com os outros filhos da província, á que se acham encorporados.

Entretanto, nós não nos podemos conformar com tão odiosa e revoltante maneira de considerar as cousas, e contra ella protestamos com vigor; 1º porque, antes de pertencermos ao Piauhy, já eramos brasileiros, e a constituição política do império não faz diferença na protecção que dispensa a todos sem distinguir o torrão em que nasceu; 2º porque se concorremos por meio de representações e abaixo assignados para ser este município desanexado do Ceará, não fomos levados a isso por nenhum motivo torpe, nem por q fossemos olhados com desprezo por aquella província, pelo contrario não tivemos em vista senão concorrer para uma medida de interesse geral; 3º finalmente por que, uma vez decretada a lei que passou a Amarração para o Piauhy, nos consideramos tão piauhyenses como quaesquer outro que já o eram antes della. Seremos por conseguinte incansáveis em reivindicar os direitos e regalias que nos competem, e dos quae temos sido despojados até certo ponto. (Sic) (A ÉPOCA, 1883)

No fragmento em destaque a reclamação é dirigida à política adotada pela Alfândega de Parnaíba que, aparentemente, estava provocando prejuízos aos comerciantes da Vila de Amarração ao atribuir certas taxas aos produtos que ali chegavam do Ceará e Maranhão através das embarcações da Companhia Maranhense de Navegação.

Contudo, o que chama atenção é o momento que a pessoa em questão, não identificada pelo periódico, aponta que o tratamento recebido se dava em função dos poderes públicos não considerarem as pessoas que habitavam em Amarração como “concidadãos”, ou seja, neste caso, enquanto pessoas que nasceram na mesma província. Para o autor da reclamação as pessoas em Amarração por, provavelmente, não terem nascido na província do Piauí não mereciam um tratamento igual àqueles que eram filhos desta província.

Logo em seguida para legitimar sua argumentação, bem como o direito de serem tratados igualmente, é possível perceber a coadunação da ideia de uma Identidade Nacional pautada no ideal liberal de busca do bem-estar da nação com a perspectiva de uma Identidade fluída que transforma-se e molda-se a medida que o sujeito vivencia novas experiências e insere-se em novos grupos sociais ou comunidades.

Na medida em que o reclamante afirma que é brasileiro e que as pessoas em Amarração peticionaram para fazer parte novamente da província do Piauí sua intenção não é apenas de garantir uma equidade de tratamento ao lembrar que todos possuem a mesma Identidade Nacional, mas também, intrinsecamente, a importância que a província, bem como as pessoas que ali vivem tem para a construção da Nação,

para o “interesse geral” como ele bem afirma.

A fluidez, no entanto, de sua Identidade é percebida no último elemento utilizado para protestar ao tratamento recebido pela Alfândega. Na medida em que este afirma que no momento que o Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880 foi sancionado e que Amarração passou a ser novamente do Piauí, as pessoas que ali viviam, independente de terem nascido na província do Ceará, sentiam-se tão piauienses quanto qualquer outro filho da província.

No entanto, não é possível afirmar se este sentimento de pertencimento realmente existia na época ou se o reclamante em questão utilizou deste apenas como mais um recurso para legitimar e incorporar em sua argumentação. A situação, no entanto, não deixa de gerar interesse na medida em que possibilita as reflexões aqui produzidas sobre como as pessoas que viviam em Amarração pensavam sua própria Identidade, ou seja, se eram piauienses ou cearenses, sendo necessário, no entanto, fontes mais pessoais, como diários ou livros de memórias para uma discussão mais aprofundada da questão.

4 | CONCLUSÃO

Deste modo, pode-se dizer que a questão da Identidade, ainda que minimamente, teve certa influência no que tange a resolução da questão de litígio entre o Piauí e o Ceará, considerando sua utilização na argumentação do senador Paranaguá que tanto destacou a afinidade entre os moradores do Vale do Crateús com a província cearense como a dos habitantes da Vila de Amarração com o Piauí.

Além disso, é interessante como algumas situações fazem com que questionemos quem somos, a qual lugar pertencemos, de quais grupos fazemos parte, com quem precisamos compartilhar costumes e decidimos construir valores e significados, levando a uma incerteza sobre nossa própria Identidade ou talvez a compreensão de que esta nunca foi e, provavelmente, nunca se tratará de algo estável ou estático, mas sim algo que se molda e se transforma de acordo com o tempo e o espaço.

Talvez essa dúvida possa ter pairado sobre o reclamante de Amarração que enquanto representante de um segmento social daquela localidade involuntariamente se viu tomado pela necessidade de repensar sobre sua própria Identidade a medida em que deixar de ser cearense e passar a ser piauiense em face a permuta realizada dos territórios entre as províncias poderia ter imposto a seu íntimo um conflito interno sobre quem ele era ou deveria ser.

Pensar, então, a questão de litígio entre a província do Piauí e do Ceará no final do século XIX não se trata somente de considerar uma disputa de territórios por questões políticas ou econômicas entre as províncias, mas também refletir sobre de que maneira esta querela provocou sentimentos adversos nas populações que viviam nessas localidades, a exemplo da Identidade.

REFERÊNCIAS

A ÉPOCA, Teresina, ano 6, n.260, p. 4, 9 jun. 1883.

A ÉPOCA, Teresina, ano 7, n. 290, p.2, 1 fev. 1884.

A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 647, p. 3, 10 jul. 1880.

A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 650, p. 3, 7 ago. 1880.

A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 653, p. 2-3, 30 ago. 1880.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N° 3.012, de 22 de outubro de 1880**. Altera a linha divisoria das Províncias do Ceará o do Piauhy. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL3012-1880.htm. Acesso em: 02 jul. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Senadores**. Secretaria Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1584>. Acesso em: 14. jul. 2018

CASTRO, Francisco das Chagas. **Marquês de Paranaguá**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí – Volume 1**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Banco do Nordeste, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.7-72.

CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS

Data de aceite: 05/12/2019

Éder da Silva Novak

Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em História (UFGD). Email: edernovak@ufgd.edu.br.

Maria Simone Jacomini Novak

Professora do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR -Campus de Paranavaí). Doutora em Educação (UEM-PR). Email: maria.novak@unespar.edu.br.

As pesquisas sobre os povos indígenas no Brasil até há algumas décadas estavam concentradas no campo da antropologia. Contudo, uma mudança significativa pode ser constatada nos últimos trinta anos, com as pertinentes críticas às abordagens sincrônicas no âmbito dos antropólogos e o interesse cada vez mais acentuado dos historiadores pela temática indígena. Embora alguns pesquisadores reproduzissem a suposição da invisibilidade do indígena na história e a ideia de uma sistemática destruição das fontes que pudessem retratar a história indígena, as consultas nos arquivos possibilitaram o acesso de inúmeras referências aos índios do Brasil.

Conquanto, grupos de pesquisadores surgem em diferentes estados do país, objetivando restabelecer uma narrativa mais contundente sobre a participação indígena na história do Brasil, conectando em seus estudos a política indigenista e a ação/articulação dos povos indígenas em defesa dos seus direitos.

Grande parte da historiografia brasileira omitiu/excluiu o protagonismo indígena dos processos sócio-históricos. seja pelos princípios metodológicos ou mesmo pelas diferentes intencionalidades em ocultar a participação das diversas etnias na história do Brasil. Entretanto, na segunda metade do século XX, devido, sobretudo, às estratégias e políticas do próprio movimento indígena no Brasil, estreou-se uma diferente perspectiva na elaboração das narrativas históricas, incluindo a agência dos povos indígenas.

Essa historiografia renovada, sobretudo, nas últimas décadas, contempla o indígena não mais como mero participante e em momentos pontuais da história do Brasil, mas apresenta-o enquanto agente sócio-histórico. Nas universidades e centros de pesquisa essa nova historiografia despertou um maior interesse por parte dos estudiosos, o que possibilitou um crescente número de especialistas na área história indígena, inclusive com intelectuais

indígenas, com maior produção acadêmico-científica a ela relacionada.

Essa nova maneira de apresentar a história indígena possui uma estratégia de pesquisa interdisciplinar, contando com métodos e dados de várias disciplinas como História, Antropologia, Arqueologia, Linguística, Geografia, Ecologia, dentre outras, além das memórias e dos etnoconhecimentos dos chamados povos tradicionais. Essa interdisciplinaridade é fundamental para que as novas abordagens se diferenciem da chamada história tradicional, que opera basicamente pelo uso dos códigos e das categorias explicativas coloniais do conhecimento, ignorando as diversas historicidades e matizes de registro e compreensão da história.

John Manuel Monteiro (1995) colocava há quase três décadas um duplo desafio para a história indígena: recuperar o indígena como sujeito histórico e repensar a história do Brasil com a incorporação das narrativas (memórias) dos indígenas sobre os fatos/eventos.

A história dos povos indígenas e suas relações com os não-índios é marcada pela guerra, tanto em seu sentido bélico, quanto ao relacionado à política de alianças e negociações em torno dos territórios em disputa. Neste interim, é necessário demonstrar as estratégias, formas e conteúdos das relações estabelecidas entre os colonizadores e as sociedades indígenas, na busca pela afirmação de seus respectivos modos de vida. Conquanto, não apenas produzir uma história polarizada e simplificante das relações entre índios e não-índios, mas uma história que seja reveladora da riqueza das situações históricas e dos contextos político-social estabelecidos pelos sujeitos em ação. Os indígenas, enquanto protagonistas de suas histórias, desenvolveram em diferentes contextos, com genialidade e por meio de diversas estratégias, políticas próprias para compreenderem os mecanismos de funcionamento da sociedade não-indígena e sua política indigenista, conseguindo, assim, manter parte de seus territórios e a sua continuidade enquanto populações diferenciadas entre si e dos não-indígenas.

Indubitavelmente, ocorreram mudanças na forma de vida indígena, mas não se deve colocar a subordinação das diferentes etnias, enquanto uma resultante absoluta do contato dos índios com os instrumentos do colonizador. Não ocorreu a homogeneização esperada pelo estado, sendo que os grupos indígenas reelaboraram sua concepção de sociedade e de mundo, mas mantiveram um modo próprio de ocupação do espaço e construção do tempo, por meio da sua lógica, relacionada a um novo contexto histórico. Destaca-se a luta indígena pela terra, como forma de concretização da sua vida material, para a sobrevivência das suas comunidades.

Certamente que o vetor da história não é equilibrado, que as terras tomadas e os direitos escamoteados excedem em muito as vitórias obtidas pelos indígenas. As relações entre indígenas e não indígenas não podem ser tratadas de forma simétricas. Mas falar da ação indígena é muito importante, pois sem ela o presente dos indígenas seria outro e bem mais desfavorável. Os personagens e as estratégias de luta devem assim ser lembrados como uma inspiração importante para o presente.

Georges Balandier (1972) definiu como situação colonial o conjunto das relações

entre as denominadas: civilização europeia e sociedades autóctones. Para o autor, uma minoria estrangeira com pretensa superioridade racial objetiva dominar a maioria da população local, seja através da força ou de um conjunto de valores, normas e comportamentos. Em outro trabalho Balandier (1987) demonstra a dinâmica interna das sociedades ditas tradicionais, afirmando que todas as sociedades humanas produzem políticas e que assimilam as transformações de um novo contexto histórico. Balandier (1976) ainda diz que nenhuma sociedade pode ser definida e determinada apenas por suas características internas. Tanto a dinâmica de suas especificidades internas quanto aquela provocada externamente, devido o contato com outras sociedades, são elementos que compõem as características de certa sociedade.

Contudo, a noção de situação colonial precisa estar conectada com a ideia de situação histórica, desenvolvida por João Pacheco de Oliveira (1988), que auxilia na formulação de teorias que criticam a desintegração cultural, a aculturação, assimilação, ou mesmo, a extinção das sociedades indígenas, revelando as mudanças após o contato indígena/não-indígena, como ações estratégicas enquanto sujeitos que formulam e estabelecem políticas próprias para o relacionamento com o outro. Assim, Oliveira (1988) propõe a ideia de situação histórica, revelando as relações entre os diversos sujeitos sociais presentes em cada contexto histórico, inclusive os indígenas, pois são povos que não possuem uma cultura imutável, mas que se transformam de acordo com as situações históricas advindas do contato com os integrantes de outras sociedades.

Obviamente, não resta dúvida que o conquistador tem seus objetivos traçados e planejados. Mas é essencial também revelar e compreender os objetivos daqueles que deveriam ser conquistados, ou seja, os interesses dos povos indígenas também estão em jogo. As diferentes etnias indígenas promoveram uma reação à conquista, com estratégias de informação do outro e desinformação de si, alianças e subordinações intencionais, demonstrando permeabilidade diante de novos contextos históricos.

Dessa forma, o Brasil é o resultado de uma história de múltiplos sujeitos, com distintas histórias e culturas, que se confrontaram à medida que as fronteiras da nação avançaram sobre os territórios indígenas. O Brasil atual é o resultado de processos históricos complexos de encontros e desencontros de diferentes povos, com objetivos antagônicos, envolvendo conflitos armados, negociações, fissões entre grupos e povos e alianças políticas.

Os impactos da colonização não podem ser descritos de maneira sintética apenas em termos de um grupo étnico ou mesmo de comunidades locais. Uma mesma etnia pode passar por situações históricas bastante distintas, estabelecer modos de relacionamento contrastantes com as diferentes faces da sociedade não indígena com a qual se encontra. Para compreender este fenômeno é necessário fugir das generalizações apressadas e buscar nas unidades sociais mínimas um protagonismo que pode ser realmente explicativo de suas lutas e do futuro que pretendem construir. Assim, em combinação com as análises em outras escalas, se poderá encontrar

efetivamente a dinâmica da política indígena.

[...] o mundo do gênero humano constitui uma multiplicidade, uma totalidade de processos interligados e que as investigações que desagregam essa totalidade e, em seguida, deixam de reagregá-la, falsificam a realidade. Conceitos como nação, sociedade e cultura nomeiam apenas fragmentos e ameaçam transformar os nomes em coisas. Somente ao entender tais nomes como feixes de relacionamentos, voltando a inseri-los no campo de que foram abstraídos, é que podemos ter a esperança de evitar interferências enganosas e aumentar nossa cota de compreensão (WOLF, 2005, 25).

De forma brilhante, Eric Wolf (2005) estabelece a relação entre o micro e o macrônivel, criticando as abordagens holísticas que não voltam a atenção às conjunturas e singularidades locais, como também refuta a fragmentação e o reducionismo que isola o local dos processos históricos mais amplos.

Se existem conexões em todos os lugares, por que insistimos em transformar fenômenos dinâmicos, interligados, em coisas estáticas, desligadas? Ao transformar nomes em coisas, criamos falsos modelos de realidades. Ao dotar as nações, as sociedades ou as culturas com as qualidades de objetos internamente homogêneos e externamente distintos e limitados, criamos um modelo do mundo como se fosse um salão de sinuca global, no qual as entidades giram e se encostam umas às outras como se fossem duras e redondas bolas de bilhar! Assim, torna-se fácil classificar o mundo em diferentes bolas coloridas, declarando que o ocidente é ocidente, o oriente é oriente e os dois jamais se encontrarão (WOLF, 2005, 29).

Trazendo para o tema central desse texto: afirmando que o branco é branco e o índio é o índio e os dois não estabeleceram/estabelecem diferentes formas de relações sócio-históricas. As atitudes, os pensamentos e as declarações indígenas devem ser vistas como os elementos complexos de um sistema de significações, de um código, cuja análise estrutural, em uma escala global, não consegue revelar. É necessária uma diversificação das escalas de análises, uma observação etnológica mais densa e minuciosa, um exame de situações particulares e locais, de individualidades concretas, retratando não apenas as práticas cotidianas comuns, mas também as excepcionais, não apenas as permanentes, mas também as temporárias, não somente as situações centrais, mas inclusive as periféricas, demonstrando todos os redutos da realidade social gerada no e pelo contexto histórico, para conforme Bensa (1998) descobrir a ordem secreta das coisas.

Fredrik Barth (1976), ao analisar o que são grupos étnicos, mostra que geralmente a antropologia parte do pressuposto de relacionar as unidades étnicas a cada cultura, ou mais claramente, que há grupos humanos que têm o mesmo comportamento descrito pela mesma cultura. O autor afirma que as diferenças entre culturas, assim como suas fronteiras e vínculos históricos, receberam muita atenção. Contudo, a constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras não foram examinadas de maneira tão sistemática. Dessa forma, prevaleceram os estudos de grupos isolados, como se vivessem numa ilha e não entrassem em contato com outros sujeitos. Este olhar

simplificador sobre os grupos étnicos demonstra que o isolamento geográfico e social é o responsável pela manutenção da diversidade cultural. Uma análise tão superficial que não deixa vir à tona os elementos complexos das relações interétnicas promovidos pelo contato nas regiões de fronteiras.

A interação entre os grupos étnicos no sistema social não leva ao desaparecimento de um dos grupos, devido às mudanças e/ou aculturação. As diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. Todas estas relações não poderiam ser retratadas se assumir a posição de analisar cada grupo étnico de uma forma isolada, enfatizando as diferenças raciais, culturais, separando socialmente o grupo étnico, através de barreiras linguísticas, hostilidades espontâneas e organizadas. Conforme Bensa (1998) as sociedades não constituem blocos compactos, mas são tecidas com múltiplas estratégias que se entrecruzam, num espaço de interlocuções, confrontos e desafios.

A propósito das debilidades inerentes ao conceito de aculturação:

Um primeiro aspecto a considerar é que o conceito de aculturação deve ser amplamente criticado por sua imprecisão e generalidade, homogeneizando situações muito diversas e não apontando para fatores determinantes. Distanciando-se apenas de uma condição irreal e fantasmática (as culturas indígenas ‘intocadas’), não tem qualquer valor operativo e analítico. Ou seja, é um conceito cuja validade científica deve ser negada [...]. A incorporação de rituais, crenças e práticas exógenas não necessariamente significa que aquela cultura já não seria ‘autenticamente indígena’ ou pertencesse a ‘índios aculturados’ (no sentido pejorativo de ‘ex-índios’ ou ‘falsos índios’). Operadores externos são ressemantizados e fundamentais para a preservação ou adaptação de uma organização social e um modo de vida indígena (OLIVEIRA, 1999, 116-117).

Dessa forma, é necessário revisar as concepções tradicionais de cultura. Estas concepções impedem a compreensão de como a unidade e a integração de um grupo étnico eram alcançadas, sob que circunstâncias e com qual grau de uniformidade ou diferenciação. É preciso substituir esta visão fácil demais da homogeneidade cultural por uma perspectiva muito mais organizacional, que veja a construção e a reconstrução da cultura em termos de processos históricos particulares, especificáveis, de organização e comunicação, sempre desenvolvidos em contextos de diferentes interesses, oposições e contradições. Conforme Wolf (2003), o desafio é compreender a cultura sempre em formação, aprender a entender como os protagonistas combinam práticas velhas e novas e figurações sempre novas e renovadas, em uma ação em andamento.

Não basta trabalhar com as diferenças culturais, religiosas ou políticas. É preciso usar a situação colonial, a relação com a metrópole. Os povos indígenas não vivem no abstrato, mas em condições históricas marcadas, em que as situações históricas influenciam as decisões e as escolhas dos índios, nas suas vidas, na sua organização social.

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam (MONTEIRO, 1999, 248).

Conquanto, a preocupação não pode ser a de:

[...] delimitar unicamente uma história dos indígenas, mas sim, em refletir sobre conjuntos de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagiam. Não é possível defender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2016, 7).

Há pesquisadores que ainda se deixam levar pelo discurso hegemônico oficial, reproduzindo uma história canônica, na qual omitem a participação e a própria existência das diversas etnias indígenas. Existem outros que até admitem essa existência, mas apenas a partir do século XVI. Alguns caem em um outro mito consagrado: o da conquista pacífica, afirmando que a civilização ocidental veio para a salvação dos indígenas, retirando-os da vida errante, da barbárie e ensinando-lhes o caminho do ser civilizado. Muitos revelam apenas a imposição da sociedade europeia e seus descendentes sobre os povos indígenas, como se estes compusessem uma sociedade alienada, sem políticas próprias e sem culturas específicas e distintas entre suas variadas etnias. Há ainda aqueles que adotam a ideia de vitimizados, coitados dos índios, foram mortos pelos europeus e seus descendentes e os sobreviventes inseridos na sociedade nacional. São análises históricas ainda insuficientes, pois pecam em seu aprofundamento metodológico e teórico, adotando uma postura de interesses pessoais e/ou políticos ou simplesmente são frutos de algumas variações apaixonantes de seus respectivos autores.

Recolocar os indígenas como agentes efetivos na construção do Brasil não é uma tarefa com repercussões restritas e pontuais. À semelhança de mexer em um castelo de cartas, somos involuntariamente conduzidos a rever as interpretações mais frequentes e consagradas que eminentes historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos formularam sobre o país. Buscar a melhor compreensão das motivações e dos significados das ações realizadas pelos indígenas implica lançar outra luz sobre eventos e personagens da história nacional. As repercussões disso frequentemente vão muito além da temática indígena e dos objetos usuais da etnologia (OLIVEIRA, 2016).

E assim como a metáfora do castelo de cartas, quando se retira uma carta

o castelo toda se desmorona, a formação histórica do Brasil também passa pelos indígenas, em todos os contextos, não apenas no século XVI. Ignorá-los é como retirar uma carta do castelo, desmoronando as narrativas que abordam a história do país sem a participação indígena.¹

Além disso, não se pode mais ficar preso às abordagens naturalistas, em que a relação sujeito e objeto se dá de forma cristalizada. É preciso manter uma relação dialógica entre o sujeito observador e observado, pois os indígenas não são apenas o objeto, eles são sujeitos, presentes nas universidades e em diversos outros espaços da sociedade não indígena, graduandos e formados, professores e diferentes profissionais, pós-graduandos, mestres, doutores, pesquisadores, palestrantes, conferencistas.

No Brasil foram quase cinco séculos de políticas indigenistas que buscaram eliminar os indígenas e anular sua identificação étnica, por meio de violências físicas ou simbólicas, promovendo uma redução drástica da população indígena. Contudo, nas últimas três décadas as etnias indígenas vêm crescendo demograficamente, graças à articulação do Movimento Indígena e suas conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, nas áreas da saúde, educação e demarcação de terras, como também a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da alteridade étnica. Destaca-se ainda a Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas, buscando demonstrar o protagonismo indígena na história do Brasil.

No atual contexto de ameaças a essas conquistas são necessárias ações que aproximem universidade e escola, universidade e sociedade, e que articule a pesquisa, ensino e extensão na formação de novos professores, que possam cooperar na desconstrução de preconceitos e estereótipos em relação aos indígenas, levando aos estudantes das escolas públicas e privadas de todo o país, a historicidade e a diversidade cultural das etnias. É preciso proporcionar um contundente debate nas escolas, almejando a compreensão da história dos povos indígenas e suas lutas em defesa dos seus territórios, como forma de concretização da vida material de suas comunidades, assim como do convívio democrático entre indígenas e não indígenas.

É nesse sentido que algumas ações estão sendo desenvolvidas pelo Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Destacam-se aqui o Projeto de Extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio”, desenvolvido em 2018 e 2019 e já aprovado para o ano de 2020, e o PIBID História UFGD (2018-2020), cuja temática desenvolvida é “História e Cultura Indígena”. Ambas as ações atendem alunos do ensino médio de oito escolas estaduais da cidade de Dourados e Caarapó (MS), totalizando mais de mil alunos participantes. Importante enfatizar ainda a formação inicial dos futuros professores de história e historiadores, com aprofundamento na temática história e cultura indígena. Ao todo são 28 acadêmicos

1 Essa metáfora do castelo de cartas foi apresentada por João Pacheco de Oliveira, na Anpuh Nacional de Recife, em 16 de julho de 2019, durante a conferência intitulada “História, direitos indígenas e mobilizações políticas”.

da graduação em história que participam do PIBID e mais 15 integrantes da equipe do projeto de extensão.²

São iniciativas de suma importância:

No caso de ensino de história e cultura indígena na educação básica, é preciso registrar a escassez de obras voltadas a tal finalidade, pouco diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar. Da mesma forma, há sensíveis diferenças entre o ensino de história indígena no âmbito da educação indígena e o ensino de história indígena em todos os níveis da educação básica. Nota-se, também, o vigor com que perduram datas cívicas como o 19 de abril na educação infantil, as quais perpetuam, ainda hoje, estereótipos e valores equivocados a respeito dos indígenas brasileiros e de sua história (PEREIRA, 2012, 318).

Contudo, não podem ser ações apenas pontuais, mas que precisam ser pensadas de forma sistêmica e contínua:

Não basta mudar as valorações da narrativa convencional, informando às crianças e à opinião pública de que os índios não são maus, indolentes ou traiçoeiros. Quando trazemos para livros didáticos, exposições e entrevistas exemplos belíssimos da humanidade dos indígenas, da elevação de seus valores éticos e estéticos, elementos de que as nossas etnografias estão repletas, não somos de fato ouvidos. De pouco vale enxertar dados e imagens em uma estrutura complexa que lhes é totalmente adversa, montada para excluir ou ressignificar informações que contrariem seus pressupostos (OLIVEIRA, 2016, 45).

É preciso relembrar que o conhecimento histórico não se constrói apenas nos espaços formais de ensino-aprendizagem (escolas e universidades). É visível e de conhecimento de todos o quanto os meios de comunicação, as redes sociais, igrejas, entre outros, influenciam na produção do conhecimento histórico e na interpretação de fatos e eventos.

Nossos dados e interpretações não permanecem na cabeça das pessoas porque contraditam uma narrativa que lhes é antagônica, assentada em pressupostos não demonstrados, mas inteiramente naturalizados pelas pessoas e instituições. Assim, é importante que façamos um esforço de crítica de algumas categorias e esquemas analíticos que são aplicados em geral para compreender a presença indígena no Brasil atual. Trata-se de uma história com interpretações do Brasil baseadas em categorias coloniais e imagens reificadoras que precisam ser revistas, pois os instrumentos de essencialização com que operam não servem mais nem à pesquisa científica, nem contribuem para o aumento do protagonismo indígena. É imprescindível implodir esta narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instituir outra chave de leitura da história do país (OLIVEIRA, 2016, 45-46).

Entretanto, é necessário um ponto de partida para evidenciar uma diferente perspectiva da história que negligenciou a participação indígena na formação do Brasil. É preciso desenvolver um espaço de promoção e articulação entre os conteúdos teórico-metodológicos ensinados/aprendidos durante a graduação em história, com

2 Os primeiros resultados dos projetos foram apresentados no IX Congresso Internacional de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), realizado entre os dias 7 a 9 de outubro de 2019. Em breve esses trabalhos podem ser consultados nos Anais do evento.

a realidade de ensino da educação escolar, reduzindo as distâncias que separam a teoria da prática, contribuindo para a formação dos futuros professores e historiadores. Também é primordial integrar pesquisa/ensino/extensão, aproximando o conhecimento acadêmico e escolar, estreitando as relações entre universidade e escola, abrindo a possibilidade da construção de um conhecimento histórico em conjunto, neste caso específico, sobre a temática História e Cultura Indígena.

Por último, e não menos importante, é essencial atender de forma concreta às demandas da Lei 11.645/2008, para o combate aos preconceitos e na desconstrução de mitos e estereótipos existentes em relação aos indígenas do Brasil, trazendo a historicidade desses povos e a compreensão da sua diversidade cultural.

Dessa forma, é preciso gerar nos alunos das escolas e universidades um novo olhar sobre os indígenas, suas histórias e suas culturas. Um primeiro passo para a mudança de uma realidade marcada pela intolerância, preconceito, ignorância e violência contra os povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. Antropologia política. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- BALANDIER, Georges. As dinâmicas sociais: sentido e poder. São Paulo: Difel, 1976.
- BALANDIER, Georges. El concpeto de situación colonial. Ciudad de México: [s.n.], 1972.
- BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BENSA, Alan. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. Jogos de Escala. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena. In, SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). A temática indígena na Escola. MEC, Brasília, 1995, p.221-228.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- PEREIRA, Júnia Sales. Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa. In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. Et. Al. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora F, 2012. p. 306 a 321.
- WOLF, Eric R. A Europa e os povos sem história. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2005.

WOLF, Eric R. Etnicidade e nacionalidade. In: FELDMAN-BIANCO B.; RIBEIRO, G. L. (Org.) Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: UNB, UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA

Data de aceite: 05/12/2019

Marina Carolina Rezende Costa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: A preservação da memória é um tema amplamente debatido na contemporaneidade. A necessidade de se proteger a memória está pautada na preocupação com a salvaguarda de informações. Seguindo a tendência de instituições de grande porte, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais cria o Centro de Memória, iniciativa que visava a guarda e a organização dos registros da trajetória da Universidade. Por outro lado, institui-se também o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, um laboratório para o contato dos estudantes de História com uma das possibilidades que o futuro ofício oferece. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, desdobramento do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica somado ao Centro de Memória, utilizando o recorte entre 1989, data da criação do setor, e 2009, ano em que completou 20 anos de existência. Para tanto, a metodologia utilizada inclui pesquisa bibliográfica e consulta aos

documentos disponíveis no Departamento de História, na Reitoria e no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, além da utilização da História Oral para a realização de entrevistas, que contam com a participação de sujeitos envolvidos na sua estruturação. O estudo contribui para compreender o objeto do presente trabalho enquanto lugar de pesquisa e de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, História, Pesquisa.

CENTER FOR MEMORY AND HISTORICAL
RESEARCH OF THE PONTIFICAL CATHOLIC
UNIVERSITY OF MINAS GERAIS (1989-
2009): 20 YEARS OF HISTORY

ABSTRACT: The preservation of memory is a theme widely debated in contemporary times. The need to protect memory is based on the concern to safeguard information. Following the trend of large institutions, the Pontifical Catholic University of Minas Gerais creates the Memory Center, an initiative that aimed at keeping and organizing the records of the University's trajectory. On the other hand, the Center for Documentation and Historical Research is also established, a laboratory for the contact of history students with one of the possibilities that the future trade offers. The aim of this research is to analyze the history of the Memory and Historical Research Center, a division of the

Center for Documentation and Historical Research added to the Memory Center, using the cut between 1989, when the sector was created, and 2009, when completed 20 years of existence. To do so, the methodology used includes bibliographic research and consultation of the documents available in the Department of History, in the Rectory and in the Memory and Historical Research Center of PUC Minas, as well as semi-structured interviews, with the participation of subjects involved in its structuring. The study contributes to understand the object of the present work as a place of research and memory.

KEYWORDS: Memory, History, Research

1 | INTRODUÇÃO

A preservação da memória tem sido pauta frequente em discussões historiográficas contemporâneas. É possível perceber que a necessidade de proteger a memória está embasada na preocupação com a salvaguarda de informações. Sob a mesma ótica, Lowenthal (1998) defende que a consciência do passado é, por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar. Portanto, a preservação de informações representa a proximidade com o passado e, consequentemente, com a memória de um povo.

Gestada por experiências individuais e coletivas, a memória se mostra como forma indispensável para a construção da narrativa histórica, visto que é parte significativa das ocorrências cotidianas de um corpo social. Esta, é compreendida por Pierre Nora (1993) como o que fica do passado vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado, constitui-se hoje em matéria-prima do historiador e de vários cientistas sociais. O trabalho destes especialistas no campo da memória busca recuperá-la, salvando-a do esquecimento. Isto, porque a preservação da memória de uma coletividade é um elemento crucial para a criação de uma identidade coletiva. Neste sentido, Pollak (1998, p. 8) defende que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. Assim, toda memória é social e pode ser compartilhada (PORTELLI, 1996).

Segundo Le Goff (1984), a busca da memória é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades ao longo da história. Os vários elementos que concorrem para a construção memorial salientam a influência do sentimento de pertencimento a um grupo como fator atuante no processo de configuração da memória coletiva (HALBWACHS, 1968). Nessa perspectiva, a partir da década de 1980, emerge, no Brasil, a discussão sobre centros de memória ligados às organizações públicas ou privadas. Estes locais podem ser entendidos como espaços de salvaguarda, de indícios do passado, sejam eles materiais ou não. Enquanto lugar de memória, definição dada por Nora (1993), são locais reveladores de diferentes versões de acontecimentos compartilhados que sustentam e nutrem fatos, personagens, recordações e tradições. Nesse mesmo sentido, Camargo e Goulart (2015) afirmam

que o crescimento numérico de centros de memória está atrelado a certos elementos conjunturais que revelam a necessidade de preservação da cultura e da identidade das organizações. As motivações para a aparição desses lugares são as mais variadas, como, por exemplo, a necessidade de cuidar dos documentos de determinado setor e subsidiar suas atividades; momentos de redefinição da identidade institucional ou ainda de datas comemorativas. Para além disso, as autoras seguem sua análise estabelecendo as nuances entre os organismos responsáveis pela gestão e custódia de documentos e apontando de que modo as lógicas contemporâneas explicam o surgimento dos centros de memória. Sintetizando a importância de locais como esse, as autoras Camargo e Goulart (2015) destacam que mais do que reunir memória, esses centros têm, hoje, a necessidade de criar um conhecimento organizacional que vise a inovação. São, portanto, responsáveis pelo duplo movimento de debruçar-se sobre o passado de uma instituição e, ao mesmo tempo, apontar caminhos para seu futuro. (CAMARGO; GOULART, 2015).

A construção memorial contempla necessariamente as relações sociais que são dadas a partir do pertencimento dos indivíduos a determinados grupos sociais. Seguindo essa vertente, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, como entidade de tradição no segmento educacional, acompanha a tendência das instituições de grande porte e se esforça em garantir que sua memória seja preservada. Desta forma, em 1989, por iniciativa do Professor Luiz Aurélio Rodrigues de Andrade, institui-se na PUC Minas, o Centro de Memória, encarregado da guarda e da organização dos registros de sua trajetória. Por outro lado, o Colegiado de Coordenação Didática do curso de História da universidade cria, no mesmo ano, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), uma espécie de laboratório para os estudantes do Bacharelado em História. Tratava-se, assim, de uma tentativa de reconhecer o vínculo entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Em 2000, o Centro de Memória e o Centro de Documentação e de Pesquisa Histórica foram reunidos em um único setor: o Centro de Pesquisa Histórica (CPH) da PUC Minas, instituído pela Portaria de número 033, no ano 2000. Sediado na Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi, na Unidade Coração Eucarístico do Campus Belo Horizonte, o Centro foi dotado de infraestrutura pertinente a um arquivo que abriga o acervo composto pelos documentos gerados a partir de 1942, relativos às faculdades que deram origem à Universidade Católica de Minas Gerais. Posteriormente, foram colocados sob sua guarda dois fundos privados: Diretório Central dos Estudantes da PUC Minas e de um renomado professor, Arduíno Bolívar, cuja documentação encontra-se disponível para consulta. Além disso, recebeu nova estrutura acadêmico-administrativa, tendo à frente uma diretoria, ocupada, sucessivamente, pelos professores Lucília de Almeida Neves Delgado e Caio César Boschi. Com o estatuto promulgado pela Resolução número 3, de 4 de setembro de 2006, do Conselho Universitário, o então denominado Centro de Memória e de Pesquisa Histórica (CMPh) passou a apresentar nova organização interna e novas competências.

Justifica-se o interesse pela temática a partir da importância desse processo para a Universidade e para a construção da memória coletiva da comunidade acadêmica, além do envolvimento direto da pesquisadora desse trabalho com o Centro de Memória e de Pesquisa Histórica enquanto estagiária no período entre julho de 2015 e outubro de 2016. Assim, o presente estudo busca analisar a trajetória do setor no período entre 1989 e 2009, ano em que o CMPH completa duas décadas de existência.

A pesquisa norteia-se pelas seguintes questões: o que a trajetória do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica revela para configurar o setor enquanto guardião da memória institucional? Em que medida o setor contribuiu para o estudante de História ter acesso à parte das atividades de seu futuro ofício? Para tanto, a metodologia utilizada inclui pesquisa bibliográfica e consulta aos documentos disponíveis no Departamento de História, na Reitoria e no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, além da utilização de História Oral para a realização de entrevistas, que contam com a participação de sujeitos envolvidos na sua estruturação. O estudo deverá contribuir para compreender o objeto do presente trabalho enquanto lugar de pesquisa e de memória. É o que se pretende apresentar a seguir.

O segundo capítulo traz a trajetória do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, setor embrionário na história do objeto da pesquisa, durante a década de 1990. Busca-se a compreensão das bases nas quais o CDPH se alicerçou, dos objetivos que se propôs a alcançar, os obstáculos que precisou transpor e as atividades que realizou.

Na tentativa de apresentar a transição do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica para o Centro de Pesquisa Histórica, o terceiro capítulo se propõe a evidenciar o Centro de Memória da PUC Minas, desde a iniciativa do Professor Luiz Aurélio Rodrigues de Andrade até a sua incorporação ao CDPH. Este capítulo traz também a nova configuração do setor, institucionalizada via regulamento e portaria de 2000, bem como suas práticas.

O último capítulo visa apresentar o Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, desdobramento do Centro de Pesquisa Histórica a partir do desenvolvimento de atividades que visam à preservação da memória da Universidade. Evidencia-se, assim, a consolidação de um lugar de memória na PUC Minas.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centros de Memória, de acordo com Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2015), são um misto de arquivo, biblioteca e museu, porém é algo mais complexo do que isso. Representa uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Segundo as autoras,

A operacionalização de um centro de memória envolve trabalho permanente e

treinamento contínuo das pessoas envolvidas. Além de mobilizar todos os setores da organização e de dominar sua linguagem, requer profissionais qualificados que acompanhem de perto rotinas, procedimentos e sistemas de comunicação, com a perspectiva de tipificar ações, dotá-las e aparato documental (se necessário) e criar um esquema classificatório que dê ao acervo condições de representar a dinâmica institucional no espaço e no tempo, em suas relações internas e externas (CAMARGO; GOULART, 2015, p.104).

Ainda de acordo com estas,

Ao construir sua linha de atuação, o centro de memória deve priorizar a representatividade contínua e sistemática da instituição como um todo, com a perspectiva de atender a quaisquer demandas provenientes de seus diferentes setores. (CAMARGO; GOULART, 2015, p.106).

É alicerçado nesses pressupostos que se encontra o Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais após 20 anos de história, desde a primeira experiência em 1989, quando é planejado o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica pela iniciativa de professores que vislumbravam a oportunidade de um projeto maior. Motivados pela necessidade da reformulação do perfil do profissional em História, possuíam o objetivo de criar um local na Universidade que fosse referência tanto de professores quanto de alunos em relação à pesquisa e à formação do pesquisador.

A pesquisa revelou que a criação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica promoveu avanços no sentido de estimular, orientar e fornecer condições para que a pesquisa no Departamento de História da PUC Minas pudesse florescer. O desenvolvimento de atividades pelo setor, bem como as parcerias firmadas, indicam a capacidade e potencial para se afirmar enquanto referência para a comunidade acadêmica.

Outra observação indicada pela pesquisa é que a presença da Prof.^a Lucília Delgado foi de fundamental importância na história do CDPH. A partir de setembro de 1996, quando assumiu a direção do setor, visava a definição de seus objetivos, a preservação de sua autonomia e a delimitação de seus interesses de pesquisa. Priorizava o Centro como dinamizador da discussão sobre os projetos de pesquisa existentes, assim como potencial centro de referência de pesquisas relativas à Igreja Católica em Minas Gerais.

O estudo demonstrou também que os anos 2000 iniciam-se com transformações determinantes para o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. A partir desse momento, o CDPH começa a ganhar o formato que se observa hoje. Considerando-se a necessidade de melhor inserir a Universidade na área de História e Memória social e com vistas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas interdisciplinares e pesquisa, cursos e seminários, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica incorpora o Centro de Memória da PUC Minas, criado por iniciativa pessoal do Prof. Luiz Aurélio Rodrigues de Andrade na Reitoria da Universidade. Com isso, ocorre o gerenciamento

da documentação no sentido de somar o referencial arquivístico ao CDPH e dar forma à memória da Universidade, ou seja, institui-se um lugar de memória na PUC Minas.

A partir da incorporação do Centro de Memória ao Centro de Documentação e Pesquisa, a Reitoria estabeleceu, ad referendum no Conselho Universitário, o Centro de Pesquisa Histórica (CPH) da PUC Minas, por meio da Portaria 033, que entrou em vigor no dia 14 de setembro de 2000. Percebe-se, assim, que o antigo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica deu lugar a um setor com maior complexidade. A iniciativa da Universidade foi voltada, de forma institucionalizada, para a preservação de sua memória aliada às práticas de investigação do profissional no campo da História é aí materializada.

Organiza-se, portanto, um setor até então nunca visto na Universidade. No início do século XXI, o Centro de Pesquisa Histórica trazia em sua base algo inédito, porém que seguia a tendência das grandes instituições do país. Marcado pela divisão bem delimitada de funções e objetivos fixados, o CPH diferencia-se dos esforços que lhe deram origem devido à sua institucionalização. O seu vínculo direto ao Instituto de Ciências Humanas elimina o caráter incipiente que tanto o Centro de Memória quanto o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica apresentavam. Assim, fica demonstrado que o setor se alinhava tanto à necessidade do Departamento de História de ter um laboratório para seus alunos de Bacharelado, quanto à inclinação das instituições de porte como o da PUC Minas de se preocuparem com a salvaguarda de sua História.

Outra constatação possível é que, para além das atividades de viés educacional, o Centro de Pesquisa Histórica se deparou com demandas de outros setores da Universidade, tais como, solicitações por parte do Centro de Registro Acadêmico (CRA) de documentação para comprovação de tempo de serviço para aposentadoria, notas escolares e participação no DCE. Desta forma, o CPH se torna, também, um referencial de informações úteis ao cotidiano da vida acadêmica e persistentes para a narrativa da memória da Universidade.

A pesquisa evidencia também uma alteração em 2006 da postura que o Centro de Pesquisa Histórica assumiu com o desenvolvimento de atividades voltadas tanto para a pesquisa, quanto para a preservação da memória institucional. Esta mudança fez emergir no Departamento de História, a iniciativa de alteração do regulamento formulado quando da criação do Centro de Pesquisa Histórica. Foi proposto um regulamento que conferisse ao Centro de Memória e de Pesquisa Histórica (CMPh) um nível mais elevado de complexidade em relação ao Centro de Pesquisa Histórica. Novas responsabilidades e competências são atribuídas ao setor, apesar de muitas características serem comuns à organização anterior.

Enfim, os 20 anos de história do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, demonstram uma postura consonante com seus propósitos desde o momento de sua criação em 1989 até sua configuração em 2009. Apesar das modificações recorrentes, o Centro manteve-se fiel à finalidade de ser uma referência em relação ao ofício do historiador, assumindo caráter ímpar no desenvolvimento de discussões pertinentes

ao labor histórico, tornando-se um lugar de memória e de história da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Leandro Pereira de; MOURÃO, Rafael Pacheco. Memória Preservada: O Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas – Conservação, Preservação e Disseminação da Informação. In: I Simpósio Internacional de História Pública: A história e seus públicos. **Anais eletrônicos**. São Paulo: editora, 2012. p. 371-379.
- AMADO, Janaina; Marieta de Moraes Ferreira (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 94-95.
- BOSCHI, Caio César. Currículo de História: a questão sob a forma de questões. **Revista do Departamento de História da UFMG**. Belo Horizonte, 1 (2): 85-92, jun. 1986.
- CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. Os centros de memória hoje. In: _____. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 63-87.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. [Entrevista]. Belo Horizonte, 19 outubro 2017. Depoimento cedido a Marina Carolina Rezende Costa.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 7-9.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
- ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-118, nov. 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- PISNKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: _____. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 7-8.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, decidindo sobre a apresentação do anteprojeto do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica à Pró Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação**. Belo Horizonte, 1989. Departamento de História.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, solicitando a cessão da sala 208 do Prédio 6 para instalação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica**. Belo Horizonte, 1989. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, apresentando propostas que visavam a melhor estruturação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1989. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, descrevendo quais deveriam ser as funções do monitor e do professor responsável pelo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, junto com sua dedicação. Belo Horizonte, 1990. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, destacando obstáculos em relação ao funcionamento do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1991. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, propondo a produção do projeto de reformulação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1992. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História, apresentando proposta de evento em nome do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1993. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Conselho Consultivo e Deliberativo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, sobre os projetos a serem realizados. Belo Horizonte, 2008. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Ata de reunião do Conselho Consultivo e Deliberativo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, sobre a comemoração de 20 anos do setor e seu logotipo. Belo Horizonte, 2009. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Coletânea dos Documentos Oficiais PUC MG 1941-1995. Volumes I, II e III. Belo Horizonte, 1996. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Convite para a Semana de História “Os Loucos Anos 20”. Belo Horizonte, 2002. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Convite para o II Seminário de História Quantitativa e Serial. Belo Horizonte, 2001. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Convite para o Seminário “JK: a utopia da modernidade”. Belo Horizonte, 2002. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Convite para a Semana de História “A Construção da Mineiridade”. Belo Horizonte, 2003. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Correspondência do Centro Acadêmico Francisco Iglesias ao Departamento de História, destacando sugestões do corpo discente para os candidatos à direção do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2007. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Correspondência da Prof.^a Liana Maria Reis e do técnico Leandro Abreu ao Prof. Caio César Boschi, sobre atividades desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa Histórica em 2005. Belo Horizonte, 2006. Departamento

de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Liana Maria Reis sobre a realização de inventário do acervo documental do Centro de Memória.** Belo Horizonte, 2006. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Carla Ferretti Santiago indicando a posse do Prof. Caio César Boschi na diretoria do Centro de Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 2002. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Liana Maria Reis aos professores do Departamento de História, solicitando lista de referências bibliográficas.** Belo Horizonte, 1994. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Liana Maria Reis aos professores do Departamento de História, destacando o perfil do aluno a ser formado pelo curso de História.** Belo Horizonte, 1994. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Liana Maria Reis aos professores do Departamento de História, comunicando seu desligamento do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 1994. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Correspondência da Prof.^a Lucília de Almeida Neves Delgado aos professores do Departamento de História, apresentando um diagnóstico sobre a situação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica e propondo intervenções para o desenvolvimento das atividades.** Belo Horizonte, 1996. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Folder sobre o II Seminário de Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 2001. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Informativo sobre o Centro de Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 2001. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Informativo sobre o evento “América Latina Caleidoscópica: História e Arte.** Belo Horizonte, 2003. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Portaria nº033, que cria o Centro de Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 2000. Reitoria. Secretaria Geral. Caixa 46.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Processo nº04/2006, que altera a denominação e a vinculação do Centro de Pesquisa Histórica.** Belo Horizonte, 2006. Reitoria. Secretaria Geral. Caixa 46.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto “50 anos em documentos”.** Belo Horizonte, 2008. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto de Reforma Curricular do curso de História.** Belo Horizonte, 1996. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto de criação do Centro de**

Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1989. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto “Igreja e Sociedade – Século XX”. Belo Horizonte, 1996. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto “Memorial do Departamento de História (1985-1998)”. Belo Horizonte, 1998. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto “Memória e Patrimônio Industrial de Minas Gerais”. Belo Horizonte, 1999. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto de reativação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1994. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Proposta de organização do Centro de Memória. Belo Horizonte, 2000. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Proposta de trabalho do Prof. Caio César Boschi para a eleição da diretoria do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2007. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Proposta de trabalho da Prof.^a Heloísa Guaracy Machado para a eleição da diretoria do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2007. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Proposta de trabalho da Prof.^a Liana Maria Reis para a eleição da diretoria do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2007. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Proposta de trabalho do Prof. Mário Cléber Martins Lanna Jr. para a eleição da diretoria do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2007. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Regulamento do Centro de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2000. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Regulamento do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2006. Departamento de História.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de atividades do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1994. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de atividades do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 1995. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 3, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Projeto do CDPH.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de atividades do Centro de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2004. Centro de Memória e de Pesquisa Histórica.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de atividades do Centro

de Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2009. Centro de Memória e de Pesquisa Histórica.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de atividades dos estagiários do Centro de Memória. Belo Horizonte, 1990. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Proposta, Termo de Convênio, Termos Aditivos.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatório de utilização de horas de dedicação da Profª Liana Maria Reis. Belo Horizonte, 2001. Departamento de História. Fundo: Curso de História, Caixa: 4, Série: Arquivos Diversos, Pasta: Relatório de Atividades 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Relatórios de Atividades Anuais. Belo Horizonte, 1990-2009. Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais.** Tempo. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

SANTIAGO, Carla Ferretti. **[Entrevista].** Belo Horizonte, 12 setembro 2017. Depoimento concedido a Marina Carolina Rezende Costa.

TEIXEIRA, Geraldo Magela. Apresentação. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Coletânea dos Documentos Oficiais PUC MG 1941-1995.** Volumes I, II e III. Belo Horizonte, 1996. Departamento de História.

JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)

Data de aceite: 05/12/2019

Lucas Ribeiro Garro Lourenço

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito e Ciências do Estado.
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O presente trabalho busca responder à seguinte questão: como o surgimento da ação penal pública condicionada à representação no Brasil se relaciona com as práticas de justiça não estatais vinculadas ao crime de furto de gado? Para tanto, busca compreender o surgimento da ação pública condicionada à representação e sua relação com o crime de furto de gado, tendo por recorte temporal os anos de 1860, ano de nascimento deste crime, e 1899, ano em que esta ação deixa de ser aplicada a este delito. Esta análise levará em consideração o contexto jurídico nacional e o internacional, por meio de uma perspectiva histórico-comparada, contextualizando os discursos sobre esta ação e sobre crime de furto de gado no âmbito dos seus interlocutores nacionais e internacionais. Para tanto foram utilizadas ferramentas metodológicas próprias da história comparada do direito, como a inserção internacional do objeto de estudo para compreender a possível relação entre a ação penal pública condicionada

e as práticas de negociação entre as partes. A partir dessas perspectivas, serão analisados os debates parlamentares e doutrinas nacionais e internacionais sobre ação penal. Essas fontes têm revelado que a busca pela “publicização” da justiça penal no Brasil foi marcada por negociações, de forma que as práticas de justiça não estatais foram absorvidas e sobrepostas pela justiça estatal, mas não eliminadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Penal; Negociações; História do Direito; História do Processo Penal

STATE JUSTICE AND NEGOTIATED JUSTICE: CATTLE THEFT, CRIMINAL ACTION AND NON-STATE JUSTICE IN BRAZIL (1860-1899)

ABSTRACT: This paper seeks to answer the following question: how does the emergence of public criminal action conditioned to representation in Brazil relate to non-state justice practices linked to the crime of cattle theft? Therefore, it seeks to understand the emergence of public action conditioned to representation and its relationship with the crime of cattle theft, having as a temporal cutout the years 1860, the year of birth of this crime, and 1899, the year in which this action ceases to be applied to this crime. This analysis will take into account the national and international legal context, through a historical and comparative

perspective, contextualizing the discourses on this action and on the crime of cattle theft within the scope of their national and international interlocutors. To this end, methodological tools specific to the comparative history of law were used, such as the international insertion of the object of study to understand the possible relationship between conditional public prosecution and negotiation practices between the parties. From these perspectives, the parliamentary debates and national and international doctrines on criminal prosecution will be analyzed. These sources have revealed that the search for the “publicization” of criminal justice in Brazil was marked by negotiations, so that non-state justice practices were absorbed and overlapped by state justice, but not eliminated.

KEYWORDS: Criminal Action; Negotiations; History of Law; History of Criminal Procedure

1 | INTRODUÇÃO

Durante a modernidade a justiça criminal buscou substituir práticas de justiça não estatal por práticas de justiça estatais e assim concentrar o poder de punir.

No caso brasileiro, essa busca por concentração do aparato de justiça institucional se deu em meados do século XIX e durante o século XX, período no qual o Estado procurou coibir as práticas de justiça não institucionais. Dentre as ferramentas utilizadas para combater o protagonismo das partes destacam-se as mudanças na ação penal, que tinham como regra geral no código de 1832 (BRASIL, 1832). A ação penal privada, segundo o artigo 75 desta lei apresentava em seus parágrafos as situações em que se aplicaria a ação penal pública.

Assim, durante os anos de vigência desta lei processual era dever do ofendido investigar, levantar indícios, produzir provas e, então, dar início à ação penal por meio da apresentação de uma queixa a uma autoridade judiciária, passando a atuar como autor da ação penal. Com isso, percebemos que durante esse período era, em regra, dever do ofendido, nos termos do artigo 73, “perseguir o crime” (BRASIL, 1832, p. 5) e não do Estado.

Já em 1890, logo após o advento da república, o novo código penal promulgado em 1890 trouxe uma alteração profunda na ação penal. Com o advento da república, houve a promulgação de um novo código penal em 1890, que trouxe uma profunda alteração na ação penal. A regra geral se inverte, a ação privada deixou de ser a principal forma de ação, passando ao Estado o dever de perseguir e processar a maior parte dos crimes. O artigo 407 deste diploma normativo ordenava que “Haverá lugar a ação penal: (...) §2º Por denuncia do ministério público, em todos os crimes e contravenções” (BRASIL, 1890, p.58). Trazia consigo, entretanto, exceções, ou seja, os casos em que caberia ação privada, delegando assim ao ofendido ou a seus familiares o dever de perseguir e iniciar a ação penal

Exceptuam-se:

- 1º, os crimes de furto e damno, não tendo havido prisão em flagrante;
 - 2º, os crimes de violencia carnal, rapto, adulterio, parto supposto, calumnia e injuria, em que sómente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274.
- § 3º Mediante procedimento ex-officio nos crimes inafiançaveis, quando não for apresentada a denuncia nos prazos da lei (BRASIL, 1890, p.58).

A primeira dessas exceções é o crime de furto, cabendo ao poder público a titularidade da ação penal apenas nos casos de flagrante, em todas os demais casos deveria ser o ofendido o titular do direito de adentrar em juízo. A manutenção do crime de furto como de ação privada é muito interessante, ainda mais quando analisamos que ele apresenta relação com o surgimento de uma nova ação penal de titularidade mista, na qual tanto o Estado quanto o particular teriam participação.

Essa nova ação surge em 1892 (BRASIL, 1892), ano em que pela primeira vez na legislação penal brasileira o termo “mediante representação” é usado para tratar de uma ação penal. Nasce assim, a ação penal pública condicionada à representação, na qual o Estado, embora detentor da titularidade, necessitaria de uma autorização, ou seja, representação da parte ofendida para poder dar início ao processo penal.

Além desta representação, a parte também possuía a possibilidade de interferir e participar do processo atuando como uma espécie de subsidiário do Estado, podendo apresentar provas e até mesmo assumir a ação caso o Estado não o fizesse. Outro aspecto importante e interessante desta inovação na legislação penal era a sua aplicação. Esta ação penal não era aplicável a vários crimes, mas apenas a um (crime) bem específico, o crime de furto de gado cavallar e muar. Este surge em 1860 (CÂMARA DE DEPUTADOS, 1860, p. 489), a partir de uma demanda de habitantes e autoridades de cidades e vilas do interior do país, que reivindicavam, junto ao Estado, uma medida para combater essa prática delituosa que se mostrava muito comum.

Como resposta a estas reivindicações os legisladores decidiram criar um novo tipo penal, por meio de uma lei esparsa. Esse tipo penal era totalmente separado do crime de furto, mesmo possuindo apenas uma diferença entre eles, o modo de se processar.

Diante de tais fatos, o presente trabalho busca compreender o surgimento da ação pública condicionada à representação e sua relação com o crime de furto de gado e sua conexão com as práticas de justiça não estatais no Brasil do século XIX. Busca também compreender como os juristas brasileiros e os parlamentares da época se utilizavam de argumentos comparatistas para explicar, justificar e legitimar a adoção deste tipo específico de ação penal, contextualizando seus discursos sobre a ação penal pública condicionada, assim como do crime de furto de gado frente a seus interlocutores internacionais.

Nesse sentido, este trabalho parte de uma perspectiva histórico-comparada (PIHLAJAMÄKI, 2015), buscando estabelecer diálogos e permitir novas conclusões e observações acerca do tema e das fontes trabalhadas, fontes essas que são,

principalmente, os debates parlamentares das legislações que trataram do crime de furto de gado e da ação penal pública condicionada à representação, doutrinas processuais nacionais e internacionais e, por fim, processos judiciais da época.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A concentração e centralização do Direito de punir, por parte do Estado, é o embrião do Direito Penal Moderno que tinha, com um de seus objetivos, remover dos particulares e poderes locais a competência e o papel de dirimir conflitos e aplicar penas. No caso europeu esse processo se dá com a superação de práticas comuns à Idade Média, período no qual a vingança e as forças locais marcavam atuação da justiça penal (CARBASSE, 2000).

Assim, durante a passagem da Idade Média para a modernidade, principalmente nos anos do *Ancien Régime*, os Estados nacionais em construção procuraram concentrar o poder de punir e confrontar as formas de justiça externas a eles, as chamadas justiças negociadas. Nesse sentido, “o nascimento do direito penal moderno pode ser associado à forte limitação da dimensão privada e compositiva que caracterizava tanto a tradição alto medieval” (ALESSI, 2011: 169).

Se na Europa esse processo se dá durante os séculos XVII e XVIII, no Brasil ele pode ser remetido ao século XIX, principalmente a sua segunda metade, que quando se tem inicia a construção, mais profunda de um aparato institucional e burocrático dentro do recém Brasil independente. Como muito bem analisa Jose Murilo de Carvalho, após a declaração da independência as elites brasileiras iniciaram o processo de construção da uma nova nação, processo esse que se constrói durante o XIX até meados do século XX, quando o “Estado foi eficiente na tarefa de se fortalecer e, sobretudo, em sua capacidade de controle social.” (CARVALHO, 2012: 249)

Embora o Estado brasileiro não tivesse vivenciado a experiência do período medieval, a falta de uma centralização jurídica e institucional do direito de punir corrobora com práticas e com o surgimento de forças locais e de práticas penais próprias das diversas localidades do grande país que é o Brasil. Assim, não podemos dizer que existiam práticas de justiça idênticas às da alta idade média no Brasil, mas podemos inferir que havia práticas de justiça própria e particulares, corroboradas por uma fraqueza do poder central, seja o poder metropolitano, seja o poder estatal que se construía no pós a independência.

Muitos brasilianistas se preocuparam em evidenciar os conflitos e as disputas que o Estado imperial e depois republicano, teriam de enfrentar para combater os poderes locais, vivenciando momentos de grandes conflitos, como as diversas revoltas do período regencial, e momentos de conciliação como no caso da política dos governadores. Entretanto essa preocupação de pensar na concentração do poder político passa pouco pelo estudo das formas e normas jurídicas, principalmente em relação ao direito penal.

Neste sentido, os trabalhos que cuidam desse assunto concentram suas análises sobre o processo de codificação e produção legislativa, procurando evidenciar que este processo, principalmente no caso do código criminal de 1830, no código de processo criminal de 1832 e no código penal de 1890. Sobre esses textos há uma boa produção historiográfica, uma parte delas se preocupou em pensar os códigos em seus contextos de produção e suas repercuções dentro da realidade brasileira.

Uma parte destas produções vai pensar o código a partir de seus pensadores e daqueles que participaram de sua construção, produzindo uma história intelectual e relacionando-a com a construção destes códigos, como exemplo temos Hélio Neto (2012), que pensa o código de 1830 e o código de 1832 a partir dos escritos e da atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ou mesmo o caso de pensar os códigos frente ao pensamento criminológico dos doutrinadores da época como é caso de Rebeca Dias (2015) em sua tese de doutoramento.

Se por um lado temos vários textos pensando os códigos criminais e de processo criminal no Brasil, assim como o processo de codificação penal, são poucos os trabalhos historiográficos sobre processo penal no Brasil, ainda mais que se preocupam em discutir a ação penal. A obra mais relevante sobre esse assunto dentro da historiografia brasileira é o artigo de José Lopes (2006) que apresenta uma perspectiva geral e introdutória sobre a questão processual no Brasil.

Em seu trabalho, por possuir uma abordagem mais geral, cravada na longa duração, apresenta aspectos importantes da formação da justiça penal no Brasil e ainda insere uma perspectiva comparada com outras influentes nações como Estados Unidos e Inglaterra. Apesar desse caráter mais generalista, o texto é bastante interessante, pois apresenta o processo penal em uma posição muito cara a este trabalho, já que entende que a construção e institucionalização do processo penal foi marcada por duas forças:

De um lado impedir, que numa sociedade estratificada, estamental e pouco urbanizada (como as sociedades européias e respectivas colônias americanas), que o mandonismo e o senhorio local se apropriassem da justiça. De outro lado, como evitar que a centralização e a profissionalização alienassem o povo, ou o cidadão ordinário, das funções públicas da administração da justiça? (LOPES, 2006: 348)

Percebemos então que ele coloca a questão da institucionalização da justiça e do processo penal como uma atividade difícil, pois precisa eliminar e impedir a apropriação das práticas de justiça pelos senhores locais, os famosos “Coronéis”, e por outro lado garantir que a população reconheça nessa atividade centralizada um caráter de justiça. Esta é uma interpretação central para o presente trabalho, já que evidencia a existência das relações de poder e do processo que buscamos aqui analisar.

Se a historiografia nacional não oferece grandes possibilidades de diálogo, a

produção internacional, ao contrário, nos oferece uma gama de textos com os quais é possível estabelecer aproximações. Assim, as referências principais deste trabalho serão produções historiográficas internacionais, principalmente francesas e italianas.

Em relação à história do processo penal e da ação penal além da obra já citada de José Lopes (2006), serão referências os trabalhos desenvolvidos por Alessi (2007), Carbasse (2000).

O livro de Giorgia Alessi (2007) é uma excelente análise histórica da formação e da construção do processo penal italiano. No capítulo II ela irá discutir a relação entre delito e das composições, pensando a intervenção e a atuação de terceiro na resolução penal. Embora trate de um período anterior ao que estamos estudando aqui, ela revela a existência a atuação de negociações na Itália de fins do período medieval.

O capítulo III é dedicado a debater a codificação penal, marca profunda da modernidade, pensando esse processo e sua repercussão nas práticas que ele chama de “justiça popular”, concluindo que “a utopia de uma justiça simples e popular não encontraria futuro frente à grande condificação” (ALESSI, 2007: 67). Assim, essa obra se mostra como uma referência para se pensar o processo penal, não só o italiano, já que a autora remete e aponta elementos importantes do processo penal de vários países da Europa.

A interpretação de Carbasse (2000) sobre o processo penal francês é bastante interessante, embora não seja o ponto principal de seu livro. Ao fazer uma análise da história do direito francês esse autor evidencia elementos importantes sobre a peculiaridade do processo francês que dialogam bastante com a realidade brasileira. Podemos perceber em seu livro como há um forte processo de “publicização” do direito francês, processo este que se baseia na força e no poder do Estado francês que no combate às práticas não institucionalizadas de justiça, privilegiou uma atuação mais forte e incisiva do Estado.

Esta questão é importante para esta pesquisa porque às vezes em que foram localizadas nas fontes citações ao modelo francês, ele é tido como referência de eficiência e exemplo de justiça. Assim, perceber o processo de fortalecimento da atuação do Estado francês e seu combate se faz importante para entender e analisar as referências e os significados que a França possuía no contexto brasileiro.

Por fim em relação ao crime de furto de animais, não há, no Brasil nenhuma produção historiográfica que discuta ou analise esse delito. Uma prática um pouco destoante daquilo que ocorre na Itália e na França.

A historiografia italiana sobre esse assunto é vasta, sendo vários os trabalhos que estudam o delito de furto campestre. As referências principais são os trabalhos de Sbriccoli (2009) e de Lacchè (2014), esses dois autores buscam entender as práticas o lugar do crime de furto campestre dentro do direito penal italiano. Sbriccoli partirá para uma análise voltada para finais da idade média, enquanto que Lacchè cuidará da época moderna, se preocupando em mostrar os conflitos e disputas relacionadas às práticas desse crime.

A utilização de todas essas referências internacionais demandará a utilização de uma perspectiva transacional ao analisar nosso objeto. Assim, será utilizado como base a ideia de uma inserção internacional do objeto. Não procuramos aqui dar enfoque nas trocas entre estas nações, ou mesmo nos cruzamentos e vinculações que se deram entre as diferentes percepções sobre a ação penal, negociações e furto de animais. O objetivo principal é analisar os institutos aqui estudados em comparação com outras nações e a partir dessa comparação entender as especificidades destes institutos na realidade e no contexto brasileiro.

3 | METODOLOGIA E FONTES

Assim sendo, o presente trabalho, partindo da História do Direito, busca analisar o processo histórico do aparecimento da ação pública condicionada à representação no Brasil em finais do século XIX, além da relação existente entre a mesma e o crime de furto de gado. Tal investigação se utilizará dos debates de parlamentares e jurídicos da época que participaram da construção da cultura jurídica e de todo um imaginário sociojurídico relativo à ação penal e ao furto de gado.

Serão utilizados conceitos como os de parajustiça de infrajustiça que buscam traduzir uma forma de se relacionar com o direito penal que era externa ao Estado, mas que a ele influenciava, se estruturando por meio da reconciliação e do perdão, possuindo suas próprias maneiras de negociar e resolver os conflitos, evitando ao máximo o uso da violência típica da atividade Estatal.

Também é fundamental para esta pesquisa o conceito de justiça negociada desenvolvido por Sbriccoli (2009). Esse conceito também se dedica a analisar as práticas de justiça não institucionalizada, mas diferentemente do proposto por Garnôt (2005), a ideia de uma justiça negociada trata estas negociações como forma de se fazer justiça e não como elementos externos à justiça, como entende Garnôt (2005). Para Sbriccoli (2009) a justiça negociada possui uma força e um significado que lhe confere um lugar de igualdade com a justiça estatizada.

Apesar da tensão entre esses conceitos, a ideia do trabalho é analisá-los em conjunto e a partir destas propostas desenvolver uma ferramenta de análise que se adapte à realidade brasileira da época, muito diferente da realidade estudada pelos autores. Assim, buscamos desta tensão e diferença de interpretação um conceito que permita entender a realidade estudada de acordo com sua especificidade.

A metodologia também se valeu dos conceitos e das fontes a partir de sua contextualização, buscando evidenciar as continuidades, assim como das rupturas entre passado e presente. Neste sentido, apresenta os conceitos jurídicos da época a partir dos paradigmas políticos e filosóficos próprios do período em que eram mobilizados, ou seja, como eram conceituados de forma que permitiam um melhor entendimento e percepção de tais conceitos. Essa contextualização, que deve ir além de uma análise apenas do meio social, deve ser considerada também como “uma

contextualização cultural, que tenha em conta os sistemas cognitivos e axiológicos próprios desses grupos" (HESPANHA, 1998, p. 58).

Tal metodologia se aplicará à análise das fontes, dentre as quais estão todos os textos normativos que trataram da ação penal e também do furto de gado. Somado a estes textos normativos, as discussões realizadas no Congresso Nacional que culminaram com a aprovação dos mesmos também serão tratadas como fontes na presente pesquisa. Elas se fazem necessárias por conterem elementos que evidenciam argumentos usados pelos parlamentares, ou seja, importantes membros das elites políticas do período, para validar e legitimar, além de justificar a adoção dessas inovações no direito penal brasileiro da época.

Será com esta mesma finalidade que as doutrinas jurídicas configuraram como fontes neste trabalho, tanto livros quanto periódicos jurídicos. Entretanto elas permitirão a percepção e análise dos argumentos que os juristas produziam relativo ao tema, quais eram suas posições e como estabeleciam e mobilizaram os diálogos entre o nacional e o internacional.

Nesse sentido, os trabalhos internacionais configuraram como um importante elemento para a pesquisa, uma vez que ela busca olhar a história do direito por meio de uma visão que ultrapassa fronteiras, logo, também são importantes os trabalhos internacionais com os quais as produções nacionais dialogam, mesmo que não diretamente. Sendo assim, serão analisadas obras de juristas franceses e italianos, dentre outros, que possuíam projeção internacional no mesmo período, ou em momentos próximos se preocupavam em discutir sobre a ação penal.

Todo este conjunto de fontes servirá também como forma de contextualizar o discurso nacional relativo tanto ao tema da ação penal quanto do crime de furto de gado muar, cavallar e outros frente a interlocutores internacionais. Contribuindo para um entendimento mais amplo de questão, o que pode ser obtido quando se analisa o direito para além das delimitações das fronteiras geográficas.

Por fim, também terão um papel importante na presente pesquisa os processos penais e relativos ao furto de gado, ocorridos em Minas Gerais antes e depois da adoção da ação penal condicionada à representação que fazem parte do acervo histórico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Por meio dessas fontes, procuraremos perceber a relação das vítimas, dos autores e dos aplicadores da lei em relação a este delito e à sua ação, que embora pública dependerá da representação do ofendido para que de fato se proceda.

Através delas, tentaremos captar e analisar a presença de uma justiça negociada que já existia em relação ao delito aqui estudado e que buscava ser combatida com a adoção dessa nova forma processual de proceder, fato reforçado pela determinação legal de caberia ao ofendido o pagamento das custas processuais caso realizasse a representação e depois desistisse da ação.

4 | RESULTADOS PARCIAIS

Atualmente a pesquisa se encontra em sua fase final, já foram analisados tantos os debates parlamentares quanto doutrinas nacionais e internacionais, restando agora os processos judiciais.

Todas as fontes deixam claro que há uma forte conexão entre a publicização da ação penal no Brasil e o combate às práticas não institucionalizadas de justiça, chamadas de negociações, tanto pelos parlamentares, quanto pelos doutrinadores. Assim, fica evidente que no Brasil, foi necessário combater práticas de justiça não estatais de forma a garantir a efetivação e o funcionamento do aparato institucional de justiça. Era preciso garantir que se extirpassem as práticas de vingança entre as partes; era necessário que se concentrasse no Estado o direito e a força de punir, retirando das partes o poder e a possibilidade realizar formas de justiças não institucionalizadas.

No caso italiano, houve uma institucionalização da participação dos ofendidos no aparato judicial através da adoção de um sistema que privilegiava a ação penal privada. Entretanto, a tradição francesa buscou combater tais práticas por meio da ampliação do aparato estatal, dando ao Ministério Público o dever de atuar no combate de todos os crimes limitando e dificultando a atuação do ofendido nas questões de direito penal.

Os juristas e parlamentares brasileiros parecem ter se espelhado na tradição francesa e buscaram, por meio de uma legislação mais combativa, extirpar as práticas de negociações, a fim de manter a hegemonia da nascente justiça brasileira. Entretanto, as recorrentes mudanças na legislação e as falas dos próprios parlamentares evidenciam que tal proposta não logrou êxito e trouxe outra questão, o uso da justiça penal.

Assim, é possível levantar a hipótese, a ser aprofundada na continuação desta pesquisa, de que a publicização da ação penal relativa ao furto de gado não impediu a barganha entre as partes, que continuou existindo a despeito da atuação estatal, de forma que a justiça institucional passou a ser uma ferramenta das negociações, assim, os ofendidos poderiam se utilizar da mobilização do aparato institucional como forma de pressionar e chantagear os criminosos. Com isso, além de não resolver a questão da impunidade e das negociações, a ação contribuía para a realização de negociações e a máquina estatal acabava sendo mobilizada como parte dessas negociações.

Assim, o Brasil se mostrava à procurada de acompanhar a tradição moderna do direito penal, tradição essa que, durante toda a modernidade buscou “monopolizar totalmente os campos dos conflitos graves” (ALESSI, 2011, p.174), a assim como reduzir “enormemente os espaços de acordo em matéria penal, [debilitando] o papel da mediação social na solução dos conflitos, impondo a ideia de que não existe justiça sem a punição do culpado” (ALESSI, 2011, p.174). A ação penal pública condicionada à representação se apresenta como uma tentativa de aplicar as teorias penais da modernidade em terras brasileiras, efetivando e fortalecendo a atuação da justiça institucional sobre quaisquer outras formas de justiça.

Entretanto, apesar de poder ser incluída nesse modelo comum à modernidade, a justiça penal brasileira esbarrou em problemas e práticas próprias de sua realidade econômica e social, que impossibilitava o combate às práticas de negociações de maneira direta. Provavelmente a grande extensão territorial e a falta de uma capilaridade do aparato de justiça que se formava tornava impossível a substituição dessas práticas de negociações por uma atuação do aparato institucional.

A observação a partir de uma inserção internacional do objeto revelou que a saída brasileira para lidar com o problema das negociações foi adotar um instituto penal que permitisse a inserção das negociações dentro do aparato jurídico, de forma a serem tuteladas ou resguardadas pela autoridade estatal, e, com isso, temos o nascimento da ação penal pública condicionada à representação.

Essa nova modalidade de ação penal surgia como uma forma de controlar a atuação das partes, tendo em vista a dificuldade de impedi-la. A função da ação penal pública condicionada à representação era a de evitar uma apropriação da justiça, muito relacionada às formas que Dagens (2001) observou na primeira metade da idade moderna na Europa, qual seja, a ressignificação do aparato institucional que buscava suprimir as negociações, de forma a torná-lo parte das próprias barganhas, tendo resultado contrário ao esperado: ao invés de impedirem as negociações, esse aparato acabou servindo como forma de obter melhores negociações.

Nesse sentido, o surgimento da ação penal pública condicionada à representação no Brasil é indissociável do combate às negociações. Ela se mostra como uma saída criativa, não só para as práticas de negociações, mas para outra problemática que nasce junto com formação de um aparato institucional de justiça que são os usos e apropriações que a população faz dele.

Assim, a adoção de uma ação penal condicionada à representação se baseou no modelo de ação penal condicionada francês, mas se diferenciou bastante dele. No caso brasileiro, nós não seguirmos o exemplo francês de buscar suprimir as práticas de justiça não institucionais por meio da ampliação da força e da presença do aparato estatal. Nossa opção foi adotar um sistema mais conciliatório que garantisse a aplicação da punição estatal ao mesmo tempo em que inseria no meio institucional a participação do ofendido. Nesse sentido, a ação penal pública condicionada no Brasil era mais permissiva garantindo um maior espaço de atuação para os ofendidos.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Giorgia. **Processo penale: profilo storico**. Roma-Bari: Laterza, 2007.

ALESSI, Giorgia. O Direito Penal Moderno: entre retribuição e reconciliação. In: DAL RI Jr, Arno; SONTAG, Ricardo (orgs.). **História do Direito Penal entre Medievo e Modernidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011

BRASIL. Anais da Câmara de Deputados. **Rio de Janeiro: Imprensa Oficial**, 1860 Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp> Consultado em 20/06/2019

_____. Decreto Lei 121 de 1892: Providencia sobre a penalidade e processo de crimes de furto de productos da laboura e industria. **Rio de Janeiro: Imprensa Oficial**, 1892

_____. Decreto 847 de 1890: Promulga o Código Penal. **Rio de Janeiro: Imprensa Oficial**, 1890.

_____. Lei de 29 de Novembro de 1832: Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. **Rio de Janeiro: Imprensa Oficial**, 1832

BUENO, José Antônio Pimenta. Apontamentos **sobre o Processo Criminal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857.

CARBASSE, Jean-Marie. **Histoire du droit pénal et de la justice criminelle**. Paris:PUF, 2000

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DIAS, Rebeca Fernandes. (2015) **Pensamento criminológico na primeira república: o Brasil em defesa da sociedade**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, e à Università Degli Studi di Firenze. Curitiba..

DINGES, M. Usi della giustizia come elemento di controllo sociale nella prima età moderna. BELLABARBA, M; SCHWERHOFF, A; ZORZI (Org) **Criminalità e giustizia in Germania e in Italia**. Bologna/Duncker & Humblot, 2001. p. 285-324.

FRAGOSO, Joao Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

GARNOT Benoît. Justice et société dans la France du 18e siècle. **Dix-huitième Siècle**, Paris, n°37, 2005. Disponível em: <www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_2005_num_37_1_2657>; Acessado em: 22/06/2019

GUIMARÃES, Joaquim. **Ação Pública e Privada**. Vitória: Papelaria e Typ. de A. Moreira Dantas, 1898.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 1998

_____. Da “iustitia” à “disciplina: Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: **Justiça e litiosidade: História e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LACCHÈ, Luigi Mezzadro, mezzo ladro, metalmezzadro. Il furto campestre e l'antropologia storica. In: ADORNATO, Francesco & CEGNA, Annalisa (Org.) **Le Marche nella mezzadria: Un grande futuro dietro le spalle**. Macerata: Quodlibet, 2013.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Uma introdução à história social e política do processo. In: WOLKMER, Carlos. (Org.). **Fundamentos da História do Direito**- 3. ed. 2.tir. rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 351-379.

NETO, Hélio C. L. Bernardo Pereira Guimarães de Vasconcelos: Realpolitik e defesa das garantias e liberdades individuais no Brasil Imperial. **Interfaces científicas – Direito**, v. 1, n.1. Aracaju, 2012. pp.93-103.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history. Are we all comparatists now? **Seqüência**, Florianópolis, n. 70. junho de 2015, p. 57-75.

POLA, Giuseppe Cesare. **Controversie sulla azione penale - con lettera de G. P. Chironi.** Imprenta: Torino, Bocca, 1904. p. 28 – 29.

SBRICCOLI, Mario. Il furto campestre nell'Italia mezzadile. In: _____. **Storia del Diritto Penale e Della Giustizia: Scritti edititi e inediti (1972 – 2007).** Milano: Giuffrè Editore, 2009, p. 419 - 429.

INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS

Data de Submissão: 15 de outubro de 2019.

Data de aceite: 05/12/2019

João Marcelo de Oliveira Cezar

Departamento de História, Faculdade de Ciências
e Letras

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
(UNESP) – Campus de Assis
Assis - SP

Lattes:[http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/
visualizacv.do?id=K8046948P0](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8046948P0)

YOURSELF AND RESISTANCES.

ABSTRACT: The work in question aims to identify the relations between foucauldians concepts, searching to comprehend the legitimation of determinates speeches and power regime, that regulates bodies, gender, sexuality and also de subjectivities, with the queer theory, that in a certain way comes up as an answer to this regulatory order, affirming that these categories can be neither true nor false, but produced as efects of truth of a estable and primary identity speech.

KEYWORDS: Judith Butler, Michel Foucault, Queer Theory.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Michel Foucault (2000) todas as pessoas estão submetidas a um poder, e também o exercem. Esse poder, que para ele se manifesta nas relações, possuí diversas ferramentas e tecnologias, que o servem, controlando comportamentos, modos de vida e construindo subjetividades, de forma a manter esse dado poder. Esse regime que se estabelece, utilizando-se de ferramentas e micropoderes para sua manutenção, é conceituado como “Biopoder”.

A sexualidade/gênero é entendida por Foucault como sendo uma ferramenta para

RESUMO: O trabalho em questão visa identificar relações entre conceitos foucaultianos, buscando compreender a legitimação de determinados discursos e regimes de poder, que regulam corpos, gênero, sexualidade e também as subjetividades, com a Teoria Queer, que de certa forma surge como uma resposta à essa ordem regulatória, ao afirmar que essas categorias não podem ser nem verdadeiras nem falsas, mas produzidas como efeitos de verdade de um discurso de identidade primária e estável.

PALAVRAS-CHAVE: Judith Butler; Michel Foucault; Teoria Queer.

INTERFACE BETWEEN FOUCAULT AND BUTLER: WAYS TO THINK ABOUT BODIES, SEXUALITIES/GENDERS, PRACTICES OF

essa manutenção do poder, ela colabora no modo como nos construímos, nas nossas “práticas de si”, nas formas como nos relacionamos com outros, ou como praticamos nosso sexo. Por ser um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 2017), essa sexualidade é construída, e demarca o poder.

O autor ainda aponta, em seu *Microfísica do Poder* (2000) uma ideia crucial de que todas as relações de poder demarcam também relações de resistências, elas caminham juntas. Portanto, a ferramenta sexualidade/gênero é um campo de resistência e disputas, afirmação que também faz parte dos estudos queer.

O trabalho desenvolvido aqui está dividido em dois blocos, sendo que o primeiro trata sobre o que são os estudos queer e como eles estão banhados em conceitos que já haviam sido utilizados e problematizados por Michel Foucault. Como a sexualidade/gênero pode ser demarcada como uma ferramenta do poder? É uma pergunta que buscamos tentar responder nesse primeiro tópico.

No segundo momento buscaremos encontrar possíveis caminhos para resistir a esse referido “poder”. Ficará claro que o objetivo aqui não é encontrar soluções para eliminá-lo, mas formas de reverte-lo dentro de suas próprias malhas. Sendo que o ponto em questão será a sexualidade, portanto, quem nos apresentará os possíveis caminhos será a teórica queer Judith Butler, que se utiliza de Foucault para elaborar seus conceitos de “agência” e “performatividade”.

2 | A TEORIA QUEER E SEUS ENTRELACAMENTOS COM CONCEITOS DE MICHEL FOUCAULT

O termo *Queer*, antes da década de 1980, era usado como algo pejorativo e para inferiorizar pessoas que não se encaixavam no padrão heteronormativo, fosse em relação aos seus desejos ou modos de se comportar e vestir; ou seja, sujeitos que desviavam do que se espera dos comportamentos e desejos “naturais” de um homem ou mulher. Uma tradução livre do significado de *Queer* para o português seria “Viado”, “Bicha”, “Sapatão”, entre outros. Esse termo, a partir da década de 1980, começa a ser ressignificado por parte da Movimento Homossexual de então, agora não mais como algo pejorativo, mas com um caráter de resistência, buscando-se força e reconhecimento no termo. (CARRILLO, 2010)

Antes de 1980 já havia debates e trabalhos no meio acadêmico acerca do sexo, sexualidade e sujeito, que caminhavam junto ao Movimento Homossexual, porém ele e as discussões que se tinha já não afetavam o *status quo* da sociedade, mantendo os privilégios brancos, masculinos e a monogamia dentro dos próprios grupos minoritários. Depois do surto da AIDS surgem novos agrupamentos “preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterosexual/homossexual” (LOURO, 2001, p.546), e que iam contra os privilégios existentes dentro do movimento, entendendo que “o discurso político e teórico que produz a representação ‘positiva’ da homossexualidade também

exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites” (ibidem, p.544), que não dão espaço para figuras como a da “bicha afeminada” ou as travestis.

Estudos relacionados aos trabalhados pela Teoria *Queer* começaram a se desenvolver desde os anos 80, como oposição aos estudos sociológicos normalizados acerca de gênero e sexualidade; sendo que a expressão *Queer Theory* é usada pela primeira vez por Teresa de Lauretis, em 1990, década em que essa linha de pesquisa e debate se consolida de fato (MISKOLCI, 2009, p. 151).

De um ponto de vista prático, essa teoria é resposta à ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e das subjetividades (PELÚCIO, 2014, p.28). A Teoria *Queer* tem como objeto as relações entre sexo e gênero, mais especificamente, ela surge de uma aliança de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, que orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito, propondo-se a construir o espaço de desestabilização, subversão e emancipação para fenômenos relacionados com gênero e sexo (SALIH, 2002, p.19), de modo que

tornar a teoria *Queer* é duvidar das verdades universais presentes nas teorias, problematizando todo conhecimento que se apresenta com o status de verdade universal por meio da análise e da evidenciação das relações de poder que produzem determinados saberes como hegemônicos (DE SOUZA, 2017, p.311)

Com isso, percebe-se como a problemática *Queer* não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção. Segundo Miskolci, esse termo refere-se o espaço a que a coletividade costuma relegar indivíduos que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política. Segundo Julia Kristeva, o abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem. (KRISTEVA, 1982) Segundo Miskolci, a abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é comunidade. (MISKOLCI, 2016) Isto posto, o queer não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo.

Conforme Miskolci, o *queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (ibidem, p.26).

O pensamento foucaultiano destaca-se como um dos principais inspiradores da Teoria *Queer*, pelo fato de Michel Foucault problematizar o corpo, a sexualidade e o gênero como dispositivos construídos historicamente, e constituídos de discursos e práticas de saber-poder. Sua obra é marcada por três fases: arqueologia,

genealogia e a estética da existência, divididas em três eixos, respectivamente: saber, poder e subjetivação. A arqueologia propôs um modelo de descrição baseado nas transformações dos saberes. A genealogia procurou analisar o surgimento dos saberes e de que forma, através da experiência social, os indivíduos eram levados a reconhecer a si próprios como sujeitos de uma sexualidade, que se articulava em um sistema de regras e coerções relativas a relações de poder. Na terceira fase, estética da existência, Foucault trabalha, a partir da antiguidade greco-romana, as práticas de si, que apontam para a possibilidade da produção de si mesmo através de condutas historicamente situadas. (VENTURA, 2008, p. 64)

A proposta do trabalho aqui apresentado se situa a partir da obra de Foucault em associação com Judith Butler – teórica que desponta como um dos principais nomes no que se refere aos estudos queer-, a respeito da performatividade dos gêneros e agência dos corpos, de fundamental importância para a Teoria Queer. Em sua obra, Butler põe em dúvida a categoria do “sujeito” - ao assinalar que o gênero é performativo -. Além disso, afirma que há modos de “construir” a nossa identidade, por isso o sujeito dispõe de “performatividade” quanto à construção do si. Dizer que o sujeito é constituído não significa que está determinado; ao contrário, a sua condição de constituído é mesmo uma pré-condição para a agência, pois o que informa uma reconfiguração de relações culturais e políticas é o fato de que existe a possibilidade de resistir, ou seja, deve-se questionar as condições da construção do sujeito, reposicionando o agente dentro das matrizes de poder.

Abre-se então, do ponto de vista dessa formulação foucaultiana que a Teoria Queer retoma, a possibilidade de questionar a própria definição da identidade que serve de base para a ação do sujeito através de sua sexualidade. Em sua obra *Problemas de Gênero*, Butler argumenta que assim como acontece com o gênero, não há corpos antes da inscrição cultural, e o sexo, assim como o gênero, pode ser performativamente reinscrito de maneiras que acentuem seu caráter construído. Além disso, o voltar-se sobre si do gênero nas relações de poder que o estabelecem, mostra Foucault (2017, p.33), permite pensar que existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas como sujeito moral dessa ação.

Foucault (2017) afirma, em sua fase genealógica, que a sexualidade é um “Dispositivo Histórico”, ou seja, ela é uma relação de poder, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. O dispositivo “sexualidade” é a rede de relações de poder-saber que se estabelece entre esses elementos objetivando processos de subjetivação (1993, p.244). E segundo o autor, esse poder que produz saberes deve ser entendido da seguinte forma:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que

o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) estão sempre em posição de exercer e de sofrer sua ação. (...) Em outros termos, o poder não se plica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2000, p.183)

Em seus trabalhos, Michel Foucault discorre sobre o conceito da “Hipótese Repressiva”, que busca responder à questão “A repressão do sexo é mesmo uma evidência?”, já que, conforme seus escritos, desde o século XVII o que existe é uma “verdadeira explosão discursiva” (FOUCUALT, 2017, p.19). Já não se busca ocultar, mas fazer falar, e essa característica está diretamente relacionada a cultura da confissão, que é fortalecida com a contrarreforma. “O sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego”. (ibdem, p.22)

Segundo Foucault, cria-se mecanismos de poder, na modernidade, que visam colocar o sexo em discussão, torná-lo público. E esse discurso moderno sobre o sexo e a sexualidade, que já não é só religioso, mas também científico, não tem como intenção a repressão, mas o controle e a classificação. Nesse momento, “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidades, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (ibidem, p.27), controlando as chamadas “práticas de si”, ou seja, os modos como as pessoas subjetivam a si mesmas, seus comportamentos, desejos, paixões, vestimentas e etc.

Para a análise feita nesse trabalho, é importante apontar que o poder, para Foucault, também nomeia e cria personagens, é o caso do homossexual, que até o século XIX não era categorizado dessa forma, como um sujeito, mas apenas como uma atitude, já que qualquer pessoa podia cometer o ato da sodomia (ter relações sexuais com alguém do mesmo sexo). No século XIX, no entanto, o termo “Homossexualidade” passa a definir não um ato de pecado, mas uma natureza, um sujeito em que “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (ibidem, p.48). Nesse sentido, o poder não irá excluir sujeitos com essas características desviantes, mas categorizá-los e caracterizá-los, utilizando a nomeação como forma de controle.

O poder, portanto, irá criar tecnologias que gerenciam a vida das pessoas, produzindo características sociais, formando saberes, induzindo prazeres e produzindo discursos. Essa sociedade moderna, em que o poder se mostra dessa forma, é nomeada por Foucault de “Sociedade Disciplinar”, que maximiza o controle dos indivíduos e cria o chamado “Biopoder”, que será responsável por fazer uma “gestão calculista da vida” e “administração dos corpos” das pessoas, através de

escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecendo, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e imigração, explosão; portanto de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. (ibidem,

Tendo em mente que a sexualidade e o gênero são tecnologias/dispositivos que fazem parte da rede do “Biopoder”, é imprescindível apontar a relevância desses para a manutenção do poder existente na modernidade e pós-modernidade, de manter as pessoas vivas, já que “estamos em uma sociedade do ‘sexo’, ou melhor, ‘de sexualidade’: Os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (*ibidem*, p.160).

Para Foucault, o sexo é um mecanismo criado pela instituição histórica que é a sexualidade, justamente para legitimá-la como marca que se insere no corpo, ou seja, transformar o que era discurso em algo visível, portanto, não podemos

Situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões, a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção de sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade (*ibidem*, p.171)

É nesse sentido que se pode afirmar que ao se praticar o sexo homossexual, ou “se assumir” enquanto gay/lésbica, não se está caminhando contra o poder, pelo contrário, ele é quem incentiva a confissão e a categorização, ele é quem ressalta características. É com tal olhar que esse trabalho insere a Teoria Queer no debate, entendendo que a mesma irá apontar que ambos os polos, heterossexual e homossexual, se complementam, e necessitam um do outro para sua permanência, o que significa que a homossexualidade é produzida discursivamente por meio das normas sociais para legitimar a heterossexualidade, demarcando assim os “corpos que importam” (LOURO, 2001, p.549). Só é possível criar os sujeitos “normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos” (MISKOLCI, 2009, p.173).

3 | OS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA AS RESISTÊNCIAS

De acordo com Foucault, onde há poder, há resistência sendo criada, sendo esta última condição primordial para a existência do primeiro, a partir das suas multiplicidades de atuação (FOUCAULT, 2017, p.91). As resistências constituem nossos corpos, percorrem-nos, caracterizando-se como pontos móveis e inventivos. Butler utilizará de Foucault para propor, em sua Teoria Queer, possibilidades para a resistência, ou seja, na obra *Problemas de Gênero* (2003) o conceito foucaultiano de “resistência ao poder” será reinterpretado com a intenção de desviar das normas regulatórias relacionadas às sexualidades, possibilitando apresentar sujeitos alternativos a elas.

Judith Butler aponta em *Problemas de Gênero* que o gênero é socialmente construído, assim como o sexo e o próprio corpo, que existem nas marcas do gênero. E essas categorias são construídas dentro de uma lógica binária, homem/

mulher, hetero/homo, ativo/passivo, para suprimir “a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual” (BUTLER, 2018 p.47). Dessa forma, há a manutenção do que Monique Witting irá nomear de “Heterossexualidade Compulsória”, que cria uma ideia metafísica de gênero e desejo, de modo que todo ser humano que nasce com um pênis, é necessariamente um “homem” que se sente atraído sexualmente por “mulheres”.

Nesse sentido, Butler discorre que os corpos são entendidos como submissos aos gêneros, como se fossem passivos, prontos a serem inscritos por algo metafísico. Se venho ao mundo dentro da categoria “Mulher”, meu corpo necessariamente deve corresponder às normas sociais que caminham junto a essa categoria, nos modos de se vestir, agir ou desejar. Nesse sentido, a autora afirma que os gêneros são vistos como algo metafísico, porém, na realidade, não passam de construtos sociais criados nas malhas do poder para atender ao mesmo, de modo a serem performativos, como em um teatro, em que os movimentos, gestos, comportamentos e “*los variados actos de género crean la idea de género, y sin esos actos, no habría género alguno*” (GROS, 2010, p.251), dessa forma

a “nomeação do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Witting, “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós (...) ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais”. (BUTLER, 2018, p.201)

Ao se entender que os gêneros, sexualidades, sexos e corpos são performativos, e construídos por meio de um discurso, e que àqueles considerados “anormais”, como os homossexuais, também são criação do mesmo poder que formula os “normais”, heterossexuais, a questão que começa a existir é “Como escapar desse poder? Como subverte-lo?”, e segundo Butler, a resposta dessas questões está na capacidade de agência que possuímos enquanto corpos, já que, como dizia Foucault, “contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexodesejo, mas os corpos e os prazeres” (2017, p.171), só assim que se pode ter um papel de resistência frente as tecnologias do poder.

Butler coloca em jogo a ideia de “Agência”, ao apontar que os corpos não são tábulas vazias prontas a serem preenchidas de forma extremamente passiva, pelos gêneros e suas performatividades, mas que podem ser agentes de ações que subvertam os ideais que lhe são impostos, por meio de atos, também performáticos e teatrais, que façam uma imitação do “original”, um exemplo disso são as travestis e *drags*, que ao parodiar o ideal “natural”, revelam que o próprio “original é uma imitação” (BUTLER, 2018, p.238), desnaturalizando e imitando o mito.

A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade (BUTLER, 2018, p. 137). As reinscrições do

gênero que constituem a “agência” do sujeito no interior da lei dependem do corpo, na medida em que este é objeto material das relações de poder (SALIH, 2002, p.88). E esse corpo, para Butler, não é uma “facticidade muda” (2003, p.129), ou seja, não é um fato da natureza. Assim como o gênero ele é atravessado por discursos, isto é, o sexo e o gênero são construções culturais “fantasmáticas” que demarcam e definem o corpo (SALIH, 2002, p. 72). No caso do dispositivo da sexualidade, os pontos de resistência encontram-se nos corpos e nos prazeres.

Para a autora, “se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas” (BUTLER, 2018, p.164). Com esse apontamento pode-se notar que mesmo estando submetidos ao poder, mostrar o quanto as categorias criadas por ele são fantasiosas é uma possibilidade, se utilizando, inclusive, das mesmas, performando-as de maneira subversiva através da capacidade de agência que possuímos enquanto corpos, já que *“si soy alguien que no puede ser sin hacer, entonces las condiciones de mi hacer son, em parte, las condiciones de mi existencia”* (BUTLER, 2018, p.16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as interpretações levantadas aqui é possível apontar que a sexualidade é, para Foucault, uma tecnologia, criada como ferramenta do poder, para manter os corpos dóceis e uteis ao mesmo. Ferramenta essa que se utiliza de sexualidades, gêneros e sexos para moldar determinados corpos, faze-los praticarem apenas aquilo que lhes é criado e imposto discursivamente.

Os teóricos *Queer* retomam os estudos sobre sexualidade de Foucault, entendendo-a como um dispositivo histórico do poder. A noção de dispositivo demarca uma conexão entre diversos elementos heterogêneos da vida social, como discursos, instituições, legislações, concepções, organizações arquitetônicas, a filosofia, a ciência, moralidades e outros. A mediação de discursos sobre o sexo, articulados por esses elementos, toma como principal objetivo não a repressão, mas a regulamentação do sexo e, por consequência, de modos de vida.

Essa regulamentação, no entanto, pode sofrer resistências, quando o sujeito-corpo se utiliza do que Judith Butler chama de “Performatividade”, para parodiar ações e comportamentos que não cabem dentro do papel que lhe é imposto. É através desse ato de agência dos corpos, que existe a possibilidade não de acabar com o poder, mas de subverte-lo dentro de suas próprias malhas, mostrando através de uma imitação que o próprio é um mito, e não algo natural e ontológico como o discurso tenta, a todo momento, reforçar.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Lenguaje, poder e identidade. Madrid: Síntesis, 2004
- BUTLER, Judith. Mecanismos psíquicos del poder – Teorías sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.
- BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea, São Carlos, n.1, p.13-33, jan-jun. 2011.
- BUTLER, Judith. Deshacer el Género. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018
- CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 28, p. 375-405, abr. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644810>>. Acesso em: 08 maio 2019.
- DELEUZE, G. “Post-scriptum” sobre as sociedades de controle. In: _____. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226. DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense. 2005, p. 13-32, 14.
- DREYFUS, H.L. & RABINOW, P. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Apêndice da 2ª edição. In: _____. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 251-278.
- DREYFUS, H.L. & RABINOW. A genealogia do indivíduo moderno como objeto. In: _____. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 1969, p. 1- 21, 62- 70, 151- 219.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade III: o cuidado de si. Paz&Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. 2017, p.101
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GROS, Alexis Emanuel. Judith Butler y Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer, In: Civilizar 16 (30): 245-260, enero-junio de 2016.
- LEMOS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. The genealogy in Foucault: a trajectory. Psicología & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 353, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. TEORIA QUEER - UMA POLÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 08 maio 2019.
- MARINHO, Cristiane Maria; VERAS, Elias Ferreira. Michel Foucault e a teoria queer. Bagoas-Estudos

gays: gêneros e sexualidades, v. 11, n. 16, p.22, 2017.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v.1, n.21, p.151, 152., jan-jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2016

SALIN, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Autêntica, 2002.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Autêntica, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. O poder-saber. In: _____. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 141-158.

VENTURA, Rodrigo Cardoso. A estética da existência: Foucault e Psicanálise. *Côgito*, v. 9, p. 28, 2008.

CAPÍTULO 8

MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS

Data de aceite: 05/12/2019

Marcus Baccega
DEHIS/PPGHIS-UFMA

RESUMO: A partir da hipótese de uma transposição feudal – evidentemente ressignificada e com conteúdos culturais ressemantizados – para a margem americana do Atlântico, o que talvez seja o âmago de sentido da conquista e colonização da América Portuguesa, novos temas e dilemas historiográficos se apresentam e desafiam nossos paradigmas analíticos. Pensamos, e pretendemos aventar com o presente ensaio, que mais que uma “residualidade” ou uma reminiscência longínqua na cultura popular brasileira, destacando o Nordeste e, nele, o Maranhão, a cultura popular medieval responde por uma boa parte do enigma historiográfico que é o Brasil. Existem e se conservam elementos medievais a despeito de impulsos de modernização conservadora pelos quais passou o Brasil, a partir dos surtos de industrialização por substituição das importações na primeira metade do século XX e a constituição de um parque industrial siderúrgico e petroquímico com as diversas faces do nacional-desenvolvimentismo em sua

segunda metade. Combater, debelar e soterrar o “Brasil arcaico” era uma palavra de ordem inconteste. No entanto, pulsa ainda, fremente, a herança da literatura de cordel, das cheganças e cavalhadas, das festas do Divino Espírito Santo e, não menos significativa, da magia que reveste o Rei Sebastião, desaparecido e encantado após a Batalha dos Três Reis, em Alcácer-Quibir (1578). Dom Sebastião terá sido, assim pensamos, o último grande rei cruzado, herdeiro da história do imperador alemão Frederico I, o Barba-Ruiva, do Sacro Império Romano, desaparecido e encantado no rio Saleph, na Cilícia, em 1190. Monarcas e cavaleiros inspirados pelo ideal de guerra santa das Cruzadas, ambos, Frederico I e Sebastião, compõem um mosaico de encantados que encontrará no Rei Arthur seu protótipo. Em que medida as letras romancescas germânicas da Idade Média Central podem responder por um elo, à primeira vista impensado, entre o Rei Artur e Dom Sebastião, passando pela encantaria cruzada de Frederico, o Barba-Ruiva?

PALAVRAS-CHAVE: Encantaria; Matéria Cavaleiresca Alemã; Maranhão.

MARANHÃO, THE LAST CRUSADE

**SEBASTIANIC ENTHRALLEMENT AND
MEDIAEVAL CHIVALRY WRITINGS**

ABSTRACT: By leading off from the hypothesis

of a feudal transposition – evidently resignified and marked by a semantic remaking – to the American margins of the Atlantic Ocean, which may be the very meaning core of the Portuguese conquest and colonization in America, new study subjects and historiographic quandaries come about and outdare our analytical paradigms. We reason and intend to make up in the present essay that, much more than any sort of “residuality” or outlying reminiscence within Brazilian popular culture, stressing cultural features of the Northwest part of Brazil and specially Maranhão, mediaeval popular culture corresponds to a huge part of the historiographic enigma called Brazil. In this sense, one should pay attention to the resilience of mediaeval narremes and mythemes in Brazilian Northwestern popular cultural utterances. Such cultural heritage remains in spite of conservative boosts of modernization that Brazil went through during the 20th century, commencing by industrialization regarding the replacement of imported goods in the first half of the century and the shaping of a steel and petrochemical industrial park by dint of the manifold facets of National-development ideology. It seemed needful to fight, quell and whelm what was named “archaic Brazil”. However, medieval cultural heritage still throbs in chapbooks literature, feasts devoted to the Holy Spirit and dances called “cheganças” and “cavalhadas”, and *last but not least*, magical aspects concerning King Dom Sebastião of Portugal, who was believed to have been enthralled in the Battle of the Three Kings (Alcácer-Quibir), in 1578. Dom Sebastião, as we look upon the myth, will have been the last great Crusade monarch, heir to the stories regarding the German Holy Roman Emperor Friedrich I, the *Barbarossa*, allegedly vanished and charmed by the river Saleph, in Cilicia in 1190. Both were monarchs and knights much influenced by the ideal of Holy War entailed in the Crusade movements.

KEYWORDS: Enthrallment; German Chivalric Writings; Maranhão.

1 | INTRODUÇÃO

Em 10 de junho de 1190, afogou-se no rio Saleph, na Cilícia, o Sacro Imperador dos Romanos, Frederico I, o Barba Ruiva. Em 04 de agosto de 1578, é vencido e morto o Rei Dom Sebastião, de Portugal. O primeiro, durante a Cruzada dos Três Reis (1189-1192), o último, na Batalha dos Três Reis, em Alcácer-Quibir, a “Grande Fortaleza”, no atual Marrocos. Quatro séculos de distância e muitas convergências notáveis. Dom Sebastião de Portugal (1554-1578), educado por jesuítas e ávido leitor de *romans* e novelas de cavalaria, partiu em Cruzada contra os mouros do norte da África. Ao invés de acatar o conselho de seus ministros para que atentasse ao lucrativo comércio de especiarias das Índias, esteve muito mais preocupado em libertar Jerusalém dos turcos otomanos. Além da participação nas peregrinações armadas cristãs contra os infiéis, outro laço, muito mais arcaico e longevo, constituiu-se entre eles.

Verdadeiro traço de mentalidade na experiência histórico-simbólica do Ocidente, trata-se da encantaria. No seio desta forma de pensar essencialmente analógica, nem Frederico Barba Ruiva, nem Sebastião faleceram. Todavia, também não estão efetivamente vivos. Encontram-se encantados, em uma espécie de sono ou dimensão

paralela, local nomeado *encante*, de onde retornarão, quando da consumação dos tempos, para instaurar um milênio de justiça e felicidade na Terra. Tal retorno escatológico desafia e aniquila o *status quo* de injustiça e opressão, razão pela qual é esperado, desejado e, de alguma forma, vivenciado na perspectiva desta incursão do presente em um futuro incerto, que recebe o nome de utopia.

Na longa duração medieval, inclusive em seus desdobramentos na colonização da América, muitos foram os reis-heróis encantados. Ao lado de Dom Sebastião e de Frederico I, também podemos evocar o último monarca hispano-visigodo, Rodrigo, encantado em 31 de julho de 711, do qual somente se encontrou uma manopla. Assim como o Barba Ruiva, Rodrigo também desapareceu, depois de contundido, às margens do rio Guadalete, situado na atual província de Cádiz.

Em alusão ao trabalho de Mônica Amim (UFRJ), *A História Encantada em Estórias* (2019), destacamos igualmente a figura de Owain Glyndwr, líder galês que se rebelou contra a suserania dos ingleses, também ferido em batalha e encantado em 1415. Foi o último galês autóctone a ostentar o título de Príncipe de Gales (*Twywysog Cymru*). A propósito, Glendower é o nome anglicizado pelo qual William Shakespeare (1564-1616) se referiu ao herói na primeira parte da peça *Henrique IV* (1597). No caso do País de Gales, deparamo-nos ainda com Cadwaladr ap Cadwallon, potentado do reino de Gwynedd entre c.655 e 682, ao qual se deve o símbolo galês do Dragão Vermelho (*Y Ddraig Goch*). O mesmo é mencionado nos *Mabinogion* e, já na Idade Média Central (séculos XI a XIII), na *Historia Regum Britanniae* (1136), de Geoffrey of Monmouth.

Sabe-se que a encantaria, particularmente forte e arraigada na cultura popular do Pará e do Maranhão, é uma herança medieval celta de longa duração, o que pode ser compreendido somente se formos sensíveis à presença de temporalidades pré-capitalistas no Brasil de nossos dias. Mas, afinal, qual a origem de todos esses encantados e, mais importante ainda, por quê o último encantado repousa na Ilha dos Lençóis, no Maranhão, à espera do momento de seu retorno messiânico? Qual o papel mito-poético da figura encantada de Frederico Barba Ruiva na sintaxe deste grande intertexto de longa duração?

2 | CARAVELAS NO NOVO MUNDO: AS CRUZADAS EM NAUS

Ao ver vastas porções de suas terras serem anexadas ao Ocidente, a partir de 12 de outubro de 1492, oito meses após a expulsão dos mouros da *taifa* de Granada, *Abya Yala* teria seu destino alterado de modo radical. A expressão, com significado de “terra em plena maturidade” (BACCEGA, 2016: 505), no idioma dos *kunas* centro-americanos, cedeu lugar para *América*, terra de promissão e conquista.

Neste novo continente transculturado, um vasto território meridional foi destinatário de projeções edênicas, há muito realizadas pela cartografia medieval sobre ilhas como a Islândia, a Sicília, as Ilhas Baleares, a Madeira, os Açores ou Cabo

Verde. *Pindorama* (“terra das palmeiras”), designação genérica em tupi, passa por um violento processo de Conquista e colonização, recebendo, primeiramente, o nome de Ilha de Vera Cruz, depois Terra ou Província de Santa Cruz. Tal nome resultou, como evidenciou o historiador mexicano Luís Weckmann, em *La herencia medieval del Brasil* (1993), de uma artimanha do Rei Dom Manuel, o Venturoso (1495-1521), em missiva endereçada a seus sogros, os Reis Católicos, para ocultar a dimensão das terras recém-descobertas, assim procurando afastar o potencial interesse hispânico pela região.

No entanto, os colonos portugueses nunca abandonaram o hábito de referir-se à nova terra da Conquista sob o genérico epíteto de “Continente Brazil”, valendo-se do termo céltico gaélico *Brazil*, cujo significado é “Ilha Afortunada”. Nome certamente propício para a ‘ilha’ onde, finalmente, se havia encontrado o Paraíso Terrestre, tão detalhadamente caracterizado no Capítulo 2 do Livro de *Genesis*. Tal ângulo de observação da conquista portuguesa da América corresponde à argumentação do historiador mexicano Luís Weckmann, que explicita a transposição feudal (*transplante feudal*) implicada na colonização ibérica no Novo Mundo (WECKMANN, 1993:29-31).

A palavra *Brazil* (gaélico insular), tendo por variantes as locuções *O'Brezil*, *O'Brasil* e *Hy Brassail*, aparece em uma crônica do século IX, intitulada *Navigatio Sancti Brandani*, narrativa que apresenta a navegação de São Brandão, monge beneditino gaélico do século VI, em busca da localização concreta do Jardim do Éden, identificado – mas vedado ao ingresso de Brandão e os doze monges que o acompanhavam – em uma ilha próxima a Avalon (a ilha dos mortos da mitologia celta), que recebeu tal alcunha (WECKMANN, 1993).

No concernente às Índias de Castela, os relatos de Hernán Cortez, endereçados aos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1519, não permitem dúvidas a respeito do caráter cruzado da guerra entre os *adelantados* e os *mexicas*. Isso se pode comprovar, para citar um exemplo eloquente, com a narrativa, escrita sob uma convenção retórica de veridicidade, do aparecimento de São Tiago *Matamoros* nos céus, abençoando e protegendo as tropas castelhanas.

De modo homólogo, na Conquista da América Portuguesa, especificamente na Capitania do Maranhão, Nossa Senhora da Vitória abençoou e auxiliou as tropas portuguesas de Jerônimo de Albuquerque contra os franceses. Tal se deu na Batalha de Guaxenduba, em 19 de novembro de 1614, quando então o Forte de São Luís, de fundação francesa em 1612, foi conquistado e deu lugar ao Forte de São Felipe e à cidade portuguesa de São Luís. Nesta ocasião, Nossa Senhora da Vitória, que aparecera aos cruzados, também para secundá-los, no Velho Mundo, transformou cascalho em pólvora para os arcabuzes lusitanos. O feito também ocorreria na Batalha do Outeiro da Cruz, em 21 de novembro de 1644, quando Nossa Senhora da Vitória esteve ao lado dos colonos portugueses que expulsaram as tropas holandesas, acantonadas no Maranhão desde 1641.

Não se pretende aqui denegar ou obliterar que houve móveis ideológicos e

interesses propriamente capitalistas no processo de expansão ultramarina iniciado, com os primórdios do Péríodo Africano de Portugal, em 1415, assinalado pela conquista de Ceuta. Nestes termos, o consagrado *sentido da colonização*, à maneira de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), permanece resguardado e por nós sempre mobilizado como valiosa chave de leitura e dissecção da dimensão mercantilista do processo de Conquista da América.

No entanto, cientes de que a parte – predicado de um caráter capitalista mercantil à Colonização – não se permite entender sem o pressuposto lógico e metodológico da totalidade história em movimento, as ideias de Caio Prado Júnior podem e devem ser articuladas, em uma mesma e complexa sintaxe explicativa, com o belo trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso* (1959). Esta associação de ideias e a construção, por parte dos historiadores sensíveis à herança medieval do Brasil, tão viva na cultura popular do Nordeste, de uma unidade sintética de representações intelectuais a partir da diáde Prado Júnior-Buarque de Holanda, abrem caminhos exegéticos novos, capazes de captar as distintas temporalidades.

Como percebe Karl Marx nos *Grundrisse* de 1858, o período histórico que designamos como Primeira Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, testemunhou o duelo permanente entre o velho, encarnado nas estruturas sociais, ideológicas (mentalidade) e nas relações de produção da existência feudais, e o novo, materializado no incipiente modo de produção capitalista. Con quanto já delineado em seus fundamentos materiais e ideais no século XVI, com a progressiva ressignificação do *ethos* calvinista como um “espírito do Capitalismo”, à maneira de Marx Weber, e o adensamento das práticas mercantis, creditícias e relativas ao entesouramento de metais preciosos, bem como os insumos manufatureiros, o modo de produção capitalista ainda não era hegemônico no plano das representações sociais.

Ensina Antonio Gramsci (1891-1937), em 1929, quando estava escrevendo os célebres *Cadernos do Cárcere*, que o velho morreu e o novo ainda não pode nascer. Este interlúdio apresenta, por vezes de forma angustiada e distópica, paisagens e cenários mórbidos, indefinidos em sua configuração histórica. Se pudermos aludir ao pensamento dialético de Hegel (1770-1831), diremos, concordando com sua *Fenomenologia do Espírito* (1807), que, na Modernidade, efetuou-se uma cisão fundamental na própria vida do Espírito, para o qual se esvaiu a imediatez de sua vida substancial (HEGEL, 2003: 32). Em poucas palavras, há um hiato, um descolamento entre práticas sociais e suas representações, correspondente ao momento dialético de colisão entre tese e antítese. Com efeito, nenhuma determinidade (*Bestimmtheit*) consegue ainda preponderar de modo nítido no *Dasein* histórico (HEGEL, 2003: 35-36). Aparece aos sujeitos históricos uma ambiguidade (*Zweideutigkeit*) latente nos próprios eventos históricos, não apenas no modo de captar o real em suas consciências (HEGEL, 1958: 72).

Por conseguinte, tradições medievais e estruturas mentais ancestrais puderam estar presentes no caleidoscópio transcultural que forjou as sociedades coloniais na

América. Dentre elas, naturalmente, desejamos destacar a encantaria de matriz celta. E em seu lastro, a transmigração encantada de Dom Sebastião, desde Alcácer-Quibir, até a Ilha dos Lençóis, no Maranhão.

3 | O MISTÉRIO DE AVALON: *IMAGO, SIMILITUDO, VESTIGIUM*

A encantaria é, ela própria, um traço de mentalidade que enlaça a cultura popular do Maranhão e do Pará, repleta ainda de outros encantados que não Sebastião, como as Mães d'Água, também recorrentes em cantigas populares de Portugal (FERRETTI, 2013: 262), a um estema celta longínquo. Qual a estrutura mental responsável por esta maneira analógica de pensar que ata, como nós de uma única trama, Cadwaladr, Rodrigo, Owain Glyndwr, Frederico Barba Ruiva e Dom Sebastião?

Na perspectiva de que o modo de pensar dos medievais é fundamentalmente analógico, como ressalta Hilário Franco Júnior em *Modelo e Imagem: o pensamento analógico medieval*, ensaio que integra a coletânea *Os Três Dedos de Adão: Ensaios de Mitologia Medieval* (2010), a encantaria pode ser uma das vias privilegiadas de acesso à gramática deste modo de produção de representações sociais (*Vorstellungsweise*).

A este respeito, ensina Ana Paula Tavares Magalhães (USP) que o vocábulo latino *imago* possui vasto campo semântico, de alguma maneira referido às representações mentais dos entes reais ou imaginários, percorrendo significados e usos linguísticos que a equiparam à metáfora, ao onírico e à própria produção da memória social (MAGALHÃES, 2019: 69-70). Ao leremos a explanação de Magalhães, poderemos compreender a lógica interna dos *significabilia* medievais:

Mas a *imago* é, sobretudo, fundamento da antropologia cristã. O texto do Gênesis (1:26), *faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram*, supõe essa relação de espelhamento entre o criador e a criatura. No princípio do século XII, Guibert de Nogent identificou em Deus o “bom imageiro”, sendo a Criação a imagem que o reflete. Essa consiste em uma espécie de autorretrato, que apenas remete ao “original”, guardando com ele uma relação de semelhança. Essa é a alusão da Carta aos Coríntios, na qual Paulo afirma que hoje o vemos como em um espelho (I Cor 13:12). A afirmação da atual relação especular que teríamos com o Criador nos remete à contemplação de Sua imagem por intermédio da nossa própria – uma vez que somos *imago Dei*. Entretanto, no plano salvífico estaria reservada aos redimidos a contemplação direta e imediata de Deus, quando aos bem-aventurados seria dado (re)viver na condição de eterna prostração diante d’Ele, juntamente com toda a população da Cidade celeste (MAGALHÃES, 2019: 70).

Entendemos, portanto, que todos os encantados devem ser imagens de um modelo primevo. Logo veremos que são, no caso dos encantados, dois arquétipos míticos, cada qual desempenhando uma função simbólica específica.

Apreendendo que o *Logos* de Deus, o *Verbum* que se faz homem – e servo de toda a humana criatura – em Cristo é um grande cosmo pitagórico que abrange relações geométricas e aritméticas eternas, responsáveis pela perenidade do mundo supralunar, será possível perceber que os entes criados que habitam este mundo são

reflexos imperfeitos dos *significabilia* eternos. Neste sentido, cada criatura é *imago* de uma forma perfeita e eterna que, na condição de verdade matemática eterna, habita a mente de Deus.

Como disserta Jean-Claude Schmitt, com a Queda Primordial do Homem, fazendo-se acompanhar pelo anátema do trabalho (*tripalium*) – “comerás o pão com o suor do teu rosto” (Gen. 3,19) – da memória e da finitude da existência – “tu és pó e ao pó retornarás” (Gen. 3,19) – e da perfídia feminina – “A mulher que me deste por companheira, foi ela quem me deu a fruta, e eu comi” (Gen. 3,12) – perde-se a condição de *similitudo*, coparticipação na natureza mesma de Deus, e subsiste uma modalidade imperfeita de *imago*, o *vestigium* (SCHMITT, 2007: 13).

Afirmamos anteriormente que foram dois os arquétipos para a encantaria medieval e seus desdobramentos nas culturas populares do Maranhão e do Pará. O primeiro deles, da ordem do mito *illo tempore*, é o Profeta Elias. Assim como Enoque, no Capítulo 5 do *Livro de Gênesis*, também Elias foi arrebatado por Deus, portanto, não faleceu propriamente. No caso do profeta veterotestamentário, o arrebatamento deu-se por meio de uma carruagem de fogo, conduzida por doze animais fantásticos, cujos corpos se compunham de partes distintas de animais terrenos (II Re. 2,1). Nestes termos, Enoque e Elias são retratados, em narrativas medievais como o *fabliau* da Cocanha de finais do século XII ou no *Conto de Amaro* de fins do século XIV, como os únicos merecedores de retornar à condição paradisíaca no Jardim do Éden.

Qual a razão para termos sugerido a figura de Elias como arquétipo bíblico, e não Enoque? A resposta nos é concedida nos *Evangelhos de São Marcos e São Mateus*, ao se narrar a transfiguração de Jesus Cristo no Monte Tabor. Vale transcrever o texto em suas partes principais:

E dizia ainda: “Em verdade vos digo que estão aqui presentes alguns que não provarão a morte até que vejam o Reino de Deus chegando com poder”. ²Seis dias depois, Jesus tomou consigo a Pedro, Tiago e João, e os levou, sozinhos, para um lugar retirado sobre uma alta montanha. Ali foi transfigurado diante deles. ³Suas vestes tornaram-se resplandecentes, extremamente brancas, de uma alvura tal como nenhum lavadeiro na terra as poderia alvejar. ⁴E lhes apareceram Elias com Moisés, conversando com Jesus. ⁵Então Pedro, tomando a palavra, diz a Jesus: “Rabi, é bom estarmos aqui. Façamos, pois, três tendas: uma para ti, outra para Moisés e outra para Elias”. ⁶Pois não sabia o que dizer, porque estavam atemorizados. ⁷E uma nuvem desce, cobrindo-os com sua sombra. E da nuvem saiu uma voz: “*Este é o meu Filho amado: ouvi-O*”. ⁸E de repente, olhando ao redor, não viram mais ninguém: Jesus estava sozinho com eles. ⁹Ao descerem da montanha, ordenou-lhes que a ninguém contassem o que tinham visto, até quando o Filho do Homem tivesse ressuscitado dos mortos. ¹⁰Eles observaram a recomendação perguntando-se o que significaria “ressuscitar dos mortos”. ¹¹E perguntaram-lhe: “Por que motivo os escribas dizem que é preciso que Elias venha primeiro?” ¹²Ele respondeu: “Elias certamente virá primeiro, para *restaurar* tudo. Mas como está escrito a respeito do Filho do Homem que deverá sofrer muito e ser desprezado? ¹³Eu, porém, vos digo: Elias já veio, e fizeram com ele tudo o que quiseram, como dele está escrito” (Mc. 9, 1-13).

Há aqui verdadeira *similitudo* perfeita entre Elias e o próprio Cristo na Escatologia

cristã, ocasião em que Elias é figurado como um *Alter Christus* que prenuncia a consumação dos tempos. Em tal condição, deverá restaurar a ordenação primeira do mundo, a perfeição que se desconstituiu pela Queda Original. Mas há, no plano mundano para o qual o casal primordial é precipitado pelos anátemas de Deus e pela vedação de retorno ao Éden, agora vigiado por um querubim de espada flamejante, alguém na condição de *imago* inaugural da grande galeria de encantados a que temos aludido.

Não é *similitudo* perfeita do Cristo, como é o caso, por excelência, de Elias, porém encarna verdadeiro *antitypus* ou *figura* mito-poética para os demais encantados. Trata-se do célebre rei encantado na Ilha de Avalon, Arthur de Camelot. Na suposta descoberta de seu túmulo, onde também jazia sepultada a rainha Guinevere, na abadia de Glastonbury, por ordem do rei Henrique II (1154-1189), no derradeiro ano de seu reinado, encontrou-se o dístico do rei encantado de Logres: *rex quondam, rexque futurus* (rei outrora, rei futuro). A frase é um excelente epítome para o conteúdo messiânico inseparável da encantaria cristológica.

Arthur é concebido como aquele que restaurará a glória e a autonomia dos potentados celtas na Grande Ilha e na Pequena Bretanha, sendo o monarca mitema de fortuna crítica longeva, haja vista que se faz presente, inclusive, nos termos do contrato antenupcial entre Felipe II de Espanha e Maria Tudor de Inglaterra, de 1556. No mesmo ato jurídico, o monarca hispânico resignava-se a renunciar ao trono e sua pretensão de restaurar uma *Res Publica* cristã universal, caso o Rei Arthur retornasse de seu sono encantado em Avalon e reivindicasse a coroa. Neste sentido, afigura-se um messianismo político localizado que se viu ressignificado pelo desejo de Felipe II de erigir um grande *Orbis Hispanicus*, adquirindo inaudita conotação universal.

Por outro lado, no caso de Dom Sebastião, parece ter ocorrido, no que concerne à cultura popular maranhense e seu mito sebastiãoico transculturado, o fenômeno inverso. Acalentado pelos jesuítas portugueses como o monarca messiânico destinado a retornar de seu encante – lugar mágico de morada dos encantados (FERRETTI, 2013: 262) – na Ilha dos Lençóis, Sebastião seria o fiador da eclosão do Quinto Império. Cumpriria, desta forma, o vaticínio decorrente da interpretação do sonho de Nabucodonosor pelo Profeta Daniel. Aos quatro reinos sucessivos e esvaídos, sucederia um império sem fim, eterno e indestrutível, descrito sob a metáfora de um rocha que cresce de modo incessante, até se tornar uma colossal montanha (alegoria rabínica para a Casa de Deus) (Dn. 2, 31-45).

O mito do retorno de Dom Sebastião tem seus primórdios assinalados por uma expectativa messiânica universalista, que nas palavras do jesuíta de primeira geração, Simão Rodrigues (1510-1579), conselheiro do Rei D. João III (1521-1557) e preceptor do príncipe herdeiro Dom João, pai de Sebastião, estaria voltada para a construção do *Orbis Lusitanus*. No entanto, na forma híbrida do mito no Maranhão, o rei deverá retornar, sendo liberto de sua forma de touro com uma estrela alvinitente na testa e readquirir um corpo humano, para fincar no Maranhão a Corte de Queluz. Ao ser

atingido na testa, no local da estrela, Dom Sebastião recuperará a forma humana e fará emergir, das profundezas do mar da Ilha dos Lençóis, seu reino de justiça e prosperidade, o milênio dos justos na Terra. Neste momento, a Ilha do Maranhão, onde se situa a cidade de São Luís, será lançada aos ares pela serpente/dragão subterrânea que a sustém, o que fará a atual capital ceder lugar para Queluz. Nestes termos, de uma perspectiva escatológica universalista, passou-se a uma modalidade muito peculiar e circunscrita de messianismo.

Seria possível, à primeira vista, propor um enlace diretamente entre o Rei Arthur e Dom Sebastião, à maneira de um modelo e sua imagem. No entanto, pensamos encontrar na encantaria de Frederico Barba-Ruiva uma instância mito-poética de mediação e a chave de uma ressignificação cristológica da encantaria, que pode explicar alguns predicados da encantaria do Dom Sebastião “maranhense” do Quinto Império.

4 | A APOTEOSE DO IMPERADOR

Frederico Barba Ruiva (1152-1190) encarnou um dos momentos culminantes da duradoura pugna entre o *Regnum* e o *Sacerdotium* na história política medieval. Estamos no contexto da Reforma Pontifical, principiada com Nicolau I (858-867). O mesmo procura inclusive intervir em nomeações patriarcais na Cristandade Grega. A Reforma seria tornada bastante explícita em suas formulações jurídicas e teológicas com Gregório VII (1073-1085). Prescreve seu *Dictatus Papae* de 1075, e envia esforços de uniformização litúrgica em toda a Cristandade Latina com uma primeira forma de *Missale Romanum* e a coibição do nicolaísmo.

A esta investida clericalizante, a nobreza feudal contrataca com uma espécie de sedição simbólica que Jacques Le Goff nomeia *reação folclórica*, tese inicialmente exposta em texto de 1970, “Cultura Eclesiástica e Cultura Folclórica na Idade Média: São Marcelo de Paris e o Dragão”. Este modo de resistência simbólica mobiliza elementos do imaginário cristão de forma heterodoxa e combinada a mitemas ancestrais pagãos, de raiz celta, germânica e greco-romana, além de competir com as doutrinas clericais no que tange a elementos da própria dogmática teologal. Do ponto de vista do próprio direito canônico, a primeira construção intelectual e normativa a ser posta em disputa será o *Decretum* do Papa Gelásio I (492-496), de 494. Trata-se da célebre concepção de que todo o poder provém de Deus, que o delega sob duas formas, tal como dois gládios em defesa da Igreja e da fé niceno-constantinopolitana: *auctoritas* e *potestas*. Todavia, o *Decretum* não estabelece, com clareza, a qual destinatário, dentre os dois potentados terrenos, o Príncipe e o Papa, caberá cada qual das formas de poder.

Ao longo da Alta Idade Média (séculos VIII-X) e, sobretudo, na Idade Média Central (séculos XI-XIII), os teólogos-legistas que secundavam os Papas, alguns até licenciados, eles próprios, em *Jura* (Direito Canônico e Direito Civil), procuraram impor a tese de que Deus delegaria ambas formas de poder ao Papa. Como titular das duas

modalidades de poder, poderia o Sumo Pontífice, se entendesse conveniente, ceder o exercício – mas não a titularidade – da *potestas* ao príncipe laico.

A *potestas* teria, deste modo, seu campo semântico associado à tônica de um poder militar e administrativo sujeito aos limites jurídicos desenhados pela *auctoritas*, cuja natureza seria a de um poder moral, retórico-disciplinar, consistindo na exegese autorizada das Sagradas Escrituras. O detentor da *auctoritas* seria responsável por assegurar as condições espirituais e pastorais de salvação das almas dos súditos. Por outro lado, a *potestas* representa o poder-dever de salvaguardar as condições materiais e terrenas para a mesma redenção das almas dos súditos.

No fundo, o grande embate de poder entre o Papado e o Império, ao tempo de Frederico Barba-Ruiva, diz respeito à pretensão de universalidade cristológica dos dois potentados, julgando-se, cada qual, legítimo lugar-tenente de Cristo na Terra e idôneo a assumir a posição de *caput* da Igreja. A autorrepresentação da Igreja como Corpo Místico de Crístico e Povo de Deus advém da teologia de São Paulo, na *Epístola aos Efésios*, em cujo Capítulo 4 se traduz a concepção de que os fieis compõem, em Cristo, um corpo, constituído de múltiplos membros, dotados de funções e talentos específicos e complementares (carismas).

Para se entender a centralidade do Barba-Ruiva na sintaxe de longa duração responsável pela permanência do Sebastianismo na cultura popular do Maranhão e do Pará, devemos ter em consideração o transfundo de totalidade histórica que singulariza o período de apogeu do Feudalismo. A gramática interna desta totalidade feudal pode ser identificada, na dimensão das representações ideológicas (imaginário), em um traço de mentalidade também transposto à América, o Milenarismo.

Adotaremos a noção de que todos os *corpora* da cultura letrada medieval são pensados por seus coetâneos como continuações do relato mitológico central (*legendum maius*) do Cristianismo, a Bíblia, como propõe Alain Bourreau em *L'événement sans fin – Récit et Christianisme au Moyen Âge* (1993). Neste sentido, os diversos gêneros retórico-poéticos medievais fruíam de um estatuto de veridicidade, cujo critério normativo fundamental de validez eram as Sagradas Escrituras.

A relevância desta lógica interna aos textos medievais e sua leitura, declamação e recepção social, para a presente discussão, é a constatação de que a célebre *Gesta Frederici Imperatoris* (c.1165), deve também encontrar seu critério de validade no *legendum maius* bíblico. O nome completo do *corpus* em questão, *Ottonis Episcopi Frisingensis et Rahewini Gesta Frederici, seu, rectius Cronica*, o que claramente o insere no então nascente gênero historiográfico, implicando a convenção retórica de veracidade com que a crônica circulou entre os círculos letRADOS e os ouvintes de leituras declamadas durante a Idade Média Central. A *auctoritas* coube ao tio do Imperador, o bispo Otto von Freising (1112-1158), que partira em Cruzada com seu irmão Conrado III (1138-1152), e a Rahewin, seu *notarius, capellanus* e, a partir de 1156, *canonicus* (MIROW, 2004: 139-142).

Lemos, na *Gesta Frederici Imperatoris*, que, ao falecer no rio Saleph, os guerreiros

de Frederico Barba Ruiva, liderados por seu filho, Frederico VI, Duque da Suábia, procuraram conservar seu corpo em um barril com vinagre, para depositar seus restos mortais como relíquia. Antes disto, mesmo sem considerarmos os conflitos com os Papas Adriano IV (1154-1159) e Alexandre III (1159-1181), sendo que, abertamente, o monarca apoiou a pretensão pontifícia do Antipapa Victor IV, um evento mais eloquente ocorreria.

Também não se trata de suas seis incursões sobre as comunas do norte da Itália. Nas obteve vitórias políticas como as resoluções da Dieta de Roncaglia (1158), em que Adriano IV e as comunas mercantes da região da Lombardia reconhecem a suserania imperial a assentem na presença permanente de oficiais imperiais em seus territórios. Sofreu também vieses, como a derrota militar para a Liga Lombarda em Legnano (1176), ocasião em que se viu obrigado a abdicar do exercício de um controle efetivo sobre as comunas italianas, ainda que conservasse a condição nominal de seu *dominus*.

Há, entretanto, uma façanha simbolicamente muito mais plena de significados para uma compreensão sistêmica das disputas de poder entre o Papado e o Império. Trata-se da tentativa do monarca de canonizar o Imperador dos Romanos Carlos Magno, primeiro destinatário, na Cristandade Latina, de uma *translatio imperii*.

Pretendeu-se, na alegada vacância do trono imperial em Bizâncio (à época ocupado por Irene de Atenas), fazer coroar um César latino no Ocidente, o que se efetivou com a coroação e sagradação de Carlos Magno no Natal do ano 800, em Roma. Sujeitando o Papa Leão III (795-816) e o impondo às famílias patrícias da cidade de Roma – havia uma longa contenda entre os Colonna e os Orsini – Carlos Magno concentrou em sua corte, na cidade de Aachen, ideólogos influentes, notadamente Alcuíno de York (735-804), Arbeo de Freising (723-784), Pedro de Pisa (744-799), o Diácono Paulo (720-799) e Paulino de Aquileia (726-804).

Nesta efervescência cultural do denominado Renascimento Carolíngio, constitui-se a doutrina teologal do poder relativa à *Renovatio Imperii* e à concepção de que o Império Romano redivivo deveria englobar, em seu território, a *civitas* de Roma: trata-se da ideia do *Großreich*. Frederico I promoveu a cerimônia de canonização de Carlos Magno, com a presença oficiante, mas apenas acólita, do novo Antipapa apoiado pelas chancelarias imperiais, Pascoal III, no Concílio de Aachen, em 29 de dezembro de 1166. Era a ocasião em que o Papa Alexandre III firmava contatos e aliança com o Basileu do País dos Gregos, Manuel I Comneno (1143-1180).

O ato de avocar para si a autoridade de proclamar a beatitude de Carlos Magno, um príncipe secular, cerimônia na qual, ao que se descreve na *Gesta Frederici Imperatoris*, o Antipapa Pascoal III desempenhou papel claramente acólito, indica a pretensão de concertar, na Coroa Imperial, tanto a *potestas* quanto a *auctoritas*. Por conseguinte, estamos diante de uma pretensão de concentrar, na Coroa Imperial, a *plenitudo potestatis*. Certamente, uma legitimação do poder de feição cristológica e universalista, assentada no Imperador Romano como legítimo lugar-tenente de

Cristo na Terra. Desta forma, um *Alter Christus* que se faria *caput* da Igreja enquanto instituição total das formações sociais medievais, uma vez que a mesma correspondia à integralidade do Povo de Deus, conjunto dos fieis batizados e redimidos em Cristo.

Duas outras ocorrências nos parecem evidenciar tal anseio de *plenitudo potestatis*. Pensamos aqui no traslado das relíquias dos Três Reis Magos para Colônia, tendo-as recolhido *Barbarossa*, durante a quarta incursão ao norte da Itália, da Catedral da [Basilica de Sant'Eustorgio](#), em Milão. Da mesma forma, a promessa empenhada pelo Imperador quanto a trazer perante a Dieta dos Príncipes e Bispos alemães em Mainz a relíquia da Santa Cruz, ao partir para a Terceira Cruzada, ao se reaproximar do Papa Gregório VIII (1187).

As relações com a Santa Sé estavam, mais uma vez, tensionadas pelo casamento do filho de Frederico I, Henrique, com Constança da Sicília, filha póstuma e herdeira do Rei Rogério II, sob discordância do então Pontífice Urbano III (1185-1187). Ademais, com o matrimônio de Frederico Barba Ruiva e Beatriz da Borgonha, em 9 de junho de 1156, o ducado passa a integrar os territórios sob suserania do Imperador. Tal anexação foi ratificada com a coroação do Barba Ruiva como Rei da Borgonha em 30 de junho de 1178.

Ao tempo do Milênio de Justiça e Felicidade, os eleitos para a primeira ressurreição reinariam com Cristo na Terra, até que Satã fosse libertado da prisão. A Besta, então, reuniria suas hostes para a batalha escatológica que consumaria os tempos do mundo e após a qual triunfaría a Jerusalém Celeste. Para os mil anos de interregno dos justos, as Escrituras revelam: “vi então tronos e aos que neles se sentaram foi dado poder de julgar” (Apo. 20,4). O Papa e o Imperador, tanto dos Romanos da Cristandade Latina quanto dos Romanos da Cristandade Grega, reivindicam encarnar tais autoridades escatológicas.

Neste sentido, o tipo de encantaria messiânica universalista que se atribuiu a Dom Sebastião tem seus traços iniciais mais distintivos vinculados à encantaria, pela primeira vez universalista e visando à *plenitudo potestatis*, de Frederico Barba Ruiva. Dom Sebastião, como o último grande rei cruzado, desvela como as monarquias ibéricas serão herdeiras do projeto de *Res Publica* cristã a partir do momento em que, ao longo do século XIV, os dois grandes universalismos cristológicos, Papado e Império, encontram-se em franco declínio.

5 | CONCLUSÃO

O novo sintagma cultural mestiço em que Dom Sebastião figura como redentor escatológico do Maranhão, fruto de um processo que Mundicarmo Ferretti e Sérgio Ferretti consideram de hibridismo cultural, à primeira vista teria tornado o mito sebastião um *vestigium* localizado do retorno de Frederico Barba Ruiva.

Mais que uma residualidade de outros tempos, a forte presença do Rei Sebastião na cultura popular do Nordeste, com destaque para o Maranhão, aponta para um

traço de mentalidade de longa duração, uma herança cultural longínqua dos celtas. Um motivo arcaico, muitas vezes inexplorado nos estudos culturais brasileiros, mas produtor, ainda em nossos dias, de um efeito social de verdade para muitos maranhenses. Bastaria recordar, com o casal Ferretti, os albinos da Ilha dos Lençóis, auto e heterorrepresentados como filhos de Dom Sebastião com moças virgens do local, concebidos em noites de lua cheia (BRAGA, 2001: 61).

Jacqueline Hermann, especialista nos vários sebastianismos luso-brasileiros, assinala um aspecto fundamental para compreendermos o último elo da grande corrente de encantados que mencionamos:

Minha pesquisa sobre os sebastianismos luso-brasileiros encontrou no caso maranhense diversas inovações e especificidades que, de forma clara, agregam elementos da religiosidade africana e ameríndia, conformando, talvez, a versão mais genuinamente “brasileira” da crença sebastianista, na medida em que parece fundir e reelaborar aspectos importantes das três matrizes “originais” de nossa formação cultural (HERMANN, 2008: 40).

Mito que integra e ressemantiza as raízes medievais da formação da cultura popular do Nordeste brasileiro, o sebastianismo contemporâneo traduz uma narrativa identitária que se faz *vestigium* da narrativa do retorno escatológico de Frederico Barba Ruiva. Nesta condição, paradoxalmente se reaproxima da matriz celta de um retorno encantado de cariz étnico ou religioso específico, como foram os casos, no plano mitológico, de Brân, filho de Llyr, e, na dimensão concreta, Cadwaladr ap Cadwallon, Owain Glyndwr e de Arthur, na interseção mito-poética de ambos. Todavia, a hibridação de elementos da Pajelança e do Tambor de Mina (FERRETTI, 2013: 264-265) produziu um fenômeno transculturado singular. Como pensam alguns estudiosos, como Taissa Luca, o culto sebastião maranhense:

Esvaziou a conotação messiânica da crença no “Encoberto”. Nenhum mineiro espera o retorno do rei, simplesmente porque nenhum culto afro-brasileiro possui característica salvacionista. Nessa religião de integração, o sagrado imanente se faz presente cotidianamente em meio à experiência extática. O retorno do rei acontece a cada festa pública, sempre que um filho-de-santo recebe esta entidade (LUCA, 2010: 112).

Enquanto sintagma mestiço, o imaginário sebastião brasileiro apresenta um elemento axial e ordenador de sua sintaxe, tal como as regras de estrutura que selecionam componentes e codificam o grau de variabilidade do repertório de um sistema. No caso dos fenômenos de transculturação que tiveram a América Colonial como palco e forjaram mitos como o de Dom Sebastião, em sua versão sincrética, não podemos nutrir a ingenuidade de imaginar que a hibridação não se deu a partir de uma correlação tensa de forças. O elemento europeu procurou, a todo tempo, impor sua hegemonia simbólica, que produz e reproduz sua hegemonia militar e político-administrativa no Continente Brasil.

Portanto, muito ao contrário de “esvaziar a conotação messiânica da crença no Encoberto”, cada ritualização dos cultos afro-maranhenses corporifica uma atualização do mito *illo tempore*. Dom Sebastião se manifesta nos cultos de Tambor da Mina e na Pajelança enquanto *imago* de sua presença ou retorno messiânico e escatológico. Aparição sempre tensionada entre ser *vestigium* de Frederico Barba Ruiva e *imago* de Arthur.

Na condição de *sacramentum*, atualização do sagrado na História e no tempo dos homens, presentificação e temporalização do Eterno, Dom Sebastião atualiza toda a cadeia de encantados que tem no Rei Arthur seu modelo originário. Todavia, não se pode descurar jamais o fato de que a encantaria universalista em torno do Barba Ruiva define a maneira como Sebastião retorna a Arthur por meio de um imaginário transculturado.

Ao reprimir Arthur, Sebastião se faz imagem sinalética das esperanças e utopias político-messiânicas na cultura brasileira. Alenta, pois, nossos anseios de libertação histórica.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Marcus. **O Sacramento do Santo Graal**. Curitiba: Prismas, 2015.

_____. “Cavaleiros no Novo Mundo: os jesuítas e a conquista da América Portuguesa”. In: **Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020 (no prelo).

BARBER, Richard. **The Holy Grail. Imagination and Belief**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2001.

BRAGA, Pedro. **O Touro Encantado na Ilha dos Lençóis**. O Sebastianismo no Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

FERRERETTI, Sérgio. “Encantaria Maranhense de Dom Sebastião. In **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Vol. 1, Nº1, 2013, pp. 262-285.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Os três dedos de Adão: Ensaios de Mitologia Medieval**. São Paulo: EDUSP, 2011.

HEGEL, Georg W. F. **Phänomenologie des Geistes**. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp Verlag, 1970.

JACKSON, W.H. RANAWAKE, Silvia. **The Arthur of the Germans**. The Arthurian Legend in Medieval German and Dutch Literature. Cardiff: University of Wales Press, 2000.

KÖHLER, Erich. **Ideal und Wirklichkeit in der höfischen Epik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2002.

LITTLETON, Scott. MALCOR, Linda. **From Scythia to Camelot**. A Radical Reassessment of the Legends of King Arthur, The Knights of the Round Table and the Holy Grail. New York: Routledge, 2000.

LUCA, Taissa Tavernand. “**Tem Branco na Guma**”. A nobreza europeia monta corte na Encantaria Mineira. Tese de Doutorado em Antropologia. Belém: UFPA, 2010.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. “A Idade Média e a produção do conhecimento. Alguns apontamentos sobre a relação dos homens com a ciência”. In: ZIERER, Adriana *et alii*. **História Antiga e Medieval**. Ensino, Sociedade e Cotidiano: Diálogos entre o Passado e o Presente. São Luís do Maranhão: EDUFMA, 2019.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Jovem Rei Encantado**. Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Séculos XIII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

MIROW, Jürgen. Die Deutschen im Mittelalter. **Geschichte des Deutschen Volkes**. Von den Anfängen bis zur Gegenwart. Freiburg: Casimir Katz Verlag, 2004.

MONGELLI, Lênia Márcia. **Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur?** Cotia: Íbis, 1995.

ULLMANN, Walter. **Medieval Political Thought**. London: Penguin Books, 1970.

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

Data de aceite: 05/12/2019

**Welerson Fernando Giovanoni
Michel Kobelinski**

Uma das discussões recorrentes sobre História Pública é a articulação entre o passado e o presente, de tal maneira que uma de suas definições é, precisamente ‘o conjunto de atividades e práticas que se inserem na dialética das relações passado-presente’, e seu propósito seria ‘historicizar nossa compreensão do presente’ e fazer-nos ‘mais conscientes de nossa própria historicidade’.

Diana Bocarejo Suescún, 2018.

Em termos mundiais o interesse pelo passado é cada vez maior. Em contrapartida, museus, lugares históricos e monumentos não despertam tanta atenção do público.¹ Uma explicação para esta tendência entre os moradores da cidade de Paulo Frontin-PR pode se resumir na ideia de que a comunidade não participa dos processos de patrimonialização e exibição públicas. Em decorrência disto, os temas históricos universais são considerados

mais importantes do que o passado do lugar, tanto pelas formas de difusão da história atualmente, quanto pela postura dos historiadores e a forma de se ensinar história nas escolas. Deste modo, o público pode entender que a história local não é importante e que ela não cumpre seu papel social.

Aos poucos esta situação está mudando, principalmente com o avanço da História Pública nas escalas local, nacional e internacional. Nesta perspectiva, segundo Thomas Cauvin, atual Presidente da Federação Internacional de História Pública (Estados Unidos da América), o campo de trabalho atual do historiador visa o processo e consiste em “comunicar a história para as grandes audiências, incluir o público nos processos de criação histórica e, aplicar a metodologia histórica às questões atuais”, o que geralmente resulta em produtos, ou seja, exposições, filmes, preservação histórica, elaboração de sites na internet, entre outros.² Portanto, neste capítulo o objetivo é refletir e compartilhar parte da história da cidade de Paulo Frontin, além de apresentar algumas ações e resultados de pesquisa de opinião pública desenvolvidas entre os anos de 2017 e

1 Skramstad, Harold. Foreword. In: Gordon, Tammy S. *Private History in Public: exhibition and the Settings of Everyday Life*. Maryland: AltaMira Press, 2010, s.p.

2 Cauvin, Thomas. The Rise of Public History: An International Perspective. *Historia Crítica*, issue 68 April 2018. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/english/the-new-bundestag-refugees-and-health/>>

A pensarmos a história como disciplina, prática e escrita da histórica, utilizamos algumas abordagens em História Pública para desenvolver ações que envolvam os usos da história pela comunidade.⁴ E, de fato, este tipo de história exige a auto-compreensão e o reconhecimento de que há limitações na compreensão do passado. Porém, ela proporciona possibilidades interessantes, únicas e apaixonantes entre o historiador e suas audiências. A escala da realidade local evidencia o detalhamento de lugares e costumes as quais o historiador público tanto deseja. É claro que fazer este tipo de história provoca desconforto, simplesmente porque desafia o historiador a se engajar com a comunidade.

Certamente, algumas barreiras precisam ser superadas. Entre elas o das conjunturas políticas dos lugares pesquisados. Os espaços de memória, os museus e mesmo os monumentos administrados pelo poder público padecem com as marés políticas. Às vezes, as rivalidades entre grupos distintos é um obstáculo quase intransponível na elaboração de programas, organização de eventos, cursos, palestras, oficinas, etc. Tammy Gordon (2010, s.p.) ao estudar como o passado é elaborado fora dos espaços dos museus, destaca que a “[...] narrativa histórica é em si mesma um ato político, especialmente se sustentamos ideias de história que são contrárias às narrativas dominantes. Por essas razões, as exibições da história privada - aquelas que refletem perspectivas individualizadas sobre a história - precisam de nossa atenção”.⁵

Em geral, as biografias urbanas enfatizam uma história oficial em que os “primeiros” servem de exemplo e parâmetro para a organização social, política e cultural das cidades.⁶ Desta maneira, é necessário desvincular este tipo de história daquela dos cidadãos comuns, uma vez que todos fazem história. É claro que é importante saber o nome do primeiro prefeito, primeiro morador, etc. Porém, devemos inverter esta equação para pensar a percepção que os municípios de Paulo Frontin têm da história de seu município e de si mesmos. Com isto será possível despertar o interesse pela história pública, uma vez que estes podem se ver representados, incluídos e plenos de direitos.

A estação férrea de Paulo Frontin é reconhecida pela sua função simbólica na construção da cidade e da identidade dos frontinenses (Figura 1). Ela foi além

³ A Pesquisa de Opinião Pública foi organizada e aplicada por Welinton Luiz Giovanoni, Weler-son Fernando Giovanoni e Michel Kobelinski, tendo o apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin-PR. O período de realização foi entre 28/10/2017 a 30/11/2017, com o tema História e Patrimônio. De acordo com a Resolução nº 510/2016 do Ministério da Saúde, pesquisas de Opinião Pública não precisam transitar em Comitê de Ética. Ao todo foram aplicadas 347 amostras para uma população de aproximadamente 7500 habitantes.

⁴ Certeau, Michel de. *A Operação Historiográfica*. In: Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁵ Gordon, Op. Cit., 2010, s.p. A título de esclarecimento, os textos citados sem paginação decorrem da natureza da informação disponível no dispositivo Kindle, da Amazon. No momento não há indicação correspondente do número da paginação do livro impresso.

⁶ Ver TERRA, Antonia. *História das cidades*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. “A História aparece deformadamente como a história dos primeiros: o primeiro nascimento, o primeiro enterro, o fundador, o primeiro alfaiate, a primeira parteira” (TERRA, 2012, p.96).

de sua função de transportar pessoas e bens, uma vez que estabeleceu relações entre memória, identidade e patrimônio no meio público. Raphael Samuel revela a complexidade de se pesquisar a própria história e as relações entre história e memória locais. Ele entende a memória local como dinâmica, fluida, vinculada à história e que vai além da imitação ou assimilação, incorporando também aquilo que se esquece, pois a memória não é inativa “[...] ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica [...]”, e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo”. É neste sentido que a cidade se reveste de uma dupla arquitetura. A do plano físico, com seus prédios, dinâmicas de funcionamento próprios, seus espaços de sociabilidade e de infraestrutura delineada por atividades específicas dentro do espaço urbano. Do outro lado está a arquitetura enquanto elemento ficcional, que transmite sensibilidade aos seus moradores e visitantes. Ambas convergem e impactam na história e no cotidiano dos moradores, vinculando-se também ao patrimônio imaterial.



Figura 1. Estação Ferroviária de Paulo Frontin, Paraná. Fonte: Welerson Fernando Giovanoni, The Frontin, disponível em <<https://thefrontin.blogspot.com/>>, 2019.

A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, linha Sul (EFSPRG, SP-RG) ligava as Itararé-SP ao Uruguai.⁷ Os períodos de funcionamento foram os seguintes, até seu encerramento: C. E. F. São Paulo-Rio Grande (1904-1942), Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1942-1975), RFFSA (1975-1996). Assim, o ponto de referência era a cidade de Ponta Grossa, cujo trecho ia até “Paulo Frontin e, desta estação, até a margem direita do rio Iguaçu, em União da Vitória; igualmente, além da margem esquerda do rio Iguaçu (Porto União-SC), em demanda do Vale do Peixe, para atingir

⁷ Ver ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 849-869, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017&lng=en&nrm=iso>.

o rio Uruguai na localidade de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul".⁸

Com a desativação do transporte em trilhos na década de 1990, a estação de Paulo Frontin perdeu sua funcionalidade. Todavia isto não significou a insensibilidade das pessoas com o prédio em si. De forma oposta, constitui-se como lugar de convergências. A estação é uma referência memorial alicerçada pela sensibilidade dos municíipes, os quais tecem narrativas para ela e para si mesmos. Note-se que novas abordagens etnográficas levam em conta as relações entre arqueologia, história e patrimônio e a ideia de que lugares, paisagens e objetos produzem identidade e memória. É neste sentido que a materialidade está profundamente ligada aos elementos imateriais, ao mesmo tempo que “reflete e molda experiências sensoriais, afetivas e corporificadas de memória e identificação”.⁹

Vejamos o caso mais emblemático da estação de Paulo Frontin. No ano de 1943, ocorreu uma violenta explosão provocada por uma carga de 45 caixas de dinamite (1150 quilos), seguida de incêndio em parte da composição que vinha de Ponta Grossa-PR e tinha como destino a cidade de União da Vitória-PR. No dia trinta de setembro de 1943 os periódicos *Jornal Diário da Tarde* e *Jornal O Dia* destacam em suas respectivas manchetes este episódio que ocorreu no dia anterior, às cinco horas e cinquenta minutos. O médico Itagiba Xavier Bastos, que viajava para Ponta Grossa, fez três amputações e suturas com “agulhas de crochê”. Ele também relatou que viu “corpos humanos transformados em tochas ardentes, num quadro verdadeiramente tétrico e difícil de pintar, com as cores da realidade”.¹⁰ A explosão não só deixou feridos que foram atendidos na cidade de Porto União – SC, mas também vitimou quatorze pessoas, arrasou a estação e casas vizinhas.¹¹

Dois dias após o episódio, correspondentes do Jornal O Dia das cidades de Ponta Grossa e Porto União-SC colaboravam com a manchete intitulada *Ainda a*

8 KROETZ, Lando. *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. São Paulo, USP, 1985, p.77.

9 Ver IRELAND, Tracy, LYDON, Jane. *Rethinking Materiality, Memory and Identity*. Public History Review Vol 23 (2016): 1-8. Ao tratarem das emoções no passado, as autoras destacam que: “A preocupação com a materialidade se une ao recente interesse acadêmico na história, efeitos políticos e papel cultural das emoções. Às vezes denominada de “giro afetivo”, essa pesquisa definiu emoções ou ‘sentiu julgamentos’, como sentimentos corporificados experimentados no contexto de valores e princípios.”, p. 3.

10 Jornal Diário da Tarde, Arrazada a estação de Paulo Frontin. Terrível explosão de um trem com dinamite ocasionou a morte de 14 pessoas, 30 de setembro de 1943; Jornal O Dia, Gravíssimo acidente ferroviário na estação Paulo Frontin. Violenta explosão, 30 de setembro de 1943. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20194&pesq=Explos%C3%A3o>>

11 O jornal informou os nomes das vítimas: “Hamilton Padilha, Eduardo Stelnack, Simeão Saraf, Deodoro Krun, Nestor Kaprovitch, Fernando Ribeiro, Felix Gulanoski, Zenobia Buach, Alvina Ribeiro de Souza (menor), particulares, e Amadio Ribeiro de Souza, Miguel Rogoski, João Sheika, Ezequiel Costa (empregado da Rede)”. Os nomes dos feridos também foram divulgados: “Hamilton Cordeiro, Eugenio Cordeiro, Pedro Cesario de Oliveira, Flores Cunha, Nanci Cunha, Elvina Ribeiro de Souza, Eduardo Pavoschi, João Gonçalves, Vitor Andrade, Paulo Fidhi, Aurora Cordeiro, Hermancia Cordeiro, Antonio Cruz, André Tatarin, Miguel Luthuch, Marciano Fiden, Teodora Coguth, Leonardo Macurek e Anibaldo Altana, particulares e Romão Carpovitch, Pedro Esquibins, João Bela Cruz e Germiliano Almeida, empregados da Rêde, dentre estas vítimas apenas quatro viajavam no trem de passageiros”. Diário da Tarde, 1943.

impressionante explosão em Paulo Frontin: alguns detalhes e esclarecimentos. O correspondente de Ponta Grossa narra o trágico episódio da seguinte maneira:¹²

Verificando o início de incêndio do vagão que conduzia a dinamite, o agente local providenciou imediatamente para isolá-lo do resto da composição do trem de carga “C-151” e para afastar do pátio da estação o P-8, que estava aguardando cruzamento. Graças a esta acertada medida, executada com a máxima presteza, nada sofreu o expresso do Sul, que assim pode seguir viagem normalmente. Quase todas as vítimas da lutuosa ocorrência são ferroviários e moradores da localidade que trabalhavam ou testemunhavam a manobra em execução. Dentre elas, sobressai o elevado número de menores, que por curiosidade, se aproximaram descuidadamente do veículo sinistrado. Os feridos receberam pronta assistência da Rêde, que foi auxiliada pela Formação Sanitária do 5º Batalhão de Engenharia, dirigida pelos tenentes drs. Otávio Novais e João Paulo Temporal, e pelos médicos civis, drs. Alcides Silva, Ely Souza e Ernani Bengui. Merece justo destaque a conduta dos empregados da Rêde, que ao preço da própria vida, cumpriram fielmente seus deveres funcionais, evitando deste modo consequências mais funestas do fatal acontecimento.

Em seguida, por telégrafo, o correspondente de Porto União – SC, traz mais informações, tais como a procedência do trem (Rio Azul), o nome do maquinista (Waldemar Campos), a carga transportada (sacos de milho e dinamite, entre outras mercadorias embarcadas em Ponta Grossa), seu destino rumo ao Norte, a tentativa de dirigir o vagão para a Caixa D’água para apagar o incêndio e a explosão: “dada a dificuldade de água foi o carro fatídico levado para o triangulo de desvio e quando se abriu a porta, verificou-se a explosão que veio atingir os curiosos do trem de passageiros, funcionários interessados e pessoas que esperavam o P-8, para seguir viagem”.¹³ As imagens do episódio apareceram em edição do dia 3 de outubro do Jornal O Dia (Fig. 2). A comoção coletiva na cidade também chegou à capital paranaense. A menina Maria Mendes, vencedora do concurso de música Novos Cantores, da Rádio Clube Paranaense, doou o prêmio de 20 cruzeiros à Legião Brasileira de Assistência, para ajudar as vítimas do acidente em Paulo Frontin (O Dia, 1943, 8 de out., 1943). O início da reconstrução da estação provavelmente se iniciou em 1946, pois o edital de concorrência foi lançado em 16 de junho de 1946 e previa as seguintes obras: edifício para estação com armazém, casa para o agente, 11 casas para trabalhadores, abrigo de vagonete, casa de bomba e caixa d’água com concreto armado, de 40m², instalação de água e esgoto e cercas de madeira (O Dia, 16 jun., 1946).

12 O Dia, 1943, p. 1.

13 Em relação ao periódico Jornal Diário da Tarde, esta edição de O Dia acrescentou os nomes de Miguel Mudrech e Zenóbio Bughe entre as vítimas, e os nomes de Pedro Sibniki e Germiniano de Almeida e Lauro Braga, como gravemente feridos.



Figura 2. O Dia. Imagens da explosão da estação de Paulo Frontin. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.¹⁴

A explosão do vagão de cargas também impactou de forma traumática na memória das pessoas e se repercutiu ainda hoje. Existem inúmeras especulações para este fato: transporte de carga valiosa, tentativa de assalto e conspiração nazista. De qualquer maneira o problema aqui é o da transmissão da memória entre gerações, isto é, como o passado foi apropriado e transformado através de narrativas próprias.¹⁵

Como constatamos em pesquisa de campo (Fig.3), a maioria da população de Paulo Frontin considera a ferrovia como fato histórico e marco referencial sensível (85,6 %). Em resposta à pergunta “Que acontecimento histórico deveria ser retratado em um monumento ou memorial em Paulo Frontin?”, fica evidente que a maioria das pessoas (66,3 %) desejam homenagear os mortos na explosão de 1943, tragédia esta que se repercutiu não apenas como fato histórico, mas também como parte de uma memória afetiva traumática.

14 Legenda jornal do O Dia, 3 de outubro de 1943: “Porto União, (do correspondente - pelo correio - de baixo para cima: dois aspectos dos primeiros socorros prestados às vítimas da explosão em Paulo Frontin, atendidos mesmo na Gare desta cidade; ao alto, o representante de O Dia colhendo declarações do Sr. Claro Morais, chefe do trem que conduzia a perigosa carga”. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=50541>>

15 Embora não tenhamos trabalhado com a História Oral, que historicamente nos Estados Unidos está relacionada ao desenvolvimento da História Pública, seguimos a perspectiva de Meihy & Ribeiro (2011, p. 53-54) para sublinhar que a “história oral comunitária é parte da história oral institucional”, as quais são marcadas por laços de afeição, envolvimento e relações socioculturais. Ver Meihy, José C. S., Ribeiro, Suzana L. S. *Guia prático de história oral pra empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

15. Que acontecimento histórico deveria ser retratado em um monumento ou memorial em Paulo Frontin?

347 respostas

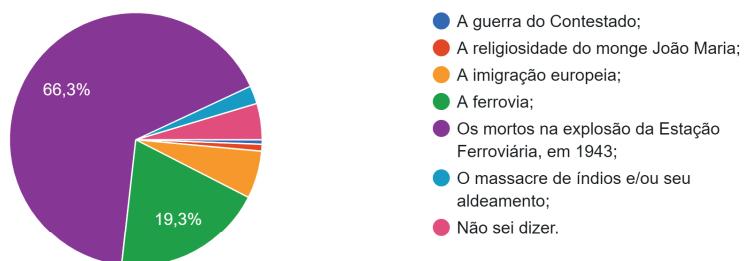


Figura 3. Pesquisa se Opinião Pública: Representação histórica e monumentalização. Giovanoni & Kobelinski, 2017.

Apesar de a Estação Ferroviária ser uma referência no imaginário local, a população não se mobilizou para preservá-la, deixando esta incumbência para a administração municipal. Seu estado era deplorável na primeira década do século XXI. Ela não tinha telhado, as paredes desmoronavam, havia pichações e depredação (Figura 4).



Figura 4. Estação Ferroviária de Paulo Frontin em ruínas, em 2010. Autor desconhecido.
Fontes: The Frontin, <<https://thefrontin.blogspot.com/>>, 2019; Estações Ferroviárias do Brasil, <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/paulofrontin.htm>.

Em 2011, a restauração realizada pela Administração Pública foi significativa. Promoveu-se o sentimento e a impressão de que as pessoas se conectavam com o seu passado e podiam ver na estação algumas exposições ligadas às artes plásticas. Isto porque sua história estava intimamente ligada à formação do município e em razão da ausência de espaços memoriais e monumentais. Porém, as exposições fixas ou itinerantes não tiveram continuidade.

Cabe-nos ressaltar a importância de o historiador público trabalhar com a comunidade e com a administração municipal a fim de evidenciar a comunidade como portadora de direitos à memória, à história e à salvaguarda de seus bens culturais. O levantamento de dados através de pesquisa de opinião pública teve este objetivo ao verificar o reconhecimento de lugares dotados de significados para a população de Paulo Frontin. O compartilhamento destas informações tem como propósito promover processos solidários de patrimonialização no município.

Igualmente é preciso esclarecer que patrimônio é uma manifestação de história pública. Para Meneses (2018, p. 71) “[...] todo patrimônio é uma forma de história pública. É história porque quer registrar o tempo da construção memorialística geradora de sentido patrimonial, e é pública porque assume os discursos da coisa que é de todos, para a fruição de todos e para o bem de todos”. É conveniente lembrar que o conceito de patrimônio histórico, presente no Dicionário de Conceitos Históricos (Silva & Silva, 2009, p. 324), traz com significado “o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e artístico e compõem um determinado entorno ambiental de valor patrimonial”. Porém, a estes espaços ou ambientes se agregam elementos histórico-culturais e discursos que invocam para si um passado distinto daquele da comunidade, sendo usado como artifício para a legitimação de poder.

O patrimônio também pode ser definido como o conjunto de “artes de fazer” e não se restringe aos aspectos físicos e arquitetônicos, pois ele “[...] não é feito dos objetos que ela [a cidade] criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e *poetizadas*” (Certeau, 1998, p. 199).

Colocar em pauta discussões desta natureza, envolvendo tanto o prédio da estação (e entorno) quanto atividades de repercussão pública, certamente valorizará o conhecimento destas manifestações coletivas em suas temporalidades e, simultaneamente, permitirá refletirmos a inserção deste espaço em Políticas Públicas de Educação Museal (Programa Nacional de Educação Museal - PNEM). Aqui, destacamos a diretriz nº 4, que consiste em “assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação, e que por meio de ações transversais colaborem para o desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local (PNEM, 2010, p. 62).

A estação de Paulo Frontin e a explosão de 1943 nos permite constatar o estado das políticas de preservação deste espaço. E se elas não foram efetivas no plano nacional, isto também se refletiu no próprio município. É visível a preocupação de alguns gestores públicos com a situação da estação e seus futuros usos. Mas, de maneira geral, as tentativas de readequar o prédio a outras atividades não tiveram êxito. A ideia mais plausível é a transformação deste espaço em museu, embora que sua concepção ainda seja a tradicional e inexista a sinalização de concurso público

para a função de museólogo. Tal qual uma escola, o museu é lugar de aprendizagem, de lazer e de produção de conhecimento.

Por outro lado, a autonomia destes espaços não lhes confere posição hegemônica na construção do saber. Para Hooper-Greenhill “o museu é a universidade do povo”.¹⁶ Ao se referir ao museu como “universidade do povo”, a autora alerta para o fato de que, nesse espaço em particular existe uma mediação entre patrimônio, exposição e público. A proposição é a de que o argumento e a narrativa elaborem conhecimento para públicos variados. Dito isso, podemos afirmar que o museu não garante uma formação integral e a escola não garante o conhecimento absoluto das coisas. Em nosso entendimento, o caminho deveria ser o da integração destes espaços. Ambos podem desenvolver ações educativas e os historiadores podem promover com os professores das escolas e comunidades, cursos de História Pública.

A pesquisa de opinião pública revelou algumas contradições. Se a população em geral reconhece a estação ferroviária como marco histórico, memorial e sensível, o mesmo não ocorre em relação à origem do nome da cidade. As respostas à pergunta “Você conhece a letra do Hino de Paulo Frontin e seu autor?” demonstra que 88,8 % dos respondentes têm mais familiaridade com a letra do hino da cidade do que com a figura do engenheiro, empresário, professor, político e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933). (Fig. 5).

12. Você conhece a letra do Hino de Paulo Frontin e seu autor?

347 respostas

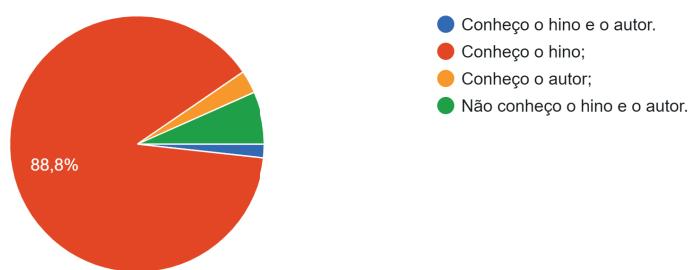


Figura 5. Pesquisa se Opinião Pública: Letra do Hino de Paulo Frontin e nome da cidade. Giovanoni & Kobelinski, 2017.

A prefeitura municipal de Paulo Frontin, em seu website disponibiliza a letra do hino do município, porém sem apontar sua autoria:¹⁷

16 Hooper-Greenhill, 1998, p. 9-10, in LEOZ, 2016 p. 81.

17 Prefeitura Municipal, Hino de Paulo Frontin.

disponível em <http://paulofrontin.pr.gov.br/pagina/150_Hino-da-Cidade.html>; ver também no site Letras, Hinos de cidades, o Hino de Paulo Frontin: <<https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/1785581/>>. No entanto, o vídeo não corresponde à letra da música. O link deste site nos leva ao canal no YouTube de Gabriel Aquino, que também traz as seguintes informações: Hino de Paulo de Frontin- Leila Solon Ribeiro (violão), 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5nF_Ep1lZTE>.

Hino de Paulo Frontin

Uma serra chamada Esperança
Fez da mata uma oferta de paz
E acolheu este povo de longe
Que chegou sem olhar para trás
Com o tronco viçoso do pinho
Altaneiro sobre os cereais
Foi subindo uma prece a Sant'Ana
Pela força de um braço capaz.

Estríbilo:

Lá no alto a bandeira se inflama
Alcançando o horizonte sem fim
De um herói exaltando a fama
É a cidade de Paulo Frontin.

O Iguaçu que divide fronteiras
Também une num mesmo ideal
As visões de um engenheiro valente
Com a fonte que verte cristal
O perfil ondulante borbulha
A riqueza latente no chão
Garantindo progresso e fartura
Ao que saiba dar seu coração.

Neste sentido, a pergunta “A que se refere a letra do Hino da cidade de Paulo Frontin?”, traz como respostas, os seguintes dados: Os versos se referem à natureza acolhedora e aos imigrantes que produzem alimentos e agradecem a Deus (13,8 %); Os versos ressaltam a homenagem a Paulo Frontin, que simboliza o progresso e o desenvolvimento (39,2 %); Os versos mencionam que o rio Iguaçu une os imigrantes, fertiliza o solo e enriquece aqueles que desejam trabalhar (15,3 %); Todos os versos anteriores expressam as ideias do professor Farid Guérios, autor do hino (22,2 %); Não sou capaz de responder esta questão (9,5 %). Deste modo, o que constatamos é que a identidade dos frontinenses (Na sua opinião o que melhor retrata a identidade de Paulo Frontin?) se mescla entre o futuro *museu da estação ferroviária* (30,5 %), à ferrovia (22,2%) e às *igrejas do município* (38,3 %). Portanto, a identidade dos moradores de Paulo Frontin é fragmentária e comporta elementos distintos, que envolvem patrimônio material e imaterial, pertencimento comunitário e pesar (explosão de 1943).

Notadamente, no tocante aos museus de cidades de pequeno e médio porte, a figura do museólogo muitas vezes é ficcional e, por conseguinte, planos museológicos inexistem. Desta forma, aliar investimentos, preservação, ações pedagógicas, racionalizar recursos públicos, realizar parcerias com instituições privadas, planejar

estratégias coerentes de funcionamento ainda são um desafio.¹⁸

Outrossim, há o problema do consumo de história e a atuação dos historiadores. Mesmo porque a história se popularizou, a exemplo dos websites, canais de televisão e cinema, por exemplo. O que de certa maneira coloca em dúvida a credibilidade e a autoridade da escrita da história. Esta situação é bem colocada pelo historiador Jurandir Malerba (2016, p. 147), quando se levanta o papel e a responsabilidade dos historiadores atualmente: “[...] muitas vezes implica que qualquer um detém autoridade e é responsável – o que significa, de modo inverso, que ninguém é responsável e detém a autoridade sobre o conhecimento histórico. [...] será que nós, historiadores treinados para pesquisar, escrever e ensinar história perdemos controle, credibilidade e autoridade sobre essas práticas”.

Ao pensarmos nestas questões, com o objetivo de interagirmos com a população de Paulo Frontin, criamos um blog. A ideia é informar e compartilhar informações relevantes no âmbito da história pública, patrimônio e cotidiano.¹⁹ Os conteúdos podem estimular as pessoas e mesmo os historiadores a lidarem com uma série de materiais sobre a cidade e interagir através das redes sociais na internet. O website foi inaugurado em janeiro de 2019, com o título *The Frontin*, o qual também foi apresentado na Semana de Integração do Curso de História Unespar, campus de União da Vitória/PR. A proposta foi a de aglomerar diversas fontes, tais como recortes de jornal, fotos, livros, panfletos, etc. A ênfase recaiu nos temas cidade e na figura do Engenheiro Paulo de Frontin para que o público tivesse uma nova experiência em relação à História Pública. Como o site ganhou audiência de um público externo (muito provavelmente pelo nome), pretendemos ampliá-lo com conteúdos e postagens em português e inglês.

Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016, p. 41) sublinha a importância da divulgação científica em história e o papel dos historiadores públicos: “desejamos divulgar a produção do conhecimento histórico para o grande público não só porque valorizamos o trabalho desenvolvido em nossos centros de pesquisa, mas porque acreditamos que, ao compartilhar esses saberes, podemos contribuir para formar uma sociedade mais crítica, esclarecida e democrática”. Nesta mesma direção, Fernando Nicolazzi (2017, p. 26) ressalta que “ser historiador no século XXI significa, portanto, atentar seriamente para sua relação com o público e tentar, sempre que possível, valer-se de uma forma de linguagem que cause beleza e provoque prazer, atraindo com isso um número cada vez maior de leitores”. Neste sentido, as postagens tiveram um tom informal. Aproveitamos a tendência do *#tbt* (a sigla significa throwback Thursday),

18 Veja-se, por exemplo, a tragédia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 2018, símbolo de má gestão de recursos financeiros por parte do Estado e de sistemas ineficientes para contenção de incêndios. Na maioria dos casos, a preservação de bens materiais no Brasil subestima planos de curto, médio ou longo prazo, sendo que as ações se realizam em razão de necessidades momentâneas.

19 O endereço do blog *The Frontin* é o seguinte: <<https://thefrontin.blogspot.com/search?updated-max=2019-02-04T16:20:00-02:00>>. Neste endereço estão disponíveis integralmente os resultados da pesquisa de Opinião Pública.

enfatizando uma linguagem descontraída. Ela é utilizada pelos usuários de redes sociais para marcar fotos que lembrem coisas boas. Neste site, postamos fotografias da inauguração da estação de Paulo Frontin e outras mais recentes em tópicos variados e atrativos.

O Blog teve algumas dificuldades no início. A principal delas foi a falta de equipamentos técnicos apropriados. A maioria das fotos foram feitas com aparelho celular sem boa resolução. Pesou também a falta de familiaridade com as plataformas digitais na internet, uma vez que àquelas gratuitas possuem limitações gráficas, as quais prejudicam a experiência do usuário. O site terá aprimoramentos nas postagens, edições de imagens mais profissionais e terá vídeos curtos sobre temas diversos. Aliás, esta abordagem será aprimorada em futuro projeto de pesquisa. Sem dúvida, este contato com o público poderá auxiliar a compreendermos melhor a forma como ocorre o consumo de história pelos usuários e pelos frontinenses.²⁰

Além destas atividades, no mês de maio do corrente ano, durante a Semana Nacional de Museus, capitaneada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), organizarmos atividades com alunos do Ensino Médio no espaço da estação de Paulo Frontin, no evento intitulado História Pública & Ensino de História: museus e lugares de memória. Foi estabelecida uma parceria com Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin, e o grupo de Pesquisa Cultura & Sensibilidades, da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória (Fig. 6).²¹

20 As narrativas digitais precisam fazer parte não só do planejamento dos professores e profissionais de história, mas também das atividades em sala de aula, uma vez que a internet é a principal ferramenta de compartilhamento de informações em termos mundiais. Note-se também que, o sistema de trabalho do professorado brasileiro, segundo o portal de notícias O Estadão, apenas 2,4% dos jovens desejam seguir a carreira de professor no Brasil. Ver Estadão. Só 2,4% dos jovens brasileiros querem ser professor. 24 de junho de 2018. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,-so-2-4-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor,70002364548> (acessado em 11/04/2019). Sobre este assunto, ver KOBELINSKI, M. Yes, we have it. An MA in Public History at Unespar. BRIDGING. THE IFPH-FIHP BLOG, 10 jan. 2019. Disponível em <<https://ifph.hypotheses.org/2652>> (acessado em 10/05/2019).

21 KOBELINSKI, Michel, GIOVANONI, Welerson Fernando, Welinton Giovanoni. **História Pública & Ensino de História:** museus e lugares de memória. Organização de evento. Paulo Frontin, 14 de maio de 2019.



Figura 6. Organização de evento, História Pública & Ensino de História, 2019.

Ao apresentarmos algumas conclusões acerca das atividades de pesquisa e contato com o público, afirmamos que as práticas culturais de imigrantes europeus em Paulo Frontin aparecem como catalizadoras de identidades que se distanciam e, ao mesmo tempo, aproximam-se. De um lado, as marcas dos conflitos armados da Guerra do Contestado (1912-1916) raramente aparecem, a não ser durante as comemorações de seu centenário.²² De outro lado, a ferrovia (e a estação ferroviária) - principal meio de expansão do progresso, do capital estrangeiro e mobilizadora de conflitos agrários no início do século XX – é vista como parte integrante do patrimônio da cidade. Entender estas evasões e permanências permite observarmos como as pessoas ou grupos sociais reconfiguraram seu mundo, seus costumes, seus hábitos para estarem e se sentirem presentes em seu próprio universo cultural e se distanciarem daqueles momentos traumáticos da história. A estação ferroviária - e a trágica explosão de 1943 - firmou-se no imaginário dos frontinenses como elo memorial entre as pessoas da localidade em distintas temporalidades. Possivelmente em razão de envolver um acontecimento local, com vítimas conhecidas e crianças, pelo fato de a estação ferroviária estar visivelmente presente no cotidiano de seus moradores, e por trazer a lembrança de um passado que comoveu não apenas a cidade, mas

²² Entre os principais grupos de imigrantes estão os ucranianos, poloneses, italianos e alemães. De acordo com Machado, P. P. Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado, *Revista IHU on-line*, a Guerra do Contestado foi, em síntese, um “conflito social, ocorrido nos planaltos catarinense e paranaense entre 1912 e 1916, que colocou de um lado Coronéis, grandes fazendeiros, governo e, de outro lado, posseiros, pequenos lavradores, ervateiros, tropeiros e agregados. O conflito teve início com a perseguição policial ao grupo de sertanejos que se reunia em torno do curandeiro José Maria, na comunidade de Taquaruçu.” Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado>>.

também o Brasil. Especialmente quanto os jornais da época traziam manchetes de notícias de explosões no front da II Guerra Mundial.

No âmbito da história pública, as relações estabelecidas entre cotidiano, memória e patrimônio são estimulantes. Através delas poderemos identificar como se processam parte das interações entre os municípios e seu patrimônio material e imaterial. Como bem percebe Lowenthal (1998, p. 65), a consciência do passado significa coexistir e distinguir-se dele, pois ao mesmo tempo que une, provoca tensões: “O que nos une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que nos separa é nossa autoconsciência - o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam”. Estudar as relações evidentes e veladas entre os atores sociais e seu patrimônio, bem como os diferentes sentidos que lhes são atribuídos, em encontros e desencontros, entre partidas e chegadas, envolvidos na apreensão do espaço urbano e do cotidiano exigem interação com a comunidade e compartilhamento de ideias e informações.

Contemplar as ações do cotidiano, os jogos invisíveis de afinidades e/ou repulsas, podem contribuir para o conhecimento e valorização do espaço público e dos comportamentos sociais. A convivência e o equilíbrio entre a “configuração pública dos lugares” e a “salvaguarda” da vida privada são inevitáveis. Ao inseri-los em Projetos de Educação Patrimonial, poderemos levar as pessoas a ler a paisagem e seus monumentos e a “curtir todos os passados” (CERTEAU, 1998, p. 169). Portanto, a tarefa do historiador público consiste em refletir com as comunidades seus modos de fazer, perceber e se relacionar com o passado. Além disso, poderemos entender melhor as narrativas públicas, as enunciações dos moradores e compreender os mecanismos de encenação e patrimonialização.

REFERÊNCIAS

BOCAREJO SUESCÚN, Diana. Lo público de la Historia pública en Colombia: reflexiones desde el Río de la Patria y sus pobladores ribereños. **Historia Crítica**, nº 68 (2018): 67-9. Disponível em <https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.04>

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet:elementos iniciais para um debate contemporâneo In: **Revista Transversos**. Nº 07, v. 07, p. 35-53. Rio de Janeiro. 2016.

CAUVIN, Thomas. The Rise of Public History: An International Perspective. **Historia Crítica**, issue 68 April 2018. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/english/the-new-bundestag-refugees-and-health/>

CERTEAU, Michel de A Operação Historiográfica. In: Certeau, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinar**. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2013.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 849-869, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017&ln>

g=en&nrm=iso>

IRELAND, Tracy, LYDON, Jane. Rethinking Materiality, Memory and Identity. **Public History Review**, Vol 23 (2016): 1-8.

KOBELINSKI, M. Yes, we have it. An MA in Public History at Unespar. **Bridging. The IFPH-FIHP Blog**, 10 jan. 2019. Disponível em <<https://ifph.hypotheses.org/2652>>

KROETZ, Lando. **As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)**. São Paulo, USP, 1985, p.77.

LEOZ, José Luis de Los Reyes. Museos y centros escolares: entornos de aprendizaje compartido In: **UNES**. N° 01, p. 80-96. 2016.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado In: **Projeto História**. N° 17, p. 63-201. São Paulo/SP. 1998.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado, **Revista IHU on-line**, Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado>>

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital In: **Revista Brasileira de História**. N° 74, v. 37, p. 135-154. São Paulo/SP. 2017.

MEIHY, José C. S., Ribeiro, Suzana L. S. **Guia prático de história oral pra empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública?/Is every heritage a form of public history? In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges. (Org.). **Que história pública queremos?** v. 01, p. 69-83. Editora Letra e Voz. 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear In: **Revista Maracanã**. N° 18, p. 18-34. 2018.

Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, MinC/Ibram, 2010.

SAMUEL, Rafael. Teatro de memória In: **Projeto História**. N° 14, p. 41-81. São Paulo/SP. 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. Editora Contexto. 2°ed. São Paulo. 2009.

SKRAMSTAD, Harold. Foreword. In: GORDON, Tammy S. **Private History in Public: exhibition and the Settings of Everyday Life**. Maryland: AltaMira Press, 2010.

TERRA, Antonia. **História das cidades**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 05/12/2019

iolanda Chaves Ferreira de Oliveira

Programa de pós-graduação em História Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro –
PPGHIS/UFRJ
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

mas também com as consequências desse rápido e desordenado processo de crescimento que agravaram o desemprego, a criminalidade e a miséria na região. Busca-se entender a partir desse jornal, que é uma parte de um conjunto de fontes, como são construídas as representações da pobreza na imprensa juizforana, e como isso nos possibilita entender em parte as nuances e complexidades da pobreza no município, bem como as ressonâncias desse processo em um sentido mais amplo, ou seja, como os setores marginalizados são representados em uma escala maior, e qual o significado disso em termos sócio-políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Imprensa; Caridade

“O POBRE”: REPRESENTATIONS OF POVERTY IN THE PRESS OF JUIZ DE FORA IN THE END OF NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT: This article has as the mainly object of analysis the newspaper “O Pobre”, property of the catholic union “Pão de Santo Antônio”. The intention of this study is understand through the journal which perception of poverty is present and being conveyed, realizing the christian position regarding these issues that permeate it, and observe how the dynamics of charity and philanthropy happen in the city. It is important to pay attention to the context: city of Juiz de Fora years 1899 and 1900, when the

municipality was going through a process of capital accumulation, promoting a healthy socioeconomic expansion, resulting in a modernization project, as was happening in other places, such as the capital, Rio de Janeiro. Thus, the politically and economically most distinct sectors are becoming concerned not only with the modernizing reforms of the urban space, but also with the consequences of this fast and disorderly growth process that aggravated unemployment, crime and misery in the region. We seek to understand from this newspaper, how the representations of poverty in the Judge-Forana press are constructed, and how this enables us to understand in part the nuances and complexities of poverty in the municipality, as well as how the resonances of this process in a broader sense, that is, how marginalized sectors are represented on a larger scale, and what is the significance of this in socio-political terms.

KEYWORDS: Poverty; Press; Charity

11 A “PRINCEZA DE MINAS” CIVILIZA-SE: MODERNIDADE E POBREZA EM JUIZ DE FORA

O espalhamento dos ideais de progresso e modernidade irradiados através do imperialismo europeu, assentado no novo modo de vida burguês e capitalista, instalou suas bases em territórios tidos como periféricos tais como a América Latina, e especificamente no Brasil se intensificou a partir do desfacelamento do Império e foi abraçado no regime republicano. Foram definidas, de acordo com os padrões eurocêntricos, novas diretrizes acerca do “ser civilizado”, ditando o que, a partir daquele momento, era ou não considerado moderno, desenvolvido, e ao mesmo tempo, no sentido oposto, dado à barbárie e ao atraso, fixando tudo aquilo que deveria ser preconizado ou descartado e esquecido. Na prática, essas diretrizes foram sumariamente incorporadas no discurso oficial da República através dos setores políticos, mas também dos grupos empresariais das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, tomadas as devidas proporções esse processo de modernização se assentou sobretudo em duas frentes: o reordenamento do espaço urbano, privilegiando principalmente o viés estético; e o empreendimento sanitário, que vislumbrava não só sanear o território, mas vinha carregado de valores de higienização sócio-moral, tendo em vista alvos bem definidos.

A reestruturação das cidades provocou intensas mudanças não só na malha urbana, como também no cotidiano e no estilo de vida dos seus habitantes, como reflete Berman (2014, p. 26) os cidadãos se viam em um paradoxo de coexistir em um mundo em constante transformação e outro que estava distante da dita modernidade. Essa nova configuração que contava com um forte apelo estético das novas construções e normatização do espaço urbano, um “modernismo à brasileira”, era carente em políticas públicas em termos de cidadania, saúde, assistência e organização social, em termos mais gerais.

A cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais) é um exemplo oportuno de município de

médio porte que tendo aderido ao discurso da modernidade, promoveu intervenções no espaço urbano, medidas sanitárias e intercedeu através dos aparatos legais e legislativos que lhe competiam a favor de uma nova ética trabalhista e educacional, correspondentes a essa nova “fase” do país. Em uma coluna do periódico O Pharol no ano de 1890, Ambrósio Vieira Braga, prefeito do município entre 1898 e 1900, exalta esse caráter moderno declarando que a

localidade de clima invejável, offerecendo todas a commodidades e confortos da vida moderna, a cidade de Juiz de Fora, pelos seus progressos, adeantamento e população já densa parece-me ser aquella, neste Estado, que reune as condições de preferencia...

A historiografia produzida sobre Minas Gerais remonta principalmente ao século XVIII e ao período minerador, se estendendo até o momento em que a atividade entra em crise, o que teria resultado em uma decadência econômica expressiva em toda a capitania. Essa abordagem foi gradativamente questionada, e novos caminhos historiográficos no fim do século XX abriram espaço para a ideia do desenvolvimento de uma economia que se adaptou e internamente se tornou dinâmica e mercantilizada (PINTO, 2008, p. 7), permitindo que novas regiões intensificassem seu sistema produtivo. O surgimento da Vila de Santo Antônio do Paraíbuna, e em 1856, elevada a categoria de cidade, Juiz de Fora, é componente significativa dessa economia interna e diversificada na região da Zona da Mata mineira.

Sonia Regina Miranda identifica duas vias de expansão do município, que mais tarde, já nas últimas décadas do século XIX, permitiram um processo endógeno de acumulação de capitais que viabilizaram o investimento em industrialização: a primeira delas, nas primeiras décadas do século XIX, com a ocorrência da expansão das áreas cultiváveis da Zona da Mata, logo, nos arredores da então vila, que lentamente se converteram de entreposto comercial e zona de abastecimento em polo cafeeiro a partir da tríade – disponibilidade de terras, oferta de mão-de-obra escrava e preço do café – possibilitando que a vila fosse elevada já na metade do século à categoria de cidade; a segunda via, decursiva da primeira, que contribuiu na ampliação de espaços e atividades que apresentam Juiz de Fora como o locus de novas atividades e investimentos, ainda que originalmente vinculados a uma base agropecuária (MIRANDA, 1990, p. 90). Essa dinamização do núcleo urbano junto ao desenvolvimento de uma estrutura administrativa e policial, através da aparelhagem do fórum e da cadeia municipal, estruturaram as atividades de controle e normatização do espaço e da população serviram de assento para que fosse garantido o estatuto de cidade em 1856. A partir desse momento os investimentos podiam ser realizados independentemente da propriedade fundiária e se apresentar de formas diferenciadas em relação ao espaço urbano e rural. Nesse sentido, a autora entende que partindo dessa dinâmica as relações de propriedade no espaço urbano se tornam mais complexas, acompanhando o fluxo nacional suscitado pela Lei de Terras, ampliando

na cidade a mercantilização da área urbana (MIRANDA, 1990, p. 91).

Desde a década de 1870 a cidade assistiu a um crescimento vertiginoso assegurado por um massivo investimento de capitais endógenos provenientes das lavouras, resultando em um processo de industrialização pioneiro em Minas Gerais, o surgimento de uma classe mercantil e comercial próspera e, acompanhando esses processos, um movimento de urbanização rápido e desordenado, que não deu conta de absorver o imenso contingente de mão-de-obra disponível, resultando em um aprofundamento do desemprego, da pobreza e da mendicância.

Em termos de governabilidade, o poder local, representado pela Câmara Municipal estabelecia diálogos interessantes com outras instituições da cidade. A Sociedade de Medicina e Cirurgia, fundada em 1889, evidenciando a expansão do campo científico em Juiz de Fora atribuído à efervescência econômica e cultural, visando atender aos novos moldes modernos. A relação entre as duas instituições se apresentava de forma amigável, não raro constando nas atas da SMCJF e na imprensa a disponibilidade da Sociedade em cooperar e prestar serviços referentes à higienização da cidade e medidas sanitaristas, embora nem sempre a convivência fosse tão amistosa, já que foram diversas as situações em que a Câmara relegou as propostas de saneamento e higienização em detrimento de interesses empresariais que se mostravam mais lucrativos (LANA, 2006). A Associação Comercial formada pelo setor empresarial em 1896 a fim de articular os interesses dos grupos comercial e industrial, exercendo um papel fundamental de sustentáculo do poder local, formulou projetos de cunho político, ligados à edificação de uma ideologia do trabalho, sobretudo formal e assalariado, contribuiu para a reordenação urbana, de maneira que esta comportasse estruturalmente o avanço industrial e ampliação dos investimentos preconizados por esses grupos. Miranda observa que tanto no campo discursivo, quanto nas intermediações com a Câmara Municipal essas duas instituições convergiam muitas vezes, entretanto, como colocado anteriormente, em alguns momentos os interesses da Associação Comercial, tenham se sobrepujado à SMCJF, quando a lucratividade era mais atrativa que as medidas relacionadas à salubridade (MIRANDA, 1990, p.129).

Nesse contexto em que ocorria um processo de modernização em termos concretos e simbólicos, frente a uma massa de grupos pobres e marginalizados, a municipalidade se ocupou em lançar mão dos aparatos legislativos e jurídicos que lhes cabiam para conter e coibir as condutas, sociabilidades, práticas de sobrevivência desses segmentos, recolocando-os no campo da vagabundagem e depravação moral. Estes viam sua circulação pela cidade engessada pelas atribuições das Resoluções Municipais, mesmo que muitas vezes fossem burladas, e se viam cercados pelo contingente policial que agia com autorização do poder local com a finalidade de coibir suas práticas “nefastas”, e impeli-los a uma ocupação, como sugeria a nova ideologia do trabalho.

2 | AS RESSONÂNCIAS DA CARIDADE: O JORNAL “O POBRE”

No município muitas associações caritativas perpassaram o cenário no princípio do século XX até aproximadamente a década de 1930, com trajetórias similares, ao menos em alguns pontos, e tiveram bastante destaque e contaram com o apoio da população, tais como a Santa Casa de Misericórdia, a Associação “Fé, Humildade e Caridade”, de vertente espírita kardecista fundada em 1901, e a Sociedade São Vicente de Paulo, que chegou à cidade na primeira década do século XX realizava obras de recolhimento e fornecia abrigo aos indigentes.

Chama a atenção uma agremiação que compartilhava das tradições vicentinas, a União Catholica Pão de Santo Antônio, que a primeira menção pode parecer uma associação oriunda dos setores eclesiásticos, mas foi fundada em 1898, por um dos comerciantes e empreendedores mais prósperos da cidade, além de grande benfeitor, Francisco Batista de Oliveira, entre outras distinções, fundou o Banco de Crédito Real e a Academia de Comércio.

A associação foi fundada com o propósito de distribuir alimento às famílias pobres e aos indigentes, sobretudo o pão, através da arrecadação mensal dos membros e sócios. A União foi responsável pela edição de um periódico que circulou de 1899 a 1901, *O Pobre*, atravessado por um viés católico e teve como colaborador o padre Júlio Maria – pároco da igreja de São Sebastião e formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo – e também um dos principais articuladores do editorial. A epígrafe do jornal trazia a sentença “A esmola é capital do pobre e o juro do rico”, atribuída ao referido padre.

Na coluna de abertura no primeiro número publicado, coincidentemente ou não, no dia 25 de dezembro de 1899 escrita por Júlio Maria, a pobreza é classificada como a melhor e mais nobre das causas, e que a magnífica fecundidade de obras católicas nesse sentido é um dos melhores empreendimentos do século, e demonstram “a solicitude pelos proletários, a compaixão do pauperismo, o amor do pobre” com o único objetivo de “aliviar a pobreza e dignificar o pobre”. O padre acrescenta que a suprema identificação do pobre com a figura de Jesus Cristo que torna a esmola, ao menos na esfera religiosa, ao mesmo tempo um direito e uma justiça, e termina dizendo que “levantar o pobre contra o rico – é socialismo. Consorciar o rico com o pobre na permuta da gratidão pela esmola – é amor, é justiça, é christianismo”.

A comparação dos pobres com a figura de Jesus não é um artifício novo, nas sociedades medievais essa relação já era estabelecida, a ideia do desvalido como o “pobre de Cristo” (SCHMITT, 2005, p. 273). Mas nesse caso especificamente esse ideal é empregado aparentemente como uma tentativa de naturalizar a condição de pobreza, ou, ao menos, tratar a questão sob panos quentes já que a sua erradicação não estava nem perto de acontecer, afinal, Jesus é o homem que desposou a pobreza.

Outra característica marcante presente nessa fala é a expectativa social em torno de um pobre dócil, domesticado, resignado, pois aquele que se levanta contra o rico

– que através da esmola garante o capital desse pobre, como sugere a epígrafe do periódico – que não acata a sua condição é o verdadeiro pobre (GEREMEK, 1995, p. 8). Consta uma notícia n'O Pharol, de 1915 relata que um velho que vivia na cidade às custas da caridade alheia deu uma cacetada em uma velha cega que negou-lhe trocar 400 réis por notas miúdas, ficando a notícia com a seguinte chamada: O mendigo Feroz. Sem entrar no mérito da agressão vemos que há um estigma (GOFFMAN, 1988: 12), isto é, uma conduta esperada e incentivada pela maioria da sociedade civil dominantes em termos sociais, econômicos e culturais em relação a esses desclassificados, e quando essa expectativa é quebrada se institucionalizam as práticas coercitivas e o medo. A condição de medo que a existência desses sujeitos gera, a possibilidade da sublevação e quebra da ordem e estruturas estabelecidas que esses marginalizados poderiam causar, associadas ao socialismo que como vimos já era percebido enquanto ameaça, às movimentações dos trabalhadores pensando a ideia que suas articulações trabalhistas e sindicais deveriam ser consideradas perigosas.

O jornal não contava apenas com esse tipo de coluna ensaística, também se ocupava com notícias da cidade, tendo uma curadoria editorial bem parecida com a imprensa “tradicional”. Em uma coluna fixa, denominada A semana, como o próprio nome sugere, trazia um resumo de pautas importantes que ocorriam no município entre um número e o próximo. Em uma dessas, o redator se ocupou principalmente de um assunto, que de acordo com a sua opinião reclamava medidas enérgicas da polícia e das demais instituições: a jogatina. Esta estaria flagelando grande parte da população fossem homens, mulheres, velhos ou crianças, tomado dos estabelecimentos sérios braços necessários ao trabalho, entretanto a polícia fechava os olhos diante dessa “miséria”. Na mesma edição, outra coluna do padre Júlio Maria discorria sobre o que seriam Os Inimigos do Pobre, ele discorre sobre a enfermidade principal do século, que é a preponderância dos interesses materiais em detrimento da moral, e um dos principais inimigos do pobre, que atingia os homens de bom coração, entretanto, com uma educação incompleta e valores deturpados, era a avareza. Porém, acrescentava que na sociedade em que viviam o pobre se deparava com “maiores e mais terríveis inimigos”, ocultos em boas intenções, são eles o jogo, o luxo e a gula.

Muito provavelmente colunas distintas tocando no mesmo problema na mesma edição não é um fato arbitrário, e sim uma escolha. Percebe-se que esses “inimigos”, não se aplicam somente em prejudicar o pobre, embora estes sejam os mais prejudicados. Estes são acometidos duas vezes, primeiro por se entregarem a esse vício nefasto ao invés de se aplicarem o trabalho, e segundo pela forma como isso afeta a solidariedade e a caridade dos homens que ao se entregarem a esses inimigos deixam de contribuir com a esmola. Dessa forma, observamos que determinadas práticas consideradas perniciosas eram desestimuladas não só entre os grupos marginalizados como também se estendia para toda a sociedade. Há um desejo evidente de normalizar os corpos e condutas de uma maneira geral, descartar aquilo que não condizia com a figura do sujeito – sobretudo do trabalhador – moralmente correto, higienizado, cristão,

de bem. Afinal não só as cidades e as pessoas deveriam ser esteticamente asseadas, mas também a sua moral, como atesta a própria medicina higienista nesse momento (COSTA, 1999).

São poucas as edições disponíveis, mas a partir desses números podemos observar que no discurso veiculado por esse periódico há uma preocupação em ocupar esses pobres, de fazer com que estes se entreguem ao trabalho, acrescentando um sinal positivo nessa nova ideologia do trabalho. Além disso, essa postura não se concentra apenas no editorial d'O Pobre, mas em outras instituições, como o Asilo de Mendigos, fundado em 1895 por iniciativa do padre João Emílio, que como afirmou ao rebater as críticas ao empreendimento, o local se destinava não só a abrigar esses mendigos, mas também a dar-lhes trabalho, respeitando seus limites físicos. Se olharmos as metáforas entre o pobre e a figura de Jesus, pensando que a figura desse Cristo que permeia o discurso do jornal é aquele mundano, o carpinteiro, que não se revolta com essa condição, ao contrário, a acolhe, evidencia essa tentativa de alinhar o discurso religioso, cristão, ao homem/trabalhador de bem, moralmente correto, livre de vícios. Essa posição não é arbitrária, e mesmo supondo que essa seja uma posição geral da Igreja Católica, perceber que esse discurso é veiculado justamente por uma associação caritativa que tem como fundador e principal benemérito a figura de Batista de Oliveira, esse que é um dos nomes centrais associados ao comércio e empreendedorismo na cidade, e mais tarde dará o nome a uma das principais ruas da região central, em que o nome anterior coincidentemente ou não é Rua do Commercio, demonstra que há um consórcio de valores entre esse setor comercial e igreja, ou a apropriação de um discurso em benefício de um grupo seletivo de indivíduos no plano local.

Essa tendência de sacralizar a pobreza, mais evidente no posicionamento do periódico, mas presente nesse movimento caritativo da cidade pode ser explicado pela origem dessas agremiações, que são majoritariamente cristãs, mas não deve ser a única interpretação. Como pudemos perceber existiu um movimento de apropriação e alinhamento desse discurso religioso por esses grupos empresariais, seja fundiário ou comercial/industrial. Como foi apontado, o uso desse discurso por parte das elites revela uma tentativa em positivar essa ideologia do trabalho que vinha se consolidando e como uma forma de civilizar e docilizar esses trabalhadores, e em certos momentos, se estendia aos demais grupos do tecido social, como vimos na questão da jogatina, e, ao mesmo tempo, transmitir uma imagem positiva do trabalho.

Esse mutualismo entre a igreja e a elite empresarial também nos faz pensar em um antagonismo com outro setor: os movimentos trabalhistas e sindicais da cidade. No fim do século XIX vereadores na câmara municipal já se referiam aos proletários urbanos como articulados e perigosos, e a partir de 1900 começam a surgir no Brasil as primeiras movimentações de organização do proletariado, as Ligas Operárias, a formação do movimento sindical, com certa influência das ideias socialistas e anarquistas, que chegavam muitas vezes em função dos imigrantes europeus que já tinham um contato prévio com essas ideias nos seus países de origem. Quando o

padre Júlio Maria afirma que levantar o pobre contra o rico é socialismo, vemos que nesse momento já existia uma conotação negativa em torno dessas ideias, talvez em razão de uma percepção radical e subversiva com que essas ideologias eram interpretadas pelas classes dominantes.

Se existia uma tradição que atravessou séculos, em que setores religiosos são em certa medida responsáveis pelo cuidado com os pobres, e teve um papel importante nas obras de caridade não só nesse recorte local, mas atua ainda hoje por várias regiões do globo, esses movimentos sindicais e suas mutuais por outro lado visam e exigem melhores condições de vida e de trabalho, proporcionam assistência aos “seus” (VISCARDI, 2004), mas atuavam fora e em desacordo das vias estabelecidas, causando incômodo, preocupação e medo nesses setores dominantes, fossem dos governos, patrões ou da própria igreja. Se grupos de empregadores sustentavam o discurso religioso como uma forma de enaltecer e justificar essa ideologia do trabalho, e esperavam trabalhadores domesticados e resignados com as condições que lhes eram oferecidas, e mesmo uma turba pobre e marginalizada que sobrevivia com o auxílio de obras de caridade e acreditavam que a melhor saída possível dessa condição fosse o trabalho, no outro lado os movimentos trabalhistas sustentados por essas ideologias exigiam novas e melhores condições, não se contentavam com o que era oferecido, e acabavam se tornando inimigos públicos da nação. Esse processo também era visto como inconveniente aos olhos da igreja, pois seus dogmas em certa medida deixavam de fazer sentido em muitos momentos para esses trabalhadores, mesmo que esses permanecessem fieis a sua religião, esta já não cabia na totalidade da vida e do cotidiano desses indivíduos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos em torno da caridade em Juiz de Fora movimentaram, em alguma medida, muitas, senão todas as categorias sociais: as camadas empobrecidas, o poder público, os cidadãos “comuns”, cidadãos “ilustres”, imprensa, igreja, enfim, um tecido social emaranhado a partir dessas questões acerca da filantropia. A municipalidade teve uma participação pouco ativa em termos de assistência, subsidiava em parte a Santa Casa de Misericórdia e arcava com pagamentos extras a médicos e farmacêuticos pelo tratamento de doentes e medicações necessárias; no entanto, se fez bastante presente através das instituições policiais e dos aparatos jurídico e legislativo que intentam coibir e eliminar do espaço urbano esses miseráveis. A imprensa cumpria um papel interessante tanto de denúncia do péssimo estado em que se encontravam muitos desses sujeitos, e servia como um meio que parte desse grupo possuía de ter alguma voz e buscar ajuda, e ao mesmo tempo expunha a moral “depravada” e o desprezo pela norma e pelas leis dos supostos vagabundos. Além de mostrar como não há uma racionalidade explícita e única nesse veículo, evidencia como esses marginalizados eram um contingente profundamente heterogêneo sem delimitações

precisas. O destaque no trato e cuidado com a mendicância são das associações caritativas, predominantemente de cunho religioso, e através dessas agremiações se articularam os grandes benfeiteiros da cidade, demonstrando um protagonismo desse grupo não só no campo econômico, como também sócio-político.

Quanto aos pobres, estes eram evidentemente um grande incômodo em termos práticos e simbólicos, adoecendo o projeto de cidade moderna e civilizada que buscavam construir, como uma mazela social contagiosa. Criminalizados por suas formas de vida, culpabilizados pelas doenças que os atingiam e pela estrutura de um sistema que não os absorvia, existia uma clara tentativa de eliminá-los, se não completamente, pelo menos das vistas, do centro da cidade, como uma sujeira que se varre pra debaixo do tapete.

REFERÊNCIAS

Hemeroteca Digital Brasileira, “**O Pharol**”, 21 de Janeiro de 1890.

Hemeroteca Digital Brasileira. “**O Pharol**”, 24 de Abril de 1915.

Arquivo Público Mineiro. “**O Pobre**”, 25 de Dezembro de 1899.

Arquivo Público Mineiro. “**O Pobre**”, 8 de Janeiro de 1900.

BERMAN, Marshall. “**Tudo que é sólido desmancha no ar**”. Trad. De Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. “**Ordem médica e norma familiar**”. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEREMEK, Bronislaw. “**A piedade e a força: a história da miséria e da caridade na Europa**”. Trad. De Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GOFFMAN, Erving. “**Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**”. Trad. De Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LANA, Vanessa. “**Uma associação ciantífica no “interior das Gerais”**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889-1908)”. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). 2006. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

MIRANDA, Sonia Regina. “**Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**”. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SCHMITT, Jean-Claude. “**A história dos marginais**”. In: LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques; CHARTIER, Roger (orgs.) “**A História Nova**”. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

VISCARDI, Cláudia. “**Mutualismo e Filantropia**”. In: Revista Locus, v. 10, nº 1. Juiz de Fora: 2004.

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

Data de aceite: 05/12/2019

Colonial; Ordem de São Francisco (OFM); missão; colonização; indígenas.¹

Peter Johann Mainka

Julius-Maximilians-Universität Würzburg (JMUW)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: A Ordem de São Francisco, com a sua experiência e metodologia missionária, contribuiu com a Companhia de Jesus com as suas atividades espirituais para o projeto conjunto de expandir tanto a Fé Católica como o Império Português no Brasil Colonial. A partir das primeiras etapas da missão franciscana (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Pará), após a instalação da Ordem no Brasil, analisam-se as contribuições dos franciscanos no processo da expansão territorial e da colonização. Em serviço da Fé Católica e da Coroa, os franciscanos atuaram, em parte ao lado dos colonos e autoridades governamentais, em parte ao lado dos indígenas explorados pelos portugueses, como um dos agentes do projeto colonizador, ou seja, da conquista territorial e espiritual do Brasil por meio da espada e da cruz.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil

THE FRANCISCANS AND THE NATIVE PEOPLES IN COLONIAL BRAZIL – FOR THE FAITH AND FOR THE CROWN

ABSTRACT: The Franciscan Order with its experience and missionary methodology contributes, like the Jesuit Order, with its spiritual activities, to the joint project of dilating the Catholic faith as well as the Portuguese Empire in the Colonial Brazil. From the first stages of the Franciscan mission (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão and Pará) after the installation of the Order in Brazil, the Franciscans' contributions to the process of territorial expansion and colonization are analyzed. Serving the Catholic faith and the Portuguese Crown, the Franciscans acted as one of the agents of the colonization project, that is the territorial and spiritual conquest of Brazil through the sword and the cross. In parts, they operated beside the colonists and governmental authorities, but also besides the native people exploited by the Portuguese.

KEYWORDS: History of Colonial Brazil; Order of Saint Francis (OFM); missionary; colonization; native peoples.

¹ Esse texto é uma versão ampliada do artigo, intitulado “A serviço da Fé e da Coroa – missão, domesticação e colonização: os franciscanos e os gentios (1585-1619)”, publicado na Revista Teoria e Prática da Educação. Vol. Vol. 20/1, p. 5-22 (Maringá, jan/abril 2017). Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/issue/view/1562/showToc>. Acesso em: 25.09.2019.

CRUZ E ESPADA

A divulgação da Palavra de Deus, assim como a missão e conversão dos pagãos, foram motivos fundamentais em todo o processo de expansão europeia a partir do início do século XV – além dos outros interesses políticos e econômicos envolvidos. A conquista de terras conhecidas e/ou incógnitas realizou-se também sob o lema de cristianização e evangelização. As intenções e promessas feitas por D. Henrique o Navegador (1397-1460), como, mais tarde, pelos reis portugueses e espanhóis, de providenciar a conversão dos gentios, foram essenciais para legitimar a presença ibérica, especialmente nas terras do Novo Mundo americano. O título de posse destes territórios recém-descobertos dependeu, como consta em várias Bulas Papais, outorgadas entre 1452 e 1493, da atuação missionária em relação aos gentios, ou àqueles que pareceram “sem fé, sem lei e sem religião”. Nessas Bulas sempre houve uma relação estreita entre conquista e missão, entre espada e cruz.

Sob a perspectiva de divulgação da fé católica, o Papado apoiou, desde o início, a expansão marítima e as ambições coloniais dos reinos ibéricos, concedendo aos monarcas ibéricos, que assumiu os antigos direitos de D. Henrique e da Ordem de Cristo, o padroado régio sobre as regiões recém-descobertas e a serem conquistadas (Mainka, 2012, p. 29-41). As Coroas, incumbidas de missão e evangelização, receberam, em contrapartida, competências notáveis sobre as igrejas nascentes nas Américas; entre outras, a de exercer a jurisdição espiritual, de criar novas dioceses, de apresentar candidatos para os cargos de bispos e de cobrar os dízimos da igreja no Ultramar (Aymoré, 2009, p. 72s.). A missão dos indígenas, confiada pela Coroa no “Portuguese Seaborne Empire” (Boxer, 1969) às diversas Ordens religiosas, no caso do Brasil, especialmente à Companhia de Jesus (a partir de 1549) e à ordem de São Francisco (a partir de 1585), era, assim, de interesse fundamental do Estado. Consequentemente, a Coroa portuguesa assumiu a proteção e financiamento das missões, escolhendo e enviando tanto as ordens religiosas como os missionários (Kiemen, 1948, p. 139).

A Coroa portuguesa na metrópole colocou as condições gerais da política no seu Império. Como autoridade secular e – por meio do Padroado régio – eclesiástica, o monarca promulgou as leis e regras para todas as áreas da vida nos territórios pertencentes ao Império Português, ainda mais a partir de meados do século XVI, quando o reinado central em Lisboa pretendeu o poder exclusivo e absoluto na organização política e administrativa, socioeconômica, cultural e religiosa do Brasil Colonial. Esta ambição da Coroa manifestou-se pelo envio do Govenador-geral, em 1549.

As competências formadoras do governo monárquico em Lisboa estenderam-se também aos indígenas brasílicos – os novos súditos da Coroa e objetos de missão por várias ordens religiosas. A união de espada e cruz, de conquista territorial e

conquista espiritual refletiu-se também nas instruções para o primeiro Governador-geral. Enquanto a maioria dos 48 parágrafos do Regimento de Tomé de Sousa (1503-1579, Governador-geral entre 1549-1553), outorgado no dia 17 de dezembro de 1548 (Regimento, 1999 e Mainka, 2012, p. 71-81), referem-se a questões da segurança e da defesa da costa brasileira contra invasões estrangeiras, da regulamentação de sesmarias, da economia ou do estabelecimento da futura capital Salvador, sete parágrafos trataram, diretamente, dos indígenas. Onde fosse possível, o Governador-geral deveria estabelecer relações pacíficas com os gentios; onde não fosse possível, ele foi autorizado combatê-los e puni-los. No parágrafo 24, ele foi lembrado, *expressis verbis*,

à principal cousa que me [o rei] moveo ... pera que a jemte dela se convertese a nosa samta fee catolica vos emcomendo muito que pratiques com os ditos captaes e oficiaes a melhor maneira que pera iso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes aguardecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem christãos e pera eles mais folguarem de ho ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçõe sempre e não consimtão que lhes ja [sic] feito opresão nem agravo allgu e fazendo se lhe lho façõe coreger e emmemdar de maneira que fiquem satisfeitos [sic] e as pessoas que lhos fizerem sejão castuguados como for justiça (Regimento, 1999, p. 20).

Informado de que entradas ilícitas, não-autorizadas, foram realizadas por “pessoas navios e caravelões”, a fim de saltear, raptar e escravizar indígenas pacíficos, provocando, assim, estes nativos a se levantarem e agredirem os colonos cristãos, o monarca português, D. João III (1502-1557, rei a partir de 1521), exortou o Governador-geral a interditar estes saques ilícitos. Se pessoas infringem essas prescrições, “encorrerão em pena de morte natural e perdimento de toda sua fazenda a metade pera a remdição do [sic] cattivos e a outra metade pera quem o acusar” (todas as citações, in: Regimento, 1999, p. 21). No futuro, o Governador-geral e os capitães das Capitanias não deveriam dar licenças, exceto em tempos convenientes ou a pessoas confiáveis. Nativos que se haviam convertido deveriam sair dos povoamentos indígenas e morar

“juntos perto das povoações das ditas capitanias pera que conversem com os christãos e não com os gentios e posam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nosa samta fee e aos meninos porque nelles emprimiram melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se façõe christãos e que sejão imsinandos e tirados da converçāo dos gentios e aos captaes das outras capitanias direis de minha parte que lhe aguardesereis muito ter cada hu cuidado de asi o fazer em sua capitania e os meninos estarão na povoação dos portugueses e em seu ensino folguaria de se ter a maneira que vos dixe” (Regimento, 1999, p. 26).

O Regimento do novo Governo-geral representou, de certa forma, o programa de governo, delineado pela Coroa portuguesa, que assumiu, naquele momento histórico, toda a responsabilidade pelo Estado do Brasil nascente. Competia ao novo Governador-geral, estando no topo do sistema administrativo civil-militar, também regulamentar as

relações com os indígenas. A Coroa corroborou a sua intenção principal de providenciar a conversão dos gentios, recomendando a catequização dos meninos e jovens e a vida conjunta dos nativos recém-convertidos e dos colonos cristãos. Enquanto as relações pacíficas com os indígenas foram acentuadas, entradas ilícitas a fim de escravizá-los foram com ênfase condenadas. Neste “Regimento”, encontram-se também as condições gerais da atuação missionária das ordens religiosas e dos religiosos catquizadores, inclusive as especificações e diretivas concretas da conversão dos gentios no Brasil Colonial.

MODELOS DE MISSÃO FRANCISCANA

A conversão dos gentios, de forma sistemática e organizada, iniciou-se em 1549, quando Tomé de Sousa chegou ao Brasil, acompanhado por seis jesuítas sob a direção do padre Manuel da Nóbrega (1517-1570). A Coroa portuguesa, que havia se contentado, até este momento, com um papel predominantemente passivo, concedendo às forças feudais uma certa liberdade de ação, começou, a partir daí, a assumir o controle direto sobre as terras brasílicas (Puntoni, 2013, p. 20s.), supervisionando os donatários, instituídos em 1534. Porém, podemos registrar atividades missionárias isoladas no Brasil, já antes de 1549. De certa forma, a missão no Brasil começou com a frota de Pedro Álvares Cabral (1467?-1520), integrada também por um grupo de oito franciscanos sob a direção do frei Henrique de Coimbra (1465-1532), que celebrou as primeiras missas no Brasil (Carta de Pêro Vaz de Caminha de 1500, 1999, p. 104s. e 117s.).

A partir daí até a chegada da Companhia de Jesus (1549) e a fundação do primeiro Convento franciscano em Olinda (1585), vários grupos de missionários franciscanos atuaram, de modo isolado e pontual, no Brasil, sem conseguir, porém, dar ao seu trabalho catequético um caráter contínuo e sistemático (Vat, 1948). Em comparação com a Companhia de Jesus, recém-fundada (1534) e autorizada pelo papa (1540), que houve de desenvolver, quase do ponto zero, próprios métodos e próprias estratégias para todos os campos de atuação, os franciscanos dispuseram de uma longa tradição – também na área de missão e evangelização.

Fundada em 1209, em plena Idade Média, a Ordem Franciscana, dividida durante os primeiros séculos da sua existência em vários ramos (Magalhães, 2016), havia feito primeiras experiências práticas de missão no decorrer da reconquista da Península Ibérica, iniciada no século VIII. Em Ceuta no Marrocos, em 1415, alvo da primeira expedição expansionista de Portugal, reorganizado sob a nova dinastia dos Avis, os frades menores se estabeleceram antes de 1420. Participando nas navegações dos portugueses ao longo da costa ocidental da África, os franciscanos fundaram casas nas Ilhas do Cabo Verde e no Guiné. Na missão africana de Congo (Thornton, 2001), atuaram a partir do fim do século XV também religiosos franciscanos – além dos Cônegos agostianos de Santo Elói ou dos Cônegos de São João Evangelista (Azuis).

Os religiosos mendicantes conseguiram a conversão das elites do Império do Congo. Os seus filhos e membros foram levados para Portugal a serem formados e instruídos, completamente, na fé católica. Em 1506, assumiu o governo Nzinga Mbemba (1456-1542/43) como rei Afonso I do Congo, o primeiro rei cristão; o seu filho Henrique foi ordenado sacerdote e nomeado, em 1518, bispo de Útica, coordenando a missão do Congo até 1536. Na segunda metade do século XVI, a parceria entre Portugal e o Congo quebrou, quando a procura de escravos negros aumentou enormemente e o tráfico negreiro não se importava mais com a ordem política estabelecida e questões de missão (Aymoré, 2009, p. 19s.).

Após experiências remotas de missão em regiões asiáticas, feitas por missionários franciscanos viajantes nos séculos XIII e XIV na Mongólia e na China (Kleine, 2011), os franciscanos iniciaram a sua atuação missionária na Índia – em contexto com a expansão marítima portuguesa – entre 1500 e 1517 de modo individual e isolado, sem dispor de uma casa central (Faria, 2015, p. 112s.). Um Comissariado da Ordem Franciscana foi fundado somente em 1517, pouco tempo após a chegada dos portugueses. Os franciscanos, atuantes no Oriente, provieram das províncias franciscanas, que aderiram às reformas da Observância: foram as Províncias de Portugal (Regular Observância), como da Piedade e da Árrabida (mais Estreita Observância). Acrescentaram-se frades e irmãos recrutados no Oriente, mesmo que eles fossem nascidos em Portugal (Faria, 2014, p. 454). Em 1518, houve por volta de 20 frades. Devido ao crescimento do número dos religiosos, o Comissariado foi elevado, em 1542, para uma Custódia, subordinada ainda à Província de Portugal, aberta, porém, também para os franciscanos das Províncias da Piedade e da Arrábida (Faria, 2015, p. 112s.). Mais tarde, houve duas províncias franciscanas independentes na Índia, cada uma delas com a sua sede central em Goa: a Província de São Tomé da Índia Oriental (da Regular Observância), fundada em 1583, realizada, porém, somente em 1619, devido a resistência considerável da Província-mãe de Portugal; e a Província de Madre de Deus (da mais Estreita Observância), estabelecida em 1622 e realizada, de fato, em 1629 (Faria, 2008, p. 164-176). Em 1635, por volta de 600 franciscanos trabalharam nas duas províncias da Índia, abrangendo as regiões de Ceilão (Sri Lanka), Macau, Malaca, Birmânia, Tailândia e Indonésia – o maior número de franciscanos naquele momento.

Nas primeiras décadas da atuação evangelizadora na Índia, os franciscanos seguiram o mesmo modelo de conversão aplicado na África: eles se aproximaram aos reinantes e às elites nativas, esperando que o batismo deste grupo social privilegiado abriria o caminho para a conversão geral da população. Finalmente, eles conseguiram no Ceilão batizar alguns “reis locais e .. príncipes (instruídos em colégios franciscanos)” (Faria, 2014, p. 462), como o rei de Tangor, um soberano local do Malabar – o último, porém, somente após um processo longo de catequese e de negociação (política) e somente de modo secreto (Faria, 2014, p. 456-462).

Quanto às experiências missionárias da Ordem do São Francisco, podemos

adicionar mais um exemplo, sendo, quanto ao tempo, paralelo à atuação na Índia e anterior do projeto evangelizador no Brasil, a saber, o exemplo de México na América Espanhola, apresentando a mesma estratégia de conversão que no Congo (Aymoré, 2009, p. 18s.) e na Índia. No México, a Coroa de Castela confiou a catequese dos gentios nas recém-conquistadas terras sobretudo às ordens mendicantes (franciscanos, dominicanos e agostinianos). Influenciados pelo movimento religioso medieval da Devotio moderna, estes missionários, entre eles sobretudo os franciscanos, tiveram a evangelização profunda e sólida como objetivo. O requisito principal, para alcançar este objetivo, foi o domínio das respectivas línguas dos indígenas; assim os missionários começaram, desde o início, aprender as línguas autóctonas como, por exemplo, o Nauhatl. O México se tornou, quanto aos métodos e às estratégias missionárias “o campo pioneiro e de experiência da missão cristã no continente americano” (Aymoré, 2009, p. 18). Enquanto os dominicanos defenderam a separação dos seus educandos dos colonos europeus e os agostianos fundaram “pueblos hospitalares” como comunidades de base e igualitárias, as atividades missionárias dos franciscanos foram dirigidas, como no Congo e na Índia, às elites, objetivando a uma aproximação das culturas nativa e europeu-cristã, uma para outra, e a uma mestiçagem cultural, com base de uma sociedade feudal e hierárquica, reconhecendo a posição privilegiada das elites nativas e valorizando a sua cultura e língua (Melo / Gomes, 2012 e Bordin, 2013, p. 104-115).² Fernando Amado Aymoré chega a seguinte conclusão:

“A tentativa ampla das ordens mendicantes no México de transformar a nova cultura de mestiçagem nascente, de modo cristão, de traduzir as vidas das culturas pré-espanholas para o novo tempo e de registrar estas em obras de ilustrações e etno-históricas, precede a outra missão cristã na América e poderia ser considerada, com toda a razão, como o seu precursor metodológico” (Aymoré, 2009, p. 18s.).

Houve, portanto, uma longa tradição missionária da Ordem de São Francisco na Europa, África, Ásia e América, à qual os franciscanos puderam recorrer quando iniciaram a conversão do gentio no Brasil Colonial.

A SERVIÇO DA SANTA FÉ CATÓLICA E D' EL REY – MISSIONAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1. Os franciscanos no Brasil Colonial – os primórdios

A Ordem de São Francisco começou a se instalar no Brasil Colonial de forma estruturada e sustentável somente a partir de 1584/1585, ou seja, no período da União Ibérica (1580-1640).³ No início da União também outras ordens religiosas chegaram

2 A esse processo de mestiçagem e aculturação no México dedicou o historiador francês Serge Gruzinski o seu estudo valioso “O pensamento mestiço”, destacando o papel importante dos franciscanos nele (Gruzinski, 2001).

3 O fato de que o estabelecimento da Ordem Franciscana no Brasil Colônia, de modo sistemático e douradouro, tenha-se realizado somente sob o reinado de Felipe II (1527-1598) da dinastia dos Habsburgos espanhóis, chama atenção. Os últimos monarcas da dinastia portuguesa dos Avis (1385-1580)

ao Brasil, objetivando seja “colonizar” os próprios colonos, seja transplantar a “pátria” e as suas instituições familiares para o Ultramar ou providenciar a melhor integração dos gentios à sociedade, à economia e à religião da colônia (Tavares, 2007, p. 40-42): em 1580, os carmelitas, enviados já antes da União Ibérica pelo Cardeal-Rei D. Henrique (1512-1580, rei a partir de 1578) (Honor, 2014), e, em 1582, os beneditinos (Tavares, 2007).

A iniciativa para chamar os franciscanos ao Brasil proveio de Jorge de Albuquerque Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco e Governador. Numa carta ao rei, ele solicitou a vinda dos franciscanos para Pernambuco, após um primeiro pedido à Província de Santo Antônio de Portugal (Amorim, 2005, p. 53-66) não ter surtido resultado. Em presença do Ministro-geral Francisco Gonzaga, informado pelo D. Felipe II/I da Espanha e de Portugal sobre a solicitação, o Capítulo Provincial tomou, em março (13) de 1584, a decisão de iniciar um estabelecimento firme da ordem no Brasil. Um grupo de oito franciscanos da Província reformada de Santo Antônio de Portugal, sob a direção do frei Melquior de Santa Catarina (1546?-1615/1618?), foi enviado ao Ultramar⁴, chegando em abril (12) de 1585 em Olinda /PE. Frei Melquior de Santa Catarina foi nomeado o primeiro Custódio da nova Custódia de Santo Antônio do Brasil, com sede em Olinda (Vila de Marim). Somente com a publicação da Bula Papal *Piis fidelium vitis*, em novembro (27) de 1586, a nova Custódia foi reconhecida, oficialmente, *ex post*. Com esta Custódia, iniciou-se a institucionalização estrutural da Ordem de São Francisco no Brasil.

Após a chegada em Olinda, os frades moraram, primeiramente, em casas de colonos perto do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, estabelecendo um Oratório provisório para a sua vida comum, ante que a D. Maria da Rosa, membra da Ordem Terceira regular em Olinda, entregou aos franciscanos uma casa e uma igreja, que se tornaram o seu primeiro Recolhimento permanente nas terras brasílicas, chamado “Recolhimento da Nossa Senhora das Neves” (Miranda, 1969, p. 77s.). No início, os padres cuidaram dos enfermos no Hospital e deram assistência pastoral sobretudo aos colonos, cujos comportamentos nem sempre correspondiam aos ideais de uma vida cristã e moral. Contra a resistência dos colonos, logo, a partir de outubro de 1585 (Willeke, 1958, p. 130), eles se dedicaram também à catequese dos povos indígenas na vizinhança. Foram as duas áreas de trabalho principais e às vezes conflitantes, nas quais os franciscanos atuaram, principalmente, no futuro e as quais se ampliaram rapidamente.

preferiram, obviamente, quanto à missão “oficial” no Brasil, os padres da Companhia de Jesus, mandados ao Brasil em 1549 com o primeiro Governador-geral. A serviço da coroa portuguesa, os jesuítas colaboraram, estreitamente, com o Governo-geral. Quais foram as razões para a atuação atrasada dos franciscanos no Brasil? Houve uma divisão do trabalho missionário propositada? Enquanto os franciscanos atuaram na Índia, aos jesuítas foi confiado o Brasil? Foram os recursos humanos dos franciscanos, engajados na África e na Índia, simplesmente exaustos? Ou havia reservas da Coroa portuguesa em relação aos franciscanos?

4 Os nomes dos outros sete religiosos foram: Fr. Francisco de São Boaventura, Fr. Francisco dos Santos, Fr. Afonso de Santa Maria, Fr. Manuel da Cruz, Fr. Antônio dos Martyres, Fr. Antônio da Ilha e Fr. Francisco da Cruz.

Os franciscanos montaram, logo após a sua chegada, uma Escola, ou seja, um Seminário, para os filhos dos indígenas. Neste Seminário (Internato), inaugurado no ano de 1596, os alunos foram instruídos nas disciplinas básicas (leitura, escrita, cálculo); no centro do ensino esteve, porém, a doutrina e catequese. No mesmo ano, os franciscanos abriram também, no Convento de Olinda, um Curso de Artes, sob a direção (até 1602/1607) do frei Braz de São Jerônimo († 1633) – o primeiro Curso de Filosofia na Custódia e no Brasil. Enquanto as áreas de atuação estavam crescendo sempre mais, houve uma certa falta de religiosos preparados para as diversas atividades da ordem, seja na conversão do gentio, seja na assistência pastoral dos portugueses (Miranda, 1969, p. 216s.). Nestas condições, o novo Curso, “creava novos cultivadores para supplemento desses poucos, que havia na Custodia” (Jaboatão II, 1, 1858, p. 225).

Os franciscanos foram ansiosos, desde o início, sair “á pregação, e doutrina dos Indios” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 146); podemos destacar, neste sentido, o frei Francisco de São Boaventura (1525?-1605), que havia renunciado ao cargo do primeiro Prelado da Casa de Olinda, preferindo atuar na conversão do gentio (Miranda, 1969, p. 80s. e 101s.). A missão franciscana nos arredores de Olinda continuou até 1619 (Willeke, 1957, p. 260).

Neste primeiro estabelecimento em Olinda podemos observar os elementos essenciais e constitutivos para a ação espiritual e missionária dos religiosos da Ordem de São Francisco: uma Casa ou um Recolhimento para morar e se retirar, uma Igreja como centro espiritual, um Hosício ou Hospital para cuidar e acompanhar os enfermos, doentes e moribundos, núcleos de ensino, uns direcionados para fora, oferecendo para a comunidade externa educação e instrução, seja básica, intelectual ou profissional, e atraindo jovens, outros para dentro, a fim de formar a nova geração de religiosos e, desde o início, aldeias ou missões nas redondezas dos conventos – além das instalações necessárias para o próprio sustento e a vida cotidiana. Um Convento franciscano engloba – em parte, de forma completa ou em níveis diferenciados – estas unidades básicas. Ao primeiro Convento franciscano no Brasil seguiram-se, logo, outros: em 1587, o Convento de São Francisco em Salvador da Bahia e em 1588 o Convento de Santo Antônio em Igaraçú, localizado por volta de 25 km no litoral norte de Olinda.

Enquanto existem poucas informações sobre atividades missionárias nos arredores do Convento de São Francisco em Salvador da Bahia (Willeke, 1957, p. 252s.; Jaboatão, II, 1, 1858, p. 58), podemos comprovar a atuação missionária em Igaraçú (Igarassu), desde o início. A pedido da Câmara e dos moradores da Freguesia de São Cosme e São Damião de Igaraçú, frei Melquior de Santa Catarina, recém-voltado de uma viagem a Bahia, e frei Antônio de Campo Maior (†1601), recém-chegado de Portugal, visitaram, em 1588, a pequena vila, para verificar as condições oferecidas de fundar uma Casa franciscana. Eles aceitaram a oferta e assim foram tomados os primeiros passos para a fundação de um estabelecimento franciscano,

núcleo do terceiro Convento franciscano no Brasil. “Tudo concluido com toda a brevidade”, como o cronista frei Antônio de Santa Maria Jaboatão anota, o Custódio “deixou, em 1588, nella como primeiro Prelado, e seu Fundador ao P. Fr. Antonio de Campomayor” (Jaboatão, II, 2, 1858, p. 300s.). No mesmo ano foram fundadas três aldeias missionárias, a saber Itapissuma, Itamaracá e Porto de Pedras, nos arredores de Igarassú. Tratavam-se, obviamente, das primeiras instalações permanentes para a conversão do gentio nesta região, embora os jesuítas houvessem atuado lá a partir de 1556. Às três missões em Pernambuco acrescentaram-se mais três: 1. Goiana ou Siri, cujos moradores haviam pedido ao frei Melquior, quando voltou da Paraíba, em 1590, missionários para uma tribo na margem do Rio Capibaribe, que ameaçava a colônia dos brancos. A partir de 1590, atuaram franciscanos em Goiana, catequizando e pacificando os gentios. Sob a direção do frei Afonso de Santa Maria foram construídas uma igreja, consagrada ao São Miguel Arcanjo, uma Residência franciscana e uma Escola (Willeke, 1957, p. 262). 2. Trinchaém, onde o estabelecimento dos franciscanos, consagrado ao Santo Antônio, realizou-se segundo o mesmo modelo; e 3. São Miguel de Una, em 1593 (Willeke, 1957, p. 261-267).

O quarto estabelecimento conventual realizou-se na Paraíba, onde os franciscanos iniciaram, a partir de 1588/89, as suas atividades espirituais, “para morarem em a Cidade com os brancos, como tambem (!) para doutrinarem os Indios e os instruirem em a Santa Fé” (Jaboatão, II, 2, 1858, p. 56). Os pedidos dos colonos e da Câmara foram motivados pelo interesse de aproveitar-se dos franciscanos nas lutas contra as tribos indígenas hostis, pela esperança de repercussões pacificadoras e pela sua ação espiritual sobre os indígenas. De fato, a atuação missionária dos franciscanos em Pernambuco havia surtido efeitos e, em seguida, os conflitos dos colonos portugueses com os indígenas haviam diminuído. Este resultado baixou a resistência inicial dos moradores de Olinda contra a catequese dos nativos e incentivou também outras Capitanias a convidar os franciscanos para estabelecer novos conventos, como foi o caso na Capitania da Paraíba (Lima, 2011), envolvida, naquele momento histórico, em várias lutas contra os franceses e a tribo dos Potiguaras, percebidos como perigosos, agressivos e ameaçadores.

Os habitantes do povoado de Filipéia da Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa / PB e por volta de 115 km distante da primeira Casa franciscana em Olinda, solicitaram a vinda deles, concomitantemente com a Câmara e o Governador Frutuoso Barbosa (governador entre 1580 e 1586 e entre 1588 e 1591). Filipéia foi fundada pelo Capitão-mor João Tavares, sendo de Olinda e com uma relação estreita com a Ordem de São Francisco, como podemos observar na escolha da padroeira de Filipéia, a Nossa Senhora das Neves, que correspondeu ao nome do primeiro Convento franciscano no Brasil em Olinda.

Os motivos do convite aos franciscanos foram, além dos meros religiosos, também e talvez sobretudo, as expectativas de que os religiosos conseguissem pacificar as tribos bélicas. A “domesticação” e a civilização dos gentios foram consideradas

pressupostos imprescindíveis para a abertura e exploração das redondezas da Vila de Paraíba, para a sua colonização e para a plantação e a agricultura. A pacificação do gentio pelos religiosos pareceu aos moradores mais viável, mais fácil e, sobretudo, mais barata e económica do que lutas armadas morosas e dispendiosas. Outro motivo foi, evidentemente, um desentendimento entre o Governador e os jesuítas sobre a função de novos aldeamentos; enquanto os inacianos acentuaram exclusivamente a catequização, Frutuoso Barbosa realçou a importância estratégica deles no combate às tribos bravas. Daí resultou, desde o início, uma relação tensa entre as duas ordens religiosas concorrentes (Lima, 2011, p. 128s.).

Correspondendo à solicitação, frei Melquior de Santa Catarina chegou, em 1589, com alguns companheiros, à povoação de Filipéia, reconhecendo, imediatamente, as condições favoráveis para a fundação de um outro Convento: tanto os morados como o Governador foram dispostos a contribuir, financeiramente, para este projeto. No mesmo ano começaram as obras para a construção. A planta foi desenhada pelo frei Francisco dos Santos (Miranda, 1969, p. 80). O prédio, abrangendo doze celas, uma Clausura, Oficinas e um Oratório, foi inaugurado somente no ano seguinte (1590), funcionando a partir daí como o Convento de Santo Antônio da Paraíba; o primeiro Guardião foi frei Antônio do Campo Maior, tornando-se – como no Convento de Igarassú – o primeiro prelado e fundador da Casa da Paraíba. A construção do Convento foi interrompida, por volta de 1599, devido às disputas entre os franciscanos e o Governador Feliciano Coelho de Carvalho. Após a retomada dos trabalhos e um alargamento do plano inicial, em 1602, o Convento foi terminado, provavelmente, em 1606 (Fragoso, 1980, p. 50).

O primeiro núcleo missionário no atual Estado de Alagoas foi a aldeia de Porto de Pedras, localizada por volta de 70 km no Sul de São Miguel de Una. A catequese dos nativos foi confiada ao frei Antônio de Campo Maior, missionário experiente, que havia terminado a sua função de Guardião no Convento de Igarassu (junho de 1594). Os franciscanos deram assistência pastoral também aos indígenas na vizinhança e fundaram os alicerces para a colonização nesta região (Willeke, 1957, p. 267ss.). A série de fundações continuou; foram estabelecidos, em 1591, o Convento de São Francisco em Vitória / ES e, em 1592, foi aceita a escritura de um terreno no Rio de Janeiro, doado aos franciscanos para construir o Convento de Santo Antônio, realizado em 1606 (Mirandas, 1969, p. 78).

2. A serviço da Santa Fé Católica - as missões franciscanas

A conversão do gentio a serviço da Santa Fé Católica e d'El Rey nos tempos da União Ibérica esteve no centro da motivação dos padres e irmãos da Ordem de São Francisco que vieram ao Brasil. O trabalho catequético com os indígenas ‘reduzidos’, que moraram nas aldeias localizadas nos arredores dos primeiros estabelecimentos franciscanos, fez parte integral de toda a atuação espiritual da ordem no Brasil – em

Olinda, Salvador da Bahia, Igarassu e também na Paraíba. Desde o início, os religiosos cuidaram, como se havia esperado deles, das povoações indígenas nas redondezas de Filipéia da Nossa Senhora das Neves.

Aldeias ou missões foram povoações indígenas, estabelecidas, no primeiro período, como foi previsto no Regimento do primeiro Governador-geral, nas redondezas de vilas e povoados de colonos europeus. Os nativos, majoritariamente nômades, foram ‘reduzidos’ do sertão ou da selva para estes aldeamentos, para torná-los sedentários. Este modelo de converter os gentios, teve três vantagens segundo Mathias C. Kiemen: 1. a catequização dos indígenas tornou-se mais fácil; 2. as aldeias forneceram, de modo prático e fácil, mão-de-obra indígena para as plantações e os engenhos de açúcar; e 3. as aldeias garantiram aos nativos uma certa proteção das entradas violentas pelos colonos em busca de ‘escravos da terra’ (Kiemen, 1948, p. 141s.).

No início da Custódia de Santo Antônio do Brasil, os Custódios, especialmente, frei Melquior de Santa Catarina (Custódio de 1585 a 1594) e frei Antônio da Estrela (Custódio de 1602 a 1606), importaram-se com a questão da conversão do gentio – em Olinda e Igarassu, em Pernambuco, Salvador da Bahia e Paraíba. Sobre as aldeias, fundadas sob a direção de frei Melquior, sabemos poucos pormenores; não sabemos o número exato nem das missões, nem dos missionários envolvidos. A falta de informações concretas refere-se, por exemplo, também à primeira fase da missão de São Miguel de Una, localizada no Sul de Pernambuco e fundada, provavelmente, no ano de 1593. Os colonos daquela região foram expostos a ataques permanentes pela tribo dos Caeté. Segundo Manuel da Ilha (?-1637), um dos importantes cronistas da Ordem Franciscana do século XVII, foram quatro franciscanos que fundaram a aldeia, enquanto outras fontes falam somente de dois, a saber, frei Luis de Annunciação, chamado ‘o Santo’, conhecedor excelente das línguas indígenas, e frei João da Assunção (Willeke, 1956, p. 72). Os religiosos não restringiram a catequese só às próprias aldeias, mas evangelizaram também nas redondezas delas – pressuposto também para garantir uma certa paz aos nativos aldeados. Os indígenas de São Miguel de Una construíram uma casa de madeira, em que os religiosos moraram e reuniram o gentio para a catequese, e também uma grande igreja (Frei Manuel da Ilha, 1621, apud Willeke, 1955, p. 13s.). Nesta igreja, encontrava-se um quadro de São Francisco estigmatizado que impressionava muito os indígenas Caeté.

Segue uma lista das primeiras missões franciscanas, feita por frei Venâncio Willeke (Willeke, 1957, p. 300; Miranda, 1969, p. 171; ver também Kiemen, 1948, p. 140; Willeke, 1956, p. 69):

nome	ano da fundação	atual Estado	tribo indígena
Olinda (duas),	1585	PE	Tabajara
Ponte de Pedras	1588	PE	”
Itamaracá	1588	PE	”

Itapissuma	1588	PE	"
Ponta de Pedras	1588	AL	"
Almagra (Tabajaras de A.)	1589	PB	"
Praia	1589	PB	"
Guiragibe (Assento de Pássaro)	1589	PB	"
Joane	1589	PB	"
Mangue	1589	PB	"
Siri (Goiana)	1590	PE	"
Tracunhaém	1590	PE	"
Una	1593	PE	Caeté
Assunção (Ipopoca)	1593	PB	Tabajara
Santo Agostinho	1593	PB	"
Piragibe (Braço de Peixe)	1593	PB	"
Jacoca (Conceição)	1593	PB	"
Porto das Pedras	1597	AL	Caeté
três aldéias anónimas	1603	PB	Potiguara

3. Metodologia franciscana de conversão

A metodologia franciscana de missão, desenvolvida no longo dos séculos da prática missionária, foi aplicada também no Brasil Colonial. As aldeias ou missões foram, em geral, abertas e acessíveis também para pessoas não-indígenas, inclusive pessoas solteiras, cuja entrada foi proibida nas aldeias jesuíticas. O regime de trabalho foi orientado nas capacidades e faculdades dos próprios indígenas, destacando atividades artísticas e ofícios profissionais. Os franciscanos aproveitaram-se, especialmente, das experiências nativas.

Os religiosos iniciaram, frequentemente, o processo de evangelização pelos jovens “como veículos do apostolado ... (e) a ponte de contacto entre as duas culturas” (Miranda, 1969, p. 160). Percebendo que os indígenas gostaram da música e do canto e que canções e cânticos impregnaram toda a vida familiar e cotidiana deles e desempenharam um papel central também nas suas festas e nos ritos tradicionais, os religiosos se aproveitaram desta predileção e incluíram, propositadamente – como também os jesuítas –, música e canto na sua ação missionária. Os franciscanos remeteram, de modo intencional, às melodias conhecidas pelos indígenas, mas proviram-nas com novos textos cristãos, captando assim a atenção dos nativos (Willeke, 1957, p. 295). Os alunos aprenderam instrumentos e canções. “E as harmonias eram aprendidas em língua portuguesa, como também entoadas em língua nativa. E tudo isto era motivo para cativar a simpatia do selvícola, amante e cultivador da música” (Miranda, 1969, p. 102). Além do ensino básico, oferecido nas escolas das aldeias, os religiosos aplicaram muito tempo para a doutrina católica como ao combate aos

ritos e costumes pagãos. Estes jovens serviram como criados no estabelecimento franciscano, como assistentes nos atos litúrgicos e como “abridores de porta” para as suas famílias. Os jovens acompanharam os religiosos, quando visitaram os indígenas vizinhos; às vezes houve também pessoas velhas, como catequistas; os dois principais em Olinda foram Antônio e João (Jaboatão, II, 2, 1858, p. 153).⁵

Um outro ponto de partida na conversão do gentio foram os chefes (caciques) das tribos – estratégia de missão desenvolvida e aplicada na África, na Índia e no México. Os religiosos se dirigiram, diretamente, às autoridades indígenas, respeitando a hierarquia estabelecida, como assinala Maria do Carmo Miranda Tavares (1969, p. 160):

Do aprêço aos velhos principais, da manutenção da autoridade dos caciques e acatamento às designações do chefe, ... indica-se uma orientação, também diversa no que concerne em fazer conservar entre os índios o respeito às autoridades legítimas; e daí a amizade entre caciques, mais velhos, pais, e frades, garantirá à tribo uma vida disciplinada, e tornados êles cristãos, estava então realizado o processo de adaptação e integração total da comunidade numa vida nova, com a ruptura de elementos incompatíveis com a doutrina católica, mas respeitada, utilizada, inovada a tradição indígena.

Da mesma maneira, os missionários aproveitaram-se da veneração dos nativos pelos seus antepassados, “que costumavaõ offertar suas primicias, carregados dos fructos, que colhiaõ das suas labouras” (Jaboatão, I, 2, 1858, p. 151s.), para introduzir a festa católica dos Finados. Outras festas católicas estimadas pelos nativos foram Natal, Domingo de Ramos e toda a Semana Santa. A fundação de Irmandades, por exemplo a Irmandade da Nossa Senhora das Neves em Olinda, serviu aos funerais dos defuntos indígenas (Willeke, 1957, p. 257s.). Festas, ritos e costumes indígenas foram adaptados ao padrão cristão, isto é, a sua forma ou casca foi mantida, enquanto o conteúdo foi alterado e cristianizado.

O modelo franciscano da evangelização surtiu resultados também nas aldeias da Paraíba. Enquanto os adultos declararam, inicialmente, seguir com os seus ritos e costumes tradicionais, os seus filhos foram entregues aos franciscanos para serem doutrinados e instruídos. Nos próximos anos (até 1593), os jovens receberam ensino básico e religioso da seguinte forma, “não se fazendo força, mais que aos moços (brancos), fazendo doutrina publica pela manhã (dito primeiro Missa muito cedo) e á noite”. Através dos filhos, finalmente, também os adultos foram evangelizados, “em fórmula que em menos de seis meses naõ ficava velho, homem, ou mulher, que todos os dias naõ fossem à doutrina” (as citações in: Jaboatão, II, 2, 1858, p. 58).

Com essa estratégia dupla de missão, os franciscanos pretendiam lançar os alicerces firmes para uma fé católica duradoura entre os indígenas. Pedidos de batismo precoce eles não aceitaram. Foi necessário que os índios catecúmenos participassem por até dois anos na catequese e no ensino religioso pelos padres

5 Willeke (1957, p. 258) menciona, erradamente, os nomes António e Francisco.

(Jaboatão, II, 2, 1858, p. 58). Apesar de todo este rigor, aplicado pelos franciscanos na conversão do gentio, os resultados missionários foram impressionantes, segundo frei Hugo Fragoso, historiador da Ordem de São Francisco. Referindo-se aos arredores de Filipéia da Nossa Senhora das Neves, ele calcula - apesar das poucas informações existentes sobre o assunto –, que por volta de 52.000 indígenas foram batizados entre 1589 e 1619, ou seja, nos primeiros trinta anos da atuação missionária dos franciscanos (Willeke, 1958, p. 131). Deste 52.000, foram 7.000 batismos de pessoas in extremis (enfermos ou moribundos) e 45.000 batismos de crianças e adultos catecúmenos (Willeke, 1957, p. 301) – números que impressionam ainda mais quando tomamos em conta o número dos habitantes da cidade nascente da Paraíba nesta época: foram por volta de 800 colonos brancos, 14.000 nativos e 600 escravos da Guiné (Fragoso, 1980, p. 52s.).

Destacou-se, neste sentido, frei Bernardino das Neves (†1608), que, como Manuel da Ilha constata, “batizou a maior parte destes gentios tanto nesta Capitania da Paraíba quanto no Rio Grande e outras partes daquela costa” (Manuel da Ilha, 1975, p. 85; Fragoso, 1980, p. 59). Frei Bernadino das Neves nasceu em Olinda, entrou como primeiro brasileiro na Ordem de São Francisco, conheceu muito bem as línguas indígenas, especialmente a língua dos Tabajaras⁶, e morreu, mais tarde, nas lutas contra os invasores dos Países-Baixos (Willeke, 1957, p. 281ss.). Enquanto religiosos de outras ordens somente batizaram meninos in articulo mortis, isto é, no caso da morte iminente, os franciscanos batizaram todos os meninos, caso os adultos fossem dispostos a se submeter à instrução católica.

No decorrer da própria atuação missionária e devido às experiências feitas, desenvolveu-se um modelo geral de missão, que pode ser visto, vagamente, já no primeiro estabelecimento franciscano em Olinda e chegou a ser aplicado em São Miguel de Una como nas outras missões franciscanas no Brasil Colonial: Com base nos conventos e o seu complexo de unidades, iniciou-se a evangelização dos nativos, partindo, especialmente, das crianças e dos jovens, utilizando a música e o canto, realizando festas religiosas, que impressionaram os indígenas, adaptando ritos e costumes indígenas ao padrão cristão e organizando Irmandades religiosos-sociais para os indígenas. No início, os aldeamentos foram, em princípio, abertos e não fechados, assim que nativos e colonos estiveram em contato frequente, seguindo assim as recomendações da Coroa; a igreja, que foi construída em São Miguel de Una, serviu, consequentemente, tanto aos nativos como aos moradores brancos,

O encontro das culturas no espaço limitado de uma aldeia foi, certamente, um processo complexo e difícil para todas as partes envolvidas. Os nativos da tribo Caeté, por exemplo, como a maioria das outras tribos, foram acostumados a andar nus; sabemos que as mulheres vestiam roupas quando iam à igreja, mas após a missa elas tiravam-nas. A questão da nudez ou, em geral, da sexualidade, com padrões

6 Frei Bernardino das Neves havia escrito segundo Manuel da Ilha também “um tratado muito útil para os que a (língua) indígena ignoram” (Manuel da Ilha, p. 87 apud Fragoso, 1980, p. 57).

tão diferentes na Europa e dos trópicos, poderia criar problemas na convivência dos dois grupos e tornou-se um assunto que apareceu também no “Regulamento para os missionários” de 1607, do qual tratamos mais adiante.

4. Contribuições franciscanas para a colonização do Brasil

Cruz e espada colaboraram, de forma estreita, juntas, desde o início da colonização do Brasil, como o exemplo do primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa e do jesuíta padre Manuel de Nóbrega exemplifica. Evangelização e conquista andavam de mãos dadas, a “dilatação da Fé e do Império” foram, por muito tempo, os dois lados da mesma moeda – isso é válido também para os religiosos da Ordem de São Francisco (Fragoso, 1980, p. 53).

Devido ao número crescente de expedições para capturar indígenas, D. Sebastião (1554-1578, rei a partir de 1557) proibiu, em 1570 em geral, cativar indígenas, wexceto em caso de bellum iustum e com autorização anterior pelo próprio rei ou pelo Govenador ou em caso de indígenas bravos canibais. Enquanto os indígenas foram declarados, em geral, livres, a falta de uma definição inequívoca do termo ‘guerra justa’ deixou margem para interpretação, mesmo que a Coroa reservasse para si o direito de autorizá-la (Kiemen, 1948, p. 147).

Os colonos reclamando, imediatamente, a nova lei, continuaram, obviamente, com a sua prática de escravizar os nativos; por isso, a lei foi inculcada novamente, duas vezes já no período da União Ibérica: no dia 22 de agosto de 1587, com o suplemento de que trabalhadores indígenas nas plantações são trabalhadores voluntários e não devem ser tratados como escravos, e em 11 de novembro de 1595, com a indicação de que exclusivamente a Coroa poderia declarar uma guerra justa e autorizar expedições contra indígenas bravos (Kiemen, 1948, p. 147s.).

Por volta de 1600, a realidade política e socio-econômica no Brasil Colonial distinguiu-se, consideravelmente, desta legislação normativa: enquanto as leis promulgadas tentaram proteger os indígenas do trabalho escravo ou exploratório, a procura de mão-de-obra escrava pelos colonos portugueses nos engenhos de açúcar e nas plantações subiu cada vez mais – e os “negros da terra” tornaram-se mais baratos e mais disponíveis do que os negros africanos. Para conseguir o número suficiente de escravos indígenas, os colonos interpretaram, de modo generoso, as razões de uma guerra justa.

E os missionários das ordens religiosas, sejam da Companhia de Jesus, sejam da Ordem de São Francisco, estiveram no meio desses dois interesses: expostos, diretamente in loco, às violentas pressões dos colonos brancos. Por um lado, os missionários aliaram-se, às vezes, com os moradores pioneiros e as autoridades seculares da administração territorial, especialmente quando foram pressionados por tribos bravas, por outro lado eles opuseram-se aos interesses dos colonos e representantes administrativos em defesa dos nativos e dos seus direitos legais. Neste

dilema, encontraram-se os missionários nas diversas Capitanias do Brasil: enquanto a Coroa e o Governo-geral estiveram longe, as autoridades locais e os colonos ficaram perto. Especialmente nos tempos pioneiros da colonização, a atuação missionária servia muito para os fins de sustentação e segurança dos colonos brancos e na conservação e expansão das fronteiras com as tribos hostis. Os religiosos construíram igrejas nas aldeias e nas fronteiras e fixaram-se lá, visitando aldeias menores na vizinhança e administrando os sacramentos aos soldados concentrados numa fortaleza ou num presídio das áreas fronteiriços, a moradores de engenhos localizados perto e a escravos. Os engenhos encontraram-se, em regra geral, perto das aldeias indígenas, construídos, com todo o propósito, na vizinhança de nativos catequizados e “civilizados”, pois “sem a qual ajuda delles era impossível fazer-se” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 72). Esta estratégia correspondeu, plenamente, às disposições no Regimento para Tomé de Sousa de 1548. A missão e conversão do gentio pelos religiosos tiveram, portanto, desde o início, uma dimensão colonizadora e econômica, caso os franciscanos actuaram, a serviço das autoridades seculares, que organizaram a colonização do Brasil Colônia, a sua exploração e a sua expansão territorial para o interior.

Desta forma, os franciscanos contribuíram para a consolidação do sistema político e econômico, instalado e a ser instalado nos trópicos pela Coroa Portuguesa (Amorim, 2005, p. 44s.). Eles contribuíram na fundação de vilas, engenhos e fortões – como foi o caso, por exemplo, na fundação, em 1599, do Forte dos Três Magos, núcleo da futura cidade de Natal, atual capital de Rio Grande do Norte, na qual os franciscanos Bernardino das Neves e João de São Miguel participaram (Willeke, 1958, p. 130; Willeke, 1957, p. 292s.) –, eles acompanharam expedições militares ao interior ou à selva desconhecida e eles entraram em contato com as tribos indígenas bravas e hostis à colonização portuguesa, fazendo as pazes com estas e estabelecendo condições mais ou menos estáveis para o futuro desenvolvimento. Além do apoio ideal e prático, que os franciscanos deram aos colonos in loco, eles mantiveram também as melhores relações com as autoridades seculares locais e coloniais, disponibilizando a mão-de-obra dos indígenas aldeados – tão necessitada pelos colonos e governantes – para todos os fins da colonização. Enquanto os jesuítas negaram, frequentemente, esta colaboração (Santos, 2015, p. 40s.), os franciscanos não – ou menos – fugiram dessas expectativas e exigências das autoridades.

No início da década de 1590, as autoridades seculares da Capitania da Paraíba iniciaram, novas ofensivas de expansão territorial para alargar a área controlada pela Vila da Paraíba, núcleo da colonização desta região, e para combater a tribo inimiga dos Potiguaras (Santos, 2015, p. 41s.). No contexto desta nova ofensiva, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão relata no seu ‘Novo Orbe Seráfico Brasilico’ vários exemplos desta colaboração: O Guardião do recém-fundado Convento franciscano de Santo Antônio da Paraíba, frei Antônio do Campo Maior, satisfez o pedido do Capitão-mor Fructuoso Barbosa por mão-de-obra indígena na ampliação e aperfeiçoamento das

fortificações na foz do Rio Paraíba⁷ e “mandou ao seu Lingua incitasse os Indios a se fazer dito Forte, como logo fez, e para em tudo conresponder com a obrigação do bem comum, augmento da terra, serviço grande de Deos, e delRey” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 72s.). Após o fim dos trabalhos, frei Antônio do Campo Maior celebrou uma missa para os indígenas e os soldados. Pouco depois, em 1591, o Guardião forneceu, de novo, a pedido do Capitão-mor, mão-de-obra indígena para a construção do Forte de Inhobim na várzea do Rio Inhobim, “sem por isso os Indios levarem estipendio algum, mais que serem incitados pelos ditos Religiosos” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 74). Nos arredores deste forte e sob a sua proteção foram fundados, logo, engenhos de açúcar.

Em 1590, dois freis franciscanos, Antônio da Cruz e Gaspar das Chagas, acompanharam uma expedição militar contra os indígenas ferozes dos Potiguara, mandada por Felipe Cavalcanti (1525-antes de 1614), nobre florentino que havia migrado para o Brasil e senhor de engenho em Olinda, e dirigida pelo Capitão da Ilha de Itamaracá, Pero Lopes Lobo; a principal função dos religiosos foi confessar, consolar e animar os soldados nesta guerra. Um ano depois, em 1591, o primeiro Custódio, frei Melquior de Santa Catarina, autorizou a participação de dois franciscanos numa outra expedição militar contra os Potiguara, comandada por Antônio Coelho de Aguiar, enquanto a Companhia de Jesus havia recusado o pedido. Foram enviados frei Balthasar de Santo Antônio e frei Manoel de Portalegre.

Após o fim desta guerra, os indígenas Potiguara se vingaram e destruíram, junto com os franceses, o Forte de Santa Catarina de Cabedelo, localizado à margem direita da barra do Rio Paraíba do Norte. A pedido do novo Capitão-mor André de Albuquerque, os indígenas aldeados dos franciscanos trabalharam, sem nenhuma remuneração, – junto com os indígenas da Companhia de Jesus – na reconstrução do Forte e – sozinhos – na reforma do Forte de Inhobim, “arruinando-se os muros, por causa do pouco cuidado, que houve para se resguardar” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 74). No mesmo período, os indígenas sob tutela dos franciscanos construiram, também, uma casa sólida no engenho de Duarte Gomes de Silveira (1555-1644).

Feliciano Coelho de Carvalho, Capitão-mor e Governador (1592/1595-1599/1600) da Paraíba, iniciou em seguida (1593 e 1594) uma guerra contra os Potiguara. A expedição, apoiada pelo Prelado frei Antônio da Ilha e um intérprete indígena (íngua), chegou até a região além do Rio Grande, antes de ser chamada de volta pelo Governador-geral D. Francisco de Sousa (1540?-1611, Governador-geral de 1592-1602). Chegado à Vila de Olinda, Feliciano Coelho planejou uma outra guerra contra os nativos inimigos no sertão Cupaguaó com os indígenas aldeados. Ele solicitou para a expedição do Custódio frei Melquior de Santa Catarina alguns religiosos, nomeadamente um confessor para os soldados e um intérprete (língua) para os indígenas; o Custódio mandou frei Antônio de Campo Maior e um companheiro. Esta

⁷ Na Ilha de Gambóia, atual Ilha de Restinga, localizada na foz do Rio Paraíba, houve uma fortaleza, erigida em 1578 ou 1579 pelo então Capitão-mor João Tavares. Para a reforma desta fortaleza solicitou o Capitão-mor Fructuoso Barbosa aos jesuítas a mão-de-obra dos indígenas de Braço de Peixe – pedido recusado pelos jesuítas.

expedição planejada revelou-se, de fato, como entrada em busca de ‘escravos da terra’, ou, mais exatamente, de indígenas cativos que poderiam ser resgatados.

Enquanto a lei de S. Sebastião de 1570 havia declarado, em geral, os indígenas livres, houve, na prática, vários tipos de nativos. Tratava-se, neste caso, obviamente de ‘indígenas da corda’, cativos na guerra entre tribos e condenados à morte; liberados ou resgatados pelos portugueses, estes indígenas permaneceram, após o seu resgate, cativos para sempre, como explicou, mais tarde, a Coroa portuguesa por meio de um Memorial aos franciscanos do Pará, que haviam colocado as suas dúvidas (Memorial dos Capuchos do Pará e respostas, entre 1619-1621, in: Amorim, 2005, p. 227-230). Na expedição de Feliciano Coelho de Carvalho, os soldados encontraram, de fato, uma “cerca, em que estavaõ recolhidos tres mil e quinientos Indios de peleja, e cincuenta soldados Francezes” (Jaboatão II, 1858, p. 77). Enquanto os franceses foram liberados, os indígenas se tornaram mão-de-obra barata e ilimitada em serviço da colonização.

O trabalho missionário e pacificador dos franciscanos a serviço d’El Rey e das suas autoridades foi muito valioso nas primeiras três décadas da presença da Ordem de SParaíba (1589-1619) (Fragoso, 1980, p. 54): conseguiu-se tornando as tribos bélicas sedentárias, catequizando-las, domesticando-las, civilizando-las e aproveitando-se delas, de modo pacífico, por meio de educação e instrução para a sociedade colonial. Mesmo que os franciscanos não houvessem objetivado, principalmente, esses efeitos, eles foram resultados colaterais bem-vindos para os colonos e a administração governamental.

Contudo, os colonos começaram, sempre mais, a perceber os franciscanos como obstáculos de uma exploração mais intensiva dos indígenas. Queixas dos colonos, as disputas com o Governador e as rivalidades permanentes com a Companhia de Jesus resultaram, finalmente, em 1619, na entrega das missões franciscanas ao clero secular recém-instalado.

5. A concorrência dos franciscanos e jesuítas na Capitania da Paraíba

A Ordem de São Francisco e a Companhia de Jesus foram concorrentes na ação missionária no Brasil Colonial – concorrendo pelo financiamento do governo, pelo reconhecimento do seu trabalho espiritual e pela influência sobre os indígenas. Enquanto os jesuítas atuaram a partir de 1549 no Brasil, os franciscanos iniciaram a sua obra missionária somente em 1585, percebidos pelos inacianos, de certa forma, como intrusos indevidos e rivais. A percepção negativa da outra ordem podemos observar, muitas vezes, na historiografia específica das duas ordens. Quando atuaram as duas ordens na mesma área, as reservas e desentendimentos se tornaram ainda maiores, como foi o caso na Capitania da Paraíba.

Existem várias explicações para as rivalidades constantes entre as duas ordens nas terras brasílicas. A suposta maior atratividade dos franciscanos com os indígenas

foi explicada, por exemplo, pelo fato, de que eles houvessem cobrado menos tributos dos nativos do que os jesuítas, ou pelo fato de que os seus métodos da catequese houvessem sido menos rigorosos do que aqueles dos inacianos (Lima, 2011, p. 129s.). De fato, não houve grandes diferenças entre as atuações missionárias dos jesuítas e dos franciscanos (Iglesias, 2017). As supostas diferenças qualitativas na catequese e evangelização foram produzidas, muitas vezes, pelas historiografias seja jesuítica, seja franciscana, a fim de se diferenciar da outra ordem ou de desacreditar a ordem concorrente (Lima, 2011, p. 132). As mais prováveis explicações, porém, devem ser as imprecisões existentes na demarcação das missões, criando dúvidas e incertezas a respeito das respectivas possessões e competências, seja da Companhia de Jesus, seja da Ordem de São Francisco, tanto mais que as tribos indígenas sempre estavam numa certa mobilidade migratória (Fragoso, 1980, p. 60).

Na Capitania da Paraíba, os franciscanos assumiram, segundo a historiografia franciscana, a pedido dos indígenas, a assistência missionária de cinco aldeias, não pertencentes aos jesuítas, que haviam atuado antes, exclusivamente, nesta região, por exemplo a partir de 1584/85 na aldeia de Braço de Peixe, “sendo a primeira Aldêa do Gentio (Tobayara), que recebeo a Fé nesta Capitanía” (Jaboatão, II, 1, 1858, p. 162). Com a presença franciscana, as disputas entre os religiosos da Companhia de Jesus e da Ordem de São Francisco iniciaram-se na Paraíba e agravaram-se logo. As tensões permanentes resultaram, sempre de novo, em queixas, reclamações e acusações das duas ordens, uma a outra, junto às autoridades seculares, ameaçando, em geral, os resultados da missão e da ‘safra espiritual’ e dificultando todo o processo colonizador. Estas disputas entraram, finalmente, na historiografia e determinam até hoje as nossas ideias e representações sobre o assunto. Cabe aos historiadores uma leitura cuidadosa dessas fontes – com crítica, razão e rigor científico.

Sob estas condições gerais, as lutas dos colonos da Filipéia da Nossa Senhora das Neves com os indígenas desta região, principalmente da tribo inimiga dos Potiguaras, não terminaram. A pressão dos indígenas bravos aumentou, especialmente sobre a Cidade de Paraíba. Enquanto os franciscanos mostraram-se mais pragmáticos naquela situação e contribuíram, a pedido das autoridades seculares, para a defesa das vilas e aldeias, os jesuítas negaram, frequentemente, esse apoio. Nestas condições a Coroa pôs fim às disputas entre as duas ordens, decretando, em 1593, a saída dos padres da Companhia de Jesus desta região (Santos, 2015, p. 41s.). O Governador Frutuoso Barbosa havia se dirigido, diretamente, ao rei Felipe II/I. Em nome do rei, o Arquiduque Albrecht (VII) de Habsburgo (1559-1621) – Cardeal (1577-1598), Arcebispo de Toledo (1585-1598), Vice-rei de Portugal (1583-1598) e mais tarde Governador-geral dos Estados do Sul dos Países-Baixos (1598-1621) – deu, no dia 15 de março de 1593, a seguinte resposta, revelando uma clara simpatia do monarca Felipe II/I pelos religiosos franciscanos:

Por quanto por Fructuoso Barbosa fuy avisado, que entre os Religiosos de S.

Francisco, enviados a essas partes por meu mandado, e os Padres da Companhia, havia diferenças, do que resultava escandalo entre os novos Cristão, vos mando, que tirada inquirição, e achando que os Padres de São Francisco são os culpados, os concertareis, em fórmula, que não haja materia de escandalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para nunca mais tornarem a morar a essa Capitania, e os ditos Religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o Gentio, o que favorecereis em tudo o que vos for possível, etc. (Jaboatão, II, 2, 1858, p. 59s.).

Em obediência a esta ordem, o novo Governador Feliciano Coelho de Carvalho expulsou os inacianos, entregando aos franciscanos toda a responsabilidade sobre as missões da Paraíba.

6. Conflitos pela autoridade temporal sobre os indígenas

Logo após a saída dos jesuítas, surgiram novas disputas na Capitania da Paraíba, desta vez entre os franciscanos e o novo Governador Feliciano Coelho de Carvalho pela autoridade temporal dos religiosos nas aldeias indígenas, cuidadas por eles. Enquanto a conversão do gentio esteve no foco dos franciscanos, os interesses do novo Governador concentraram-se mais na defesa militar da Capitania, no seu desenvolvimento econômico e na exploração dos seus recursos. Os indígenas foram considerados por ele, consequentemente, como possíveis soldados e trabalhadores, enquanto os franciscanos destacaram-nos como alvos da conversão.

O conflito destes interesses opostos desencadeou-se em questões sexuais, ou seja, no relacionamento indevido dos mamelucos, mulatos e brancos, interessados nas mulheres indígenas e dispostos de tirá-las dos seus maridos. Enquanto as missões franciscanas não foram fechadas e localizadas perto dos povoamentos dos brancos, não foi possível impedir estas relações. Os franciscanos criticaram, rigorosamente, estes comportamentos, porém, as suas repreensões e pregações públicas não surtiram efeitos ou não foram tomadas a sério pelos infratores, que até ridicularizaram-nas e converteram-nas para o contrário. Por isso, “para atalhar a hum mayor mal, se escolho o menor, e foy, que mandou o Prelado se não fizessem prégacoens” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 63). Apesar de todos os avanços missionários e civilizatórios, a situação desagradável continuou por mais dois anos até 1598. Não restando outra solução, os franciscanos tomaram medidas adequadas na sua área de domínio e tentaram impor repreensões e punições, infligidas sobre as indígenas, para impedir os excessos.

Aproveitando-se dessa ocasião ambígua, o Governador, segundo a histriografia franciscana inimigo declarado dos religiosos, afirmou acusações generalizadas contra eles. O Governador não se contentou com incriminá-los, mas questionou também as suas competências temporais sobre os indígenas, ou seja “a Ley, e a doutrina, que os Religiosos tinhaõ prégado, até áquelle hora, quebrando com isto o tronco, por affrontar os Religiosos, e os desacreditar com os Indios, mandando-lhes prégar liberdades, do que resultou a cahida” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 64). Os franciscanos foram acusados de compelir os indígenas por castigos corporais de se converterem ao cristianismo,

interditando aos nativos cristãos as suas festas tradicionais e mantendo-os em dependência e menoridade (Fragoso, 1980, p. 58) – argumentos, aliás, mais tarde usados contra os jesuítas. Com esta crítica, o Governador tentou minar a autoridade dos franciscanos e contestou o seu direito de infligir castigos aos indígenas aldeados (Miranda, 1969, p. 175s.).

Os religiosos usaram, regularmente, castigos como instrumentos de conversão, correção e punição. Enquanto os moços nativos foram castigados, em casos de erros e pecados, “com uma duzia de palmatoadas, sem por isso nunca haver escândalo entre elles, antes depois de recebido o castigo, se deitavaõ aos pés dos Religiosos, pedindo perdaõ da culpa”, os adultos foram colocados por uma noite ao tronco “sem outro castigo” (as citações em: Jaboatão, II, 2, 1858, p. 61). Enquanto os franciscanos reivindicaram para si, no contexto do processo missionário e civilizatório, o direito de infligir castigos aos nativos, o Governador insistiu na sua competência exclusiva de punição, convicto “que os Religiosos lhe usurpavão a jurisdição do seu governo” (Jaboatão II, 2, 1858, p. 65). Na sua argumentação, o Governador fingiu defender as liberdades dos indígenas, no cerne da sua crítica esteve, porém, a competência temporal dos religiosos sobre os indígenas. No decorrer destas disputas, funcionários do Governador entraram nas aldeias espalhando angústia e pavor, atiçando os indígenas contra os franciscanos e informando-os que seriam livres e uma conversão para a fé católica seria dispensável. O Governador mandou também a ocupar a aldeia de Santo Agostinho e a destruir o tronco lá instalado.

Apesar dos privilégios de autonomia espiritual e temporal, dados às diversas ordens religiosas nas suas missões, as autoridades seculares e os párocos nas cidades nascentes como núcleos administrativos e civis, logo contestaram estes direitos que restringiram as suas próprias competências (Fragoso, 1980, p. 60). Os acontecimentos na Paraíba, relatados anteriormente, referem-se, exatamente, a estas rivalidades. Mesmo que os franciscanos apresentassem “o Breve a favor da doutrina concedido”, Feliciano Coelho de Carvalho não aceitou, dizendo “que no Brasil não havia quem lhe tomasse conta, e que El Rey estava em Madrid, e Deos em o Ceo” (as citações em: Jaboatão II, 2, 1858, p. 66). Com esta postura de autoconfiança exacerbada, ele supriu também duas Provisões a favor dos religiosos, emitidas pelo Governador-geral D. Francisco de Sousa. Os franciscanos se retiraram das aldeias, nomeadamente de Santo Agostinho e Jacoca (Willeke, 1957, p. 278) ao seu convento, apresentando novas queixas ao Governador-geral. Quando este cedeu apoio a eles, os franciscanos retomaram as suas atividades missionárias – contra os protestos do Governador da Paraíba.

Enfim, após as disputas com o Governador, os religiosos franciscanos da Custódia de Santo Antônio do Brasil conseguiram, por enquanto, manter as suas competências como autoridades eclesiásticas e temporais nas suas missões – até que a legislação da Coroa decretou mudanças.

Após de mais de uma década de lutas dos colonos contra os Potiguaras, houve

os primeiros indícios de uma solução pacífica. Aos franciscanos foram confiadas, em 1603, três aldeias desta tribo cujos nomes desconhecem-se (Willeke, 1957, p. 280), sendo o início da pacificação destes indígenas, considerados, até este momento, inimigos e combatidos com todo o fervor colonizador (Fragoso, 1980, p. 56).⁸ Aliás, na Capitania da Paraíba colecionou também o famoso historiador franciscano, frei Vicente de Salvador (1564-1636) as suas primeiras experiências missionárias. Após ter entrado, em 1599, à ordem, ele trabalhou por cinco ou seis anos como missionário nas aldeias indígenas da Paraíba (Fragoso, 1980, p. 64).

7. O “Regulamento para os missionários” (aprovado no 21 de julho de 1607)

A política de proteção aos indígenas pela Coroa continuou também no reinado de D. Felipe III/II (1578-1521, rei a partir de 1598). Por um decreto do dia 5 de junho de 1605, ele proibiu a escravização de nativos, seja qual fosse o pretexto, sobretudo com vista à conversão dos gentios (Kiemen, 1948, p. 149). Um ano depois (1606), o “Regulamento para os missionários” foi elaborado por uma Junta Custodial da Custódia de Santo Antônio do Brasil.⁹ Uma certa ligação entre os dois documentos é provável por causa da proximidade temporal. Parece possível que o “Regulamento” representa uma reação dos superiores da ordem às disputas ocorridas nas missões da Paraíba entre os religiosos e o Governador.

O “Regulamento” é dividido em duas partes: a primeira parte, intitulada “Advertência para as nossas doutrinas”, é dirigida mais para os indígenas, contendo as regras gerais sobre a vida nas aldeias, a segunda, intitulada “Modo como se hão de haver os religiosos nas doutrinas”, dirige-se mais aos padres franciscanos, informando sobre as suas competências de direção e deveres.

Não podemos apresentar, de forma detalhada, as determinações do “Regulamento para os missionários” neste lugar, temos que nos contentarmos com uma interpretação geral. O documento representa um resumo das prescrições para os religiosos atuantes nas missões, de como deveriam organizar a vida religiosa e social nas aldeias e lidar com os indígenas. O direito deles como dirigentes das aldeias, de aplicar castigos, questionado pelo Governador Feliciano Coelho de Carvalho, é ressaltado, porém a Junta Custodial exorta os religiosos à moderação. O “Regulamento” importa-se muito com a questão da catequese. O seu decurso temporal é fixado, aliás, em menos dos

⁸ Aliás, na Capitania da Paraíba colecionou também o famoso historiador franciscano, frei Vicente de Salvador (1564-1636) as suas primeiras experiências missionárias. Após ter entrado, em 1599, à ordem, ele trabalhou por cinco ou seis anos como missionário nas aldeias indígenas da Paraíba (Fragoso, 1980, p. 64).

⁹ A Junta Custodial, que havia elaborado o “Regulamento”, reuniu-se no Convento da Nossa Senhora das Neves em Olinda. O documento foi assinado no dia 27 de outubro de 1606 pelos seguintes religiosos: frei Antônio da Estréla, Ex-Custódio, e frei Leonardo de Jesus, Custódio, como pelos consultores frei Francisco dos Santos, frei Antônio Boaventura, frei Antônio da Ilha e frei Antônio da Ínsua. No Capítulo Provincial da Província-mãe de Santo Antônio de Portugal, no dia 21 de julho de 1607 em Lisboa, o “Regulamento” foi aprovado, com exceção do primeiro parágrafo sobre a introdução da clausura, e entrou em vigor em todas as missões franciscanas na Custódia do Brasil (Regulamento, 1966, p. 110, notas 2 e 3).

dois anos mencionados na obra de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (Jaboatão, II, 2, 1858, p. 58). Percebe-se uma grande preocupação de que os indígenas sigam as doutrinas católicas. A conduta cristã dos aldeados estaria sob controle rígido, e qualquer infração poderia ser punida. Esta prática de fiscalização da vida religiosa e privada é muito comum no período do assim chamado Confessionalismo, entre meados do século XVI e meados ou fim do século XVII. Neste período da formação das igrejas confessionais, cada uma delas se preocupou com a doutrina ortodoxa e a disciplina dos crentes; basta lembrar das práticas da igreja calvinista em Genebra sob o próprio João Calvino (1509-1564) (Vieira, 2008 e Dreher, 1996, p. 94-103). O processo da missão e conversão foi, evidentemente, não livre de qualquer coação – um resultado não surpreendente, porém em contraste com as afirmações na própria historiografia franciscana.

8. O fim do poder “absoluto” dos missionários

A política de proteção aos indígenas pela Coroa, manifestada pela lei de 1605, foi confirmada pela lei de 30 de julho de 1609, declarando também todos os gentios do Brasil, sejam batizados ou não, por livres (Kiemen, 1948, p. 150). Percebendo os excessos nas entradas autorizadas, a lei de 1609 concedeu aos nativos vastos direitos. Foi proibido obrigá-los a qualquer trabalho ou serviço contra sua vontade; a sua mão-de-obra tinha que ser, como nos outros casos de livre trabalho, remunerada devidamente. Os indígenas foram declarados “senhores das suas fazendas”, foi proibido privar deles os seus povoamentos, “nem sobre elas se fazer molestia, nem injustiça alguma” (todas as citações apud Kiemen, 1948, p. 149s., nota 45). O Governador deveria repartir terrenos para o seu próprio cultivo, dos quais não podiam ser mudados contra sua vontade. Para resolver disputas e desavenças com os comerciantes ou para defender os interesses dos nativos nos povoamentos indígenas, foram ordenados um Juiz especial, de origem portuguesa e cristão velho e um outro representante confiável e cristão, que possa defender, em acordo com os religiosos (jesuítas), os interesses dos nativos. Quanto aos tributos e impostos, os indígenas foram igualados àos outros habitantes livres.

A reação dos colonos portugueses, ao compreender que por esta lei os seus postos de mão-de-obra foram ameaçados, não demorou. Queixas e reclamações na corte pressionaram o governo de promulgar, em 10 de setembro de 1611, uma nova lei que revogou as determinações de 1609 e reestabeleceu o sistema anterior (Livro primeiro, 1958, p. 71-75). A questão da guerra justa contra indígenas bravos ou canibais – questão que deu bastante espaço para divergentes interpretações – foi retomada e reintroduzida à legislação. No caso de rebeliões indígenas, uma Junta, um tipo de comissão, deveria tomar a decisão sobre a justificativa de uma guerra justa. Foram também autorizadas entradas para resgatar, por uma certa quantia determinada pelo Governador, os assim chamados “índios de corda”. Estes indígenas

resgatados tiveram que trabalhar no status de cativos em serviço daqueles que os haviam comprado, porém somente por dez anos (Kiemen, 1948, p. 152). Caso fosse pago mais do que o Governador havia determinado, o prazo de trabalho se prolongava proporcionalmente.

A autoridade secular nas aldeias indígenas foi confiada pela lei de 1611 – em vez de religiosos – a “pessoas seculares, casados, de boa vida e costumes, ... de boa geração e abastados de bens”, eleitas pelo Governador do respectivo Estado, “com parecer do Chanceller da Relação delle, e Provedor-mór dos defunctos”. Cabia a estes “Capitães das Aldeias”, acompanhados por religiosos experientes nas línguas nativas, a tarefa “para irem ao Sertão persuadir aos ditos Gentios desçam abaixo, assim com boas palavras e brandura, como com promessas, sem lhes fazer força, nem molestia alguma, em caso que não queiram vir”. Os nativos descidos deveriam ser fixados em aldeias de por volta de 300 famílias, “distantes dos engenhos e matas do pátio do Brazil, que não possam prejudicar a uma cousa, nem a outra” (as citações apud Kiemen, 1948, p. 152s., nota 46). Nas aldeias deveria ser construída uma igreja sob a cura de um clérigo secular português ou, no caso de falta dele, por um religioso.

Dos jesuítas, mas também de outras ordens religiosas foi tirada por esta lei a autoridade secular sobre os aldeamentos indígenas, em futuro restava a eles somente a autoridade espiritual, salvo se esta não foi confiada a um clérigo secular, como aconteceu, logo, na Paraíba, com os franciscanos. Com a perda da autoridade temporal, as suas competências na atuação missionária foram restrinidas e a sua posição enfraquecida. No futuro, eles tiveram que colaborar com as autoridades seculares – uma colaboração que nem sempre deu certo. Essas mudanças podem ser uma das razões para a retirada dos franciscanos das suas missões na Paraíba.

Em 1619, a responsabilidade sobre as aldeias missionárias, mencionadas na lista anterior e localizadas nos atuais Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, passou, definitivamente, à recém-estabelecida (em 1614) Prefeitura Apostólica de Pernambuco (Willeke, 1957, p. 302). Essa alteração na legislação indígena com consequências também para a assistência pastoral foi ordenada, provavelmente, pela Coroa espanhola-portuguesa – semelhante à decisão que havia sido tomada, antes de 1600, no México. Os indígenas recém-convertidos foram confiados ao Prefeito Apostólico Antônio Teixeira Cabral, nomeado em 1616. Representantes do clero secular e padres de outras ordens religiosas, como os beneditinos na aldeia de Jacoca (Tavares, 2007, Willeke, 1957, p. 280) e os carmelitas assumiram a responsabilidade pelas aldeias indígenas, administradas até este momento pelos franciscanos.

Devido a dificuldades na assistência espiritual pelos novos responsáveis, o Ordinário Antônio Teixeira Cabral pediu que os religiosos da Ordem de São Francisco voltassem – porém em vão. Eles abstiveram-se, por enquanto, da conversão dos gentios na Paraíba e dedicaram-se, retirados ao seu convento em Filadélfia, à assistência pastoral dos moradores. Finalmente, a competência espiritual sobre os indígenas da Capitania da Paraíba foi confiada, em 1624, aos religiosos da Companhia de Jesus

(Willeke, 1955, p. 17), que presenciaram a invasão holandesa, enquanto os próprios franciscanos iniciaram, logo, a missão e evangelização no Norte do Brasil Colonial.

9. Considerações finais

A Ordem de São Francisco chegou, de forma institucional, em 1585, ou seja, 36 anos mais tarde do que a Companhia de Jesus ao Brasil. Dispôs, porém, de uma longa tradição e experiência prática na atuação missionária. A estrutura da Ordem franciscana cresceu rapidamente; nas primeiras décadas da presença franciscana no Brasil, uma multiplicidade de instalações foi fundada: Casas, Residências, Recolhimentos, Hospícios e Conventos, englobando também Escolas e Seminários. Nas redondezas destas instalações, encontraram-se, em menor ou maior distância, as missões, ou seja, aldeias em que viviam indígena ‘descidos’ ou ‘reduzidos’ do sertão ou da selva, de várias tribos, num processo de evangelização em andamento. Desde o início, os franciscanos dedicaram-se no Brasil à catequese dos indígenas nativos.

A conversão dos gentios fez parte integral de todo o processo da expansão marítima europeia e da conquista territorial (e espiritual) da América Portuguesa. A evangelização dos nativos legitimou as navegações dos reinos ibéricos nos séculos XV e XVI e a posse dos territórios descobertos e a serem descobertos por várias Bulas Papais, que concederam às Coroas Ibéricas – por meio do Padroado régio – competências extraordinárias sobre as igrejas nascentes. As conquistas territorial e espiritual andavam de mãos dadas também no Brasil Colonial. O aumento do território colonizado e dominado pelos portugueses realizou-se num ambiente inóspito quanto à natureza e inimigo devido à resistência amarga dos autóctonos. A colaboração estreita de espada e cruz, de colonos e religiosos, de autoridades seculares e eclesiásticas tornou-se natural em frente dos desafios no Ultramar. Os portugueses, sejam laicos, sejam religiosos, compartilharam, os mesmos valores europeus e a mesma visão do mundo.

Evangelizar era conquistar almas; conquistar almas era criar vassalos de Sua Majestade. Evangelização e sociabilização andavam de mão dada nesta estratégia. Ao tornar-se cristãos, os índios tornavam-se participantes de um modus vivendi dito civilizado, em moldes europeus, com uma aparelhagem de valores culturais, religiosos e civilizacionais ao estilo do Velho Mundo. Necessidade política, estratégia militar e vontade de salvar pagãos formaram uma tríade a que se somava a necessidade do sistema produtivo, as razões economicistas, avareza do colono (Amorim, 2005, p. 135).

No decorrer do processo colonizador, adiantado, consciente e inconscientemente pelos colonos e franciscanos, surgiram diferenças e disputas entre os dois agentes, promovidas também pela concorrência entre franciscanos e inacianos por almas, financiamento e privilégios. Os atritos entre religiosos e colonos não puseram, porém, um fim definitivo a esta parceria complexa.

As etapas da atuação missionária dos franciscanos em Pernambuco, Alagoas – e mais tarde em Paraíba, Maranhão e Grão-Pará – seguiram um modelo semelhante: os colonos de uma freguesia ou vila num território fronteiriço, ameaçado por indígenas bravos, convidaram os religiosos para radicar-se no seu município, dando assistência pastoral aos brancos e catequizando, domesticando e civilizando as tribos na vizinhança – alternativa mais barata do que lutas violentas e expedições militares para receber a colaboração indígena, tão necessitada pelos colonos para sobreviver e sustentar-se, e para adquirir mão-de-obra que faltava no processo colonizador. Os franciscanos satisfizeram as expectativas dos colonos e das autoridades seculares. Dedicando-se à conversão dos gentios, à redução deles para aldeias e à administração espiritual e temporal delas, eles perceberam, de perto e direto, o prejuízo sofrido pelos indígenas aldeados. Consequentemente, os franciscanos não hesitaram em criticar os colonos e governantes e opôr-se aos seus interesses exagerados, defendendo, impávida e determinadamente, os direitos dos indígenas face à exploração abusiva e aos maus-tratos desumanos dados pelos portugueses – em contraste com a representação comum na historiografia atual. Descontentes com esta postura dos religiosos, comprometida com as doutrinas da igreja, mas oposta ao processo colonizador, os colonos e – às vezes também – as autoridades seculares começaram a reclamar a atuação missionária dos franciscanos, caluniando-os e acusando-os. Quando a fase pioneira do processo colonizador no Nordeste chegou ao seu fim, a autoridade temporal, exercida pelos franciscanos nas missões e questionada há muito tempo, foi transferida à administração secular como a autoridade eclesiástica passou à administração eclesiástica ordinária.

“Em todos estes processos”, resume Maria Adelina Amorim (2005, p. 146), “os missionários Capuchos foram uma presença constante: no apaziguamento e integração dos índios; nas expedições exploratórias e de demarcação do território; ao lado dos soldados na luta contra os estrangeiros”.

REFERÊNCIAS

Amorim, Maria Adelina: Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e cultura na primeira metade de seiscentos, Lisboa: CLEPUL/CEHR, 2005.

Aymoré, Fernando Amado: Die Jesuiten im kolonialen Brasilien. Katechese als Kulturpolitik und Gesellschaftsphänomen (1549-1760), Frankfurt am Main / Berlin / Bern et. al.: Verlag Peter Lang, 2009 (Europäische Hochschulschriften. Series III: History and Allied Studies. Vol. 1069).

Bordin, Reginaldo Aliçandro: Herná Cortés e os franciscanos: a educação e a dominação espiritual do México, Maringá: Tese de doutorado na UEM / PPE, 2013.

Boxer, Charles M.: The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825, London: Hutchinson, 1969, trad. para o português sob o título: O Império colonial português 1415-1825, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 2a reimpressão 2006.

Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel, Porto Seguro, 1 de maio de 1500, in: Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral. Ed. de Joaquim Romero Magalhães e

Susana Münch Miranda, Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1999, p. 95-121.

Dreher, Martin N.: A crise e a renovação da igreja no período da Reforma (= Coleção da História da Igreja. Vol. 3), São Leopoldo: Editora Sinodal, 1996.

Faria, Patricia Souza de: Ensinar, doutrinar e disciplinar: os franciscanos no Brasil e na Índia portuguesa, in: Arnaut de Toledo, Cézar de Alencar / Barreto Ribas, Maria A. de Araújo / Skalinski Jr., Orionar (orgs.): Origens da educação escolar no Brasil Colonial. Vol. III, Maringá: EDUEM, 2015, p. 105-132.

Faria, Patricia Souza de: Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século XVI), in: Sémata. Ciências Sociais e Humanidades. Vol. 26 (Rio de Janeiro 2014), p. 447-469, online disponível (acesso: 31 de outubro de 2017):
<http://www.usc.es/revistas/index.php/semita/article/viewFile/2010/2338>

Faria, Patricia Spouza de: Conversão das almas. Franciscanos, Poder e Catolicismos em Goa: século XVI e XVII, no Séc. XVII, Rio de Janeiro: Tese de Doutorado na UFF/Departamento de História, 2008.

Faria, Sheila de Castro: artigo „Casamento“, in: Vainfas, Ronaldo (org.): Dicionário do Brasil Colonial 1500-1800, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 106-109.

Fragoso, Hugo: Presença franciscana na Paraíba 1588-1886, in: Revista Santo Antônio. Ano 58 / nro. 98 (Recife 1980), p. 49-71.

Gruzinski, Serge: O pensamento mestiço, São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (original em francês, 1999).

Honor, André Cabral: O envio dos carmelitas à América Portuguesa 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação, in: Revista Tempo. Vol. 20 (Brasília, UnB, 2014), p. 1-19, online disponível (acesso: 8 de outubro de 2017):

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21344/1/ARTIGO_EmpioCarmelitasAmerica.pdf

Iglesias, Tamia Conceição: Métodos franciscanos e jesuíticos: uma análise comparada, in: Anais da XIV Jornada do HISTEDBR de 3 a 5 maio de 2017: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2017, online disponível (acesso no dia 8 de outubro de 2017):
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwizo-Gq7-HWAhWBKsAKHYfPAUEQFggxMAE&url=http%3A%2F%2Fmidas.unioeste.br%2Fsgev%2Feventos%2F463%2FdownloadArquivo%2F20286&usg=AOvVaw3uz_5UojCcvfoWkp-G9cnn

Ilha, Manuel de: Narrativa da Custódia de Santo Antônio no Brasil, 1584/1621, Petrópolis: Vozes, 1975.

Jaboatão, Antônio de Santa Maria: Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil. 2 vols., Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858-1858, online disponível (acesso 23 de abril de 2018): <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182923>

Kiemen, Mathias: C.: The Indian Policy in America with Special Reference to the Old State of Maranhão, 1500-1755, in: The Americas. Vol. 5/2 (Cambridge, outubro de 1948), p. 131-171.

Kleine, Marina: Os missionários franciscanos e o problema da comunicação com os “infiés” nos séculos XIII e XIV, in: Macedo, José Rivair (org.): Os Viajantes Medievais da Roda da Seda (séculos V-XV), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 135-152.

Lima, Idelbrando Alves de: A presença dos franciscanos na Parahyba (1589-1619): um breve histórico, in: Paralellus. Ano 2 / nro. 4 (Recife, julho/dezembro 2011), p. 123-136.

Livro primeiro do Governo do Brasil. 1607-1633, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro: Seção de publicações do serviço de documentação, 1958.

Magalhães, Ana Paula Tavares: Os franciscanos e a igreja na Idade Média. A Arbor vitae crucifixae Jesu de Ubertino de Casale, São Paulo: USPPPG em História Social: Intermeios, 2016.

Mainka, Peter Johann: O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549), in: Arnaut de Toledo, Cézar de Alencar / Barreto Ribas, Maria A.de Araújo / Skalinski Jr., Orionar (orgs.): Origens da educação escolar no Brasil Colonial. Vol. I, Maringá: EDUEM, 2012, p. 17-66.

Mainka, Peter Johann (org.): A caminho do mundo moderno. Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico, Maringá: EDUEM, 2007.

Melo, José Joaquim Pereira / Gomes, Renan William Fernandes: A educação franciscana na América: o caso mexicano, in: Arnaut de Toledo, Cézar de Alencar / Barreto Ribas, Maria A. de Araújo / Skalinski Jr., Orionar (orgs.): Origens da educação escolar no Brasil Colonial. Vol. I, Maringá: EDUEM, 2012, p. 89-113.

Mendonça, Renato: História da política exterior do Brasil. Do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825), Brasília: FUNAG, 2013.

Miranda, Maria do Carmo Tavares de: Os franciscanos e a formação do Brasil, Recife: Universitária / UFPA, 1969.

Puntoni, Pedro: O Estado do Brasil. Poder e política na Bahia colonial 1548-1700, São Paulo: Alameda, 2013.

Santos, Juvandi de Souza: As fazendas de gado dos jesuítas na Paraíba Colonial (Série: Arqueologia / Paleontologia. Vol. V), Campina Grande / Paraíba, 2015.

Regimento de Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548, in: Magalhães, Joaquim Romero (ed.): Tomé de Sousa e a instituição do Governo Geral (1549). Documentos, in: Mare liberum. Vol. 17 (1999), p. 13-26.

Regulamento para os missionários, Lisboa, 21 de julho de 1607, ed. de frei Venâncio Willeke, in: Santo Antônio, ano 24 / nro. 2 (Recife, 1966), p. 108-110.

Santos, Juvandi de Souza: As fazendas de gado dos jesuítas na Paraíba Colonial (Série: Arqueologia / Paleontologia. Vol. V), Campina Grande / Paraíba, 2015.

Tavares, Cristiane: Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na América Portuguesa (1580-1656), Curitiba: Dissertação no Mestrado em História na Universidade Federal do Paraná / UFPR, 2007; online disponível (acesso: 31 de outubro de 2017):
<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp102451.pdf>

Thornton, John: The Origins and Early History of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550, in: The International Journal of African Historical Studies. Vol. 34, nro. 1 (2001), p. 89-120.

Vat, Odulfo van der: The First Franciscans of Brazil, in: The Americas. Vol. 5/1 (Cambridge, julho de 1948), p. 18-30).

Vieira, Paulo Henrique: Calvino e a educação. A configuração da pedagogia reformada no século XVI, São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

Willeke, Venâncio: Three Centuries of Missionary Work in Northern Brazil Franciscan Province of St. Anthony, 1657-1957, in: *The Americas*. Vol. 15 / nro. 2 (Cambridge, outubro de 1958, p. 129-139.

Willeke, Venâncio: As missões da Custódia de Santo Antônio (1585-1619), in: Província franciscana de Santo Antônio. 1657-1957. Ed. comemorativo do Tricentenário, Recife/PE: Provincialado Franciscano, 1957, p. 245-302

Willeke, Venâncio: The Mission of São Miguel da Una in Pernambuco, Brazil, in: *The Americas*. Vol. 13 / nro. 1 (julho de 1956), p. 69-74.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

Data de aceite: 05/12/2019

Francilene Ramos Lourenço Soares
mestranda em educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG.

RESUMO: Este trabalho foi apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais, e tem por objetivo discutir o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade de Contagem e analisar a metodologia utilizada para a realização das suas propostas educativas. O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” consolidou-se como programa em 2005. Anteriormente a esta data, era um projeto, que foi desenvolvido com o intuito de atender a demanda de um público que buscava informações na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira sobre a história da cidade. A metodologia adotada pelo programa é a do “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado em 1999 por Maria de Lourdes Parreiras Horta e outros autores. Esse guia vem sendo seguido por muitos profissionais para a prática da Educação Patrimonial, mas atualmente o material tem sofrido várias críticas por apresentar uma única metodologia para a Educação Patrimonial. Alguns

pesquisadores acreditam que “metodologias” poderia ser mais apropriado quando tratamos da Educação Patrimonial. Assim, a partir dessas considerações, podemos investigar a metodologia de educação patrimonial divulgadas pelo programa “Por Dentro da História”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em diálogo com os referenciais teóricos que tangenciam o tema. Concluiu-se que, embora a metodologia proposta no Guia Básico de Educação Patrimonial e utilizada pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” não deva ser norteadora, a obra constituiu-se como um material precursor para a Educação Patrimonial no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial, guia básico de educação patrimonial, história local.

“INSIDE HISTORY” HERITAGE EDUCATION PROGRAM: A GUIDE TO METHODOLOGY?

ABSTRACT: This paper was presented at the VIII Meeting of History Research of the Federal University of Minas Gerais, and aims to discuss the Heritage Education Program “Inside History” in Contagem City and to analyze the methodology used for the realization of its proposals. The “Inside History” Heritage Education Program was consolidated as a program in 2005. Prior to this date, it was a

project that was developed to meet the demand of a public seeking information at the Nair Mendes Culture House. Moreira about the history of the city. The methodology adopted by the program is that of the “Basic Guide to Heritage Education”, published in 1999 by Maria de Lourdes Parreiras Horta and other authors. This guide has been followed by many professionals for the practice of Heritage Education, but today the material has been criticized for presenting Heritage Education as a proposal that presents a single methodology. Some researchers believe that “methodologies” might be more appropriate when it comes to heritage education. Thus, from these considerations, we can investigate the conceptions of heritage and history disclosed by the program. To this end, a bibliographic and documentary research was conducted in dialogue with the theoretical references that address the theme. It was concluded that, although the methodology proposed in the Basic Guide to Heritage Education used by the “Inside History” Heritage Education Program should not be guiding, the work was a precursor material for Heritage Education in Brazil.

KEYWORDS: Heritage education, basic heritage education guide, local history.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade de Contagem e a metodologia utilizada pelo mesmo para as práticas de educação patrimonial nesse município. A metodologia adotada pelo programa é a proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial publicado em 1999 por Horta (1999) e outros autores. Esse guia é amplamente utilizado no nosso país para as práticas de educação patrimonial. Mas, geralmente seu uso não tem se dado de forma crítica.

No Brasil, a introdução do termo Educação Patrimonial como metodologia inspirada no modelo da Heritage Education, desenvolvido na Inglaterra, ocorre no 1º seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial no Rio de Janeiro em 1983 (IPHAN, 2014). O evento foi organizado pela museóloga e então diretora deste museu, Maria de Lourdes Parreiras Horta, e reuniu especialistas de várias áreas de formação e atuação de diversas regiões do Brasil (SIVIERO, 2015). Porém, esse momento não pode ser considerado como marco zero da Educação Patrimonial no Brasil, pois já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens (IPHAN, 2014). Chagas entende:

Que a tentativa de estabelecer um marco zero para a “educação patrimonial”, fixando uma data de nascimento (1983), uma cidade (Petrópolis), um museu e uma determinada maternidade ou paternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada “educação Patrimonial”. O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo: a expressão em análise

constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum ator, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular. (CHAGAS, 2006, p.5)

No entendimento de Silva (2018), mesmo que o termo educação patrimonial tenha sido utilizada só no final de 1980, ela assumiu a função de enquadramento das memórias nacionais (POLLAK, 1989) como elemento mais substantivo de suas intervenções. “Educar para o patrimônio converteu-se, por algumas décadas, em estratégia fundamental para a unidade da nação e para sua própria produção” (SILVA, 2018, p.5). Desse modo, é preciso repensar as práticas e as concepções de Educação Patrimonial no país, e suas implicações não só para a preservação, mas principalmente, para os sujeitos.

Para execução desse trabalho de natureza qualitativa, adotei a pesquisa bibliográfica e documental. Assim, investiguei a metodologia de educação proposta pelo Guia de Educação Patrimonial, sua utilização pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e as críticas que recaem sobre o material – Guia Básico de Educação Patrimonial.

2 | O GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em 1999 ocorre o lançamento do Guia de Educação Patrimonial produzido por Maria de Lourdes Parreira Horta e outros autores. Esse material, de acordo com Demarchi (2018), pode ser considerado como um desdobramento do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, e configurou-se como um norteador das práticas educativas no Brasil pelo seu caráter pedagógico e de fácil linguagem e acesso.

Esse guia vem sendo seguido por muitos profissionais para a prática da Educação Patrimonial, mas hoje o material tem sofrido várias críticas por apresentar uma metodologia para a Educação Patrimonial. Alguns pesquisadores acreditam que “metodologias” poderia ser mais apropriado quando tratamos da Educação Patrimonial. Cléo Oliveira (2011) acredita que o guia enquadra a educação patrimonial como uma “metodologia específica”. Para ela, a educação patrimonial deve ser mais do que isso, deve ser “uma ação que dispõe de várias metodologias para atingir seus propósitos” (DEMARCHI,2016).

De acordo com Scifoni (2017), a proposta da Educação Patrimonial como uma única metodologia apresentada no Guia Básico de Educação Patrimonial fez com vários praticantes desse tipo de educação recusasse o termo, gerando fragmentação da expressão e agregando outras terminologias: educação museal, educação para o patrimônio e outros. Mas é importante lembrar que:

Embora com diferentes nomes, a perspectiva não deixou de ser comum, ou seja, de um trabalho educativo voltado à mobilização de saberes em torno do patrimônio,

memória e da herança cultural, tanto em espaços da educação formal como informal. A constituição de um arcabouço conceitual passa, assim, por superar esta dispersão e fazer convergir esforços no sentido de criar uma perspectiva epistemológica para o campo da educação patrimonial. (SCIFONI, 2017, p.6)

Além das dificuldades atuais de constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão sobre a Educação Patrimonial, Scifoni (2017) traz também alguns outros impasses sobre a Educação Patrimonial no Brasil. Uma delas é “a permanência de “ideias fora do tempo”, ou seja, formulações feitas no passado, que tinham sentido frente àquelas condições históricas pretéritas, mas que são repetidas no presente, de forma acrítica como se fossem verdades universais e inquestionáveis” (SCIFONI, 2017, p. 7). Como exemplo dessas ideias, a autora cita o jargão “Conhecer para preservar”. Ela nos esclarece que:

Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação. (SCIFONI, 2017, p.7)

No *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), a educação patrimonial é entendida como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido”. Mas, na visão de Savieri (2015), com o termo “alfabetização cultural”:

Pretende-se realizar uma ação educativa de transmissão de informações, valores e concepções de mundo de alguns “detentores de conhecimento” para aqueles que nada sabem e que devem ser conscientizados. Tal tipo de ação educativa não condiz, segundo Paulo Freire, com uma ação de conscientização e reforça a fetichização e reificação da cultura denunciada por Meneses (2000, p. 37, apud LEITE, 2007, p. 65) como fonte de alienação permanente. Para Freire, os processos de conscientização e de educação confundem-se na medida em que ambos devem ser encarados como um processo permanente de consciência-mundo e de atitude crítica dos homens em seu contexto espaço-temporal. (SAVIERI, 2015, p.97)

De acordo com Savieri (2015), a elaboração de um conceito de educação patrimonial e de suas diretrizes ocorreu, por sua vez, no II Enep, em julho de 2011. Oficialmente, o conceito foi publicado em 2014 no caderno Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos (FLORÊNCIO et al., 2014):

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações a fim de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das

comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (FLORÉNCIO et al., 2014, p. 19 apud SIVIERI, 2018, p.102)

Scifoni (2017) nos diz que o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, e precisamos:

"Entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias" (SCIFONI, 2017, p.13).

A Educação Patrimonial precisa caminhar na direção de trabalhar não mais com a história e memória dos grandes homens e dos grandes feitos, mas sim com história das pessoas comuns, do cotidiano e das práticas culturais e sociais das pessoas que não estão na História e Memória Oficial. Mas, é preciso ter em mente que a Educação Patrimonial não deve ser somente para o Patrimônio, mas principalmente pelo Patrimônio, ou seja, o objetivo não deve ser somente voltado para a preservação, mas também deve-se considerar o sujeito como um construtor de sentidos e significados em relação ao patrimônio, que dialoguem com o tempo presente a partir das suas vivências e experiências.

Para entendermos essa construção de sentidos e significados pelo homem, precisamos passar pela linguagem, pois é por meio dela que o ser humano constitui-se sujeito e atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se a ser histórico e cultural. Na perspectiva Vygotskyana, o significado é a estabilidade de ideias por um determinado grupo, e sua construção depende do contexto sociocultural e das situações vivenciadas. Já o sentido é o instante, não tem estabilidade, pois tem o caráter simbólico, e configurasse como mediador da relação entre o homem e o mundo, sendo um possibilitador desta relação (COSTAS; FERREIRA, 2011).

Assim, quando discutimos o Patrimônio Cultural, sua preservação e os significados que são construídos através dele, temos que problematizar também o valor que ele assume para os diversos sujeitos. Se para uns ele tem um valor artístico, para outros ele tem um valor histórico, e para um terceiro, um valor religioso. Trabalhar esses valores no processo de preservação constitui então um emaranhado de representações que se combinam e se definem pelo olhar e pelos sentidos do sujeito, no tempo que não é dado, mas sim construído.

3 | O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA” E OS PASSOS PROPOSTOS PELO GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” em Contagem consolidou-se como um Programa no primeiro semestre de 2005. Anteriormente a esta data, era um projeto, que foi desenvolvido com o intuito de atender a demanda de um

público que buscava informações na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem- sobre a história do município (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA, 2009).

O programa é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as escolas, tem como objetivo principal, aliar educação, conhecimento da história local e preservação do Patrimônio Cultural. Constitui-se como parte integrante de uma política pública desenvolvida pela Prefeitura de Contagem na área cultural desde 2005. Apresenta-se como um trabalho que foi construído coletivamente. Para isso, contou com o envolvimento da comunidade e com algumas iniciativas das escolas do município.

A Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, foi o lugar que o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” emergiu como parte de uma política pública voltada para o Patrimônio Cultural. Edificação construída no século XVIII, tradicionalmente conhecida como “Casa do Registro”, é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga “Contagem das Abóboras”, foi restaurada em 1991 e tombada em 1998. Em 2007, foi reconhecido pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como primeiro museu de Contagem (CONTAGEM,2018). Santos (2017) nos lembra que a Casa de Cultura Nair Mendes:

Ao longo destes anos, fez um grande esforço para estimular as visitas orientadas e também difundir seu acervo composto, além do próprio casarão, de alguns artefatos, documentos e de fotografias antigas do município. Na perspectiva do conceito de cidade educadora, procurou divulgar e existência de outros bens tombados e registrados como patrimônio cultural e incentivou o reconhecimento de outros bens culturais legitimados pelas comunidades que ainda não figuram na lista oficial protegida legalmente. (SANTOS,2017, p.63)

As ações e atividades de Educação Patrimonial na cidade de Contagem não é uma prática recente , pois “ foram iniciadas, como parte das diretrizes da política cultural do município, junto com o trabalho de identificação e proteção do Patrimônio Cultural, em meados da década de 90 do século XX”(REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA , 2009,p.10), com a promulgação da lei de proteção do patrimônio, a Lei nº 2.842 de 29 de abril de 1996 e a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC – com a aprovação da Lei nº 2.961,de 11 de junho de 1997 (ANDRADE, 2015).

Os avanços nas ações e atividades de Educação Patrimonial em Contagem, permitiram assim que um projeto se transformasse em um programa. O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” foi reconhecido em nível nacional, sendo o ganhador na categoria de Educação Patrimonial em 2008 no concurso promovido pelo IPHAN com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em dezembro de 2008 foi matéria da Revista de História n.39 da Biblioteca Nacional.

O programa também sugere para as escolas os seis passos da metodologia de Educação Patrimonial baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de

Maria de Lourdes Parreira Horta (1999) e outros autores (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA, 2009). Esse Guia, é um dos materiais norteadores das práticas de educação patrimonial no país, mas alguns autores têm feito algumas considerações críticas a essa obra. Sobre a metodologia proposta pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e apresentada no Guia Básico de Educação Patrimonial, precisamos tecer algumas considerações.

Para estruturação da sua produção didática e das ações educativas, o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” sugeriu os seguintes passos baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999):

- Observação: identificação do objeto, de sua função e seu significado. Desenvolvimento da percepção visual e simbólica;
- Registro: fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica. Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
- Exploração: desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
- Apropriação: envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem ou bens culturais.
- Sistematização e documentação: produção de relatório ou portfólio dos resultados do trabalho ou projeto. Organização do acervo: reportagens de jornal, livros, CD's, vídeos, fotografias, etc.
- Divulgação: publicação de material impresso (artigos, relato da experiência e ensaio) ou em audiovisual dos materiais produzidos no desenvolvimento do projeto.

Desses seis passos, os quatro primeiros podem ser identificados diretamente no Guia Básico de Educação de Educação Patrimonial, a saber: observação, registro, exploração, apropriação. Os outros dois últimos passos podem ser identificados de forma indireta no material.

Sobre esses passos, Demarchi (2018) acredita que durante o processo de desenvolvimento, não houve momento para problematização do significado do patrimônio cultural. Imagina-se que sua preservação esteja garantida, pois “conhecido, logo, preservado”. Assim, pretende-se que o lúdico auxilie a revelar a internalização da valorização do patrimônio realizada. Retiradas todas as marcas sociais do patrimônio cultural, resta apenas sua valorização, mas não é o que se verifica na realidade (DEMARCHI, 2018).

É preciso saber porque mesmo sendo criticado por apresentar uma única metodologia de Educação Patrimonial ele continua a ser muito utilizado. Sobre isso, Demarchi (2018) nos diz que esse uso pode se dar por vários motivos: pela sua

chancela estatal, que lhe confere credibilidade; pela sua acessibilidade na internet, pela ausência de outras publicações, pelo seu próprio mérito, pela sua eficiência metodológica e conveniência teórica. Assim, para esse autor, “o Guia não deve ser descartado, mas lido e apropriado criticamente, pois há no material, muitas sugestões importantes que devem balizar as ações educativas” (DEMARCHI, 2018, p.160).

4 | CONCLUSÃO

A partir do exposto, é importante pensarmos a utilização do Guia Básico de Educação Patrimonial na sua relação com a história de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Por muito tempo, valorizou-se o chamado patrimônio de “pedra e cal” em detrimento do patrimônio imaterial, que só teve sua preservação reconhecida pelo decreto 3.551 de agosto de 2000.

Assim, é importante observarmos o Guia Básico de Educação Patrimonial como um material legitimado pelos órgãos de preservação, e que assumiu uma grande amplitude para as práticas de Educação Patrimonial no Brasil.

Desse modo, entendemos que o Guia Básico de Educação Patrimonial, mesmo sofrendo muitas críticas por propor uma única metodologia para esse tipo de educação, não perde sua importância. Embora a metodologia proposta no guia e utilizada pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” não deva ser norteadora, a obra constituiu-se como um material precursor para a Educação Patrimonial no Brasil, mas deve ser utilizado de forma cuidadosa, crítica e de acordo os objetivos que se deseja alcançar com esse tipo de educação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Noêmia Rosana de. **Manual de gestão pública do patrimônio cultural de Contagem.** 1. ed. **Contagem:** Prefeitura Municipal, 2015. 35 p. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/cartilha-web-12112015.pdf?x=20181020084503>>. Acesso em: 01/11/2018
- CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê educação Patrimonial**, n. 3, Iphan, jan. - fev. 2006
- COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Iberoamericana de Educacion**, n. ° 55, 2011, p. 205-223.
- DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.267-291, jul. /dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/119941/122092>>. Acesso em: 30/08/2018.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 01/11/18.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 01/11/18.

OLIVEIRA, Cléo Alves. **Educação patrimonial no Iphan.** Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA. Contagem, ano 1, nº1, jan.2009. 36p. Disponível em: <<https://bit.ly/2qISFsu>>. Acesso em: 30/07/2018.

SANTOS, Anderson Cunha. **Patrimônio cultural e história local:** a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson (org.). **Caderno do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v.18, n.º48, jan-mar, 2017.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e172781, 2018.

SIVIERI, Fernando Pascuott. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015.

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

Data de aceite: 05/12/2019

Sagrado; Regime militar; Guerrilha do Araguaia.

Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior

RESUMO: Procurou buscar, a partir do filme “Araguaia: Campo Sagrado” (2011) uma hermenêutica das narrativas dos atores sociais, privilegiando a produção da memória sobre a Guerrilha do Araguaia. Percebendo esse filme como documentário centrou-se no estudo da construção de uma narrativa sobre um fato histórico. Em outro ponto, foi necessária a abordagem sobre a memória trabalhada por Le Goff e Pollak, para que se tenha uma perspectiva sobre a memória coletiva produzida. Utilizando-se da hermenêutica proposta por Gadamer, analisou algumas falas dos sujeitos presentes no filme, buscando identificar sentidos num contexto atual. Problematizou a opressão aos camponeses e guerrilheiros na região de Xambioá e povoados às margens do Rio Araguaia no Tocantins e no Pará, durante o confronto da Guerrilha do Araguaia. As memórias então produzidas são de medo, sofrimento e aversão ao regime instalado na época, bem como se depreende das falas dos sujeitos sociais entrevistados, que ainda há um silêncio velado das agruras então vivenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Filme; Araguaia–Campo

ABSTRACT: From the film “Araguaia: Campo Sagrado” (2011), she sought to find a hermeneutic of the narratives of social actors, focusing on the production of the memory on the Araguaia Guerrilla. Realizing this film as a documentary focused on the study of the construction of a narrative on a historical fact. At another point, it was necessary to approach the memory worked by Le Goff and Pollak, in order to have a perspective on the collective memory produced. Using the hermeneutics proposed by Gadamer, she analyzed some speeches of the subjects present in the film, seeking to identify meanings in a current context. He problematized the oppression of peasants and guerrillas in the region of Xambioá and settlements on the Araguaia River in Tocantins and Pará during the confrontation of the Araguaia Guerrilla. The memories then produced are fear, suffering and aversion to the regime installed at the time, as well as from the speeches of the social subjects interviewed, that there is still a veiled silence of the hardships then experienced.

KEYWORDS: Film; Araguaia - Sacred Field; Military regime; Guerrilla of the Araguaia.

1 | INTRODUÇÃO

No presente artigo se busca analisar a

produção fílmica “Araguaia: Campo Sagrado”, a partir da interpretação de algumas falas dos sujeitos sociais que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia ocorrida no início da década de setenta, em pleno regime militar.

Ao escolher a presente temática, o interesse foi despertado pelo conteúdo da história oficial e a história retratada por aqueles que se encontram à margem do conteúdo dos livros de história que retratam o tema. A versão daqueles que viveram e participaram do confronto, na condição de camponeses, traz novos traços para a construção daquela história, permeada de dor, sofrimento e angustia.

Através da utilização da produção fílmica de gênero documentário, o estudo e a rememoração da história passa a ser mais atrativo e significativo, pois se tem a possibilidade de facilitar a formação de ideias sobre um determinado fato histórico.

O método que será utilizado é a hermenêutica, na perspectiva de Gadamer (1999), que propôs uma hermenêutica unitária, onde a busca pelo sentido se inicia nos estudos das percepções dos indivíduos, sendo que essas percepções vêm a se compor pelo somatório dos valores individuais, com a influência dos valores sociais, que serão esteio para toda a atividade de interpretação. Sendo então, realizada uma projeção de sentido, na qual será analisada pela ótica do processo de compreensão.

Busca-se no presente trabalho responder quais as reminiscências que emergem das falas dos entrevistados no documentário “Araguaia: Campo Sagrado”, em um processo de compreensão do que foi a guerrilha do Araguaia e qual a influência do idealizador daquela produção fílmica na produção dos sentidos. Assim, pode-se destacar que o problema de pesquisa então repousa na indagação de como a guerrilha do Araguaia e a própria administração do Estado pelos militares são vistos por aqueles que vivenciaram o regime enquanto observadores dos confrontos entre os agentes estatais e os opositores daquela administração, sem esquecer sua correlação com os elementos exógenos, bem como aqueles inerentes às intencionalidades de quem vem a produzir o documentário.

2 | DOCUMENTÁRIO E MEMÓRIA

O cinema, visto como meio de expressão da arte, deve ser explorado também como forma de difusão de um discurso, contribuindo para a construção dos significados sociais. O encontro da arte de filmagem e montagem, bem como o processo de produção, resultam num conjunto de significados, que serão objeto de transmissão, para que os elementos som e imagem possam produzir sentidos.

Nichols (2005) destaca que não se pode dissociar por completo a ficção do documentário, pois várias técnicas são utilizadas tanto na ficção como no gênero documentário, como a própria roteirização, encenação, reconstituição, ensaio e interpretação. Assim, muito embora “Eles estão baseados em suposições diferentes sobre seus objetivos, envolvem um tipo de relação diferente entre o cineasta e seu tema e inspiram expectativas diversas no público” (NICHOLS, 2005, p. 17) não há uma

ruptura completa entre ambos.

O mesmo autor ao abordar as questões das técnicas empreendidas na produção cinematográfica que tentam transmitir a realidade de determinado fato, alerta que toda a construção da película perpassa por um processo de industrialização para dar impressão de autenticidade (NICHOLS, 2005). Neste jogo de imagens selecionadas, dispostas em padrões ou sequências, a interpretação e o significado irão depender de outros fatores.

No cinema a imagem, em geral, é explorada em toda a sua densidade como forma de linguagem e significa sem vir ancorada no verbal. É usada como imagem que é, como forma de linguagem e não como cenário. Portanto, tem aí uma textualidade diferente da que se vê nos outros meios de comunicação. Diferente da imagem na TV, a qual pode boa parte do tempo ser apenas ouvida, a imagem no cinema compõe cada nó no tecido visual, não podendo ser descartada, como na TV (SOUZA, 2001).

Nichols (2005) ao abordar a temática sobre a abordagem conceitual diz que no documentário possui “conceito vago”, até mesmo porque não adota um conjunto fixo de técnicas, possuindo características diversas.

Alerta o autor, também, sobre a existência de filme ficcional e não-ficcional, fazendo uma divisão de gêneros, como sendo os de “satisfação de desejos” e os de “representação social”, assim, os primeiros seriam aqueles que versam sobre os sonhos e pesadelos, tornando visível e audível aquilo que era imaginável. Já os de “representação social” seriam os não-ficcionais, ou seja, representam aspectos de um mundo já compartilhado (NICHOLS, 2005).

No entendimento de Nichols (2005), o documentário adentra ao mundo como representação, fazendo isso ao oferecer um retrato condizente com o mundo que é conhecido ou conhecível, tornando uma base para a crença do real; ademais, os argumentos ou descrições nele inserido, torna possível ver o mundo de uma outra maneira, assim, há uma defesa de um determinado ponto de vista. Assim, há uma representação do mundo histórico e não necessariamente uma reprodução da realidade nos moldes de como ela ocorreu. A representação é produto do seu idealizador, sendo seu ponto de vista do passado.

[...] os documentários representam o mundo histórico ao moldar o registro fotográfico de algum aspecto do mundo de uma perspectiva ou de um ponto de vista diferente. Como representação, tornam-se uma voz entre muitas numa arena de debate e contestação social (NICHOLS, 2005, p. 73).

Como visto, não há como dissociar o idealizador da obra filmica não-ficcional na construção das representações da verdade retratada ao final da película, devido as técnicas utilizadas que espelham seu pensamento. No entanto, mesmo com a presença de um roteiro, não há como prever o que os sujeitos sociais irão reproduzir durante a entrevista; mas não se pode colocar ao largo a possibilidade de edição,

fazendo com que se reproduza tão somente as intencionalidades de seu idealizador. Ademais, na película não-ficcional, há uma tentativa de reprodução de uma realidade anteriormente vivenciada, ou ao menos, a representação dessa. Assim, embora sob a ótica daquele que o produz, há uma gama de fatores que se entrelaçam fazendo com que novas perspectivas sejam abordadas na temática não-ficcional, cujo roteiro já se tinha previamente disposto.

O documentário não-ficcional, como mencionado, vem trazer uma representação da verdade e não uma reprodução fiel dela. Alguns documentários foram realizados sobre a ditadura militar e a guerrilha do Araguaia. Um dos últimos “Soldado do Araguaia” (2018) de Belisário Franca, retrata a história na voz de um ex-militar do regime, trata-se do ex-cabo Elias; o cineasta focou em soldados de baixa patente e oriundos da própria região do Araguaia, onde as famílias destes militares sobreviviam no meio rural. Na época, tais aspirantes às Forças Armadas, tinham no Exército a ideia de um futuro diferente dos vivenciados por seus familiares.

A ditadura no país teve duração de mais de vinte anos, e é possível afirmar que esse foi um período de grande sofrimento e luta para os brasileiros. Vários governantes chegaram ao poder nesse período, cada um com a sua própria característica de comando e controle.

Vale lembrar, que a Guerrilha aconteceu ao norte do Estado do Tocantins. Os discursos sobre o embate e a atuação dos militares foram, na época, legados ao esquecimento, muitos torturados e vários guerrilheiros executados, porém tais episódios foram velados. As execuções presenciadas pela população, em sua grande maioria eram denominadas como sendo suicídios ou fugas, para que durante a vigência do esquecimento institucionalizado, se produzisse uma representação da verdade na elaboração da história oficial. Silva (2016, p. 03) aponta que durante a guerrilha do Araguaia “muitos moradores sofreram de perto com as prisões e torturas, sob a acusação de acobertarem os comunistas ou simpatizarem com seus ideais”. A autora retrata sobre a mobilização dos guerrilheiros na região Norte do Brasil.

Xambioá não foi propriamente o foco de atuação dos guerrilheiros, concentrados em localidades no sul do Pará, mas serviu principalmente como base de apoio aos milhares de militares que se dirigiram para a região com o objetivo de combater os militantes do PCdo B envolvidos com a luta armada contra a ditadura militar (1964-1985).

Silva (2016) ainda destaca a disparidade de armas e o consequente massacre engendrado pelo Governo que dizimou os guerrilheiros que se encontravam na região, no desiderato de silenciar os fatos.

Terminado o confronto pela aniquilação dos guerrilheiros resultante da acentuada assimetria de forças e intenção de não fazer prisioneiros, a estratégia do governo militar é a do silenciamento e do esquecimento: não se pode falar; não se deve lembrar a insurgência à ordem nascida nas regiões remotas do país (SILVA, 2016,

Ademais, vale lembrar que os sujeitos sociais neste confronto, não são apenas os guerrilheiros e os militares, também se deve ter atenção a importância dos moradores daquela região que recebeu o conflito armado, Medeiros (2013, p. 258) vem fazer alusão a este ponto ao destacar que

A maioria dos trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia investiga e publicita, basicamente, o conflito armado e a oposição entre guerrilheiros e militares, como se esses fossem os únicos sujeitos históricos desse processo. Nesse sentido, os moradores da região, suas expectativas, seus modos de viver e suas memórias são opacizadas na reconstrução do processo.

A invasão dos militares na região, se tornou marca indelével na paisagem local dos ribeirinhos. A permanência no local da ocorrência da guerrilha até a presente data, fez com que estes sujeitos sociais aguçassem suas lembranças quando do processo de reminiscência. As más experiências vividas durante o embate, fizeram com que os camponeses realizassem uma construção de um discurso agrupador.

O efeito advindo daquele regime em atuação durante a guerrilha, foi sentido também por diversas comunidades ribeirinhas, atingindo os camponeses e índios que ali viviam, transformando suas vidas e alterando sua forma de existência.

A partir do documentário “Araguaia: campo sagrado” serão abstraídas representações da realidade a partir da visão de diferentes atores sociais, com as influências e técnicas de filmagens utilizadas pelo produtor da película, fazendo um processo de recodificação do passado através de instâncias da memória.

No campo da memória, esta pode ser tratada como um arquivo daquilo que nos apareça importante e marcante. Lembranças alocadas na memória podem sofrer o esquecimento, pela presença de contradições, lacunas, pela pouca importância de certas vivências etc. No entanto, vale ressaltar que quando um arquivo é pouco instigado, utilizado, vai se esvaindo com o passar do tempo.

Quanto a oscilação da memória e suas fragilidades, Silva (2016, p. 2) destaca que

É do acontecimento e da memória que trata este texto e, por isso mesmo, dos movimentos do sujeito em busca do sentido para o vivido, prolongando seus efeitos pelas retomadas da reminiscência, enquanto acrescenta ressignificações. Nessa direção, tomamos como pressuposto de que a memória é sempre ‘imperfeita’, no sentido de sua incapacidade de comportar as ‘agudezas’ da experiência, mas é nela que se constrói a ‘legibilidade’ para o acontecimento, o que sobreveio, o momento fulgural para aquele que se inscreve a posteriori como sujeito da memória.

Ricouer (2007), trata sobre os rastros que levam à lembrança e suas modalidades, vem trazer, também, o apagamento e a persistência destes rastros; nota-se que quando são poucos os resquícios de lembrança, a tendência é que haja um esquecimento

mais acelerado.

Na ditadura militar, sob a égide do autoritarismo, o controle do silêncio político foi permeado na sociedade, as únicas vozes ouvidas foram as da autoridade controladora, que detinha o poder da efetiva distribuição do conhecimento, isto é, transmitindo o que deveria ser propalado e o que necessitaria ser censurado.

Os livros tentam demonstrar em sua grande maioria a visão dos militantes, e acabam apenas reservando espaço para essas interpretações não levando em conta, talvez, a importância do questionamento das fontes independentes e se estas são de origem militante ou militar, ou seja, vencedores ou vencidos – se é que podemos usar tal termo ao falarmos do complexo período em que este trabalho se insere, o que poderia levar a interpretação de tais livros, sobretudo os trabalhados em torno de depoimentos de militantes, que são a grande maioria, a uma nova área de interpretação.

A esse respeito, ilustra Medeiros (2013, p. 258):

Nossa proposta, entretanto, segue em outra direção. Embora reconheçamos a importância da ação dos Guerrilheiros que tombaram nas matas que circundavam os rios Araguaia e Tocantins, lutando pela redemocratização do país, consideramos que a história e a historiografia têm uma dívida para com os demais sujeitos que, num primeiro momento, de forma inesperada, tiveram que se envolver naquele processo, que, a priori, não lhes dizia respeito: os moradores da região na qual o conflito armado entre militares e guerrilheiros fora deflagrado.

Na medida em que há uma correlação entre poder e memória ao inferir a história, cada período analisado, sob a ótica desta relação, deve aderir a uma memória coletiva producente, para que a relação entre memória e história sirva de “libertação” para os homens.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2011, p. 47).

Pretende-se com a análise do documentário “Araguaia – Campo Sagrado” compreender a memória dos camponeses sobre a guerrilha; o que será realizado a partir das narrativas e formas de representações, testando a possibilidade da ocorrência do esquecimento ou silenciamento nos sujeitos sociais. A partir da análise da memória produzida pelas falas dos personagens, dentre eles, de Seu Beca que é um dos atores sociais presentes na abertura e do encerramento desta produção fílmica dirigida por Evandro Medeiros, pretende-se alcançar o que de fato aqueles camponeses e demais personagens recordam do regime totalitário, precisamente da guerrilha do Araguaia.

Percebe-se-á que a narrativa advinda das relações de resistência faz surgir na rememoração destes sujeitos sociais, guerrilheiros e camponeses, a lembrança de aspectos cruéis do período e suas consequências, não somente consequências da verdade então silenciada que vigora em um regime autoritário, mas também emergem

aspectos particulares que marcaram de forma indelével aqueles sujeitos. Vindo então, a servir de um desabafo e ao mesmo tempo um refrigerio por dar visibilidade a estes ditos esquecidos, que foram silenciados pelo regime de exceção.

Para uma melhor clareza de sentidos, nas percepções dos indivíduos entrevistados na obra fílmica “Araguaia: Campo Sagrado”, sendo que essas percepções vêm a se compor por um somatório dos valores individuais, com a influência dos valores sociais, que serão esteio para toda a atividade de interpretação, em um processo de compreensão, se utilizará a hermenêutica proposta por Gadamer (1989).

Para que haja um processo de compreensão mais produtivo, necessário um grau de interesse elevado, pois a interpretação dada pelo sujeito deriva da absorção de informações inferidas. Ademais, os nossos sentidos produzidos são frutos de uma interpretação arraigada de outras projeções e do nosso próprio modo de atribuição qualitativa advinda de nossas preconcepções.

Pela necessidade da interpretação das falas dos sujeitos sociais a partir da investigação gadameriana, onde se busca um meio para compreensão do indivíduo no mundo, há o cuidado, como já retratado, de se observar os fatores exógenos que permeiam as falas para uma fidedigna percepção dos discursos empreendidos na produção fílmica.

Como mencionado, Gadamer (1999) identifica a necessidade de um processo interpretativo unitário, onde a interpretação e os elementos de aplicação fazem parte da construção do sentido, não havendo disciplinas interpretativas isoladas, devendo ser observados todos os fenômenos em um único processo hermenêutico, que embora de aparência multifacetada, as características múltiplas se tornam partes de um todo. Assim, nas representações sociais de determinados fatos históricos apresentados no documentário, há a necessidade de observância de outros elementos, que não somente a oralidade advinda dos sujeitos sociais. Neste ponto vale lembrar, que para Heidegger, filósofo no qual Gadamer (1999) baseou seus estudos, diz que o sentido vem do mundo, por intermédio das intencionalidades nas compreensões humanas.

Gadamer (1999) não se propõe a conhecer o passado à luz do presente, mas concede ao passado uma singularidade, onde a história deve produzir um conhecimento livre. O ponto alto da interpretação gadameriana é escapar do senso comum, das fórmulas preconcebidas, onde para a penetração dos sentidos, há constante renovação do ato interpretativo.

Assim, vale destacar, que ao abordar o documentário como mola propulsora do presente estudo, há a necessidade de decupagem da obra, analisando cada cena, para que se possa inferir uma interpretação das falas dos sujeitos sociais, até pela motivação de haver a necessidade de descrição das falas para análise conjunta e possível confrontação entre os discursos daqueles atores culturais.

Na tentativa de demonstrar por meio do documentário a experiência dos atores sociais presentes na obra “Araguaia – Campo Sagrado”, deve-se fragmentar as falas, na busca de interpretar as memórias armazenadas no tocante aos eventos ocorridos

durante o regime militar.

Destarte, com o processo de decupagem da obra fílmica, em que será analisado a película em um processo de fragmentação dos sons e imagens, precisamente nas falas, com a necessária transcrição deste elemento sonoro, se retratará a construção da memória, precisamente a coletiva, a partir das representações da verdade.

3 | ARAGUAIA: “CAMPO SAGRADO”

Quanto ao objeto de pesquisa, trata-se da produção fílmica de gênero documentário denominado “Araguaia: Campo Sagrado”¹. A película tem como a temática a Guerrilha do Araguaia, 1971, a partir das narrativas de camponeses que testemunharam ou participaram dos fatos, como presos e torturados pelo então regime de exceção.



Figura 01 - Imagem de Divulgação do documentário

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

O documentário inicia com uma frase que é parte do livro *Le Petit Prince*, de 1943, do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, que anuncia “[...] que é preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas”, aparentemente um prenúncio das agruras que serão retratadas pelos sujeitos sociais. Na sequência, faz alusão à Serra das Andorinhas/Martírios localizada no município de São Geraldo-PA., local onde foram despejados os corpos dos guerrilheiros mortos pelos militares, demonstrando por fotos o poderio bélico e tático das forças armadas naquela época.

1 Documentário lançado em 2011 na cidade de Marabá, Estado do Pará, tendo a direção de Evandro Medeiros e produção de Labour Films, com duração de cinquenta minutos

Ao mostrar o poderio militar no documentário, refletido no quantitativo de militares, em todo o aparato bélico e na forma como os militares se organizaram para o embate, são imagens utilizadas como símbolos que retratam a representação histórica da época, para assim, confirmar e agregar às falas dos atores sociais. Observa-se que a interpretação histórica, a partir da hermenêutica, não se pode inferir apenas “em seu correlato no conceito de expressão”, mas atingir também o sentido oculto, aquilo que necessita de ser revelado para a construção histórica (GADAMER, 1999).

Faz como último ato de introdução da película, a citação de uma frase de autoria desconhecida que é “Não existem forças que possam ocultar a história [...]” que retrata a tentativa de demonstrar o que de fato ocorreu naquele período ditatorial. Após, segue-se uma visão de uma mata, onde alguém não identificado, devido ao fato de que a câmera ocupa o lugar do ator, caminha acelerado por uma trilha pela mata, de forma ofegante, provavelmente retratando um guerrilheiro ou camponês fugindo dos militares, momento em que, aos 3'01”, se inicia a fala de um dos atores sociais, “Seu Beca”, camponês da região.

Foi uma guerra suja, uma guerra massacrada. Em todo canto do corpo eu peguei choque. Passei quarenta e cinco dias preso, é... Trinta dia o ‘armoço’, a janta e o quebra jejum era ‘péa’; só o que a gente comia, dava de comer, mas quem que podia comer? Numa infelicidade dessa. Fui torturado, fui massacrado e fui julgado. Eu não dormi nem um pingo, nem um pingo, nem um pingo; orando a Deus a noite todinha, a lua bonita. A lua bonita, aí eu ... Eu orei a Deus, fiz um voto com o divino espírito santo pra não deixar fazer uma coisa daquela comigo.



Figura 02 – Camponês “Seu Beca”

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Percebe-se no gestual do “Seu Beca”, com os dedos em riste nas primeiras frases, que ele possui segurança naquilo que fala. Alega que sofreu tortura dos militares, que o deixaram sem comida, unicamente recebendo agressões nos horários das refeições.

Percebe-se que se trata de uma pessoa religiosa, que clamou a Deus quando viu a lua, provavelmente, do local do cárcere, almejando a liberdade. No processo de intelecção das falas dos sujeitos sociais é primordial o afastamento de determinados preconceitos pois eles prejudicam a construção do saber do passado histórico, devendo se buscar de forma despida de autocompreensão o sentido então produzido (GADAMER, 2002).

Após a anunciação do título do documentário, ao som de tambores, e da bandeira contendo os dizeres litúrgicos Santíssima Trindade, com a apresentação do título do documentário, “Seu Beca” continua sua história. Com precisão de data, aos 03’15”, ressalta o dia do mês em que ocorreu sua prisão, e que foi conduzido à cidade de Xambioá-TO por militares que utilizaram um helicóptero para a sua locomoção. De forma bem simplória aduz que os militares queriam que sua esposa grávida, em dias de parto, o acompanhasse.

É... Dia 14 de Outubro de 1973, eu fui preso pelo exército brasileiro na região aqui do OP2. Eu “tava” com minha mulher gestante, pra ganhar criança em São Geraldo do Araguaia e tinha minha roça aqui, chamava Cento. Eu na região, na... No momento que ela tava no dia de ganhar nenê eu tinha mandado fazer uma farinha antes, tinha mandado fazer uma farinha, trinta saco de farinha. Tinha uma mandioca aqui na roça, mandei fazer uma farinha e ai o pessoal tava fazendo a farinha; dois, era dois homem e uma mulher. Ai eu... A mulher... Eu tinha mandado fazer a farinha e vim, é... Pegar a farinha, a mulher ficou assim com a cara meia ruim já, e eu digo: mulher se você vê que vai ganhar antes de eu chegar... “Não, tu vai de pressa e vem”. Que era viagem de eu ir num dia e voltar no outro né. (...) Quando foi no dia 14 de tardezinha, baixou um “helicopi”, nesse tempo eu num conhecia nem o que diabo era “helicopi”. Era um “helicopi” pequeno, baixou lá onde é o INCRA hoje e era um campo de bola. Quando ela tava, é... Com a dor pra ganhar menino, eles entraram dentro do quarto e queria que a mulher ... O menino já no nascedor, ele queria que a mulher levantasse e caminhasse cinquenta quilômetros atrás de mim de pé. É... Ai... Voltaram, o povo pedindo... As mulher pedindo pra não fazer aquilo, ai a mulher chorando. Na hora que a mulher descansou, num tinha acabado nem de despachar, eles chegaram e pra mulher levantar do jeito que tivesse era pra levantar pra ir atrás de mim, aquela humilhação esquisita.

Ao relembrar a data com precisão, oferece a dimensão do tempo, que para a história é fundamental, pois é produto de sua expressão. “Matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história” (LE GOFF, 2011).

Aos 04’5’2” de filme, no intervalo de fala de “Seu Beca”, aparece uma cena em preto e branco de um helicóptero levantando voo por entre as serras; muito embora já na década de 60, havia uma hegemonia do cinema em cores, o monocromático serve para fornecer sentido, aguçar a relação com a realidade, pois sem a distração das cores consegue-se a essência do sentido das coisas.

Podemos observar a presença da cor na narrativa no cinema, ao longo de sua história, como resultado não só do desenvolvimento tecnológico, mas como produto das relações combinatórias entre os elementos na produção de sentido, mesmo quando temos como referência a película monocromática combinada com as em cores, intencionalmente usadas para produzir sentido e significar (PALMER, 2015).

Ao ser conduzido na aeronave, os militares utilizaram de manobras que “Seu Beca” retrata como sendo “cavalo-de-pau”², para que, ao sentir dele, ficasse atordoado. Percebe-se que, provavelmente, tais manobras serviam para assustá-lo, na tentativa de facilitar a condução de um possível interrogatório. Alega, também, que foi preso na condição de terrorista/guerrilheiro, em um trecho de seu depoimento relata que foi chamado de “bandido sabido”, forma jocosa para retratar a resistência com que “Seu Beca” havia demonstrado nas perigosas manobras empreendidas pelos militares. Na parte final de sua fala, relata que haviam o levado para um local onde aparentava ser um curral, cercado de arame, no local já se encontravam outros presos, havendo uma proibição de proposições de conversas entre eles.

Na fala de “Seu Beca”, tem-se a percepção que realmente há uma ação seletiva da memória ao aduzir sobre as ações dos agentes do Estado, aquela seletividade retratada por Le Goff (2011), onde vigora a particular dialética entre esquecimento e lembrança, onde a memória não se opõe ao esquecimento, mas se ajustam.

A partir desde momento, seguem as falas de outros atores sociais. Percebe-se que tal situação tem como escopo dar mais credibilidade aos fatos ali narrados, pois há uma sucessão de falas que se encaixam enquanto produção de sentidos, as falas retratam as formas com as quais os militares chegaram na comunidade local.

Vale novamente destacar que os camponeses passaram anos embrenhados em silêncios, e também de alusões e metáforas, moldados pela “angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLACK, 1989), no entanto, se lembram de detalhes daquela época, isso se explica devido a intensidade da experiência.

“Dona Madalena”, camponesa, filha de torturado, aos 08’34”, alega que havia a predisposição dos camponeses em dar acolhida aos guerrilheiros, pois chegavam na comunidade pedindo comida e o natural seria auxiliá-los. Porém, não sabiam das consequências do ato, o que fez com que vários camponeses fossem presos e torturados devido à ajuda fornecida. Quando a entrevistada “Dona Madalena”, citando a acolhida aos guerrilheiros, exemplifica ao entrevistador que se este chegasse pedindo comida, ou no dizer da entrevistada “pedindo boia”, seria de costume que ela fornecesse, demonstra o assentimento com a conduta dos demais camponeses, bem como retrata a fiel cultura camponesa, de partilha de alimentos.

O que as pessoas iam fazer? Eles chegavam na casa e um dava comida pra eles comerem. Quando eles descobria, né? Pegava a gente. A gente não sabia né? Porque, assim, por acaso você ta chegando hoje em minha casa e você tá com fome né?! Pede um prato de boia, claro que lhe dou, né?! E era assim que acontecia aqui na região.

“Seu Joaquim”, aos 09’33”, pessoa já idosa, também relata o sofrimento da

2 Termo regional utilizado para demostrar manobras de risco e/ou perigosas.

época, ao apontar para um conhecido ao seu lado em busca de confirmação, descreve as truculências dos militares, recordando de um camponês de alcunha de “Zé Novato” que foi preso em Xambioá-TO, deixado no buraco por um longo período e teve como sequela a paralisia.

O sofrimento aqui foi triste, aí teve deles aí que ficou paralítico como esse aqui que sabe disso, dessa história. Que o Zé Novato mesmo, coitado do véri Novato, foi preso nesse Xambioá bem aí, apanhou que ficou paralítico; passou não sei quantos tempos dentro de buraco de pedra e dentro de buraco no chão.



Figura 03 – “Seu Joaquim” Camponês

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Na imagem, “Seu Joaquim”, dentro de alpendre no vilarejo, vestido de forma bem simplória, gesticulando e com firmeza em suas ponderações, relata os fatos ocorridos durante a guerrilha do Araguaia.

A partir 09'49" da película, os sujeitos sociais já entrevistados reaparecem dando prosseguimento às narrativas dos sofrimentos vivenciados na guerrilha, reafirmando os dizeres de outros entrevistados e trazendo novos fatos da época, de como os camponeses auxiliaram os guerrilheiros e como foi a atuação dos militares na região. Percebe-se nitidamente que o produtor da película faz os recortes para dar maior credibilidade às narrativas dos sujeitos sociais e ao seu próprio ponto de vista. Esta construção da representação da verdade, de um aspecto comum na narrativa, vem das intersubjetividades, assim identificada por Gadamer (2002), como comunhão de opiniões.

“Dona Madalena”, aos 09'52”, na continuidade de entrevista, retrata que as pessoas que foram detidas pelos militares na guerrilha sofreram com a violência, causando-lhes um mal irreparável, em suas palavras alega que “nunca mais foi homem, prestaram...[sic]”. Ela recorda que um conhecido chamado “Silvano” chegou a vomitar sangue, devido aos maus-tratos.



Figura 04 – “Dona Madalena” - Camponesa

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

A imagem acima demonstra um ambiente de vivência campesina, onde se tem ao fundo, espigas de milho para debulhar, bem como um fogão à brasa. Nota-se, então, que o idealizador da película priorizou um ambiente familiar ao entrevistado, para dar maior comodidade e naturalidade para o ato da entrevista.

O barqueiro Joaquim Borges, com o semblante ainda entristecido, diz que muitos ainda estão doentes devido à violência praticada pelos militares naquela época; em um sinal de dor ao relembrar o passado, abaixa a cabeça, surgindo então a técnica cinematográfica denominada fade-out, que se trata do escurecimento gradativo da imagem, servindo, neste caso, aparentemente, para dar mais consternação à cena.

Aos 16'20" do documentário, com imagens da Vila Boa Vista, em São Geraldo do Pará, os camponeses João de Deus e “Seu Messias” relatam que os guerrilheiros auxiliavam com tratamento de saúde independentemente de possuírem recursos. Próximo dali, demonstram onde seria o local de alojamento dos guerrilheiros, em uma fazenda às margens do Igarapé dos Caianos. Os camponeses começam a indicar onde seriam a casa e o local de banho dos guerrilheiros.

Destaca-se que as diversas cenas que demonstram lugares e coisas que indicam o episódio da guerrilha do Araguaia, são utilizadas pelo produtor para fazer o efeito de aguçar as lembranças deste fato histórico e suas nefastas consequências.

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções (POLLACK, 1989).

Nas entrevistas realizadas para o documentário, denota que das lembranças

advindas do processo de rememorização realizado pelos atores sociais, afloram as emoções calcadas no sofrimento, sentimento de revolta e vontade de justiça.

“Seu Joaquim” alega também que não sabia o significado da expressão, mas com a inocência no olhar, diz que mesmo nos dias de hoje, não sabe o significado pois nunca esteve no exterior. “Seu Joaquim” transparece em sua fala e gestos com os braços, expressando o desconhecimento, uma certa preocupação com o real significado do termo terrorista, aparentemente supondo estar equivocado em seus dizeres. Diz o seguinte: *“Uma coisa que eu nem sei o que diabo é terrorista, eu pelo menos não sabia, e nem sei, porque eu nunca fui pro exterior e dentro do nosso Brasil não existe isso. Se existiu é de poucos tempos pra cá”*.



Figura 05 – “Seu Joaquim” Camponês

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Prossegue o documentário com a continuação do depoimento de “Seu Beca”, aos 19'15”, que vem aduzir que os guerrilheiros não eram terroristas, seriam um povo sofredor, pois o que eles queriam era um país menos “cativo”, com mais liberdade, alega que os guerrilheiros o convidaram a se unir na mata, mas com receio dos militares não houve o aceite ao convite. Nesta parte, “Seu Beca” diz que se os camponeses tivessem consentido em aderir aos anseios dos guerrilheiros, já estariam todos mortos. O que se pode inferir é que o entrevistado ao vivenciar a atuação dos militares, deve ter percebido o poderio bélico e tático, bem como a quantidade bem superior de militares frente aos guerrilheiros.

Na continuação do documentário, aos 20'46”, aparece mais uma frase destacada em um fundo na cor preta, com os dizeres “não há corpo que não sangre suas memórias...” mais uma frase de autoria não informada, que traz o prenúncio do local onde foram depositados os corpos dos guerrilheiros mortos violentamente.

“Dona Marcolina”, aos 26'27”, recorda-se quando seu companheiro foi retirado pelos militares da própria casa, detalhando que estava na fonte no momento, chegando

em casa indagou sobre o paradeiro de José, seu companheiro, onde ficou sabendo da notícia de que os militares haviam o levado, não tendo mais contato com o companheiro. Relata que chegavam notícias de que ele havia ficado com distúrbios mentais, suscitando que provavelmente devido à violência empreendida pelos militares. Mais uma narrativa bem detalhada que demonstra a latência do sentimento de impotência frente ao ocorrido na guerrilha. Durante a fala da entrevistada, mostra-se imagens dela se deslocando ao quadro fotográfico da família colocado na sala de sua casa, com a presença de algumas crianças, a cena provavelmente é passada para fornecer uma maior dimensão da dor de “Dona Marcolina”.



Figura 06 – “Dona Marcolina” verificando a posição do quadro da família

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Aos 29'27" do documentário, aparece a frase “*Não há mortos que perdoem o braço forte e mão amiga de seus carrascos e assassinos*”, frase de autoria desconhecida, que traz dentro dela o slogan do Exército, no intuito de fazer alusão ao próximo contexto que se refere à violência e crueldade com que os militares conduziam a ação na mata, utilizando dos camponeses, que eram os mateiros, guias daquela época.

Aos 41'11" da película, passa-se a continuidade da entrevista do mateiro *Sinézio*, que aparentemente irritado com o questionamento do entrevistador, chegando a mencionar que se ele soubesse o que era guerra não perguntava aquilo para ele, diz que estava com muito medo, mas tinha que obedecer ao comando dos militares. Breve pausa de imagem, novamente *Sinézio*, que consternado, diz que guerra é guerra, passível de morte de qualquer um. Neste instante utiliza-se o fade-out e em seguida o *fade-in*, o escurecimento e o reaparecimento da imagem, neste momento, sem verbalizar, *Sinézio* aparenta se encontrar incomodado com a gravação, pelo fato de estar muito entristecido com o ato de relembrar o passado.

Meu patrão, se uma pessoa se achar, qualquer um homem se achar no meio do exército do jeito de guerra, você também não sabe o que é guerra?! sabe não... sabe não... Se o senhor soubesse não dizia uma coisa dessa pra mim. Que eu

tava ansioso, eu tava era cagando de medo, mas o que eu ia fazer no meio de uns homens desses? Tem jeito não meu filho, guerra é guerra! Morre quem merece, quem não merece, morra criança, morra mulher, morra todo mundo! Essas mulheres tudo sofreram com os maridos apanhando.



Figura 07 - Momento em que Sinézio aparenta um excessivo constrangimento

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Aparece no documentário, aos 46'25", os caracteres com os dizeres "para não calar o divino festeja a vida [...]" anunciando a manifestação religiosa, cultural e tradicional realizada pelos romeiros no Festejo do Divino Espírito Santo. É apresentada a cena do Parque Estadual da Serra das Andorinhas, em São Geraldo do Araguaia-PA., local por onde passa a romaria. Este movimento de lembrança e esquecimento faz aguçar a memória da dor no momento da celebração. Ressalta-se, também, que "a vontade de esquecer os traumatismos do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores" (POLLAK, 1989).

"Seu Beca" em sua última fala no documentário, alerta que "sem a fé nós não somos ninguém", demonstrando uma devoção ao litúrgico. Diz que participa desde o início da romaria, sempre auxiliando os romeiros na subida da serra.

Nós sem a fé, nós não somos ninguém. Foi o tempo que começou esse festejo aqui, o padre foi quem mandou me chamar, o padre Nonato, pra formar esse festejo aqui na Serra das Andorinhas. Que eu tinha um burro pra carregar os trem do romeiro pra cá. Ai começamos, e ai eu fiquei naquela luta, carregando gente todos os anos, todos os anos, todos os anos. Todos os anos carregando gente, quando eu "guentei" dezessete anos eu carreguei romeiro sem cobrar nada. Tinha dia de eu não... Eu só assistia só de noite, de dia eu não assistia. Chegava aqui, nesse tempo tinha uma saúde... Tinha cinco burro bom. Ai, a multidão de gente foi aumentando, aumentando e então, é, tem sido a Romaria, tem sido pra quem tem fé, tem feito promessa que é válida aqui, graças a Deus e tamos juntos nessa luta.

Com o canto típico da Romaria, aparece a imagem da Casa da Pedra, Santuário do Divino na serra das Andorinhas, bem como as práticas litúrgicas realizadas pela

romaria. Pode-se perceber que a narrativa religiosa serve para demonstrar que mesmo diante de um passado tenebroso, onde foram deixadas marcas indeléveis, ainda assim, emerge a esperança de um povo, consciente de sua força, onde os vitimados passam a ser protagonistas de um futuro melhor, com liberdade e justiça.



Figura 08 - Festejo do Divino

Fonte: (ARAGUAIA..., 2012).

Na parte final do documentário, aparece a frase “Não há forças que possam deter a história que emerge da dignidade humana [...]”, a expressão serve para demonstrar que mesmo com toda força exercida para ocultar a verdade, ela sobressai na própria essência humana; e, apontar a situação degradante vivenciada na época da guerrilha, contextualizada em toda a produção fílmica, é uma forma de comunicação para propalar uma representação da verdade, na produção de pensamentos não dissidentes.

É somente pela capacidade de se comunicar que unicamente os homens podem pensar o comum, isto é, conceitos comuns e sobretudo aqueles conceitos comuns, pelos quais se torna possível a convivência humana sem assassinatos e homicídios, na forma de uma vida social, de uma constituição política, de uma convivência social articulada na divisão do trabalho. Isso tudo está contido no simples enunciado: o homem é um ser vivo dotado de linguagem (GADAMER, 2002).

O Documentário finaliza com a música de Zé Ramalho, “As danças das borboletas” e a imagem de um pôr do sol, seguindo-se os créditos da película. A invasão das borboletas é propícia para indicar, no contexto do documentário, a disseminação da verdade aos olhos daqueles que foram esquecidos pela história. Os camponeses, atores sociais na produção fílmica “Araguaia: Campo Sagrado”, trazem à lembrança os movimentos ocorridos durante a ditadura militar, precisamente na guerrilha do Araguaia, que mudaram a vida e o cotidiano daqueles que sobreviveram ao regime de exceção.

No momento em que se finaliza o documentário, tem-se a percepção que a memória coletiva produzida pelos sujeitos sociais é arraigada de detalhes da atuação dos agentes do estado dentro da região daquela comunidade. Permanecendo viva a memória das relações interpessoais com os guerrilheiros, percebe-se que os atores sociais cultivaram bastante apreço por aqueles que eram contrários ao regime militar e, em sua maioria, se identificaram com a causa; bem como se tem perceptível que as investidas dos agentes do Estado às margens do Rio Araguaia, principalmente com o povo ribeirinho, foram avassaladoras, subjugando o campesinato e aproveitando de sua simplicidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas seções do presente trabalho acadêmico abordou-se a partir do documentário “Araguaia – Campo Sagrado”, a produção da memória da guerrilha do Araguaia, ocorrida no ano de 1971, centrada nas falas dos sujeitos sociais presentes naquela produção fílmica.

Ao se dedicar ao processo de decupagem do objeto de pesquisa, cuidou-se de abordar a construção fílmica desde suas primeiras cenas, demonstrando a forte predominância do produtor em retratar em imagens as atrocidades do regime militar e da atuação das forças armadas na guerrilha do Araguaia.

Nas falas dos entrevistados, em sua maioria camponeses, por muito tempo silenciados, percebeu-se que além dos guerrilheiros, o campesinato da região também foi atingido naquele embate, as comunidades ribeirinhas amargaram as crueldades advindas da guerrilha. Os atores sociais presentes no documentário demonstram uma coerência em suas falas, aparentemente o produtor fez durante a técnica da montagem das cenas, uma coordenação nas aparições dos sujeitos, demonstrando uma harmonia na produção de sentidos.

Emerge das falas dos sujeitos sociais, sobretudo camponeses, o pavor vivenciado na época e, dentre eles, alguns que com receio e medo, tiveram que auxiliar os militares em meio às matas, sacrificando a vida de outros camponeses. Houve uma série de atos atrozes por parte dos militares para amedronta-los e forja-los a não auxiliar os guerrilheiros, bem como dizer sobre a localização destes.

Ao longo do estudo, denota-se que por muito tempo, os camponeses e índios permaneceram silenciados pela ausência de suas versões junto a história dita oficial. A representação da verdade vista aos olhos destes camponeses é um fato cuja残酷do regime é novamente reafirmada.

REFERÊNCIAS

ARAGUÁIA: Campo Sagrado. Direção: Evandro Medeiros. Produção: Labour Filmes. Direção: Evandro Medeiros. Roteiro: Paulo Fonteles Filho. (53min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBaHrw>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. Guerrilha do Araguaia: memórias à margem da história. **Outros Tempos**, v. 10, n. 16, p. 256-284, 2013.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas (SP): Papirus Editora, 2005.

PALMER, Marcos Ubaldo. **COR E SIGNIFICAÇÃO NO CINEMA: produção de sentido no filme A Invenção de Hugo Cabret, de Martin Scorsese**, 2015. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_PalmerUP_1.pdf . Acesso em: Março 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Hilário Xavier dos. **O essencial da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Luminária Academia, 2014.

SILVA, L. H. O. Memórias da guerrilha: acontecimento e história. In: MENDES, Conrado Moreira; LARA, Gláucia Muniz Proença (org.). **Em torno do acontecimento**: uma homenagem a Claude Zilberberg. Curitiba: Appris, 2016. v. 1.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp - NUDECRI, vol. 7 (65-94), Campinas, 2001.

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Data de aceite: 05/12/2019

Pedro Rachid de Paula Reino

Universidade Estadual do Norte do Paraná -
CCHE - História
Jacarezinho - Paraná

RESUMO: O presente artigo é a introdução do projeto de pesquisa apresentado em formato de comunicação oral na ‘XXXVIII Semana de História: Marx, marxismos e Luta de classes: os percursos da História’ que ocorreu durante 18 e 21 de junho de 2018 na Universidade Estadual do Norte do Paraná e teve como objetivo evidenciar a prática e a difusão do pensamento anarquista durante as crises da democracia no Brasil representadas pelos períodos que correspondem aos últimos anos da Primeira República e o início do Estado Novo, o início do período de Ditadura civil-Militar durante a década de 1960, e por fim, o golpe jurídico-midiático ao governo do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2014 e 2016. A partir da análise de jornais e revistas utilizados como ferramenta de investigação dos processos históricos, busca-se compreender a difusão do anarquismo, suas críticas, denúncias, ideias e ações por meio da imprensa anarquista que esteve ligada ao movimento dos trabalhadores desde sua

formação no início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquista, crise, democracia, golpe, imprensa, anarquismo.

ANARCHIST THOUGHT IN THE ANARCHIST PRESS DURING THE CRISES OF DEMOCRACY IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper was presented as a research project in oral communication format at ‘XXXVIII History Week: Marx, Marxism and Class Struggle: The Paths of History’ which took place during the eighteenth and twenty-one of June 2018 at the State University of Northern Paraná and aimed to highlight the practice and diffusion of anarchist thought during the crises of democracy in Brazil represented by the periods corresponding to the last years of the First Republic and the beginning of the Estado Novo, the beginning of the period of civil-military dictatorship during the and, finally, the media-legal coup against the Workers Party government between 2014 and 2016. From the analysis of newspapers and magazines used as a tool for investigating historical processes, we seek to understand the diffusion of anarchism, its criticism, denunciations, ideas and actions through the anarchist press that has been linked to the workers’ movement since its formation in the early nineteenth century.

KEYWORDS: Anarchist, crisis, democracy, coup, anarchism

1 | INTRODUÇÃO

O anarquismo chegou ao Brasil com os imigrantes europeus que vieram substituir, parcialmente, a mão de obra escrava recém liberta, nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e, onde hoje é localizado, o Paraná. Estes imigrantes que carregavam valores e ideais socialistas libertários logo deixavam as fazendas para se estabelecerem na zona urbana, em parte devido às péssimas condições de trabalho que lhes eram oferecidas. Ao chegarem às cidades, formaram a primeira geração de operários brasileiros.

O anarquismo corresponde a uma experiência histórica e uma doutrina política de mais 150 anos que influenciou e se desenvolveu no seio dos movimentos das classes oprimidas em todo o mundo (Socialismo Libertário, n.3, 2017). É uma doutrina política que tem como objetivo mobilizar os trabalhadores de todos os tipos, por meio de uma determinada estratégia, que leva à revolução social e acabe com todas as formas de dominação.

Em resumo, querem os anarquistas: 1.º — Abolição da propriedade (capitalista ou estatal) da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho. 2.º — Abolição do Estado e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros. 3.º — Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme à vontade de seus componentes. 4.º — A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar. 5.º — Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras. 6.º — Guerra às rivalidades e aos prejuízos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos. 7.º — Libertação da família de todas as peias, de tal modo que ela resulte da prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física. (MALATESTA, 1903)

Todavia, junto aos ideais e valores importados também veio o repúdio a eles. Segundo Lopreato (2003), a classe dominante brasileira preocupada com as possíveis conturbações sociais que viriam a acontecer no novo regime, estimulado pela convicção da ligação estreita entre pobreza, ociosidade e crime, acredita que a população se tornaria uma massa que poderia colocar em xeque todo o projeto civilizatório e da ordem social vigente.

O movimento dos trabalhadores em sua tendência anarquista promoveu durante os primeiros anos do século XX diversos momentos de forte agitação popular com destaque para a Greve Geral de 1917, em São Paulo, que, em poucos dias, conseguiu a adesão de cerca de 45.000 grevistas em todo o Brasil. (LEUENROTH, 1965)

Segundo Bonomo (2007), até 1930, o Brasil possuía uma economia essencialmente agrária, mas que já vinha perdendo força para a industrialização. Essas indústrias detinham grande concentração de trabalhadores e capitais que alinhadas à imigração

geraram um excedente da força de trabalho formando uma grande massa proletária no movimento dos trabalhadores que fomentou campo fértil para disseminação do anarquismo e a construção de sindicatos organizados e suas confederações como a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906, que articulou cerca de 50 sindicatos, dentre eles os dos trabalhadores em pedreiras, padarias, ladrilhos e etc.

É interessante observar que o crescimento da militância anarquista também está intimamente ligado à repressão que o movimento sofria o que pode ser constatado pelos cerca de 560 expulsos do Brasil entre os anos de 1908 e 1921. (BATALHA, 2000)

Ao lado do movimento operário organizou-se uma Imprensa anarquista que teve o seu desenvolvimento ao longo de todo o curso do século XX, atuando principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Bahia e no século XXI se estende a cerca de 20 estados.

A análise dos jornais escolhidos para a elaboração deste projeto de pesquisa evidencia um instrumento de análise historiográfico que auxilia na compreensão da história do movimento dos trabalhadores, da conjuntura política pelo viés anarquista e sua ideologia nesses períodos.

As denúncias, mobilizações, ações e teorias que influenciaram na construção da luta popular disseminadas pela imprensa anarquista, deste modo, constroem a narrativa do anarquismo como teoria política de revolução social que alimentam suas críticas aos governos mais autoritários ou mais progressistas dentro da lógica da democracia burguesa, das crises, do Estado e do Capitalismo.

Devido às perseguições, prisões, exílios e deportações de diversos militantes da causa ácrata durante a década de 1920 e do rápido crescimento da vertente socialista autoritária a partir de 1922, os anarquistas se mantém alheios à mudança de governo e a mobilização que alçou Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Para os anarquistas, aquele momento foi apenas uma troca de oligarquia (São Paulo – Minas Gerais) por outra (Rio Grande do Sul); um explorador e dominador por outro (OLIVEIRA, 2009). Se, por um lado há escasso material sobre a posição dos anarquistas acerca da posse de Getúlio Vargas, por outro, já a partir de 1931 aparecem às primeiras críticas.

É nítida a posição dos anarquistas em relação a Vargas e às Leis Trabalhistas que promoveriam a “fascistização dos sindicatos” e inseridas nessa lógica, o maior símbolo de coerção das Leis Trabalhistas, foi a criação da Carteira de Trabalho, que viria a “impedir a liberdade de pensar e o direito de reclamar qualquer melhoria moral ou econômica ao escravo moderno”, como expunha o jornal A Plebe, em 1933.

Os atuais governantes entenderam de estabelecer o Sindicalismo Obrigatório, forçando os trabalhadores a pertencerem ao sindicato do seu ofício ou profissão, dando-lhes direitos eleitorais, impedindo que estrangeiros façam parte e seus corpos gerentes ou direoriais, etc. [...] Somos contra todas as coações, partam de onde ou de quem partirem. Abaixo a todas as peias ao pensamento livre e a livre

Os anarquistas entendiam como verdadeiros fascistas os governantes e consideravam os integralistas da Ação Integralista Brasileira como instrumentos do governo. Ainda assim, a Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, em 1934, entre fascistas e antifascistas marcou a decadência da influência anarquista sobre a realidade paulista no período, pois os conflitos de 7 de outubro de 1934 deram legitimidade à perseguição policial que passou a prender diversos anarquistas como Natalino Rodrigues e Pedro Catallo.

Após a prisão de Natalino no dia 8 de outubro, na sede da Federação Operária, o Comitê Pró Presos Sociais movimentou-se o sentido de obter a liberdade daquele operário preso. [...] começou, então, uma odisséia de torturas: tornou-se um preso volante. Para escapar à ação da justiça, Natalino era transferido de um para o outro lado, e a polícia carregava sobre ele o mau humor [...] Para livrar-se desse incômodo, após 52 dias de prisão, segregado e incomunicável, planejou a polícia atirar com Natalino, como já o tem feito com muitos outros, sem recursos, em estado miserável, na fronteira dos Estados do Sul [...] (A Plebe, ano 2, nova fase, 8 dez. 1934.)

Em 10 de novembro de 1937, através de um Golpe de Estado, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo. No discurso transmitido pelas rádios, intitulado Manifesto à Nação, o presidente transformado em ditador desenvolveu as premissas da nova ordem com destaque para a censura, ao totalitarismo e ao neodesenvolvimentismo trabalhista.

Entre 1945 e 1964, instala-se no Brasil um período de reconfiguração da democracia liberal burguesa que substituiu o modelo centralista e pragmático de Getúlio Vargas do Estado Novo, a fim de caminhar em consonância com a nova ordem social capitalista estabelecida ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Os jornais anarquistas Remodelações e Ação Direta criados respectivamente nos anos de 1945 e 1947 denunciaram o caráter da crise generalizada que se encontrava o Brasil durante a década de 1950 e início da década de 1960.

A crise já não atinge apenas este ou aquele setor da coletividade brasileira; não afeta mais unicamente a uma parte da população que vive apenas do seu trabalho. Tudo está em crise [...] enriquecendo toda a minoria dominante da sociedade na governança, na política profissional, na administração pública, e dos manejadores de lavoura, do comércio e da indústria. E, ao mesmo tempo, o agravamento, incessante, sem limites, da miséria que já assoberbava o povo trabalhador atormentado numa cruciante luta para sobreviver. (Ação Direta, n. 136, out. 1959)

A partir de 1964, instaurou-se no país uma Ditadura Militar. Dentre os motivos apontados pela historiografia marxista, o novo período veio à tona por conta do caráter preventivo de ação às organizações de trabalhadores, ou seja, “o medo do comunismo” e conflitos provenientes desse mesmo espectro político.

Entretanto, Nildo Viana (2005) afirma ser diminuta essa ideia e que as motivações essenciais advêm da movimentação do capital, o estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e a própria luta de classes. O acirramento da luta de classes torna-se ainda maior devido à relação de acumulação de capital, da superexploração da classe trabalhadora e acaba culminando com o golpe de 1964.

O periódico *O Libertário*, em 1962, apresentou na publicação comemorativa do Dia do Trabalhador aspectos e características do discurso anarquistas no que tange à realidade brasileira e à vida do operariado. Em síntese, afirma-se, no periódico, que “o que se aspira é pôr fim ao regime de desordem inoperante e conquistar uma situação que a todos faculte uma situação melhor de vida”, indicando também, neste caso a “situação de penúria de quem produz”, o problema agrário como problema de caráter social, “o problema só se solucionará com a socialização das terras” a partir da “organização objetiva e harmônica das comunidades cooperativas rurais”

Em março de 1964 a burguesia nacional, militares, religiosos e conservadores organizam uma manifestação chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que marcou o pontapé inicial dos 21 anos de Ditadura Civil-Militar. Iniciadas as atividades da Junta Militar em 9 de abril de 1964 é imposto o Ato Institucional número I dando ao governo o poder de mudar a Constituição, anular mandatos legislativos, cassar direitos políticos e determinar eleições indiretas que culminaram com o primeiro presidente militar assumindo a cadeira presidencial.

Com o Ato Institucional número I, segundo o Boletim do Núcleo de pesquisa Marques da Costa (EMECÊ, pág. 2, n.23, ago 2012) diversos militantes anarquistas passaram a esconder materiais de propaganda considerados pelo regime como subversivos e as possíveis perseguições que poderiam sofrer.

Em 1967, o jornal *O Protesto*, no Rio Grande do Sul, evidencia claramente sua posição política em oposição à Ditadura Militar e à falta de democracia, passando a fomentar a reorganização dos trabalhadores contra o regime.

No final de 1968 decreta-se o Ato Institucional número V (AI-5), considerado o mais duro dos decretos, pois este poderia aposentar juízes, cassar mandatos, acabar com a garantia dos habeas corpus e abriu espaço para o aumento da repressão, torturas e assassinatos contra os movimentos sociais, jovens, trabalhadores e estudantes que se opunham ao regime.

Neste período ampliou-se a censura a jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras expressões artísticas que só podiam ser liberadas se consentidas pelos militares e houve grande queda da produção jornalista libertária devido às dificuldades de sobrevivência e resistência desses meios.

Em 1974, um novo general assumiu a presidência com a promessa de retorno à democracia por meio de um processo de “distensão lenta, gradual e segura”. O início do “afrouxamento” do regime abriu espaço para que novos jornais e periódicos libertários passassem a circular, principalmente na Bahia, com *O Inimigo do Rei*, em 1977.

Em 1984, o movimento “Diretas Já” reivindicava eleições diretas para presidente para aquele mesmo ano, fato que ocorreria somente no ano seguinte com a eleição de Tancredo Neves que morreu antes de tomar posse. Assumiu seu vice, José Sarney, que iniciou o período de reestruturação do Estado Brasileiro que culminou com a Constituição em 1988.

A abertura política induziu ao campo político brasileiro à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. A anistia permitiu a volta de marxistas exilados em meio ao avanço da mobilização sindical, e a uma ampla gama de movimentos sociais que passaram a influenciar o imaginário social e formalizaram o que fora o início da formação do partido.

A derrota nas eleições de 1989 deu abertura ao PT para renovar e reavivar suas alianças a fim de dedicar-se ao crescimento do partido e construir capital político que o permitiu chegar ao poder em 2003. Naquele período esteve em pauta o dilema de como enfrentar o neoliberalismo propagado durante a década de 1990. Após a divulgação da Carta aos Brasileiros por Luís Inácio Lula da Silva em 2002 ficou evidente que a saída escolhida foi o “pacto” de classes proposto pelo partido.

Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade [...] Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidários, que busca abrir novos horizontes para o país. (SILVA, 2002)

De acordo com Caio N. de Toledo, em seu artigo *A Regressão da Luta ideológica: PT e governo Lula*, publicado em 2009, o Partido dos Trabalhadores tem sua origem a partir o acúmulo de forças ao longo dos anos 80 e o período de redemocratização após a Ditadura Militar que conseguiu sintetizar os anseios das classes oprimidas além de dar esperanças à conquista do poder pela classe trabalhadora por meio da democracia burguesa.

O contexto político social pelo qual passou o Brasil, até 2014, que marcou o início do golpe jurídico-midiático ao Partido dos Trabalhadores, segundo a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e os jornais Libera, Ingovernáveis, No Batente, Opinião Anarquista e Socialismo Libertário, é de que as desigualdades econômicas vinham sendo mantidas e as diferenças sociais sendo timidamente modificadas de forma que “o que existe de fato, são políticas de transferência de renda... que têm como efeito positivo no que tange à inclusão no mercado de consumo de uma massa que estava totalmente excluída” (CAB, 2014)

A crise do PT que é muito anterior à eleição de Lula não fora uma “crise de direção” como alguns setores da esquerda apontam, mas sim uma crise de concepção já traçada na teoria marxista-leninista de subordinação da classe pelo partido [...]

Neste período, os movimentos sociais são incorporados por meio do cooptação de lideranças, pacificados pelo atrelamento de suas agendas de luta ao calendário e dinâmica institucionais do Estado burguês ou simplesmente reprimidos, quando se atrevem a enfrentar os inimigos de classe. (Libera, n. 150, mai/jul, 2011)

Entretanto, desde 2002, no Fórum do Anarquismo Organizado, e 2005 no Fórum Social Mundial, articulações com tendência libertária e autônoma voltam a surgir com maior expressão e a influência anarquista volta para a mesa de debates dos trabalhadores e estudantes, às ruas e, com maior expressão, ao trabalho de base, propaganda, luta popular em aproximação a estes que vinham tendo suas necessidades negligenciadas.

Foram diversas as manifestações e diversos os movimentos sociais alternativos à política partidária da democracia burguesa em que se instalaram os organismos alinhados à lógica petista, como em 2011 contra as remoções de pessoas para construção de mega obras para a Copa do Mundo de 2014 (Info em Ação, n.2, p., 2011); as mobilizações contra as políticas neoliberais (Socialismo Libertário, jul-set, 2008) e os leilões de petróleo em 2008 (Libera, p.4, out-dez,2008); contra a precariedade do transporte coletivo no Rio de Janeiro e contra as invasões à sede da Federação Anarquista Gaúcha (Libera, p.4, jul-dez,2009), ambas em 2009; a greve geral dos Institutos Federais de Educação Superior em 2012, o movimento feminista, pela desmilitarização da polícia militar e por moradia nas ocupações urbanas, por exemplo.

É necessário apontar que os protestos de 2013 trouxeram novidades às ruas, diante do panorama de atravancamento das mobilizações sociais e da instabilidade dos jovens e trabalhadores. A mídia, como formadora de opinião pública da hegemonia capitalista, sempre oportunista, coloca em pauta a luta contra o PT (e não contra a corrupção ou contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Diante deste cenário, a falta de harmonia entre a esquerda – seja autonomista seja institucional – e as camadas populares permite a suscetibilidade dessa à manipulação política realizada pelos representantes dos interesses da classe dominante.

A repressão aos estudantes e trabalhadores ocorrida no início fora noticiada por diversos meios de comunicação, na internet principalmente, e abriu espaço para maiores mobilizações com a decorrer do tempo, chegando a cerca de 100 mil pessoas nas ruas de São Paulo e mobilizações em quase todas as capitais do Brasil, segundo o Relatório “Protestos no Brasil 2013”, produzido pela organização não-governamental ARTIGO19, em junho de 2014.

A midiatização e formulação de jornalismo independente renascem neste momento, e, alinhadas a esse processo, igualmente as organizações anarquistas, mas agora ampliadas e remodeladas pela possibilidade de difusão na internet – de publicidade e propaganda, nas redes sociais, blogs, fóruns, entre outros. As organizações anarquistas, de tendência anarquista, libertária e autônoma, em seus jornais e panfletos concordam que 2013 não fora o estopim de um golpe, mas sim da ressignificação do anarquismo revolucionário e social (CAB, 2013).

A análise dos jornais anarquistas sob a ótica da participação da democracia aos moldes burgueses é negativa e constrói-se uma campanha recorrente pelo não voto nas eleições presidenciais de 2014, sustentada pela falha do processo neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores; pela união e organização dos trabalhadores em prol de uma revolução social; contra a Copa do Mundo e pela grande denúncia contra a Ocupação Militar da Maré sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2014, no jornal Socialismo Libertário,

Lei Geral da Copa, Lei Antiterrorismo e a Portaria do Ministério da Defesa de “Garantia da Lei e da Ordem” são exemplos de como o governo dito “progressista” de Dilma/ PT vem conduzindo suas políticas e de como vem dando respostas às pautas de reivindicação exigidas nas jornadas de luta de 2013, que voltam à cena com força nesse início de 2014. As manifestações são tratadas como casos de polícia e classificadas entre as “boas” e as “máis” manifestações. Mulheres e homens são presos arbitrariamente, espancados, humilhados e expostos pela mídia burguesa. (Socialismo Libertário, n.29, mar. 2014.)

Desta maneira, o enredo do golpe para os anarquistas desenvolve-se a partir de 2014, com a saturação dos limites do projeto conciliador de classes do Partido dos Trabalhadores, que não poderiam mais fazer frente às necessidades do capital internacional e ao mesmo tempo contemplar as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras esquecidas desde a Carta aos Brasileiros.

Um golpe orquestrado por setores da direita no Congresso, no judiciário, na mídia, nas organizações patronais e decorrentes de uma reação conservadora da classe média que toma coragem em cima da situação criada pelo próprio PT durante seus anos de governo, abre espaço para um governo de coalização que para a política burguesa serve como redutor de direitos e privatizador dos recursos e serviços públicos.

O procedimento de Impeachment foi um golpe institucional disfarçado de combate à corrupção, onde as interpretações e manipulações das leis permitiriam a anulação e uma eleição inteira para colocar no poder um partido e um programa político que não vence eleições há mais de 20 anos. Como não conseguiram derrubar nem Lula nem Dilma nas disputas eleitorais, o golpe foi à única saída encontrada pela oposição para continuar com um projeto de país ainda pior do que o construído pela socialdemocracia do PT. (Facção Fictícia, ‘primavera de 2017’)

Os anarquistas, nesse sentido, se colocam contra o golpe porque ele implica num ataque profundo às conquistas das camadas populares e abre caminhos para forças privatizantes e fascistas. Mas, se colocar contra o golpe não significa abraçar a retórica petista de perseguição aos seus dirigentes: sócios da corrupção com empreiteiras, autores da lei antiterrorismo, criadores das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas e comunidades e da violência contra os povos indígenas e quilombolas.

O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, os áudios gravados, a perseguição política e midiática que tanto falavam os agentes governamentais são reflexos do “pacto” de classes vencido pelas classes dominantes, pelos empresários, ruralistas,

banqueiros, entre outros.

Eles cospem no prato que comem, engordaram com o PT e agora quer fazer da sua queda o palco de imposição do ajuste no grau máximo. Um ajuste que busca rasgar de vez os direitos trabalhistas, fazer a cama para os vampiros das patronais que pretendem precárias ainda mais as condições de trabalho, impor o PL das terceirizações, a reforma da previdência, manter as falências fraudulentas, atirando os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho no olho da rua como se fossem dejetos, demitindo em massa para recontratar em condições cada vez mais precárias. (CAB, 2016)

Os jornais anarquistas, por fim, assim como os indivíduos e organizações, buscaram durante toda a sua trajetória, principalmente no Brasil, como indica este projeto de pesquisa, mesmo entre seus fluxos e refluxos, disseminar seus ideais, sua opinião, suas críticas e suas denúncias no sentido de conscientizar e organizar a classe oprimida em prol da luta pela emancipação contra a classe dominante, seja em períodos de desestruturação da autonomia de organização trabalhista como imposto por Getúlio Vargas, seja em períodos de Ditadura Civil-Militar, seja em períodos de golpes assinados em mesas de reunião.

Os jornais anarquistas, portanto, são instrumentos de análise historiográfica dos períodos correspondentes, do anarquismo e das temáticas anunciadas por eles e podem ser encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC), Centro de Cultura Social de São Paulo (CCSSP) e nos sites dessas organizações anarquistas citadas ao longo do texto.

Utilizados para a elaboração deste projeto de pesquisa, os jornais anarquistas, indicam, em síntese, independentemente do caráter do governo, as principais reivindicações e críticas dos anarquistas durante os seus mais de 150 anos de história do movimento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, postulando, em suma, toda uma cadeia de críticas e reivindicações que se encontram nos três períodos analisados: a repressão, a democracia, o golpe, o sindicalismo, os movimentos sociais, a perseguição, o neodesenvolvimentismo, o trabalho, a autonomia, a vigilância, o poder, o capital estrangeiro e a representatividade na política burguesa.

REFERÊNCIAS

A Lei de Sindicalização Obrigatória. **A Plebe**. São Paulo, n. 4, 17 dezembro, 1932.

A Questão do petróleo e as mobilizações populares no Rio de Janeiro. **Socialismo Libertário**. Rio de Janeiro, n. 141, out-dez. 2008.

BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo**: As razões do declínio (1920 - 1935). São Paulo: PUC-SP, 2007. 460 p.

BREVE Histórico da Luta Popular e do Anarquismo no Brasil. **Libera**, n. 150, mai-jun-jul. 2011.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. **A Luta contra o aumento das passagens e o anarquismo**. Coordenação Anarquista Brasileira. 2013. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=30>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Os limites do neodesenvolvimentismo e o preço do pacto de classes**. Coordenação Anarquista Brasileira. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=193>. Acesso em: 10 mai. 2018

COPA do Mundo de 2014: o Estado de exceção já começou. **Info em Ação**, n.2, 2 fev. 2011.

CÔRREA, Felipe. **Brasil: PT, Lula, Movimentos Sociais e Anarquismo**. Ekintza Zuzena. País Basco, 2008.

CRISE Política, Golpe de Estado e Resistência: uma perspectiva anarquista. **Facção Fictícia**. Primavera de 2017.

EMECÊ. **O anarquismo e a ditadura militar no rio de janeiro - memórias de Milton Lopes**. Boletim do núcleo de pesquisa Marques da Costa. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, ago 2012. 2 p.

EQUIPE ARTIGO 19 BRASIL. “**Protestos no Brasil 2013**”. Relatório, jun. 2014.

FARJ. **Breve histórico da luta popular e do anarquismo no Brasil**. Libera. Rio de Janeiro, p. 8, julho, ano 21, 10 mai. 2011.

_____. **Nota de repúdio a invasão da Polícia Civil à sede da Federação Anarquista Gaúcha**. Libera. Rio de Janeiro, p. 4, jul-dez, 2009.

LEUENROTH, Edgar. **O Movimento Operário – A Greve de 1917**. São Paulo, Centro de Cultura Social, 2016, 99 p.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil**. VERVE, [S.L], v. 3, p. 75-91, Jan. 2003.

LULA DA SILVA, Luís Inácio . **Carta aos Brasileiros**, 2002.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. Humana Editora, 2008, 155 p.

MARQUES, Camila et al. Protestos no Brasil: 2013. **ARTIGO 19**. Brasil, v. 1, p. 80, 23 jul 2014.

NOTA de repúdio à invasão da Polícia Civil a Seda da Federação Anarquista Gaúcha (FAG). **Libera**. Rio de Janeiro, n. 143, jul-dez. 2009.

OLIVEIRA, T. Bernadon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906/1936)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 267, 2009

O que é anarquismo?. **Socialismo Libertário**, n. 3, 2017.

PRIMEIRO de Maio. **O Libertário**. São Paulo, n.7, 1 mai. 1962.

SOCIALISMO Libertário. **Órgão do Anarquismo Organizado**, n. 18, jul-ago-set. 2018.

SOMENTE o povo poderá resolver a crise do momento. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, n.136, out, 1959.

TARTUFISMO Policial: Uma odisséa de sofrimentos, de vexames, de maus tratos, tal foi a vida daquele operário padeiro durante 52 dias de uma prisão injusta e arbitrária. A Plebe. São Paulo, dezembro, ano 2, 8 dez. 1934.

TOLEDO, Caio N.. **A regressão da luta ideológica: PT e governo Lula da Silva.** Seleções, Campinas, p. 1-12, jan. 2009

VIANA, Nildo. **Acumulação Capitalista e Golpe de 1964.** Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 19-27, 2005.

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

Data de aceite: 05/12/2019

Nathan dos Santos Alves

Bacharelando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional-TO

RESUMO: Por meio de uma pesquisa bibliográfica unida à uma análise hermenêutica crítica dos dados e fatos encontrados em meio a investigação, buscou-se neste trabalho, analisar o tratamento da educação nos dois mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), afim de compreender o modelo educacional que se projetou neste governo, suas contribuições, avanços, contradições e retrocessos. Primeiramente fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre uma série de artigos acerca do governo Lula, na dimensão econômica e social, buscando entender como se deu a governança do mesmo. Em seguida utiliza-se de uma consulta no diário oficial da união online, conselho nacional de educação, site do ministério da educação e da Capes, afim de encontrar todos os decretos, medidas provisórias e projetos de leis aprovados pelo presidente petista em seu governo, bem como é empreendida mais leituras sobre as ações do Estado neste mesmo período. A abordagem é puramente exploratória e não visa um

aprofundamento intenso em todas as políticas públicas adotas, tanto por conta do número de ações Estatais, que é bem expressivo, quanto pela literatura já presente sobre o tema. Portanto o que se fez, foi uma breve história da educação no Lulismo, focando em determinadas medidas que se considera as mais relevantes para entender o tratamento do tema na Era Lula.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Lulismo; Política Educacional; Legislação; Análise de políticas públicas;

A BRIEF HISTORY OF EDUCATION IN THE LULISMO (2003-2010)

ABSTRACT: Through a bibliographic research coupled with a critical hermeneutic analysis of the data and facts found in the investigation, this paper aimed to analyze the treatment of education in the two terms of Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), in order to understand the educational model that was projected in this government, its contributions, advances, contradictions and setbacks. Firstly, a bibliographic research was made on a series of articles about the Lula government, in the economic and social dimension, seeking to understand how its governance took place. It then uses a consultation in the official online union diary, national education council, Ministry of Education website and Capes to

find all decrees, provisional measures and bills passed by the petist president in his government, as well as further readings on the actions of the state in this same period. The approach is purely exploratory and does not seek to deepen all public policies adopted, either because of the number of State actions, which is quite expressive, as well as the literature already present on the subject. So what was done was a brief history of education in Lulism, focusing on certain measures that are considered the most relevant to understand the treatment of the theme in the Lula's Era.

KEYWORDS: Education History; State's ideologies apparatus; Hegemony; Brazilian Teaching; Pedagogy;

1 | INTRODUÇÃO

O nome Luiz Inácio Lula da Silva talvez seja o mais polêmico atualmente, trazendo consigo uma polarização evidente, entre seus apoiadores e opositores. Ora “*o filho do brasil*”, ora a cabeça do “*mecanismo*” o ex-presidente e metalúrgico, para bem ou para o mal, este prova-se uma figura importantíssima para toda história do país, seja por conta dos escândalos ou pelos feitos em seu governo entre 2003-2010.

É pensando na importância que esta figura política tem para a história nacional que este trabalho foi escrito. O que se pretendeu foi entender como se deu a educação no Lulismo, como este abordou o tema, quais as contribuições, quais as falhas ou possíveis retrocessos. É importante ressaltar que o recorte com ênfase na educação se dá por conta da importância dela enquanto estratégia política na luta pela hegemonia. A educação é fundamental em qualquer sociedade, mas nos países do ocidente ela se torna ainda mais política, por constituir-se como um aparelho ideológico do Estado, atuando a serviço dos interesses das classes dominantes e do capital. Sendo, portanto, uma das políticas públicas mais fundamentais dentro de qualquer Estado.

Neste contexto o artigo compõe-se de cinco partes. Após esta introdução, examinou-se brevemente, no tópico seguinte, o governo Lula em suas múltiplas dimensões. No terceiro tópico tratou-se das políticas públicas voltadas para a educação adotadas por Lula em seus dois mandatos, utiliza-se dos diversos decretos e leis aprovadas por este, bem como de medidas tomadas por seus ministros da educação entre 2003 até 2011, sendo que esta subdividida a seção de acordo com os mandatos, afim de compreender o tratamento da educação no governo Lula em seus diferentes momentos. Por fim, nas considerações finais, procede-se resumindo as principais evidências levantadas ao longo do trabalho e da-se algumas possíveis explicações que permite entender o papel das políticas públicas de educação no contexto do Lulismo, suas contribuições e problemáticas.

Vale ressaltar que este escrito é de cunho qualitativo e se utiliza como método uma pesquisa bibliográfica unida à uma análise crítica dos dados e fatos encontrados em meio a investigação. Primeiramente é lido uma série de artigos acerca do governo Lula, na dimensão econômica e social, buscando entender como se deu a governança do mesmo. Em seguida utiliza-se de uma consulta no diário oficial da união online,

conselho nacional de educação, site do ministério da educação e da Capes, afim de buscar todos os decretos, medidas provisórias e projetos de leis aprovados pelo presidente petista em seus dois mandatos, bem como lê-se mais alguns textos sobre as ações do estado neste mesmo período.

2 | O LULISMO (2003-2010)

A posse de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 foi permeada por uma onda de esperança por parte da esquerda que pela primeira vez na história do país conquistava o mais alto cargo do Executivo, bem como da população pertencente as classes mais vulneráveis economicamente e socialmente, que tinham esperança na promessa da chegada de um Brasil repleto de justiça social. Ao passo que a direita “temia”, ou pelo menos expressava certo temor quanto a uma revolução, a instauração de uma ditadura proletária ou alguma forma de comunismo. Porém ambos se “equivocaram”.

Os governos petistas, tanto de Lula, quanto de Dilma Rousseff não atenderam às expectativas, tanto dos apoiadores, quanto dos opositores. Em mais de uma década não ocorreu nenhuma revolução gloriosa, ditadura proletária, comunismo, socialismo ou a tão ansiada justiça social. Não que o governo dos dois presidentes citados não tenha tido nenhuma conquista para a área social, pelo contrário, foram inúmeros projetos executados, medidas e programas que contribuíram para a retirada da extrema pobreza mais de 5 milhões de brasileiros.

Ainda nos governos petistas o país alcançou a 7^a posição dentre as grandes potências mundiais e hoje ocupa o 9º lugar, neste mesmo ranking. A organização das nações unidas retratou em um relatório em 2015 que o bolsa família é uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido. Porém como bem se sabe os holofotes não ficaram apenas restritos à bons desempenhos e políticas públicas de sucesso, os inúmeros escândalos de corrupção que os dois governos estiveram envolvidos, seja por ligação direta ou por nomes associados contribuíram para o antipetismo que vigora até os dias atuais.

Segundo alguns especialistas de áreas econômica e política atribuem parte do sucesso de Lula a herança política com condições favoráveis devido ao processo de redemocratização. Com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso obteve-se a tão sonhada estabilização da moeda e da economia do país, porém por meio de uma política econômica subordinada ao capital internacional que teve consequências a longo prazo. Eleito depois de três tentativas fracassadas, acredita-se por um lado, que o petista tenha obtido condições privilegiadas para exercício do poder em 2003.

A tomada de posse do mesmo mostrou uma mudança evidente na retórica petista em relação ao período de eleições, tal qual o partido sustentou desde sua fundação. O discurso revolucionário foi substituído por uma submissão em relação as demandas do capital, por parte do então presidente Lula e posteriormente de Rousseff. Ao contrário da falácia anti-petista que se manifesta hoje, o PT não representou um rompimento

em relação ao modelo de Estado que o Brasil sempre apresentou, pelo contrário deu continuidade a este, por mais, que com algumas alterações, manteve intacto a base neoliberal, adotando políticas públicas que em muito se voltavam a este padrão que FHC já vinha adotando.

O que leva o senso comum e dá suporte a oposição petista de classificar os governos petistas como “comunistas” é dentre outros fatores, a diplomacia e política externa adotada pelo Lulista, que se debruçou mais sobre países emergentes e com histórico ou que apresentavam regimes não democráticos ao redor do globo, como por exemplo: Irã, Sudão, Venezuela e Cuba.

No que tange a política social o alcance das políticas sociais do governo Lula foi profundamente limitado pelas restrições postas ao desenvolvimento econômico. Este deu prioridade para as políticas de transferência de renda aos mais pobres, programas de assistência social e investida em uma democratização da educação formal e ampliação do ensino técnico, mas sempre pautados nos interesses do capital e em uma lógica produtivista.

Indicadores do IBGE apontam entre 1999-2003 uma elevação da população que ganha até dois salários mínimos ou não é remunerada, que passa de 62,4% a 67,3%. O IPEA aponta também a elevação da taxa de pobreza, entre 2002-2003, de 34% para 39%, com sua queda posterior para 33% em 2004. Para este desenso muito contribuíram os programas sociais do governo, pois a renda real média das pessoas, mesmo hoje em 2006, com o crescimento econômico moderado gerado a partir de 2004, permanece 4,3% inferior às de 2002. Trata-se, portanto, de um resultado bastante modesto, baseado na focalização de políticas sociais que prioriza por critérios conservadores – meio salário mínimo per capita – a população abaixo da linha de pobreza, excluindo um amplo contingente de pessoas com carência de necessidades básicas e que de fato empobreceu entre 2002-2006 (IBGE, 2006). A contradição entre os resultados e as metas esvaziou a retórica do Fome Zero em favor do Bolsa Família, um de seus programas, que ganhou maior destaque, indicando a prioridade que assumiu a focalização sobre a proposta inicial, mais ampla e ambiciosa de combate à pobreza (MARTINS, 2007, p. 40).

Os governos de Lula e Dilma tiveram relações complexas com o congresso, O crescimento econômico foi limitado pelo motor externo, neoliberalismo e por uma política industrial tímida. Suas reformas em pouco modificaram o Status Quo, dirigidas tecnicamente e limitadas pelas instituições neoliberais. Portanto, não pode ser tida como socialista, ou sequer comunista o padrão de governo petista, pois enquadra-se mais em um padrão de governo de terceira via (ALMEIDA, 2004).

Contextualizado o governo petista de uma maneira geral nesta parte, a próxima seção irá se debruçar acerca da educação no governo Lula, os decretos, medidas provisórias e projetos de lei referentes ao tema, bem como toda atuação do Ministério da Educação, financiamento e gestão da educação durante os 8 anos de mandato do presidente petista.

3 | A EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA

O governo Lula, bem como o de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, e de sua sucessora, Dilma Rousseff, gabam-se por apresentar números cada vez mais expressivos sobre a educação no país, reproduzindo um velho paradigma da história da educação brasileira, que tem origens no início da república: o entusiasmo pela educação. Este por sua vez acaba por tratar a educação de forma quantitativa, e põe em segundo plano a dimensão qualitativa da mesma.

A educação no governo Lula, além de ansiar por uma expansão, também foi marcada pela exigência da integração da pauta às demandas da reestruturação produtiva do Capital (FERREIRA, 2012). O conhecimento científico, portanto, atendeu as expectativas do status quo, intensificou o tratamento deste como estratégia de competitividade e desenvolvimento econômico.

Para entender como se deu a atuação do presidente petista em sua totalidade esta seção é dividida em outros dois tópicos. No primeiro apresenta-se brevemente o conjunto de ações executadas pelo governo Lula em seu primeiro mandato, entre os anos de 2003 e 2006. No segundo por sua vez, discorre-se acerca do segundo mandato de Lula nos anos de 2007 a 2010, focando principalmente no plano de desenvolvimento da educação desenvolvido pelo mesmo governo.

3.1 O PRIMEIRO MANDATO (2003-2006)

O primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva foi permeado por uma instabilidade geral devido à pressão do judiciário sobre certos atores próximos ao governo. Logo em 2004 o então assessor da presidência, Waldomiro Diniz foi afastado do cargo depois da divulgação de um vídeo em que aparece cobrando propina para arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral de 2002, ao passo que no ano seguinte viria à tona o esquema de compra de votos de parlamentares comandado pelo governo do PT, que ficou conhecido como mensalão.

A desestabilização da administração foi sentida na pasta educação, sendo que durante o primeiro mandato de Lula estiveram presentes três Ministros na matéria em questão. O primeiro foi Cristóvão Buarque que deixou o cargo em 27 de janeiro de 2004, sendo sucedido por Tarso Genro que foi titular da pasta até 29 de julho de 2005, sendo por fim substituído por Fernando Haddad que era o Secretário Executivo do Ministério.

Contudo, estes 4 anos de primeiro mandato do Lulismo não foram perdidos para a pasta, diversos textos importantes foram enviados ao congresso, como o que continha o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Ainda neste foi estruturado o Programa Brasil Alfabetizado, afim de cuidar da alfabetização de jovens e adultos, principalmente no Norte e Nordeste do país, além do programa universidade para todos (Prouni), no qual as universidades privadas passam a destinar bolsas de estudo totais e/ou parciais, afim de receberem

isenção fiscal por conta da adesão ao programa.

De uma maneira geral, Maria Aparecida Azevedo aponta que a educação do país durante o governo Lula, nas diversas áreas, dera-se da seguinte maneira:

A educação básica teria uma nova sistemática de distribuição de recursos, tendo como referência não somente o ensino fundamental, como se dava anteriormente com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental¹⁰, mas também o ensino infantil e o médio. O ensino infantil foi incluído na destinação dos recursos do Fundeb como consequência da forte atuação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação[...]. O ensino tecnológico voltou a ter seu estatuto de formação destinada à vida profissional, tanto na educação de nível médio como de nível superior, de forma integrada e não sob a influência das demandas estritamente empresariais, como reivindicavam os setores ligados a essa modalidade de educação (ABREU, 2010, p. 134).

Se instituiu ainda neste mandato do petista, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Formado por três componentes: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sistema passou a avaliar todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição de ensino superior, o corpo docente e as instalações. Sendo, portanto, um novo mecanismo de controle afim de moldar a educação para atender as exigências produtivas do capital.

3.2 O SEGUNDO MANDATO (2007-2010)

A ferramenta geracional PDE, ou Programa de Desenvolvimento da Escola é o ponta pé inicial das políticas públicas para a educação no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Lançado em 2007, neste a escola passa a adotar uma visão estratégica e pautada em metas quanto ao tratamento dos discentes, analisa o seu desempenho baseado em parâmetros federais, seus processos, suas relações internas e externas, sua “missão”, suas condições de funcionamento e os resultados obtidos frente aos interesses estatais.

Inicialmente o PDE se debruçava em ações de portes variados e em todos os níveis educacionais. Foi recebido com certo ceticismo por alguns setores ligados à educação e passou a atuar na educação básica a partir do Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007, que instituiu o Plano de metas “compromisso todos pela educação”. Este visava o acordo entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em convênios para à melhoria da qualidade da educação básica.

O PDE, juntamente com o Plano de Metas, necessitava de instrumentos capazes de avaliação e de implementação de políticas afim de fazer suas propostas palpáveis, portanto foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), para que os cumprimento das obrigações firmadas em ambos os documentos foi alcançado. A plataforma digital e tecnológica deste, trouxe também o

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combinou mecanismos de avaliação já existentes: O censo educacional, os exames nacionais, a prova brasil e o Enem (ABREU, 2010).

A busca de uma expansão do ensino básico e superior foi um dos principais objetivos dos dois mandatos do petista, porém é no segundo que se intensifica a ações verdadeiramente capazes de alcançar tal objetivo. No que tange o ensino básico várias medidas foram direcionadas, entre elas Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (proinfância), que demonstraram ser um feito e tanto na democratização deste ciclo educacional, quanto garantindo aos discentes do mesmo, principalmente aqueles de baixa renda, melhores condições de permanência.

A atuação do Estado no ensino superior, por sua vez, divide-se em relação a rede particular e pública de educação. Na primeira continuou-se e se aprofundou a ação direcionada ao PROUNI, ao passo que nas faculdades públicas as políticas públicas se estruturam baseadas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O Reuni é uma das ações que integram o já citado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que reconhece o ensino como uma função estratégica o desenvolvimento econômico da nação. Com este programa foram criadas inúmeras novas universidades, campis e cursos, além da ampliação no número de vagas dos cursos e incentivo a abertura de cursos noturnos e de vários institutos federais. Sua implantação se deu em 2008, este elencou as universidades que o adotassem uma série de medidas a serem cumpridas, como: aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor, o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007, ano de início do Programa para o cumprimento das metas. O programa aumentou as vagas nos cursos de graduação, tal como o número de cursos das universidades que aderiram a ele, sendo que estas aumentaram seus recursos de custeio em 20%.

Ainda no ensino superior, a lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007, atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a responsabilidade sobre a formação de professores, demonstrando mais uma vez a intenção do Executivo de articular os dois níveis de ensino (básico e superior) afim de obter maior racionalidade técnica para o crescimento nacional.

Também no governo Lula, criou-se o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2009, que visava ampliar o acesso ao ensino superior por meio de um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual as instituições públicas de educação superior passaram a oferecerem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Por fim no que tange o ensino técnico a atuação de Lula se deu em duas vertentes, uma no ensino básico e outra no ensino superior, no qual os Institutos Federais atuavam integrando o ensino médio ao profissional e oferecendo cursos de licenciatura, estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Estas ações foram de importante contribuição para o ensino brasileiro, pois auxiliaram na expansão das licenciaturas, assim como do próprio ensino básico que quando integrado ao médio dava maiores “vantagens” para o estudante em sua formação e sua busca por um emprego posteriormente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Lula (2003-2010), com evidencia-se não foi um governo socialista, nem chegou perto deste, ao contrário, este ficou refém da lógica produtiva do capital, se caracterizando como uma Social Democracia. O perfil do Estado se mostra verdadeiramente quando observamos as políticas públicas adotadas por parte deste, e é o que se vê analisando o tratamento da educação no Lulismo.

O primeiro mandato (2003-2006) do presidente petista foi extremamente conturbado, cheio de escândalos e uma instabilidade que refletida no ministério da educação que passou por três responsáveis diferentes pela pasta ao longo destes quatro anos. Porém esta fragilidade no governo não impediu que o Estado realiza-se ações voltadas ao tema, foram enviados textos importantes ao congresso, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Ainda neste mandato foi estruturado o Programa Brasil Alfabetizado, além do programa universidade para todos (Prouni) que foi duramente criticado por alguns setores da educação que indicaram à lógica neoliberal por trás deste tratamento à educação superior particular.

No segundo mandato (2007-2011), por sua vez, a atuação do Lulismo no campo da educação se intensificou, se estruturando principalmente entorno do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual trouxe outros textos como o plano de metas compromisso todos pela educação e a necessidade de instrumentos institucionais afim de garantir o cumprimento dos compromissos firmados por este. Ainda no exercício do poder Lula demonstrou mais uma vez a lógica produtivista do governo através do tratamento da educação pautado em garantir um progresso regular afim de cumprir metas e demonstrar resultados numéricos com o Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que por mais que tenha obtido uma efetivação interessante e expansão do ensino superior as camadas marginalizadas e/ou de baixa renda, acabou por colocar as Universidades em regime de competição por verba.

A educação no Lulismo representou, portanto, mais continuidade com o que já estava sendo feito nos governos anteriores, que rupturas com os mesmos. Baseados em uma lógica que privilegiava os interesses do capital, mas sem nunca esquecer a

dimensão social, alcançou os tão desejados números para gabar-se, mas não se limitou a isto, a atuação do estado na “Era Lula” também desenvolveu aparatos capazes de garantir a permanência dos indivíduos de baixa renda tanto no ensino básico, quanto no ensino superior, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinado ao primeiro nível educacional e Programa nacional de assistência estudantil (PNAES) destinado ao segundo. Representando assim, um governo importantíssimo na inserção das mais variadas camadas sociais no sistema educacional, por mais que acompanhado de diversas ações questionáveis, não deixa de ser um passo importantíssimo na história da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995.
- GHIRALDELLI Jr, P. **O que é pedagogia**. Brasília: Editora brasiliense, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1968.
- DUBET, F. **O que é uma escola justa**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Graal, 2014.
- _____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> acesso em 14 de janeiro de 2019.
- AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 24, p. 113-126, 2015.
- BELIEIRO JUNIOR, J. C. M.. Inflação e política no Brasil contemporâneo: a experiência dos governos FHC e Lula. Século XXI - Revista de Ciências Sociais, v. 3, p. 182-212, 2013.
- Saviani, D., “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC”. Educação e Sociedade, 2007, vol. 28, nº 100, pp. 1231-1255.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Raisons pratiques**; sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.
- BRASIL. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção

de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União, Brasília, ano 147, n. 18, seção 1, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, ano 149, n. 169, seção 1, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/08/2012>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Dados Censo 2015. Brasília, 11 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_documen&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 8 fev. 2019.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades benéficas de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Medida provisória Nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades benéficas de assistência social no ensino superior. Brasília, DF. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 13, de 17 de maio de 2010. Altera a Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, que institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Brasília, DF, 2010b.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, DF, 2010c.

_____. Ministério da Educação. Portaria normativa MEC nº 21, de 21 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Brasília, DF. 2012c. Disponível em: <<http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. Decreto n. 6.094, de 24/4/2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

SAAD FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. Crítica Marxista, n.42, p.171-177, 2016.

ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. NOVOS ESTUDOS, n. 70, p. 7-17, novembro de 2004.

MARTINS, C. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 35-43 jan./jun. 2007.

ABREU, M. Educação: um novo patamar institucional. NOVOS ESTUDOS, n. 87, P. 131-143, julho de 2010.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas Críticas, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, maio/ago. 2012.

CAPÍTULO 16

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUD

Data de aceite: 05/12/2019

Adelina Malvina Barbosa Nunes
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana-MG
abn.psi@gmail.com

Margareth Diniz
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana-MG
dinizmargareth@gmail.com

social). Nesse texto apresentaremos alguns apontamentos sobre de que forma a eugenio e as teorias do branqueamento no final do século XIX até a primeira metade do século XX foram sendo incorporadas ao processo educacional, sendo constituidoras de políticas públicas para esse campo, invisibilizando as tensões sociais colocadas pelo racismo, no intuito de demonstrar como esse “status” privilegia o grupo racial branco em detrimento de outro.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude; Educação; Racismo; Subjetividade.

RESUMO: Este trabalho se propõe investigar os reflexos da branquitude na docência do Ensino Superior, tendo como campo de pesquisa a universidade Federal de Ouro Preto- MG. Nosso estudo parte do pressuposto de que o racismo na sociedade brasileira é estrutural, o que significa dizer que afeta todas as dimensões da vida dos sujeitos, brancos e não brancos. Considerando a dialética entre as raças “branca e negra” argumentamos que a identidade do grupo branco é dotada de significantes que operacionalizam estratégias políticas, econômicas de dominação e ao mesmo tempo marca as subjetividades. Para compreender e dar contornos a branquitude no processo educacional foi necessário lançar mão de um referencial teórico interdisciplinar (História, Sociologia, Psicologia, Comunicação

THE EDUCATION IN BRAZIL AND THE WHITENESS PACTS.

ABSTRACT: This paper aims to investigate the reflexes of whiteness in higher education teaching, having as research field the Federal University of Ouro Preto-MG. Our study advocate that racism in Brazilian society is structural, which means that it affects all dimensions of life of white and non-white the people. Considering the dialectic between the “white and black” races we argue that the identity of the white group is endowed with signifiers that operationalize political, economic strategies of domination and at the same time marks the subjectivities. To understand and outline the whiteness in the educational process it was necessary to use an interdisciplinary theoretical framework (History,

Sociology, Psychology, Social Communication). In this text we will present some notes on how eugenics and bleaching theories from the late nineteenth century until the first half of the twentieth century were incorporated into the educational process, constituting public policies for this field, making invisible the social tensions posed by the racism in order to demonstrate how this “status” privileges the white racial group over another.

KEYWORDS: Whiteness; Education; Racism; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

O racismo como problemas de pesquisa no Brasil, começa a ser considerado na década de 50 sendo desenvolvidos os primeiros estudo pela escola de sociologia da USP, a partir de uma pesquisa encomendada pela Unesco¹, que buscava compreender o milagre da harmonia racial brasileira, e o que a pesquisa desvela então é o caráter equivocado dessa premissa, a ideologia de hierarquização das raças também se fazia presente no Brasil, mas com características particulares. Até o final dos anos noventa as pesquisas raciais eram focadas no “problema do negro” (MOURA,1988), uma abordagem unilateral da questão mesmo com a atualização de raça como categoria social. No início dos anos 2000 a identidade racial branca começou a ser interrogada no campo científico abrindo então a possibilidade de quebrar o silêncio do branco na relações raciais incluindo estes no grupo de pessoas racializados.

A Psicóloga Edith Piza, nos anos 2000 publica a obra “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” e mais tarde “Porta de vidro: entrada para a branquitude”(2002) onde a autora vai defender que a identidade racial do branco não seria marcada, apresentando-se como invisível e criará depois uma metáfora de que essa identidade racial é como uma porta de vidro que o sujeito se choca, quando ele é racializado, isto é quando este entra em contato com seus privilégios é que consegue tomar consciência de que é pertencente a um grupo racial que compartilham culturas valores comuns (mesmo que ele discorde desses).

A ideia de “invisibilidade” nessa perspectiva foi muito criticada, uma marcação praticada pelos próprios teóricos, sobretudo norte-americanos, que nos estudos da branquitude não ganhou força no Brasil, talvez por que no campo dos estudos raciais já tínhamos nesse período um volume de estudos que esgotavam as crenças “Ninguém sabe quem é negro no Brasil”; “Somos todos brasileiros”, “Só existe a raça humana”, “E não olho a cor eu vejo a pessoa”, afirmativas que no campo biológico podem fazer sentido considerar a genética miscigenada, mas não na prática social. Entendo que grupo racial branco se constitui na relação com os não brancos a partir da diferenciação, tendo como exemplo na colonização do Brasil, os europeus quando encontraram os indígenas operaram com a equação “nos” e “eles” estando alí bem

1 Guimarães (2004) apresenta entre a década de 40 e 70 pensamentos que influenciaram os estudos sociológicos sobre raça e a repercussão dos estudos da Unesco para o cenário da produção no Brasil. GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. Rev. Antropol. São Paulo , v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/07/2019.

delimitada quem compartilha do seu universo cultural, simbólico e quem não, sendo o argumento da suposta invisibilidade elevado a mais uma forma de se expressar a branquitude.

De acordo com a revisão de literatura feita pelo pesquisador Lourenço Cardoso (2010) a pesquisadora Maria Aparecida Bento, Psicóloga, foi a primeira a defender uma tese na temática no Brasil. No seu trabalho a autora defende que “uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucional de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. (...) Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade.” (BENTO apud MIRANDA, 2015 p.14). O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem uma marca de autopreservação um forte componente narcísico, “porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana.” (BENTO, 2014, p.30)

Na área da Educação em 2001 a branquitude já é entendida como uma categoria importante para luta antirracista na educação como possibilidade de auxiliar na desconstrução dessas relações hierarquizadas. Temos convivido com a hegemonia branca, eurocêntrica como universal, eleger a branquitude como categoria de análise dentro da dinâmica do racismo na educação, nos possibilita desnaturalizar essa hierarquização colonial, que produz aos não brancos um lugar fixo de subalternidade. Escolher o ensino superior foi para nós mais que uma decisão metodológica, mas também política, uma vez que entendemos que esse espaço além de representar um lugar de privilégio branco na sua composição e nas epistemologias, também se contrapõe hierarquicamente a educação básica, lugar em que a temática racial nesse campo é mais pesquisados e que os não brancos estão em maior quantidade.

PROJETO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E EUGENIA

“Por mais de 400 anos os africanos no Brasil souberam que eram negros e que os europeus eram os inimigos da liberdade. Lutaram e morreram para libertar seu povo da escravidão. O processo de embranquecimento tem funcionado por cerca de 115 anos. “Evidentemente, cem anos de embranquecimento, causaram mais danos psíquicos aos africanos do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial” (NOBLES, 2009 p.287)

A miscigenação foi tratada no Brasil como um grande projeto de nação para resolver em que para os defensores incluía o incentivo a migração estrangeira, o que parecia ter um futuro promissor, como pode ser notado na fala de João Batista de Lacerda, que previu que no ano de 2012 a raça negra deixaria de existir no país “Em virtude desse processo de redução étnica é lógico esperar que no curso de mais um século os mestis tenham desaparecidos no Brasil. Isso coincidirá com a extinção da

raça negra no nosso meio”(LACERDA², 1911 apud NASCIMENTO 1978, p.72).

As estratégias de branqueamento, não se baseavam apenas no cruzamento inter-racial da população “seleção-sexual”, tais estratégias podem ser localizadas em ações sofisticadas como o apagamento das culturas não brancas, na criminalização de costumes (capoeira, prática de benzeção, religiões de matriz africana), no lugar marginal da arte, saberes tradicionais dessas culturas. Até a própria identificação dos sujeitos faziam parte de um código próprio que indexava o status social durante o escravismo e posteriormente o status racial.

Os Estudos da História da educação do Negros que vem sendo desenvolvido por Marcus Fonseca (2015) tem evidenciado através da confrontação de documentos censitários que existia nos anos de 1831 e 1838 no distrito de Cachoeira do Campo-MG, uma espécie de status racial que se fazia pendular, em que a cor opera como status social, de modo que a aparência/fenótipo é um elemento secundário nos registros, afetado por quesitos como ofício, prestígio social, poder econômico, o estado civil e a escolaridade, a pesquisa demonstra ainda que no século XIX a instrução escolar também era um elemento que servia como um tipo de “promoção” dos sujeitos que frequentavam a escola desse/ distrito em que na escala de classificação racial que sempre o ponto de partida era do “pardo” para o “branco” e não o inverso.

Segundo pesquisador das estratégias de matrimônios em Minas Gerais, Botelho³(2004) ainda na primeira metade do século XIX, argumenta que a raça poderia ser compreendida como a “expressão do desejo de harmonização social” (p.8) em que a classificação racial “(...) poderia não ser a “real”, do ponto de vista de uma classificação rigorosa da origem, seria um ordenação social e expressaria uma forma de manutenção de grupos fechados.” (idem). Tais manifestações nos demonstram a marca do poder simbólico contido na classificação “branco” nessa definição discursiva de si e do outro, apontando uma certa ambivalência, já que ao mesmo tempo que o signo da brancura é imagem (traços morfológicos) é também valor, cultura, status social.

Nesse cenário de tensões raciais o racismo científico encontrou no Brasil terreno fecundo para difusão da branquitude, transpondo a eugenia dos laboratórios para políticas públicas (D'avila, 2006) entre elas as da educação, definida por Jurandir Costa (2004) em seus primórdios como uma “pedagogia higienista” um modelo que evidencia elementos do movimento sanitarista que forjam uma educação moral, que relaciona aspectos físicos, psíquicos, comportamentos sexuais entre outros a uma caracterização de classe, construindo um imaginário social de uma suposta “hierarquização social da inteligência”, como vemos apresentando, em que o topo

2 De acordo com Nascimento (1978) nessa oportunidade João Batista Lacerda era representante delegado latino americano no I Congresso universal de raças em Londres em 1911).

3 Tarcísio Botelho é Doutor em História social, pesquisa população, família, e cidades e no estudo citado pesquisa “Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. O trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1343/1307>>. Acesso em : 30/12/2018.

dessas hierarquizações está o modelo branco.

A educação como direito foi instituída pela primeira vez na Constituição de 1934, a mesma carta magna legítima os valores eugenistas e a hierarquização das raças quando delega à União, aos Estados e aos Municípios a tarefa de “b) estimular a educação eugênica;” (BRASIL, 1934, p.138)⁴. Os conflitos raciais estão para além das instituições normativas, fazem parte de um código relacional inscrito nas culturas racializadas, porém a institucionalização do racismo é expressão contundente de uma estrutura que é base e ao mesmo tempo produtora de desigualdades e que quando estabelecidas parece “natural e inquestionável”. O estado da arte de pesquisas de teses e dissertações que investigaram os livros didáticos entre 1987 a 2000 (ROSENBERG; BAZILLI; SILVA; 2003) apresentam a marca de “uma naturalização e universalização da condição de ser branco: sua pertença racial não necessita ser explicitada” ao passo que identifica-se o negro e indígena como diferente e principalmente o negro em uma posição subjugada. Foi identificado também por esse grupo de pesquisadores nessa análise uma ambiguidade nas representações estereotipadas e limitadoras de sentido, que convivem com o discurso retórico da igualdade.

A partir da tessitura de elementos racializados que contornam aspectos da educação, não podemos perder de vista os sujeitos que estão transmitindo a ordem social do racismo nas relações, sendo aqui escolhido para análise os docentes efetivos da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, porém já expressado anteriormente trabalhamos com a ideia do racismo estruturante da sociedade brasileira o que significa dizer que este não está presente apenas em um grupo social, profissional, está para nós como um mito original, presente como fenômeno desde a colonização dos indígenas.

As políticas afirmativas de acesso a Ensino Superior inscrevem nessa estrutura, por exemplo, uma nova ordem social, pois o corpo negro nesse espaço é a própria personificação do lugar privilegiado que o branco ocupa na tradição do ensino superior público no país, expondo o pacto desse grupo racial na manutenção desta hierarquia referendados pelo racismo. O ensino superior é um lugar hegemonicamente ocupado por pessoas brancas seja no corpo discente⁵ como nos docentes. As características da branquitude nos permite inferir possibilidades de compreensão das consequências do branco não se pensar racialmente, e logo fantasiar a neutralidade em sua prática profissional, outra política afirmativa que nos fornece elementos de análise desse argumento é a Lei de nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história

4 POLETTI, Ronaldo.1934 / Ronaldo Poletti. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. — (Coleção Constituições brasileiras ; v. 3)1.

5 IBGE (2016), houve um crescimento significativo no acesso da população negra no Ensino Superior (12,8%) comparado a 2005 (7,3%), entre as idades de 18 a 24 anos, porém ainda permaneceu inferior aos jovens brancos na mesma faixa etária no ano de 2005 (17,8%). O relatório aponta ainda, um dos fatores que contribuem para as desigualdades raciais no acesso ensino superior é o atraso escolar. “Em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursava níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação (IBGE, 2016, p.62)

e cultura afro-brasileira e africana, como medida de reparação simbólica, como nos aponta Schwarcz (2012) uma ideologia não está localizada em apenas um ou outro aspecto, são necessário que narrativas sejam construídas sobre esses grupos estando presente em diferentes elementos textuais. Segundo Guimarães (1995), “Um sistema de naturalização é tão mais completo quanto mais as referências a diferentes marcas se entrecruzam (religião, aparência física, costumes, estilos de vida etc.) (GUIMARÃES;1995, p.32).

Segundo o estudo realizado por Julvan Oliveira e Aline Augusto (2015), a pesquisa apresenta análise de todas as ementas de disciplinas dos cursos de licenciatura das IES, no estado de Minas Gerais, incluindo então a UFOP, o cenário desvelado pela pesquisa, apontou que dos 143 cursos de licenciaturas presentes nas IES públicas do estado apenas 36,36% possuem disciplinas com ementas e conteúdos curriculares específicos com à temática étnico-racial. Em se tratando do cenário do instituição pesquisada, segundo o estudo dos 11⁶ cursos de licenciatura 6 possuem disciplinas com a temática (Ciências Biológicas, Química, Filosofia, História, Letras, Pedagogia) sendo que dos 5 que não possuem, 1 é da área da ciências biológicas, 2 da área de exatas e 2 da área de humanas. A pesquisa supracitada não apresenta a análise, mas o cenário nos suscita perguntar de que maneira tais disciplinas se fazem presente no currículo (eletivas ou obrigatórias) quais os efeitos de inclusão dessas disciplinas no tratamento transversal da temática? Que posição os/as demais professores estão diante dessa normativa? Se percebem implicados ou desobrigados a problematizar o tema e ou descolonizar as ementas de suas disciplinas? São questões que apesar de relevantes não será possível esgotar neste trabalho, mas alimentam nossa investigação.

Observa-se que apesar de estar mais presente o debate nas ciências Humanas em detrimento de outras áreas, ainda há dissidências no campo das licenciaturas, o que nos faz perguntar como essas questões são trabalhadas também em outros cursos, que forma profissionais liberais (Bacharelados). Seria incongruência nossa não pensarmos esses processo também nessas áreas, e aqui nos valendo da mesma normativa (Lei de nº 10.639/03) uma vez que o PARECER N.º: CNE/CP 003/2004⁷, não deixa dúvidas da inclusão da implementação dessa lei no Ensino Superior e nos diferentes cursos que oferece, como pode ser visto em um dos trechos extraído

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004.

Esperamos encontrar ao final desta pesquisa encontrar algumas direções que
6 Segundo informações atualizadas no site da instituição, atualmente a UFOP conta com 14 cursos de licenciatura. Informação disponível em : <https://www.prograd.ufop.br/contatos/sec_oesdeensino>. Acesso em : 08/05/2019.

7 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em : 04/07/2019.

nos permitam construir conhecimentos que contribuem para uma maior promoção de maior igualdade racial interferindo na ordem social do racismo.

COMPOSIÇÃO RACIAL DOS DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

O primeiro passo da nossa pesquisa no campo consistiu em apresentar o perfil racial dos docentes da UFOP, na busca por evidenciar as desigualdades raciais nesse espaço, a carreira de magistério do ensino superior. Para traçar esse perfil foi necessário solicitar informações cadastrais junto a Pró Reitoria de Administração - PROAD, uma vez que o Censo do Ensino Superior⁸, o Portal da Transparência, a e até o Sistema de Acesso à Informação da UFOP, não publica tal informação. Outros dados que nos interessavam como vínculo, data de admissão, carga horário de trabalho entre outros, eram acessíveis no banco de dados disponibilizados por essas instituições, regidos pela Lei de nº 12.527/2011⁹ não apresentavam a composição racial em nenhuma das fontes acima consultada. Parecem tratar essa informação como de caráter sigiloso assim como documentos e contas bancárias. Vale reforçar a importância da publicidade desse quesito considerando que a desburocratização do acesso facilita a compreensão das desigualdades raciais nesse espaço, o monitoramento de políticas afirmativas existentes como a Lei de nº 12.990/2014¹⁰, que reserva para negros e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal, bem como avaliar a efetividade e criar novas políticas públicas.

Apesar do nosso levantamento compreender mais quesito do que o citado, para completar a análise proposta de evidenciar traços de uma tradição que tem como modelo uma educação branca e projeta esse grupo para os espaços privilegiados, assim como é a educação superior pública no Brasil, nos restringiremos em expor neste trabalho às identificações de raça e gênero dos/das docentes efetivos da UFOP. Conforme pode ser consultado abaixo em detalhes (quadro 1¹¹), o corpo docente efetivo da UFOP é composto por 17,18% de negros (pardos/as 131, pretos/as 20), enquanto a população branca compõe 41,64% (366) do quadro de efetivos no cargo de magistério da instituição, o quantitativo de pessoas que não se declararam chega muito próximo ao número de brancos cerca de 40,5% (356), entre os/as profissionais selecionadas, já as categorias amarela e indígena juntas não somam 1%, sendo amarela 0,57% (5) e indígena 0,11% (1) do corpo docente. Em relação a composição de gênero como também está descrito no Quadro 1, as mulheres, nesse espaço, soma 39,13% enquanto os homens somam-se 60,86%.

8 Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. . Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16/08/2018.

9 Disponível em :<<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>> Acesso em 04/07/2019

10 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em: 04/07/2019.

11 Dados coletado em 04/02/2019.

Quadro 1 Raça e Gênero %						
Classificação raça/origem	Feminino		Masculino		Geral	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Não declarado	126	36,63	230	42,99	356	40,5
Branca	160	46,51	206	38,50	366	41,64
Parda	45	13,08	86	16,07	131	17,18
Negra ¹²	10	2,91	10	1,87	20	
Amarela	3	0,87	2	0,37	5	0,57
Indígena	0	0,00	1	0,19	1	0,11
Total	344	100	535	100	879	100

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de consulta a Coordenação de Gestão de Pessoas- CGP/PROAD/UFOP.

Para compreensão dos abismos raciais e de gênero que esses indicadores nos apontam faz necessário um olhar crítico para realidade brasileira que aponta segundo o PNAD (2017) indicadores da populacionais desencontrados a realidade apresentada, a população brasileiras é racialmente composta por 43,6% de pessoas brancas, 8,6% de pessoas pretas e 46,8% de pardas, o que representa 55,4% da população considerada negra. Para nós esse indicador significa a distância que ainda precisa ser percorrida para alcançar equidade no acesso a esse espaço, tornando-o representativo da pluralidade da população brasileira, que no caso de considerando a composição desse espaço por gênero também não reflete haja vista o cenário estatístico da população brasileira 50,69% são mulheres e 48,32% homens. A proporcionalidade dessa análise denuncia por si só um contexto complexo e frutífero em possibilidades de análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os sujeitos são a via de acesso possível para a desnaturalização do racismo, por isso a importância de oferecer um conhecimento que dialoga com esses novos interlocutores e produtores de conhecimento que estão chegando na academia e produzindo novos marcos civilizatórios. Ao mesmo tempo que essa tarefa não deve continuar sendo uma tarefa unilateral dos grupos marginalizados, tal pensamento é justamente mantenedor da característica reducionistas desses sujeitos

12 Existe aqui uma diferença de nomenclatura que para nós não impediu nossa análise, mas que aponta uma divergência quanto a forma de se identificar racialmente considerado pelo O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao MEC, em relação ao IBGE, mas que acreditamos na atualidade não gerar conflitos para o/a autodeclarante. Para a pesquisa estamos apresentando tal como está na ficha cadastral funcional do docente, porém consideramos o critério do IBGE, somando parda e negra a quantitativo de representação dos/das profissionais negros/as neste espaço.

além de desresponsabilizar as pessoas brancas diante de seu lugar de privilégio e de “não racializados”

Reconhecer que as desigualdades raciais foram e são produzidas na cultura ao longo dos tempos, que estes se reinventam nos diferentes espaços, é parte da nossa contribuição para o campo da educação das relações étnico- raciais no ensino superior. Problematizar que os lugares simbólicos que são ocupados por brancos e não brancos, não são simples acaso, podem e precisam ser contextualizados e historicidades, pois assim conseguiram ser deslocados na ordem social do racismo. Apresentamos as políticas afirmativas de reparação material e simbólica como operadores de justiça social, mas ao mesmo tempo encontram resistências. Demonstrando possibilidade de materialidade dos “pactos narcísicos” e dos pactos pedagógicos com a branquitude.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras)6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-57)

Costa, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro Edições Graal, 2004

D'AVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil- 1917-1945**. Tradução Claudia Sant'ana Martins. São Paulo: Editora Unesp,2006. 400.p.:il

FONSECA, Marcus Vinícius. **Escola e status racial em Cachoeira do Campo/MG no século XIX**. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 45, n. 155, p. 156-177, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt&ext&pid=S0100-15742015000100156&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 04/07/2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos N°43. Novembro de 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf>.Acesso em: 04/07/2019.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. **Perspectivas de Rappers Brancos/as Brasileiros/as Sobre as Relações Raciais um olhar sobre a branquitude**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia. Salvador. 2015. 180 fls.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Editora Ática: São Paulo. 1988

NASCIMENTO. Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Coleção: Estudos brasileiros.Editora Paz e Terra. 1978.

NOBLES. Wade W. Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco Psicológico Afrocentrado. In. NASCIMENTO, Elisa Larkin. (ORG) **Uma abordagem epistemológica inovadora**. 2009. p. 277-297.

PIZA, Edith. **Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...** In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125.

PIZA, Edith . “**Porta de vidro: entrada para branquitude**”, (In) CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.6.ed.-Petropolis, RJ: Vozes,2014

POLETTI, Ronaldo.1934 / Ronaldo Poletti. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. — (Coleção Constituições brasileiras ; v. 3)1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz **Nem preto nem branco, muito pelo contrário** : cor e raça na sociabilidade brasileira / Lilia Moritz Schwarcz. — 1^a- ed. — São Paulo : Claro Enigma, 2012.

O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR

Data de aceite: 05/12/2019

Antonio Carlos Figueiredo Costa
Universidade do Estado de Minas Gerais
Ibirité – Minas Gerais

RESUMO: Propõe-se discutir o distanciamento que há entre a produção historiográfica constituída sob os ‘muros’ das universidades e o ‘chão’ da escola. Entende-se que o caminho sinuoso entre pesquisas acadêmicas que inauguraram novos paradigmas nas últimas décadas, não foram absorvidas pelas disciplinas que veiculam a História nas escolas. Ainda que em termos meramente propedêuticos, são sugeridas que as potencialidades heurísticas surgidas pela convergência de historiografias venham possibilitar novos enfoques junto à cultura histórica escolar. A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, européias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que foi percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã. Essa galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu,

face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Uma auspíciosa possibilidade de mudança seria investir nos temas transversais constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino fundamental de História. A sugestão é que a partir das propostas desses temas transversais poderá surgir um diálogo enriquecedor e criativo entre a história acadêmica e a disciplina escolar, bem como um melhor entendimento da formação social brasileira. A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos tornar-se realmente filha do seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Ensino de História; Cultura histórica.

THE TEACHING OF HISTORY, BETWEEN HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION AND SCHOOL CULTURE

ABSTRACT: It is proposed to discuss the distance between the historiographical production constituted under the ‘walls’ of the universities and the ‘floor’ of the school. It is understood that the winding path between academic researches that inaugurated new paradigms in recent decades has not been absorbed by the disciplines that convey history in schools. Although in purely propaedeutic terms, it is suggested that the heuristic potentialities

arising from the convergence of historiographies may enable new approaches to the historical school culture. The approach of the research agendas between the Brazilian, European and North American universities radically renewed the understanding about the past times, with special emphasis on the colonial period, a time frame that was followed by the cultivators of a history of traditional, nationalist and romantic hue. , who prized for presenting the pantheon of heroes of a proprietary, white and Christian elite. This gallery of ‘Plutarco’s men’ has obscured, given the subtly imposed constraint on the historic spotlight, the protagonism of some actors, such as blacks, Indians, mestizos, women, and workers. An auspicious possibility of change would be to invest in the cross-cutting themes contained in the National Curriculum Parameters (PCN’s) for elementary school history. The suggestion is that from the proposals of these transversal themes, an enriching and creative dialogue can emerge between academic history and school discipline, as well as a better understanding of Brazilian social formation. History becomes more meaningful when it succeeds in making contemporaries truly become the children of their time.

KEYWORDS: Historiography; History teaching; Historical culture.

1 | INTRODUÇÃO

A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos apresentar-se efetivamente como filha do seu tempo. Esse tem sido o grande desafio dos historiadores, desde o momento no qual a História consolidou sua identidade, após seu ‘divórcio’ com a Filosofia. Com métodos próprios que proporcionaram a aquisição de certos núcleos de cientificidade (VEYNE, 1995) instituídos à forma de balizas metodológicas ao longo do século XIX, os quais vieram a permitir sua autonomização enquanto campo de conhecimento, a produção historiográfica conheceu uma série de insurgências no decorrer do século XX, quando o materialismo histórico aportou às universidades, bem como quando os *Annalistes* levantaram sua bandeira contra o ‘positivismo’ rankeano, ao final da década de 1920. Assim, marxistas e *annalistes* vem protagonizando, a grosso modo, as conquistas na seara de *Clio* desde então, com o constante surgimento dos chamados novos temas, novos problemas e novos objetos, aos quais se agregam em tempos mais recentes os chamados ‘acordes historiográficos’(BARROS, 2011).

Tendo enfrentado constantes crises, havendo mesmo um momento nos qual até já foi declarada, de forma um tanto açodada, o seu próprio fim (no sentido hegeliano daquilo que se entende por história), conforme estampado no ensaio de Francis Fukuyama (FUKUYAMA, 1992), a ciência histórica, ao que parece, nunca esteve tão viva e pujante, às vezes percebida como ‘em migalhas’ (DOSSE, 1992), é certo, outras vezes instada a prover com respostas que não possui, por estas dizerem respeito ao futuro, mero ‘horizonte de expectativas’ (KOSELLECK, 1993) para os cultores de Clio, labutem ou não pelo manancial de possibilidades epistemológicas aberto pela história dos conceitos. Seguro é que, apesar de reiteradas declarações

dos historiadores acerca dos seus objetos de estudo, deixando claro que tratam do passado, ou ainda, do ‘presente do passado’, tornou-se rotina sua presença na mídia, bem como nas consultorias no cinema e na televisão, e até se pode afirmar ser fato corriqueiro nessas décadas iniciais do século que um livro de História, classificado portanto como obra de ‘não ficção’, figure nas listas dos mais vendidos, mesmo em países de pouca tradição no trato com a cultura histórica.

Por outro lado, percebe-se a História escolar como relegada a um segundo plano entre as disciplinas do currículo oficial. Seu espaço é restrito, seus materiais muitas vezes inadequados, e não raro, ficam resumidos ao livro didático. Compreender processos e entender conceitos, condições essenciais a que sejam adequadamente apresentadas a evolução cultural da humanidade, parece algo muito distante da realidade dos alunos (KARNAL, 2003). Assim, entre o universo cultural desses alunos – e nos referimos aqui aos alunos como um todo, sem nenhuma referência a qualquer classe social – e o patrimônio cultural que a escola pretende lhes apresentar, abre-se um abismo. Nesse contexto parecem haver diversos estreitamentos ou barreiras que se opõe ao fluxo dos contributos científicos disponibilizados pelas universidades, sejam esses provenientes da formação de professores, sejam ainda sob os avanços historiográficos que passaram a afrontar os tradicionais paradigmas que, tradicionalmente persistentes, insistem em impor-se à história escolar.

21 UM CAMINHO SINUOSO ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA HISTÓRICA

A História cumpriu um importante papel na afirmação do Império do Brasil. Assim, logo na segunda década após a declaração de independência, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao lado da Academia Nacional de Belas Artes e de uma literatura de cunho romântico e nacionalista, forjou-se com algum sucesso, uma certa identidade que atendia aos interesses das elites nativas e do novel trono ao qual essas haviam oferecido suas garantias de sustentabilidade alinhadas sob o conservadorismo dos Saquaremas. O Império fundado nos trópicos americanos oferecia uma cômoda imagem de tranquilidade institucional, porém integrado à Europa por meio do trabalho escravo, condição sine qua non para a produção agrícola. A elite saquarema, conservadora e maior fiadora da autoridade imperial, plasmara sua idéia de nação, espécie de cópia embaçada dos países europeus, estabelecendo uma tripla condição para o exercício da cidadania: ser proprietário, branco e cristão. Preenchidos esses critérios, poderia se dizer que alguém era oriundo de uma ‘boa família’, estando a priori, abertas algumas possibilidades de ascensão às posições sociais de prestígio.

O primeiro grande historiador do Império, o diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, tornado Visconde de Porto Seguro, era amigo do Imperador, com o qual se correspondia, e sua obra maior, a ‘História Geral do Brasil’, recebeu uma transposição didática da lavra de Joaquim Manuel de Macedo, que tomou o nome de

Lições de História do Brasil. Essas lições levadas à prensa desde 1861, circularam nos ambientes escolares de maior prestígio, como o Imperial Colégio de Pedro II, bem como em outros estabelecimentos de ensino, até muitas décadas após a morte do autor e da queda do Império, recebendo atualizações de autores de renome, como Rocha Pombo e Olavo Bilac.

Tratava-se de uma narrativa aos moldes de Varnhagen: racista, conservadora, quando não reacionária, anti-povo, de grandes nomes elevados às alturas de ‘varões de Plutarco’. Para completar, oferecia uma narrativa em tom monocórdio, que não admitia contestações, dizendo sempre amém aos poderosos. Essa forma de pensar a História no livro didático recebeu, em certos momentos de rompimento institucional, como na Ditadura iniciada em 1964, a concorrência de uma nova disciplina: a Educação Moral e Cívica (EMC). A EMC, como nos informa Selva Guimarães Fonseca (2011, p.16-17), fora estabelecida desde 1961, como prática educativa, ou seja, algo que, ao contrário de uma disciplina, não possuía uma prática sistemática, mas “visava à formação de hábitos do educando, de uma maneira abrangente, envolvendo os vários aspectos desta formação, perpassando pelas várias disciplinas.” (2011, p.37). Mas estava chocado o ‘ovo da serpente’. Após o golpe de Estado de 1964, e sob a ótica da doutrina de segurança nacional, ocorreu a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo escolar, pari passu à descaracterização e ao esvaziamento do ensino de História.

Ora, a História é construção crítica do passado e não cabe limitá-la a parâmetros tão estreitos quanto à idealização de uma formação da pátria, ou ao desfile triunfante de heróis agraciados pelas simpatias dos interesses de passagem, após resgatados das espessas brumas através dos registros deixados a ver à posteridade pelo campo de experiência. Aliás, ressalte-se, a verdade na história é de cunho subjetivo, pois o historiador realiza escolhas face ao *corpus* documental em que se debruça. E é imerso nas ruínas do passado no qual opera, nas suas idas e vindas aos tempos pretéritos, que o presente do passado se re-alinha com as interrogações mantidas pelo presente vivido. Aí a História se faz filha do seu tempo, ou, como certa vez escreveu Lucien Febvre, “é em função da vida [que a História] interroga a morte” (1977, p.225-226). Esse é o momento no qual Reinhart Koselleck entende haver uma guerra civil semântica pelo sentido dado aos conceitos: lembramos aqui de Democracia, República, Liberdade, etc..., em conflitos que reiteradamente ocorrem no presente vivido.

Em momento de globalização assimétrica, enfatizamos aqui o caso brasileiro, torna-se de especial importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares visando a demonstrar que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança do imenso Império Ultramarino Português, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, para que as dispersas capitâncias então existentes, pudesse ser integradas à lógica comercial do

capitalismo nascente. Ora, isso fez toda a diferença, tornando os portugueses, homens de clima temperado, o primeiro povo europeu a prosperar nos trópicos. Cabe ainda esclarecer que a mulher – fosse ela negra, branca ou indígena – desempenhou um papel de relevância e protagonismo na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer (BOXER, 1977). Em suma, dar prosseguimento ao que se debate na academia deve passar pelo oferecimento ao emprego nas escolas, substituindo os tradicionais paradigmas cunhados para o nosso período colonial, por historiadores brasileiros, de Varnhagen a Fernando Novais, passando por Caio Prado Júnior – Conforme sugerido por Maria Fernanda Baptista Bicalho (BICALHO, 2007) – e explorar o manancial composto pelo instrumental teórico-metodológico saído da lavra de historiadores como A.J.R. Russel-Wood, Antonio Manuel Hespanha, João Fragoso, entre tantos outros, além obviamente, daqueles que atualmente se dedicam à História das civilizações africanas e do Oriente.

Seria sob esse entendimento que se torna mais fácil perceber os usos possíveis do conhecimento do passado a interferir na sociedade do presente, em combate ao racismo e aos resquícios do patriarcalismo. Da mesma forma, fica colocada como no passado descortinado pelas pesquisas históricas, a afirmação dos poderes locais, que na presente conjuntura, poderão atuar contra as imposições do capitalismo monopolista, em suas imposições de controle sócio-metabólico da humanidade (Mészáros, 2014).

3 | O APRENDIZADO HISTÓRICO E A ORIENTAÇÃO TEMPORAL DA VIDA PRÁTICA

Em uma de suas últimas obras, o saudoso historiador Eric J. Hobsbawm dizia que a maioria dos jovens não mantém qualquer sentimento de pertencimento ao passado público. A fala de Hobsbawm aparece assim:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (1995, p.13).

Ora, as implicações imediatas dessa constatação são tão conhecidas quanto variadas, porém suas consequências mais duradouras apresentam-se nefastas à memória, ao patrimônio, e ao próprio sentido para a vida. Tratamos aqui de um conhecimento que se encontra articulado à cultura histórica. Cabe observar que, de acordo com Astor Antonio Diehl (2002), a cultura histórica possui uma amplitude que abrange pensar historicamente além dos cânones da historiografia, o que significa que

inclui historiadores não acadêmicos, mas também leigos que pensam a história a seu modo.

Cumpre ainda assinalar o papel assumido pela consciência histórica, segundo Jörn Rüsen (2001). Ela apresenta-se como a *suma* das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal do mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo, no que constitui-se em trabalho intelectual, visando tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo, com o estabelecimento de intenções e determinação de objetivos.

Dessa forma, a narrativa histórica torna-se o instrumento onde as tais operações mentais constitutivas da consciência histórica são sintetizadas em uma unidade estrutural. Com efeito, a narrativa histórica passa a designar o resultado intelectual mediante o qual, e no qual, a consciência histórica se forma, e por conseguinte, fundamenta decisivamente todo o pensamento histórico, e todo conhecimento histórico científico.

Acreditamos que esse quadro explicativo fica mais completo caso acrescentemos o conceito de regime de historicidade, conforme o comprehende François Hartog (2013). Para esse historiador, o regime de historicidade é uma ferramenta heurística que cumpre a função de prover uma melhor compreensão dos momentos de crise do tempo, ou seja, quando as articulações entre o passado, o futuro e o presente perdem a sua evidência. Servindo para operar nos espaços de interrogação do tempo, a noção de regime de historicidade serve para esses momentos de ida e retorno dos tempos pretéritos.

Entendemos que essa relação entre a produção histórica em épocas diversas ajuda a compreender a questão de uma história ser realmente filha do seu tempo, e inclusive, sobre a necessidade que a história mantém quanto a ser constantemente reescrita, o que põe em relevo duas categorias meta-históricas cunhadas por Koselleck.

De acordo com Reinhart Koselleck (1992 e 1993), o horizonte de expectativas alinha-se com o campo de experiência na qualidade das metáforas temporais, segundo esse autor, a única forma possível de expressar-se o tempo. O campo de experiência e o horizonte de expectativas distinguem-se sobretudo pela presença do passado ser diverso da presença do futuro, sendo a experiência procedente do passado espacial, por estar reunida, formando uma totalidade na qual estão presentes muitos estratos de tempos anteriores, sem referência nestes do seu antes ou do seu depois. O horizonte de expectativas seria a linha atrás da qual se abre, no futuro, um novo espaço de experiência, que ainda não pode ser contemplado. Na modernidade, a aceleração temporal contribuiu para que a História deixasse seu posto de *historia magistra vitae*, ou seja, a referência na qual tudo que viesse a ocorrer seria mais ou menos semelhante ao que havia se dado no passado.

A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, europeias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos

tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que anteriormente havia sido percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã, história na qual os laços de união que permitiriam pensar a formação da nacionalidade foram, de certa forma, forçados sob o viés de uma união sagrada entre irmãos de uma mesma nação. Então, uma galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu, face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores históricos, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Ora, essas considerações põe a claro os limites do uso dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos exclusivos, conforme observou Circe Bittencourt (2008, p. 117). No entanto, e o que nos parece paradoxal, porém alvissareiro, é que os referenciais que moldam o currículo formal, ou normativo das escolas, que afinal é criado pelo poder estatal, poderão vir a interferir positivamente naquilo que acaba efetivamente sendo realizado em sala de aula. Assim, chamamos atenção para as possibilidades abertas pela transversalidade – ou seja, a exploração dos temas transversais no ensino da história – conforme constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino de História (BRASIL, 1997). As possibilidades normativas desse documento poderão, desde que observadas as instruções do temas transversais, convergir com as potencialidades epistemológicas resultantes das novas abordagens historiográficas, passando a iluminar novos atores localizados na base da sociedade, revelando com isso, sua capacidade de apresentarem-se enquanto sujeitos da História, e portanto, construtores da nacionalidade, em um movimento de revalorização das ações pretéritas de negros, índios, mulheres e trabalhadores. Portanto, uma história que permita ser identificada como ‘filha’ do seu tempo, e de complexão mais associada organicamente ao cidadão comum.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momento de globalização assimétrica, torna-se de fundamental importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares que demonstre que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança de um imenso império ultramarino, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, ou ainda, que a mulher, negra, branca ou indígena, desempenhou um papel de fundamental importância na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer, A.J. R. Russell-Wood e Antonio Manuel Hespanha, entre outros. Contudo, o conhecimento histórico somente será apreendido enquanto algo valorizado, caso seja estimulada no público escolar a instigante reflexão que, assim defendemos, deve existir acerca da produção de um tipo de memória que os faça sentir-se enquanto herdeiros, ainda que distantes,

daqueles sujeitos populares da cena histórica.

Dar vez e voz àquelas personagens históricas apartadas dos espaços de determinação do poder corresponde a fazer com que o público discente venha também a se perceber na condição de portador da capacidade de agenciamento, e de construção da história. Importará ainda no reconhecimento que as suas vidas, e por extensão, a memória coletiva do grupo étnico e social ao qual pertencem, constituem-se em elementos fundamentais, pois tornados pela conscientização e ação coletiva, participantes ativos das lutas populares de memoráveis jornadas do passado.

É recomendável que tal memória apareça como uma espécie de suma de saberes e fazeres de relevo e importância social, os quais possam surgir como uma espécie de território comum, ou ainda, como uma zona de interseção temporal, entre o presente e o passado, entre a história do seu povo e as suas responsabilidades futuras, retirando-os da espécie de presente contínuo ao qual se referiu Hobsbawm, e consequentemente, tornando inequívoca a sua condição de sujeitos conscientes e partícipes da construção da civilização, tornada seu patrimônio comum.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. V. 4. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67-87.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **A mulher na expansão ultramarina ibérica: alguns factos, ideias e personalidades (1415-1815)**. Lisboa: Horizonte, 1977.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História II**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 13.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v.5. n. 10, 1992, p. 134 – 146.

_____. **Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Paidós: Barcelona, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história** (os fundamentos da ciência histórica). Brasília: UNB, 2001.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos problemas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 64-88.

O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)

Data de aceite: 05/12/2019

Theo de Castro e Carneiro

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais

RESUMO: Este artigo possui o objetivo de analisar como a caricatura se apresentou como forte aliada tanto para o Brasil, quanto para o Paraguai, no conflito bélico que envolveu os dois países entre os anos 1864 a 1870. Para tanto, serão objetos de análise periódicos publicados nesse período, como: El Centinela (1867); Cabichuí (1867-1868); Semana Illustrada (1860-1875) e Paraguay Illustrado (1865). Além de um corpus documental composto por impressos, a pesquisa também se baseou na recente historiografia referente ao tema. A presente análise realizou-se dentro da perspectiva da história social, em que se buscou uma compreensão mais abrangente da forma como o objeto de estudo impactou e foi impactado pela contingência social da época. A análise leva em consideração, também, a relevância e influência da imprensa como agente passivo e ativo nas instâncias políticas e culturais de uma sociedade. Dentro dessa perspectiva, o foco

se estabelece na sociedade brasileira, como também na imprensa e suas relações com o governo e o discurso oficial. Nesse sentido, a perspectiva paraguaia não é negligenciada e, dessa forma, a comparação entre os periódicos dos dois países se mantém constante ao longo da análise. Assim, a pesquisa é composta pela análise da forma como a relação entre vivência, perspectiva, imaginação e alteridade construiu as representações que ilustraram a Guerra para o povo.¹

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai, caricatura, periódicos.

THE WAR OUTLINE: THE CARICATURE AS A WEAPON IN PARAGUAYAN WAR (1864 – 1870)

ABSTRACT: This paper aims to analyze how the caricature presented itself as a strong ally for both Brazil and Paraguay, in the war conflict that involved the two countries between 1864 and 1870. Therefore, periodicals published during this period will be the object of analysis, such as: El Centinela (1867); Cabichuí (1867-1868); Semana Illustrada (1860-1875) and Paraguay Illustrado (1865). In addition to a documentary corpus composed of printed matter, the research was also based on recent historiography about

¹ Artigo apresentado na modalidade Simpósio Temático 24 – “De crise a crise: nação, política, sociedade e cultura no Brasil Oitocentista” do VIII Encontro de Pesquisa em História, realizado entre os dias 13 e 17 de maio de 2019, na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

the subject. The present analysis took place within the perspective of social history, which sought a broader understanding of how the object of study impacted and was impacted by the social contingency of that time. The analysis also considers the relevance and influence of the press as a passive and active agent in the political and cultural instances of a society. Within this perspective, the focus is established in Brazilian society, as well as in the press and its relations with the government and the official discourse. Following, the Paraguayan perspective is not neglected and, thus, the comparison between the journals of the two countries remains constant throughout the analysis. Therefore, the research is composed by analyzing how the relationship between experience, perspective, imagination and otherness built the representations that illustrated the War for the people.

KEYWORDS: Paraguayan War; caricature; journals.

A criação da imprensa é considerada por muitos uma verdadeira revolução no sentido estrito da palavra, ou seja, foi uma modificação completa na relação que se estabelece com a cultura escrita. Outros, consideram-na um marco histórico na forma de expressão humana e nas relações de trabalho existentes na produção e distribuição da literatura e outras obras, sendo considerada a revolução matriz da vida em sociedade e todos aspectos políticos e culturais que a definem.

O que pode se observar é que os periódicos inauguraram um extraordinário poder de penetração social, em que o ambiente de circulação de suas palavras não se limitava aos letrados e, portanto, chegava a todos os setores sociais, influenciando em seus projetos políticos e na construção de sua cultura. Nesse sentido, a opinião pública era construída e reconstruída nos e através dos periódicos, sendo que ideias e projetos políticos eram defendidos em suas páginas e influenciavam de maneira direta as decisões que eram tomadas em uma sociedade.

No Brasil, a chegada e a difusão da imprensa foram responsáveis pela intensificação do contato entre os diferentes indivíduos constituintes do círculo comunicacional e pelo aumento da velocidade de circulação de informações. Esse processo tem sua origem na transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. A partir daqui, intensas transformações modificaram todas as instâncias da sociedade colonial do século XVIII. Entre elas, a improvisada instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro apresentou-se como uma estratégia de continuidade dessa impressão, agora em território colonial; mas mais do que isso, significa o começo de uma nova era para o nosso país.

Apesar das restrições impostas pela Coroa em relação à circulação de informações, como a proibição de universidades no território colonial, as recentes instalações gráficas encontraram ambiente fértil para a propagação de suas produções. As gazetas fomentaram uma maior participação da população na vida pública ao divulgar informações e notícias oficiais. Dessa forma, arquitetou-se a construção de um espaço coletivo no qual a opinião pública se manifesta e influencia de maneira

direta os rumos tomados pela sociedade. Ao se libertarem do modelo estrito das gazetas tradicionais, em 1821 com o fim da censura prévia (BARBOSA, 2010, p. 38), os periódicos brasileiros fortaleceram ainda mais a divulgação de notícias dotadas de parcialidade e de opiniões explícitas.

Dotada de uma perspectiva ilustrada, a imprensa se estabeleceu como importante empresa educativa sob o discurso de construção do progresso e esclarecimento da população e, portanto, foi instrumento substancial de discussão política e cultural, influenciando de maneira direta os costumes e a moral pública. Assim, a inauguração da imprensa no Brasil representa nascimento de uma ferramenta que tratou de organizar e difundir o debate político em meio a um ambiente fervoroso de transformações; que deu voz a novos atores políticos e espaço de participação a setores sociais antes excluídos; que teve papel fundamental no desenvolvimento comercial do país; que tornou possível ampliar as fronteiras do conhecimento de mundo da população etc. Ou seja, a imprensa foi elemento essencial na conjuntura político-social do século XVIII, bem como de épocas posteriores, de modo que a efetiva compreensão e interpretação desse período da história do Brasil só se faz possível na medida em que a imprensa é colocada como pilar da construção dessa análise.

A alteridade², por sua vez, apresenta-se como elemento fundamental no entendimento da construção imagética subjetiva. Esse processo demonstra como a idealização da imagem do “outro” parte da concepção do “eu” na sua forma individual. Ou seja, compreender um ambiente e seus indivíduos encontra uma relação de dependência com aquilo que (acreditamos que) nos define.

Na Guerra do Paraguai, essa perspectiva foi a base da elaboração de representações do inimigo. Nesse sentido, a caricatura tem valor substancial, já que é capaz de evidenciar visualmente a concepção simbólica do “outro” ao ilustrar os periódicos.

A palavra “caricatura” tem sua etimologia no italiano: caricare³ significa carregar, no sentido de exagerar, aumentar algo em proporção. Assim, apresenta-se como um desenho que tem como objetivo exagerar ou enfatizar certas características da figura representada. Esse modelo de ilustração apresenta a possibilidade de representação de uma visão de mundo em que a comicidade é a principal estratégia da desconstrução da grandeza de uma figura.

Tendo em vista que no Brasil, “a fotografia ainda era privilégio de raras pessoas, mesmo entre as mais abastadas” (SILVEIRA, 1996, p. 45), o uso da caricatura causou grande exaltação na população. Além disso, deve-se levar em consideração o alto número de analfabetos: “o primeiro recenseamento da história brasileira, datada de 1872, mostra um índice de apenas 15,75% de alfabetização nos 9 930 478 habitantes” (SILVEIRA, 1996, p. 45). Desse modo, o uso dessas imagens teve impacto significativo

2 Conceito baseado nas definições de Thereza Baumann (1992) e Todorov (1982).

3 Cambridge Dictionary online: PESO(mettere) –to load; FIGURATIVE(esagerare) –to exaggerate; disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/italiano-ingles/caricare>

na imprensa, no imaginário popular e na opinião pública.

Levando em consideração o supracitado, a Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional da América do Sul. Esse acontecimento foi elemento definidor do futuro militar, político e social de todos os países beligerantes. Ocorrida entre dezembro 1864 e março 1870, a Guerra foi travada entre Paraguai e a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai).

Apesar da vitória, a Guerra foi responsável por revelar a contradição militar-estrutural do Império brasileiro com a presença da escravidão que ainda definia seu sistema social e econômico. Além disso, o desequilíbrio orçamentário causado pelos excessivos gastos financeiros com o conflito foi responsável por enfraquecer ainda mais os pilares de sustentação do Império que cada vez mais se afundava em suas contradições e problemáticas.

Na historiografia, a Guerra é compreendida atualmente como “fruto das contradições platinas tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região” (DORATIOTO, 2002, p.95). Entretanto, as abordagens mais tradicionais deram destaque às análises patrióticas de defesa das ações do Império brasileiro e que colocavam o governante paraguaio Solano López como o principal responsável pelo conflito. Esse discursou traçou a forma como a maior parte da imprensa noticiou o conflito para a população que se encontrava longe da frente de batalha. Além da defesa e elogio das ações políticas e militares da Coroa, o ataque direto ao inimigo paraguaio compunha as páginas de jornais como o *Semana Ilustrada* (1860-1875).

Para compreender como a caricatura se insere dentro da Guerra do Paraguai é preciso levar em consideração que os combates ocorreram não somente em terra e mar. Na verdade, o sangue derramado selou uma mancha permanente na memória de civis e soldados envolvidos nesse conflito. Assim, a relação entre vivência, perspectiva e imaginação construiu as representações que ilustraram a Guerra para o povo.

Essas representações, segundo o historiador Roger Chartier (1988), estão inseridas em um campo de competições que giram em torno de relações de poder e dominação. Portanto, é impossível analisar integralmente as caricaturas produzidas por periódicos brasileiros e paraguaios que ilustram o conflito, sem levar em consideração como era a relação entre os países beligerantes, seus projetos políticos, suas motivações e desejos. Esses elementos constituem como as apropriações de significado são construídas e, posteriormente, utilizadas ou impostas.

Tendo em vista esse panorama, as caricaturas da Guerra do Paraguai não se afastaram de uma significativa mudança nas práticas sociais, “ao contrário, seu papel procurou evidenciar a manutenção da ordem vigente, especialmente através da criação de personagens estereotipados, validando preconceitos” (PAULA, 2011, p. 125). Essas ilustrações demonstram como os cartunistas se apropriavam de significações para sua produção. Desse modo, estereótipos e construções imagéticas dividiam espaço em outros dois campos de batalha: o papel e a opinião pública.

Segundo Marco Morel (1998), a opinião pública pode ser vista como um “recurso

para legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral" (MOREL, 1998, p. 93). Nesse sentido, pode-se observar que os períodos brasileiros, em sua maioria, buscaram se alinhar ao discurso oficial sobre o conflito. Assim, o que se buscava era uma adesão coletiva ao discurso oficial com o objetivo de construir legitimidade para as decisões políticas.

O que pretendo destacar, portanto, são as semelhanças e diferenças entre as produções paraguaias e brasileiras dentro desse contexto e que se tornam evidentes a partir de uma análise comparativa. Esses elementos, como apresentado anteriormente, estão inseridos na forma como esses países se relacionavam. A inserção dos caricaturistas em uma certa realidade sócio-política, por sua vez, direciona a forma como suas ideias e projetos serão ilustrados.

Nesse sentido, o primeiro elemento que merece destaque é a representação do Paraguai nos periódicos brasileiros produzidos sob a égide do discurso oficial. Essa perspectiva conduz à caracterização do Paraguai como um lugar inóspito povoado por uma população primitiva e transfigurada. A imagem do Brasil, por sua vez, é construída por esses periódicos tendo como base as influências do romantismo europeu. Assim, o índio – até mesmo, dotado de uma armadura medieval – é apresentado como personificação do Império, em que, ao mesmo tempo, protege e exalta aquele país paradisíaco povoado por um povo livre e patriótico.



Imagen 1: Brasil e Paraguai pela ótica da representação.

Legenda: “A Liberdade e a Opressão – Enquanto o Brasil recruta guerreiras que, nos campos de batalha, vão servir de vivandeiras, estimular a coragem, recompensar os feitos de bravura, animar os feridos, percorrer as enfermeiras, preparar os cartuchos, rir da metralha e zombar dos canhões; rufando o tambor... O López está recrutando velho, velhas e crianças, que emprega como instrumentos de guerra, sem receio de que se convertam em reses destinadas aos matadouros”. Semana Ilustrada, 03 de setembro de 1865; p. 1972.

As produções paraguaias, por sua vez, fazem referência ao Brasil por meio de duas estratégias principais. Uma delas é a constante alusão à fragilidade da aliança entre os países inimigos: Brasil, Argentina e Uruguai, personificados em notáveis lideranças política e militar, brigam entre si nas páginas de periódicos paraguaios como o *Cabichuí* (1867-1868) e *El Centinela* (1867). A composição étnica do exército brasileiro é o principal alvo da segunda estratégia. O contingente de mestiços e negros que compunham as tropas imperiais brasileiras superava com enorme diferença a quantidade desse mesmo grupo no exército paraguaio. Esse fator foi suficiente para as ferrenhas críticas à herança monarquista e escravocrata do Brasil. Dessa forma, o objetivo de construir uma imagem de superioridade militar paraguaia se originava do preceito da “hierarquia racial”.



Imagen 2: As desavenças da Tríplice Aliança.

El Centinela, 1868.



Imagen 3: A figura do escravo combatente nos periódicos paraguaios.

Legenda: “O escravo, apresentado como um covarde por natureza, não precisa ouvir o barulho de um canhão para ser amedrontado, basta ouvir o barulho de um chicote.” (Tradução livre). Cabichuí, 1867.

A construção da imagem do inimigo é fundamental na sustentação de um discurso sobre esse antagonismo. Assim, para fortalecer a opinião pública a favor de seu posicionamento na Guerra, os países beligerantes procuraram esboçar a figura desse inimigo. Nesse sentido, líderes políticos e militares integraram diversas caricaturas paraguaias e brasileiras.

D. Pedro II era a figura mais frequente nos periódicos paraguaios quando a intenção era fazer alusão ao Império brasileiro. Algumas lideranças militares brasileiras também estão presentes nas ilustrações, porém, o semblante do Imperador é utilizado como personificação de toda aquela nação. Aqui, aparece uma das estratégias mais interessantes de construção imagética: a animalização. Essas figuras antropozoomórficas se mostra extremamente eficiente, na medida em que ela expõe a conformação dos valores culturais daquela sociedade. Apresentar D. Pedro II ou outras lideranças como um macaco não é pura técnica visual. Pelo contrário, essa escolha é reflexo dos efeitos causados pelas relações de poder inseridas dentro de um campo de competição, como defendido por Chartier, e que vai muito além do campo de batalha.



Imagen 4: O imperador, o almirante Tamandaré e o General Polidoro como macacos.

El Centinela, 1867.

No que diz respeito aos periódicos brasileiros, o discurso oficial encontra sua visibilidade máxima ao retratar o inimigo paraguaio. Tendo em vista que no Tratado da Tríplice Aliança assinado em 1º de maio de 1865 o inimigo é definido, reiteradamente, como o “governo do Paraguai”, Solano López apresenta-se como a sua personificação. Sendo este o representante máximo do governo, López será retratado constantemente como a figura central da deflagração e da longevidade do conflito. Certas ambiguidades compuseram suas representações de forma que, ao mesmo tempo em que era manifestado um caráter cruel e tirano, sua imagem era ridicularizada e desproporcional. A animalização encontra-se presente também nos periódicos brasileiros, demonstrando o olhar subjetivo dessa nação sobre aquele que foi definido como o antagonista na história oficial.

É importante destacar como a figura desumana de Solano López ainda está presente no nosso imaginário, ao mesmo tempo em que a nação paraguaia o considera um herói. Esse fato torna mais evidente como os resultados das relações de dominação são maleáveis dentro do contexto de cada integrante desse processo.



Imagen 5: Solano López é representado como a personificação do inimigo.

Legenda: "O Nero do Século XIX – Projeto de Monumento que os paraguaios reconhecidos pretendem erigir a Francisco Solano López (cópia de um desenho remetido de Assunção). "

A Vida Fluminense, 06 de novembro de 1869; p. 1046.

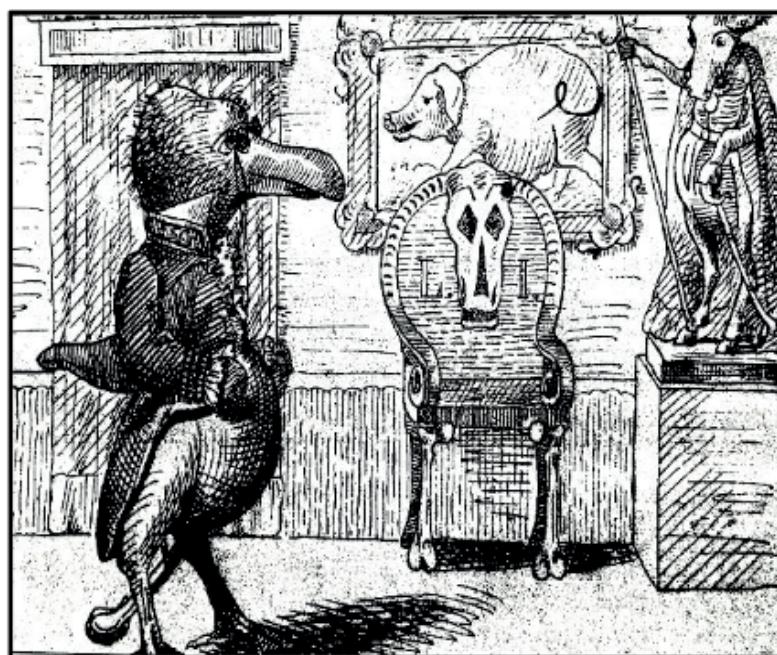


Imagen 6: A animalização utilizada como estratégia visual de persuasão.

Legenda: "López visitando a coleção zoológica de retratos de seus idolatrados parentes." Paraguay Ilustrado, 13 de agosto de 1865; p. 11.

Destaco, por fim, a aplicação de uma lógica maniqueísta nas caricaturas brasileiras, fundamentadas, principalmente, pela doutrina cristã (religião dominante em todas as instâncias sociais naquele período). Nesse sentido, Solano López, representado como uma figura diabólica provinda de um território infernal, é exorcizado por representantes

de um país civilizado e paradisíaco. Considerando essa perspectiva, é visível como construiu-se, a partir do discurso oficial, um desejo nacional de extermínio do governante paraguaio. Assim, sendo a encarnação do diabo e, ao mesmo tempo, do principal inimigo, a Guerra terminaria somente com sua morte e seu retorno ao inferno.



Imagen 7: O fim do conflito é celebrado com a morte do inimigo, Solano López.

Legenda: "Profecia – Judas López, apanhado depois da derrota dos paraguaios e da tomada de Assunção, fica elevado pelos soldados brasileiros à altura que lhe compete." Semana Illustrada, 16 de abril de 1865; p. 1819.



Imagen 8: Com o fim da guerra, a morte de Solano apresenta-se como um destino inevitável.

Legenda: "Profecia! – López, depois de ver destruída a sua força, encontra-se no campo de batalha com: o fim da guerra, a morte. Assustado, trêmulo, está ouvindo a voz rouca, acompanhada do riso diabólico do fantasma, que surge diante dos seus olhos e lhe diz: Basta; Delenda Paraguai!" Semana Illustrada, 18 de agosto de 1867; p. 2792.

Tendo em vista a defesa de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto de que o estudo dos meios de comunicação deve ser deslocado também para o campo da história social, podemos compreender o objeto escolhido em toda sua abrangência ao “trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). É nesse sentido que reafirmo como a análise do universo de caricaturas aqui apresentadas evidenciam diversas minúcias existentes entre Brasil e Paraguai nesse contexto. Mais do que isso, essas relações caracterizam-se como dialéticas, na medida em que a elaboração dessas ilustrações foi definida por elas, ao mesmo tempo essas produções as reconstruíram. Nessa perspectiva, o poder da imprensa se mostra, novamente, como algo extraordinário, já que é essa particularidade que a define como um produto social capaz de influenciar as mudanças sociais de maneira constante e incisiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAUMANN, Teresa. In.: Vainfas, Ronaldo (org), **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Memória e Sociedade. 2ª edição. Algés – Portugal: Difel, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina Do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 253-270.

GARCIA, Gabriel Ignácio. As representações da Guerra do Paraguai por meio do periódico “Paraguay Ilustrado” (1865). In: **XIº Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. Maringá: Anais do XIº SPCH, v. 2, n. 4, 2016, p. 70 – 80. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/gabrielgarcia.pdf

MOREL, M. Em nome da Opinião Pública: a gênese de uma noção. In: MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PAULA, Edgley Pereira de. A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX. In: **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 115-128, jul./dez. 2011.

REIS, Maria de Lourdes Dias. **IMPRENSA EM TEMPO DE GUERRA: O JORNAL “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai** – Belo Horizonte: Cuatiara, 2003. 4.ed. 2008.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai** – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

TZVETAN, Todorov. **A Conquista da América**. New York: Harper Torchbooks, 1982.

Fontes:

*Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional:
Semana Illustrada (1860 – 1875) – disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semana-illustrada/702951>*

*Paraguay Illustrado (1865) – disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paraguay-illustrado/760005>
A Vida Fluminense (1868 – 1875) – disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/vida-fluminense/709662>*

*Acervo digital de La Biblioteca Nacional del Paraguay:
Cabichuí (1867-1868) – disponível em:
<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/coleccion-cabichui-del-n-1-al-n-55/>
<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/coleccion-cabichui-del-n-56-al-n-95/>*

*El Centinela (1867) – disponível em:
<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>*

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175
Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201
História do Brasil Colonial 119
História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68
História do Processo Penal 58, 63
História local 95, 148, 156
Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215
Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216
Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187
Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145
Matéria Cavaleiresca Alemã 80
Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227
Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78
Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224
Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184, 185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227
Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36
Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190
Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212
Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11
Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79
Transição ao capitalismo 13

Atena
Editora

2 0 2 0